

Oliveira de Azemeis

ESTUDO DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Regeneração Urbana

ABRIL 2009

ÍNDICE

Sumário Executivo	5
1. Enquadramento do estudo	8
1.1. Âmbito do estudo	8
1.2. Notas metodológicas	9
2. Contextualização do território: análise e diagnóstico	12
2.1. Enquadramento geral do território	12
2.2. Caracterização demográfica e socioeconómica	20
2.3. Caracterização física	36
2.4. Acessibilidades e transportes	64
2.5. Oliveira de Azeméis nas políticas públicas e instrumentos de gestão do território	77
3. Diagnóstico prospetivo	93
4. Quadro estratégico de intervenção.....	100
4.1. Estratégia conceptual de intervenção.....	100
4.2. Estratégia operativa.....	120
5. Planeamento.....	228
6. Investimento e financiamento	234
6.1. Estimativa preliminar do investimento.....	237
6.2. Financiamento.....	248
7. Próximos passos	257

ANEXOS

Anexo I

Diagnóstico

Lista das Peças Desenhadas.....	Escala
01 – Enquadramento Regional.....	1:250 000
02 – Síntese da Planta de Ordenamento do PDM.....	1:50 000
03 – Extracto da Planta de Ordenamento do PDM.....	1:10 000
04 – Extracto da Planta de Condicionantes do PDM.....	1:10 000
05 – Carta Hipsométrica.....	1:10 000
06 – Carta de Declives	1:10 000
07 – Carta de Orientação de Vertentes.....	1:10 000
08 – Situação Existente	1:10 000
09 – Unidades Cadastrais	1:10 000
10 – Edificado – Estado de Conservação.....	1:10 000
11 - Edificado – Usos	1:10 000
12 – Edificado – Equipamentos	1:10 000
13 – Edificado – Número de Pisos.....	1:10 000
14 – Espaços Verdes.....	1:10 000
15 – Rede de Transportes Públicos	1:10 000
16 – Rede Viária.....	1:10 000

Proposta

Lista das Peças Desenhadas.....	Escala
01 – Síntese Conceptual da Estratégia	sem escala
02 – Síntese da Proposta	1:10 000
03 – Projectos e Acções Propostas	1:10 000
04 – Proposta da Rede Viária.....	1:2 000 /1:10 000
05 – Reforço de Equipamentos a Sul da Cidade.....	1:2 000
06 – Esquema funcional do Mercado Municipal e Centro Coordenador de Transportes	1:1 000 /1:2 000
07 – Revitalização e Reabilitação do Centro da Cidade.....	1:2 000
08 – Articulação do Parque de La Salette com o Centro tradicional.....	1:2 000
09 – Planeamento.....	1:10 000
10 – Cenário de ocupação possível.....	1:5 000

Anexo II

Entidades auscultadas

Principais documentos consultados

Anexo estatístico

Anexo III

Estimativa de investimento por eixos de intervenção:

- Sem IVA
- Com IVA
- Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis
- REFER
- Público/privados
- Privados
- Cronogramas:
 - Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis
 - REFER
 - Público/privados
 - Privados

Estimativa de financiamento

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Oliveira de Azeméis é uma cidade industrial da NUT Entre Douro e Vouga, cuja evolução foi fortemente condicionada pela estrutura viária e pelo relevo acidentado. Esta localidade tem, ao longo dos anos, vindo a apresentar um progressivo desenvolvimento urbano, sustentado pelo dinamismo do seu tecido empresarial e espírito empreendedor da sua população, dando lugar a uma cidade, caracterizada pela ocupação urbano-industrial densa e difusa, revelando alguns problemas de articulação urbana.

2. A área de intervenção do presente estudo corresponde à cidade de Oliveira de Azeméis. O presente relatório é o produto final de um trabalho intensivo, desenvolvido no quadro de uma metodologia integrada de abordagem do território, que contemplou um amplo trabalho de campo e um vasto conjunto de reuniões de trabalho com o Município e com um conjunto alargado de entidades, tendo, no total, sido conduzidas reuniões com 51 individualidades. Foram ainda realizadas diversas visitas a Oliveira de Azeméis, para conhecer o território e melhor compreender a informação disponibilizada. Neste contexto, cabe realçar a qualidade da informação disponibilizada e a prontidão com que foram respondidas todas as solicitações da Parque EXPO.

3. O estudo efectuado constitui uma proposta de quadro estratégico de intervenção na cidade, sustentado num diagnóstico do território, com vista à concretização de um conjunto coerente de operações, que configurem um modelo de intervenção na cidade que permita operacionalizar e assegurar a sua revitalização e orientar o seu desenvolvimento urbano, articulando entre si as intervenções sobre este território, dotando-as, deste modo, de maior eficácia e abrangência.

4. A concepção da estratégia assentou num conjunto de princípios e valores fundamentais, que deverão também estar subjacentes na sua implementação, garantindo uma maior abrangência e eficácia do quadro de intervenções desenvolvido. Destaca-se a necessidade de articulação com os territórios envolventes, o estabelecimento de parcerias, a definição de prioridades de intervenção, e a gestão e monitorização da aplicação da estratégia de intervenção. É ainda salientada a necessidade da estratégia ser enquadrada em dinâmicas mais amplas e abrangentes do que o espaço físico da própria cidade. Deste modo, na interpretação e aplicação da estratégia não podem deixar de ser considerados os efeitos ao nível: da forma de organização do território; das pessoas e das actividades; e da regeneração urbana.

5. A estratégia de intervenção urbana assenta em dois conceitos estruturantes, que se encontram interligados: a delimitação do núcleo urbano central e a contenção da dispersão. É a materialização destes dois conceitos que permite a articulação dos tecidos urbanos, actualmente dispersos e desconexos, e, simultaneamente, um reforço da sua identidade. A estratégia observa, assim, duas lógicas de regeneração urbana, que decorrem em paralelo: i) Conter para definir. Conter para qualificar. Conter para fortalecer; ii) Recuperar a identidade. Recuperar a urbanidade.

6. A concretização dos objectivos estratégicos e a tradução dos conceitos resultou na definição de 38 projectos, estruturados nos seguintes eixos estratégicos de intervenção: 1) Afirmação de Oliveira de Azeméis como pólo industrial, de serviços e do conhecimento; 2) Reforço de equipamentos e protecção e reabilitação da estrutura edificada; 3) Articulação urbana e melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade; 4) Valorização do espaço público e da estrutura verde; 5) Requalificação ambiental; 6) Administração, cooperação territorial e promoção da cidade.

7. As grandes ideias estratégicas que sustentam estes projectos, foram sistematizadas em 6 operações estruturantes, correspondentes a intervenções integradas sobre locais específicos, com efeitos multiplicadores sobre toda a cidade. São: 1) Afirmação e consolidação de um eixo urbano, pontuado de equipamentos de referência, símbolo da modernidade de Oliveira de Azeméis; 2) Revitalização e reabilitação do centro identitário de Oliveira de Azeméis, recuperando e afirmando o valor do seu património, equacionando os seus usos e promovendo a sua articulação com novas realidades da cidade; 3) Criação de uma circular de enquadramento da principal área de consolidação da cidade, constituída, a poente, por uma estrutura viária e, a nascente, por um parque urbano de 64 hectares; 4) Articulação, à cota alta, do Parque de La Salette com o centro tradicional, facilitando a sua vivência pela população e, desta forma, possibilitando o reforço da identidade oliveirense; 5) Concretização do projecto de criação do Campus da Universidade de Aveiro, promovendo o alargamento da oferta de ensino superior à população e o desenvolvimento económico e competitividade regional; 6) Criação de espaços de acolhimento empresarial de qualidade, nomeadamente, através do desenvolvimento da Zona Industrial de UI-Loureiro.

8. O presente estudo avança uma estimativa preliminar do investimento necessário para concretizar a estratégia proposta, prevendo a necessidade de, aproximadamente, um total de 140 milhões de euros, dos quais cerca de 110 milhões de euros a promover pelo Município, cerca de 0,4 milhões de euros a promover por outras entidades públicas e 18 milhões por entidades público-privadas, aos quais se juntam cerca de 11 milhões de euros a promover por privados.

10. Na óptica do financiamento considerou-se que os objectivos e intervenções propostos são enquadráveis nas diversas medidas de política regional, nacional e comunitária em vigor. Exige o envolvimento institucional e operacional das entidades públicas e/ ou privadas, nomeadamente os actores locais, bem como a ponderação e captação de meios financeiros disponíveis. Saliem-se as eventuais fontes de financiamento para a realização da intervenção: financiamento comunitário decorrente da vigência do QREN 2007-2013, principalmente no Programa Operacional Regional do Norte (POR Norte); financiamento proveniente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; financiamento de outras entidades públicas; e financiamento privado por parte de empresários, investidores e empresas.

11. O presente Estudo de Enquadramento Estratégico constitui um contributo decisivo na consolidação sustentada de oportunidades de desenvolvimento e de optimização dos recursos da cidade, podendo sustentar candidaturas a financiamento comunitário ou nacional.

1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

1.1. ÂMBITO DO ESTUDO

A 03 de Setembro de 2008 foi celebrado um contrato de prestação de serviços entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Parque EXPO, com vista à elaboração de um Estudo de Enquadramento Estratégico para a cidade de Oliveira de Azeméis, resultando na elaboração do presente documento. Deste modo, este estudo pretende dar resposta à intenção do município em adquirir um modelo de intervenção na cidade que permita operacionalizar e assegurar a sua revitalização e orientar o seu desenvolvimento urbano, articulando entre si as intervenções sobre este território e dotando-as, deste modo, de maior eficácia e abrangência.

Nesse contexto, este documento compreende um diagnóstico e reflexão sobre o território e uma proposta de quadro estratégico de intervenção na cidade, numa óptica de regeneração urbana, com vista à concretização de um conjunto de operações coerentes e consentâneas com a visão de futuro que se reclama para Oliveira de Azeméis, passível de ser facilmente posto em prática, numa fase posterior, através de uma operação integrada.

A estratégia de desenvolvimento urbano que aqui se propõe assenta em duas ópticas complementares:

- > Intervir na cidade, implementado a sua regeneração urbana e equilibrando dinâmicas de desenvolvimento urbano, social e económico, conferindo-lhe um papel de relevo no contexto regional;
- > Dotar o município de um elemento de suporte ao desenvolvimento da sua actividade, integrado numa visão de conjunto inovadora, que, simultaneamente, se constitua como uma ferramenta mobilizadora de esforços e coordenadora da acção dos diversos actores e agentes, públicos e privados, que aí operam.

1.2. NOTAS METODOLÓGICAS

O presente relatório é o produto final de um trabalho intensivo, desenvolvido no quadro de uma metodologia integrada de abordagem do território previamente estabelecida.

O desenvolvimento desta metodologia e a execução das actividades necessárias assentam nos seguintes princípios fundamentais:

- > **Estreita articulação com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis**, que acompanhou as diversas fases de execução do estudo e apoiou a preparação de algumas tarefas essenciais para o adequado desenvolvimento do mesmo, como seja a preparação do trabalho de campo e a mediação com muitas das entidades consultadas;
- > **Auscultação** de um elevado número de agentes e actores locais, tendo subjacente a intenção de promover a **concertação entre entidades** que agem sobre esta localidade e, desde logo, o seu envolvimento na construção de uma estratégia de desenvolvimento para a cidade e, conseqüentemente, proporcionando condições para que surja uma natural identificação com as conclusões e as propostas apresentadas;
- > **Intensivo reconhecimento do território**, partindo da premissa que as deslocações aos locais são indispensáveis para a aquisição de um nível de conhecimento mais sólido e preciso sobre a cidade e sobre as dinâmicas particulares que lhe estão associadas.

O faseamento da elaboração deste estudo pode ser sintetizado através do esquema seguinte (Figura 1):

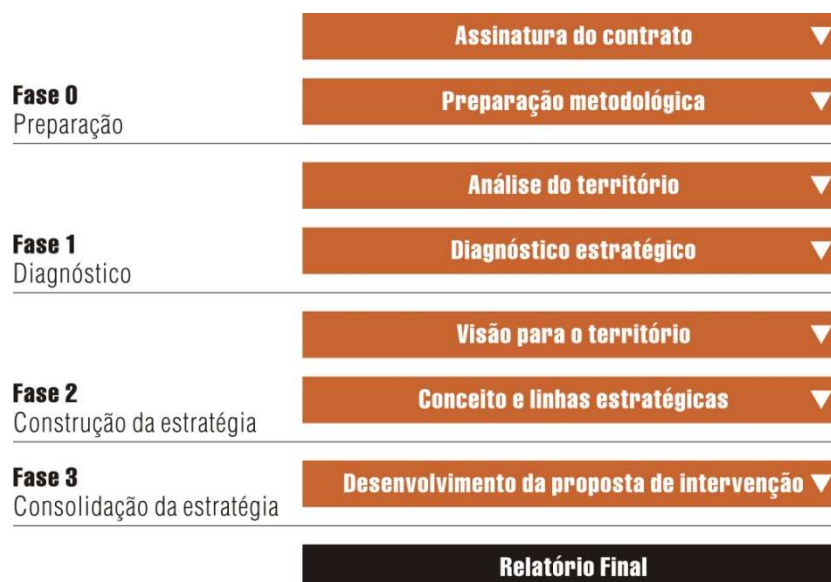


Figura 1 | Faseamento da elaboração do Estudo

Após a consolidação da metodologia de trabalho e a recepção do conjunto de informação que tinha ficado estabelecido ser facultado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, referente ao enquadramento do território e à sua caracterização urbana, ambiental, socioeconómica e cultural, iniciou-se a primeira fase do estudo. Em traços genéricos, esta corresponde à elaboração do diagnóstico do território, considerado nas suas múltiplas dimensões.

A fase de diagnóstico desenvolve-se a partir da análise e tratamento da informação documental, cartográfica e estatística disponibilizada pelo município, que foi complementada com dados obtidos por recolha própria. Entre a informação bibliográfica inclui-se a apreciação dos vários instrumentos de gestão do território (IGT), aprovados e em elaboração, assim como de outros instrumentos de política, cuja influência foi considerada relevante para a delimitação da estratégia subsequente, e ainda dos projectos em curso ou previstos pela administração local para a cidade.

Igualmente fundamental foi o conjunto de reuniões realizadas com um grupo alargado de personalidades e entidades pertencentes à sociedade oliveirense ou com actuação sobre este território¹. Estes contactos possibilitaram a construção de uma imagem multifacetada e aprofundada da sociedade local e das dinâmicas presentes neste território, absorvendo a visão e a opinião de quem aqui vive e actua. Permitiram também identificar projectos ou aspirações e expectativas que se configuraram como contributos para a construção da estratégia proposta neste documento.

Associadas ou não à realização destas reuniões, foram conduzidas várias visitas de campo à cidade, que permitiram confrontar impressões já colhidas com novas leituras do território e, simultaneamente, proceder ao levantamento de alguns dados.

Esta análise conduziu à identificação das principais potencialidades/oportunidades e debilidades/ameaças associadas a esta cidade, configurando um diagnóstico prospectivo que serve de elemento balizador da estratégia apresentada.

A caracterização da situação actual, conjugada com o diagnóstico prospectivo, sustenta a fase 2, na qual foi definida uma visão de futuro, um conceito integrado para a cidade e os princípios orientadores da intervenção. Estes elementos correspondem à delimitação, em linhas macro, da estratégia para este território. Esta estratégia foi posteriormente desenvolvida (fase 3), detalhando-se as propostas de actuação ao nível operativo e territorial. Procedeu-se igualmente à identificação de condições complementares de intervenção, à planificação global e estimativa orçamental da respectiva execução e determinaram-se possíveis fontes de financiamento.

Ainda de salientar é a importância que a produção cartográfica assumiu neste estudo. Com efeito, na fase de diagnóstico o tratamento da informação recolhida teve presente, sempre que possível, a preocupação de espacializar as diferentes variáveis, de modo a identificar as dinâmicas específicas de cada área da cidade, dando origem a um conjunto significativo de elementos cartográficos. Por sua vez, na fase de proposta foram produzidos diversos desenhos complementares que, reflectindo as linhas estratégicas adoptadas, sugerem formas possíveis para a sua concretização.

¹ A listagem das entidades e respectivos representantes é apresentada no Anexo II.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

2.1. ENQUADRAMENTO GERAL DO TERRITÓRIO

Com 163,5 km² de área, o concelho de Oliveira de Azeméis situa-se no limite sul da Região Norte, na NUT III Entre Douro e Vouga, distrito de Aveiro. O município faz fronteira com os concelhos de São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Arouca, Vale de Cambra – com os quais constitui a NUT III referida –, bem como com Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha, Estarreja e Ovar – da NUT III Baixo Vouga, pertencente já à Região Centro.

Desde 1 de Setembro de 2008, com a entrada em vigor da Lei nº 46/2008 – documento legal que estabelece o novo regime jurídico das duas áreas metropolitanas do País –, Oliveira de Azeméis passou também a integrar a Área Metropolitana do Porto (AMP).

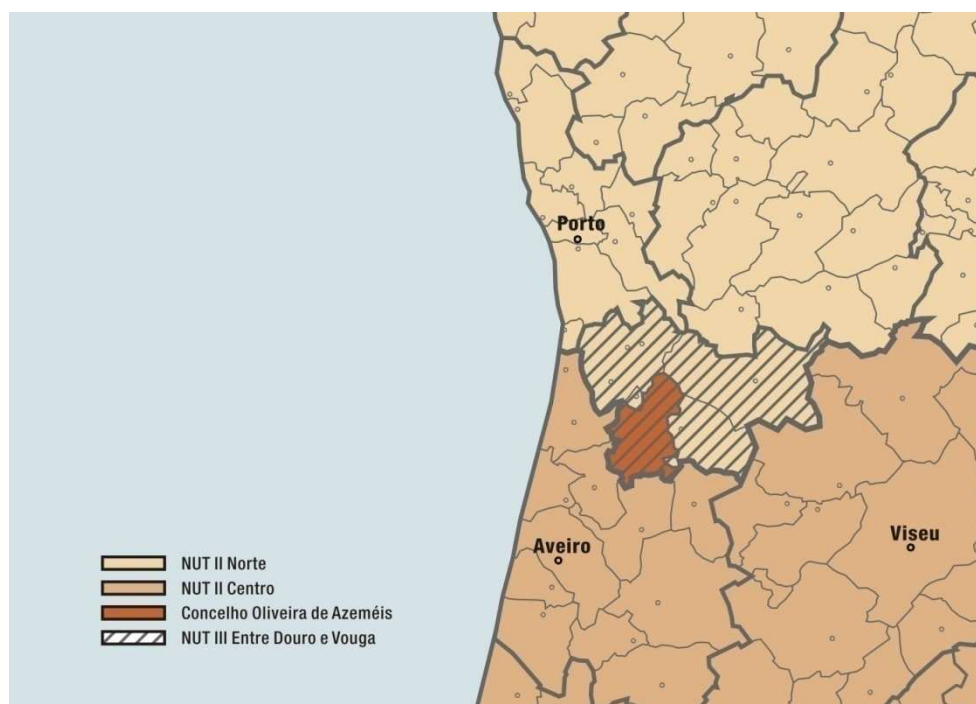


Figura 2 | Concelho de Oliveira de Azeméis na NUT II Norte e na NUT III Entre Douro e Vouga

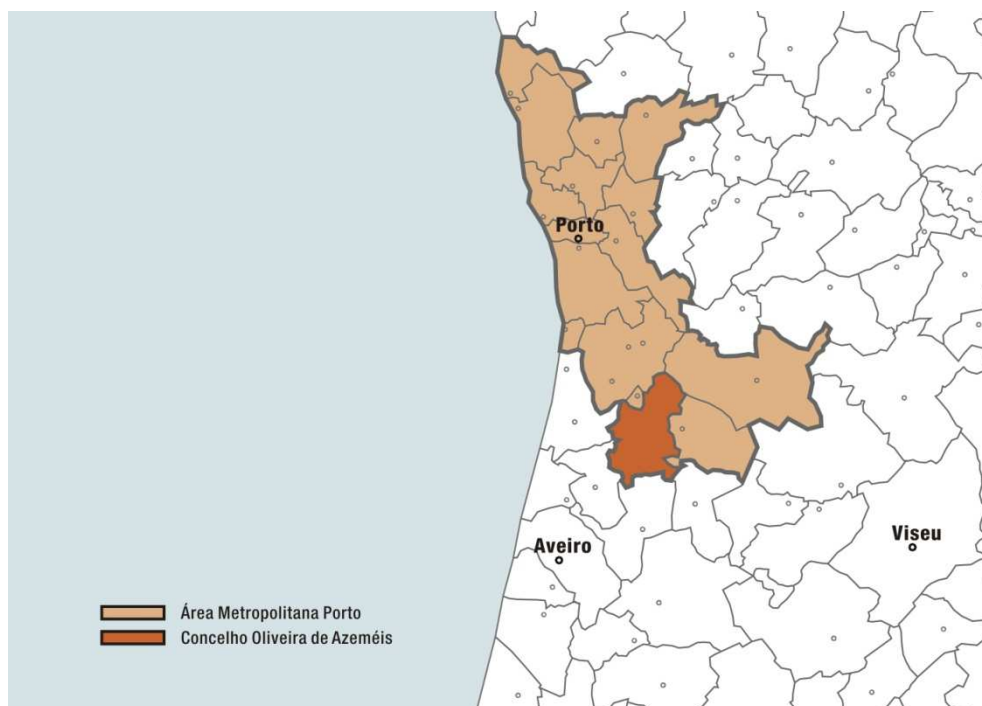


Figura 3 | Concelho de Oliveira de Azeméis na Área Metropolitana do Porto

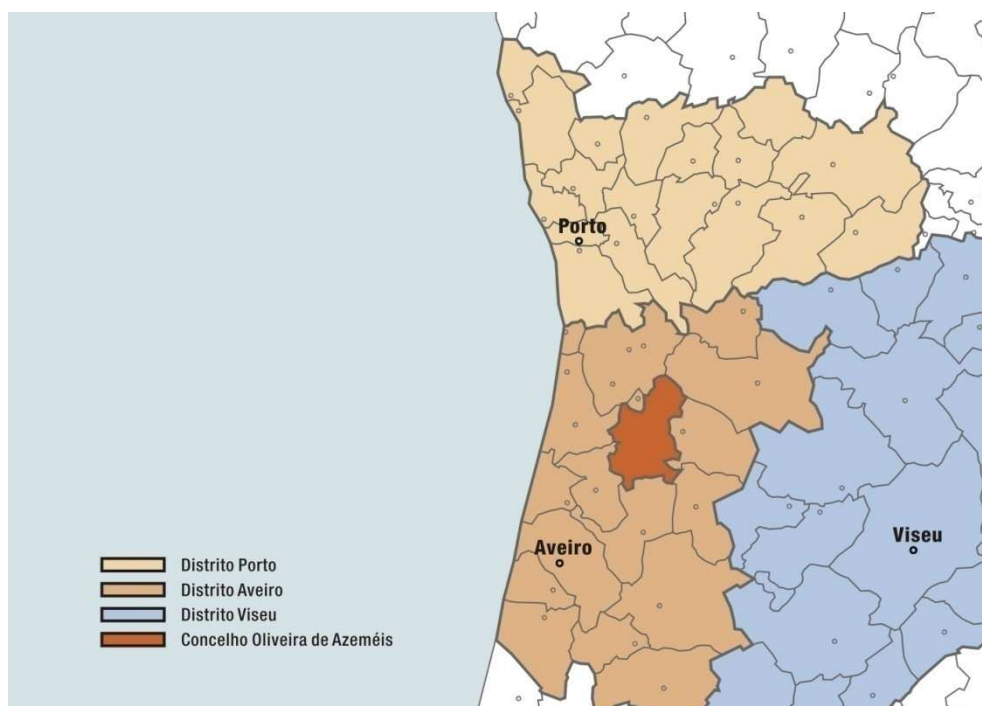


Figura 4 | Concelho de Oliveira de Azeméis no distrito de Aveiro

A sede de concelho, e área de intervenção do presente estudo, é cidade desde 1984 (Lei nº 22/84, de 28 de Junho), tendo obtido este estatuto no mesmo ano que as sedes de concelho dos municípios vizinhos de São João da Madeira e Ovar. Santa Maria da Feira, por sua vez, conquistou este estatuto no ano seguinte.

Localizada entre os rios UI e Antuã, a cidade (de acordo com a área definida na Planta de Ordenamento do PDM) reparte-se por três das 19 freguesias que constituem o concelho: Oliveira de Azeméis, São Roque e Macinhata da Seixa, tendo, estas duas últimas, uma proporção de área urbana muito reduzida (Figura 5).

Em 2001, de acordo com os dados dos Censos 2001, do Instituto Nacional de Estatística (INE), a cidade de Oliveira de Azeméis ocupava 7,21 km² de área e tinha 12 047 habitantes, concentrando cerca de 17% da população concelhia.

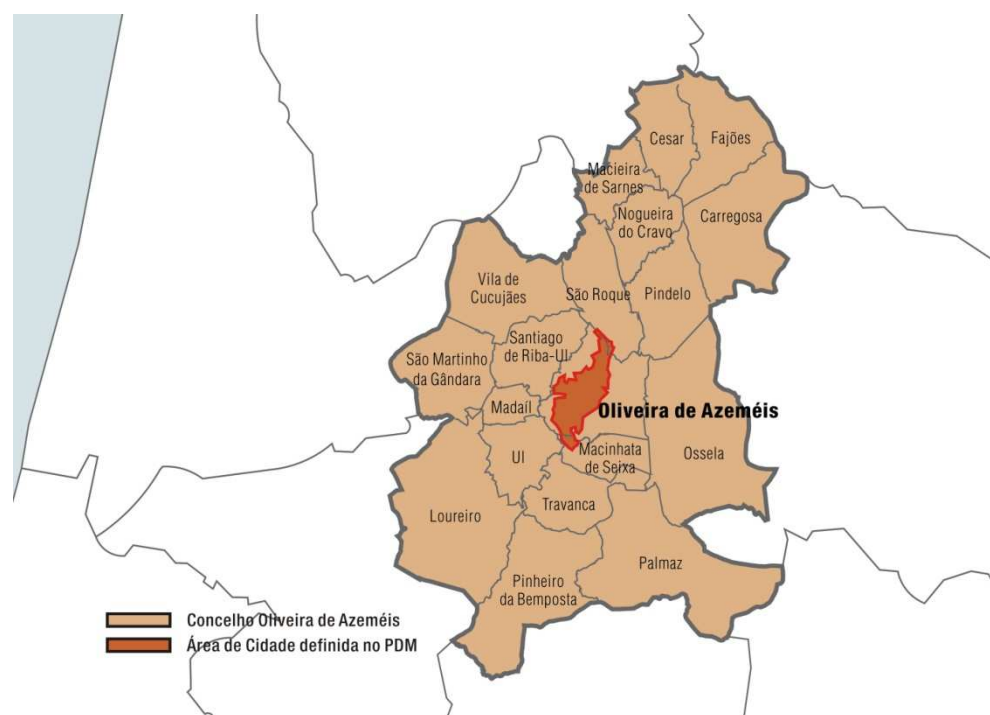


Figura 5 | Cidade de Oliveira de Azeméis no Concelho

A localização de Oliveira de Azeméis na fronteira entre as regiões Norte e Centro e as ligações administrativas estabelecidas às várias escalas (Região Norte, distrito de Aveiro, AMP, NUT III Entre Douro e Vouga) possibilitam o estabelecimento de uma rede de relações funcionais entre este concelho e as principais cidades e municípios da sua envolvente.

Desde logo, a uma escala regional, destacam-se as ligações às duas cidades próximas mais influentes: o Porto, principal cidade da Região Norte, e Aveiro, capital distrital pertencente à Região Centro.

Com efeito, Oliveira de Azeméis vê a sua articulação com a metrópole do Porto, situada a aproximadamente de 50Km (cerca de três quartos de hora de distância), facilitada e reforçada pela actual integração na AMP e, também, pela melhoria genérica das acessibilidades e associado aumento de mobilidade da população observados nos últimos anos.

Antes da inclusão na AMP, o município pertenceu à Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA), entretanto extinta e substituída pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Vouga. No entanto, apesar desta transferência da GAMA para a AMP, a cidade de Aveiro, mais próxima de Oliveira de Azeméis do que a cidade do Porto (cerca de 40Km, meia hora de distância), continua a ser um pólo fundamental para o estabelecimento de relações estratégicas, a sul, de natureza diversificada – funções administrativas de base distrital, ensino e investigação (nomeadamente através da Universidade de Aveiro), acessibilidade (porto marítimo de Aveiro, ligação viária a Espanha), entre outras.

Ilustrando esta dupla articulação, o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) classifica Oliveira de Azeméis no “Arco Metropolitano do Porto” e simultaneamente num dos “grandes corredores” de atravessamento do País, que une as metrópoles do Porto e Lisboa.

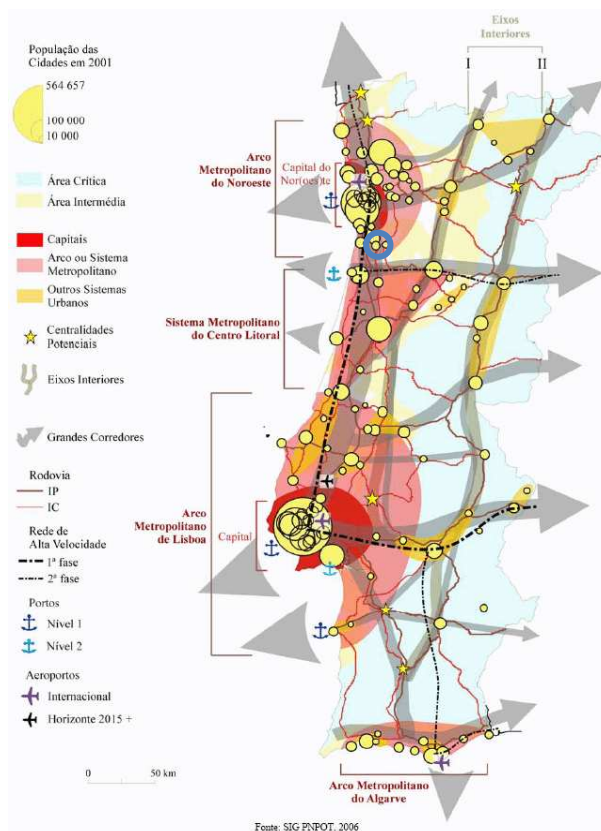


Figura 6 | Modelo territorial do PNPOT

○ - Cidade de Oliveira de Azeméis
 Fonte | www.territorioportugal.pt

A uma escala intermédia, salientam-se as relações intermunicipais dos concelhos da NUT III. Estes cinco concelhos, todos inseridos na AMP, têm conduzido um louvável esforço de desenvolvimento e promoção conjunto, que se traduziu, por exemplo, no surgimento de várias entidades de cariz associativo que perseguem estes objectivos, como a ADReDV - Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Vouga, a EDV ENERGIA - Agência de Energia do Entre o Douro e Vouga e a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM). Através destas entidades, os cinco concelhos desenvolvem um trabalho de parceria em diversos domínios: o económico (designadamente ao nível da cooperação, inovação e desenvolvimento tecnológico), a formação profissional, a promoção turística, o ambiente e os recursos energético, entre outros.

Por último, a uma escala mais próxima, detecta-se uma histórica e profunda afinidade social, cultural e económica entre Oliveira de Azeméis, São João da Madeira² e Santa Maria da Feira, que se traduz numa urbanização extensiva marcada por um contínuo entre as respectivas áreas urbanas. Efectivamente, o crescimento destes núcleos foi orientado, ao longo dos tempos, pela antiga estrada nacional nº1, ao longo da qual, a partir de cada um deles, se foram instalando pessoas e actividades.

Este crescimento esteve muito associado ao desenvolvimento industrial, detectando-se uma proliferação de empresas, cuja localização preferencial correspondeu a este eixo (principalmente entre Oliveira de Azeméis e Escapães, freguesia de Santa Maria da Feira)³, dando, assim, origem à continuidade urbano-industrial hoje existente. Deste modo, estes três núcleos formam uma conurbação⁴ que revela “alguma capacidade inovadora, mormente na indústria do calçado, cortiça e metalomecânica, apesar das limitações de estruturas de apoio”⁵.

Sendo qualquer uma destas cidades de pequena dimensão, a existência desta conurbação facilita e amplia a influência regional de cada um dos três pólos, na medida em que estes ganham maior escala, estabelecem complementaridades funcionais e exploram sinergias, gerando situações de maior competitividade mútua e de valorização das suas potencialidades, bem como multiplicando a capacidade de atracção de cada uma das três cidades.

² A 11 de Outubro de 1926, o concelho de Oliveira de Azeméis perde uma das suas freguesias, com cerca de 8 km², de onde resulta o nascimento de um novo concelho – São João da Madeira -, cuja existência foi justificada com o forte surto de industrialização de que este território foi alvo e a influência política de um industrial da região - Salgueiro, T.B. (1992), *Cidade em Portugal*. Ed. Afrontamento.

³ Para aprofundamento da evolução da estrutura industrial destes territórios consultar Costa, Isabel A. (1977), “Estudo Local: A região industrial de São João da Madeira”, In *Textos de Geografia do Ano Propedêutico*, 3º vol. 1977-78, MEICS/SEESUP, Lisboa, pp. 447-454.

⁴ Conurbação corresponde a um conjunto de aglomerados cujas expansões se foram desenvolvendo de modo a se estabelecer um contínuo urbano (DGOTDU, *Vocabulário de Ordenamento do Território*).

⁵ In *Geografia de Portugal – Planeamento e Ordenamento do Território* (2006), Vol.4, pág. 26, Coordenado por Carlos Alberto Medeiros.

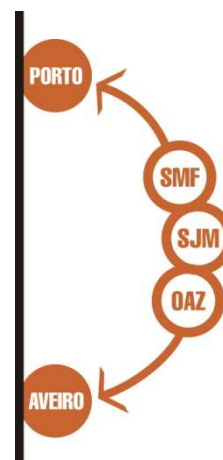


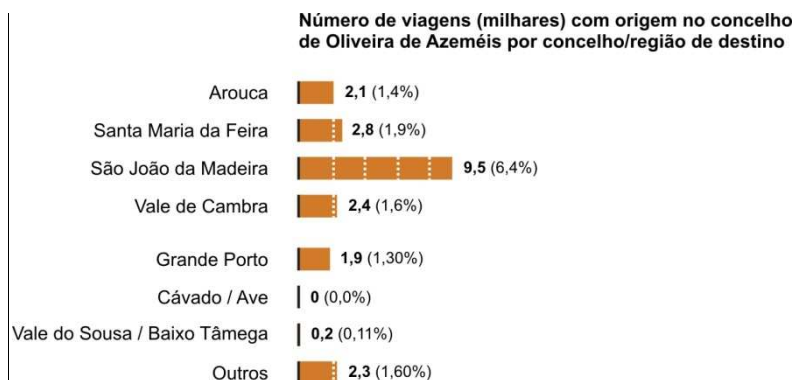
Figura 7 | Esquema síntese da influência regional da conurbação

Por outro lado, a conurbação amplia, a norte e a sul, a área de influência destas cidades. Com efeito, a maior proximidade geográfica de Santa Maria da Feira ao Porto torna as relações entre estas duas cidades naturalmente mais expressivas, podendo ser aferidas, por exemplo, através da maior intensidade dos movimentos pendulares da população residente em Santa Maria da Feira comparativamente ao observado nas outras duas cidades da conurbação⁶. De igual modo, a maior proximidade de Oliveira de Azeméis a Aveiro, reflecte-se nas relações entre estas duas urbes. Assim, a associação entre estas três cidades estende, desde logo, a sua capacidade de penetração nos dois sentidos.

Não obstante a relevância das relações estabelecidas fora do eixo urbano, é dentro deste que a mobilidade ganha maior expressão. Assim, como se pode observar pela figura seguinte, o principal destino das viagens com origem em Oliveira de Azeméis era, em 2000⁷, o concelho de São João da Madeira, representando 6,4% do total de viagens geradas, destacando-se entre os restantes concelhos da região.

⁶ O estudo “Movimentos Pendulares e Ordenamento do Território Metropolitano e Fronteiriço”, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pela Auditoria Ambiental (AA) e pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação, permite analisar o escalonamento da intensidade da ligação ao Porto no contexto do eixo urbano. De acordo com esta fonte, o concelho do Porto, em 2001, era local de destino para 5% dos trabalhadores residentes no concelho de Oliveira de Azeméis, valor significativo, mas não tão expressivo como a dependência dos concelhos de Santa Maria da Feira (15,3%) e de São João da Madeira (9,5%).

⁷ Os únicos dados disponíveis que permitem uma análise com este nível de detalhe são datados de 2000, devendo, portanto, ser interpretados com a devida reserva face à sua desactualização.



* As percentagens foram calculadas com base no número total de viagens geradas no concelho de Oliveira de Azeméis

** O gráfico não considerou as viagens intra-concelhias

Fonte | Inquérito à Mobilidade da População Residente 2000, INE/DGTT

De referir ainda que a análise da repartição geográfica das viagens, através da matriz origem/destino, permite concluir que as viagens intra-concelhias representavam, aproximadamente, 86% do total de viagens com origem em Oliveira de Azeméis. Consequentemente o peso das viagens no interior do concelho era muito superior ao das viagens para o exterior, o que indiciava um grau elevado de autonomia do concelho.



* As percentagens foram calculadas com base no número total de viagens de cada concelho com destino ao concelho Oliveira de Azeméis

** O gráfico não considerou as viagens intra-concelhias

Fonte | Inquérito à Mobilidade da População Residente 2000, INE/DGTT

Por último, salienta-se que, genericamente, existia uma maior dependência dos concelhos de Entre o Douro e Vouga em relação a Oliveira de Azeméis⁸, do que o inverso (destaca-se São João da Madeira que contém 16,3% de viagens com destino a Oliveira de Azeméis). A exceção era Santa Maria da Feira onde a importância relativa das viagens originadas em Oliveira de Azeméis com este destino era superior ao das viagens com sentido contrário.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

Segundo o modelo urbano do PNPOP, o arco metropolitano do Porto, no qual se enquadra Oliveira de Azeméis, é uma região económica e demograficamente dinâmica.

Neste ponto vamos apresentar uma análise sintética das características que nos parecem mais marcantes neste território, no que a estes dois domínios diz respeito.

2.2.1. DEMOGRAFIA

Sendo uma área do País fortemente povoada, o Norte Litoral caracteriza-se, todavia, por um povoamento difuso mas denso, não sendo o município de Oliveira de Azeméis exceção à regra. Em 2007, o concelho era local de residência de 71 322 pessoas e apresentava uma densidade populacional elevada (442,6 hab/km², índice que, para o continente, apresentava um valor de apenas 113,8 hab/km²). No entanto, indicador da difusão que caracteriza o povoamento, refira-se que em território municipal existiam 239 lugares⁹, dos quais apenas um - Oliveira de Azeméis – detém o estatuto de cidade e oito o estatuto de vilas (Censos 2001, INE).

⁸ Esta dependência é exclusivamente aferida através da análise do peso das viagens com destino em Oliveira de Azeméis e contrapondo com a importância das viagens com origem em Oliveira de Azeméis para os mesmos concelhos.

⁹ O Instituto Nacional de Estatística define um lugar como um “conjunto de edifícios contíguos ou próximos, com dez ou mais alojamentos, a que corresponde uma designação”.

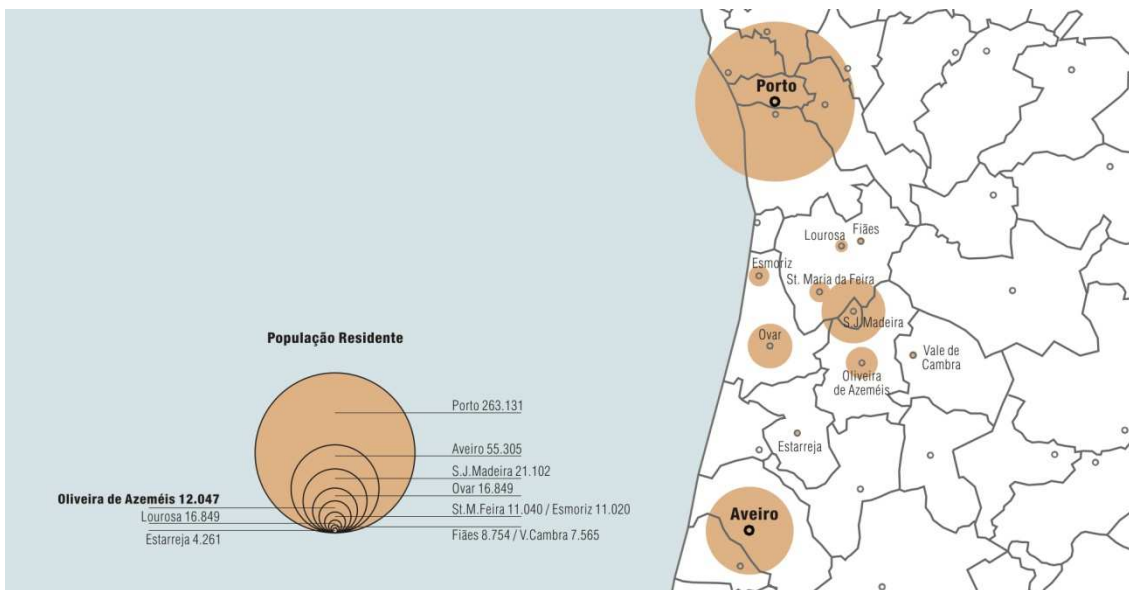
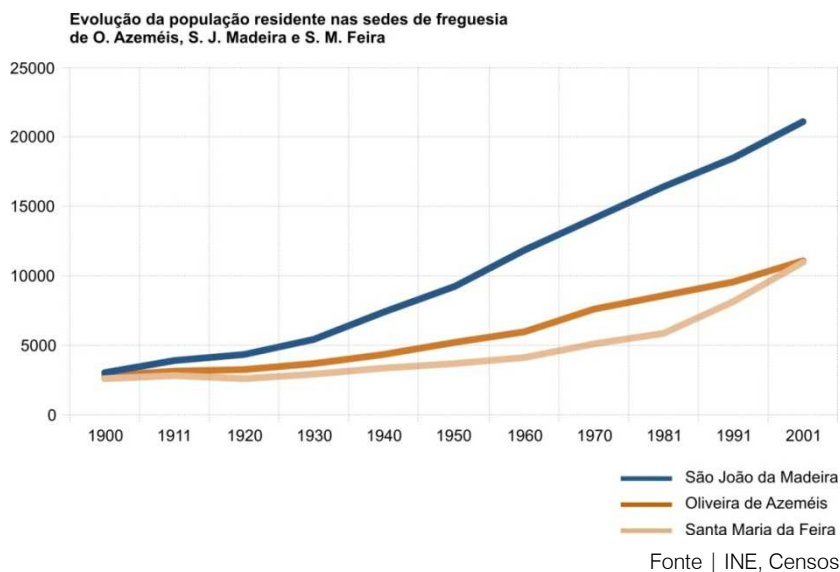
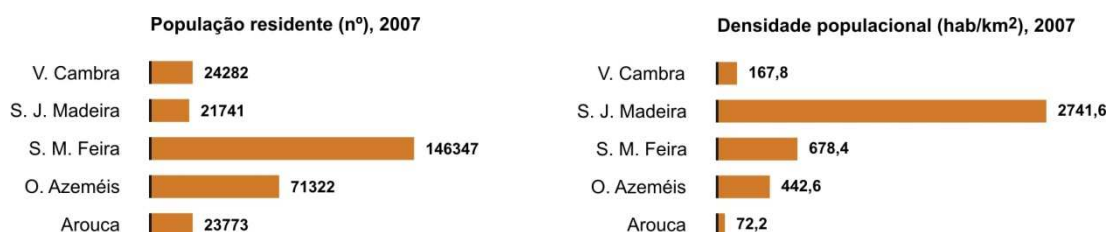


Figura 10 | População residente nas cidades da envolvente de Oliveira de Azeméis, 2001
 Fonte | INE, Censos 2001

A figura anterior representa a população residente nas cidades da envolvente de Oliveira de Azeméis. Nesta figura é perceptível a proximidade física existente entre as cidades de Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis, entre as quais se destaca claramente a cidade de São João da Madeira como aquela que apresenta maior dimensão. É também evidente a considerável dimensão populacional da cidade do Porto e, em segundo plano, da cidade de Aveiro, que constituem cidades de hierarquia superior, capitais de distrito, com as quais, como já referido, a conurbação desenvolve importantes relações a vários níveis.



Afigurando-se como uma aproximação à evolução da população residente nas três cidades do eixo urbano, ao longo do século XX, o gráfico anterior, que representa a evolução da população residente nas sedes de freguesias dos três municípios analisados, ilustra como os três territórios registaram um crescimento populacional positivo, embora com ritmos diferenciados, entre 1900 e 2001. Se, no ano de 1900, as três freguesias detinham uma dimensão mais ou menos idêntica, a evolução a partir daí ocorreu de forma bastante díspar. Com um crescimento populacional muito mais acentuado, a freguesia de São João da Madeira é, no último ano em análise, a mais populosa das três. Apesar de Oliveira de Azeméis apresentar, durante quase todo o período em análise, uma dimensão populacional superior à de Santa Maria da Feira, a diferença entre ambas, em 2001, é praticamente nula, fruto do crescimento muito forte ocorrido nesta última, a partir de 1981.



Fonte: INE | Anuário Estatístico da Região Norte 2007

À escala municipal, no contexto da NUT III Entre Douro e Vouga, os concelhos de Vale de Cambra e Arouca, com características comparativamente mais rurais, distinguem-se por apresentarem o comportamento demográfico menos positivo, registando densidades populacionais mais reduzidas e perdas de população residente.

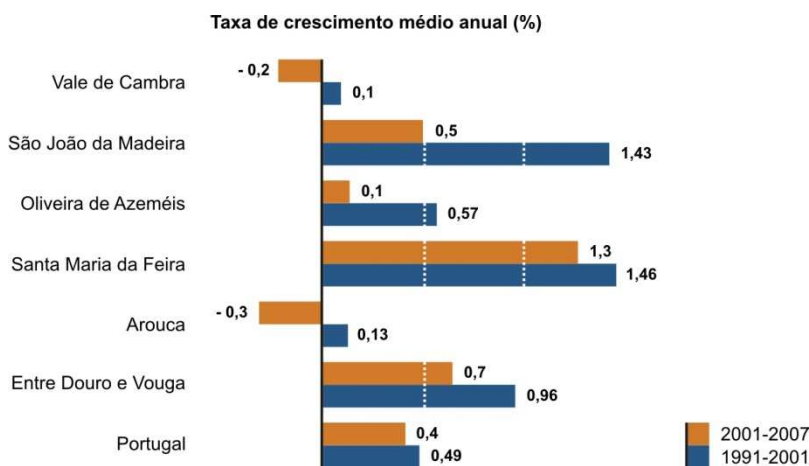
Entre os três restantes municípios, Santa Maria da Feira salienta-se por ser o mais povoado e o que apresenta maior dinamismo demográfico. Este município tem cerca do dobro de habitantes de Oliveira de Azeméis (distribuídos por uma área que é menos de 1/3 superior à de Oliveira de Azeméis) e, para além da sede de concelho, possui duas outras localidades, situadas a norte desta, com o estatuto de cidade (Lourosa e Fiães). Com efeito, na conurbação observa-se um decréscimo da taxa de crescimento populacional à medida que a distância ao Porto aumenta.

Desta forma, Santa Maria da Feira apresenta a maior taxa de crescimento efectivo da população residente, e mantém a taxa de crescimento médio anual da população sensivelmente equivalente nos períodos 1991-2001 e 2001-2007.

São João da Madeira, por sua vez, que no período 1991-2001 apresentava uma taxa média anual de crescimento populacional próxima da de Santa Maria da Feira, viu este indicador sofrer um abrandamento considerável no período compreendido entre 2001 e 2007. Este concelho destaca-se, contudo, pela sua elevada densidade populacional, resultante do facto de todo o seu território ser ocupado pela única localidade existente – a cidade sede de concelho. Com efeito, este é um dos poucos casos em Portugal em que a área da cidade e do concelho são coincidentes¹⁰. Assim, compreensivelmente, a densidade populacional do concelho é, quando comparada à dos restantes concelhos da NUT, mais elevada, pois corresponde a um índice calculado para uma área exclusivamente urbana.



Fonte: INE | Anuário Estatístico da Região Norte 2007

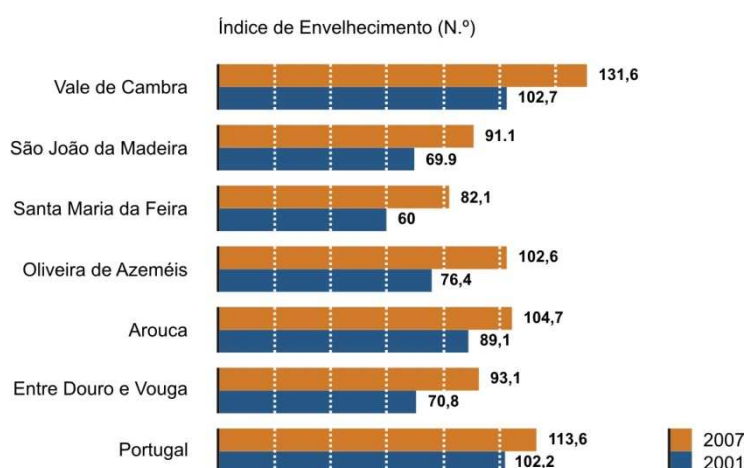


Fonte: INE | Censos 1991 e 2001 e Anuário Estatístico da Região Norte 2007

¹⁰ Para além de S. João da Madeira, os restantes casos são o Entroncamento e as cidades de Lisboa e Porto.

Oliveira de Azeméis, por seu lado, é, no conjunto dos três concelhos, aquele que apresenta a menor taxa de crescimento médio anual de residentes, nos dois períodos considerados, tendo este indicador vindo a decrescer e registando, no ano de 2007, uma perda efectiva de residentes. Com efeito, o crescimento natural da população residente no município, à semelhança das tendências nacionais, tem vindo a diminuir e a taxa de crescimento natural para este ano, sendo positiva, já não é suficiente para compensar o comportamento menos positivo da componente migratória, revelando alguma dificuldade na fixação e atracção de novos residentes.

Pode-se ainda acrescentar que, no seio do concelho, em termos de efectivos populacionais, destaca-se a capacidade de atracção das freguesias centrais do concelho – Oliveira de Azeméis e Cucujães, que representam em conjunto cerca de 30% da população total.

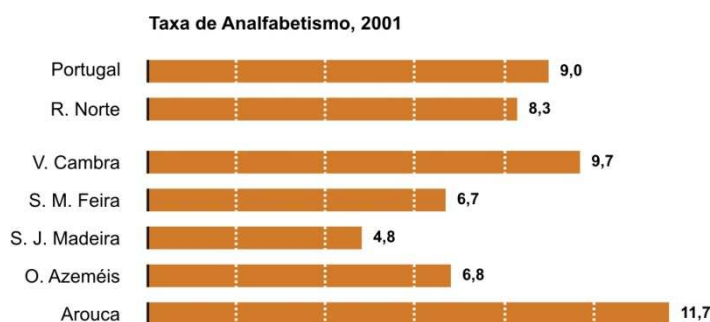


Fonte: INE | Anuário Estatístico da Região Norte 2007

As dinâmicas demográficas descritas, reflectem-se, naturalmente, na estrutura etária da população destes municípios. O índice de envelhecimento, que relaciona o número de idosos (65 e mais anos) e o número de jovens (até 15 anos de idade), denuncia que Oliveira de Azeméis apresenta uma população mais envelhecida do que o conjunto da Região Norte (102,6 idosos por cada 100 jovens em Oliveira de Azeméis e 93,1 na Região Norte), mas significativamente mais jovem do que a média nacional (113,6). Contudo, no contexto do eixo formado pelos três municípios, este concelho apresenta, em 2007, a estrutura etária mais envelhecida. Entre 2001 e 2007, este índice foi alvo de um acréscimo substancial, em todos os territórios analisados, o que denuncia que a população, embora ainda jovem, apresenta uma tendência para o envelhecimento (consequência da redução da natalidade e do aumento da esperança média de vida, fenómenos presentes na generalidade dos países europeus).

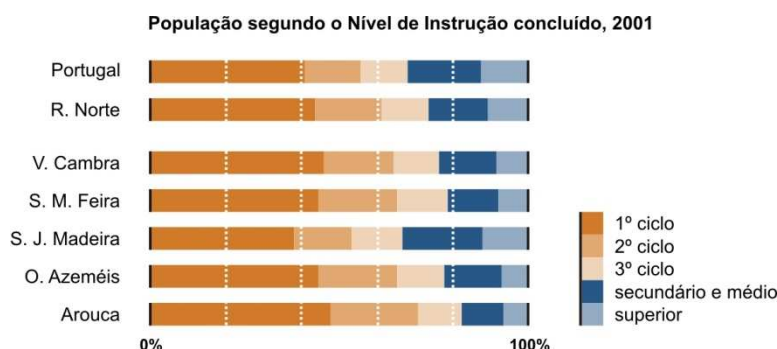
2.2.2 EDUCAÇÃO

Apesar da melhoria da instrução da população dos vários concelhos aqui em análise, observada nos últimos anos, acompanhando a tendência nacional, a dicotomia rural-urbano verificada entre os municípios de Arouca e Vale de Cambra e os restantes é acentuada, sendo estes dois municípios os únicos que apresentam taxas de analfabetismo superiores à média nacional. Os demais apresentam taxas marcadamente mais baixas, registando Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira valores idênticos.



Fonte: INE | Censos 2001

O concelho de Oliveira de Azeméis apresenta ainda valores pouco consolidados ao nível do aumento da escolaridade da população residente. Em 2001, cerca de 30% da população detinha a escolaridade obrigatória, tendo este valor registado, no entanto, um aumento significativo face a 1991 (de 14%). Contudo, continua a manifestar-se o problema de continuidade dos estudos ao nível do secundário e do superior, apresentando uma baixa proporção de habitantes com o nível superior concluído (em 2001, 11,7% da população detinha estes níveis de instrução). A população analfabeta, por sua vez, era ainda de 6,8% em 2001, apresentando-se, no conjunto dos três, como o município que detém a taxa mais elevada.



Fonte: INE | Censos 2001

Em oposição, São João da Madeira (território exclusivamente urbano) apresenta a situação mais favorável, tanto por apresentar um valor bastante reduzido de taxa de analfabetismo, como pela elevada percentagem populacional com o ensino superior concluído.

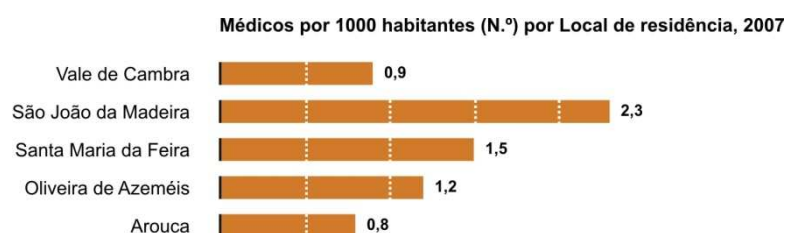
Perante tal cenário, será necessário intervir no sentido de aumentar os níveis de escolaridade e formação, de forma a garantir aos jovens melhores perspectivas para a sua vida profissional. Facilmente se reconhece e comprova que quem detém níveis de escolaridade baixos apresenta maiores dificuldades no ingresso ao mercado de trabalho; paralelamente, a população que já se encontra inserida profissionalmente, apresenta níveis inferiores de adesão e acesso a acções de formação.

A cobertura ao nível de equipamentos de ensino em Oliveira de Azeméis pode considerar-se satisfatória, pois o concelho dispõe de estabelecimentos de educação relativos a todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao superior.

A presença das duas entidades de ensino superior - Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha e a Universidade de Aveiro - tem desempenhado um papel preponderante no concelho e particularmente na cidade de Oliveira de Azeméis, não só pela formação que oferecem, mas fundamentalmente pelo dinamismo criado pela comunidade estudantil junto do comércio e serviços. Esta população estudantil assume um papel preponderante na mutação da sociedade civil em geral, no desenvolvimento de movimentos cívicos e na dinamização do associativismo local, designadamente pela participação em eventos culturais e desportivos. Neste sentido, a dinâmica incutida por esta população universitária (parte da qual com origem noutras realidades geográficas) é benéfica para a cidade de Oliveira de Azeméis, pelo que a sua presença deve continuar a ser promovida.

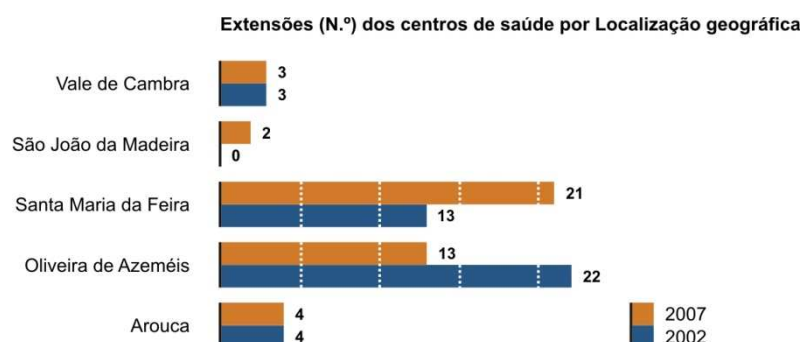
2.2.3. SAÚDE

Ainda no âmbito do fenómeno demográfico e em termos dos equipamentos e serviços capacitados para dar resposta às necessidades do efectivo populacional, pode-se referir que, na área da saúde, o concelho de Oliveira de Azeméis apresenta um rácio de médicos por 1000 habitantes intermédio – inferior ao de São João da Madeira e de Santa Maria da Feira, mas superior ao dos concelhos de Arouca e Vale de Cambra, estando uma vez mais presente o desequilíbrio entre a realidade vivida pelos concelhos mais urbanos e os mais rurais.



Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, 2007

No que respeita à oferta de centros de saúde, cada um dos concelhos da NUT III Entre Douro e Vouga detém um centro de saúde sem internamento. Em termos de extensões, Oliveira de Azeméis não detém nenhuma destas unidades, uma vez que este território, no período 2002-2007, foi alvo de um movimento de encerramento deste tipo de unidades, contrariamente ao sucedido nos restantes concelhos, que mantiveram ou aumentaram o seu número.



Fonte: INE, Inquérito aos Centros de Saúde, 2007.

2.2.4. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

As características demográficas do Norte Litoral, nomeadamente a abundância de mão-de-obra, foram factores determinantes para a industrialização extensiva observada, contribuindo para que o sector secundário se tornasse a base da estrutura económica da região. Apesar de este se apresentar dinâmico, assenta sobretudo numa estrutura na qual predominam as pequenas indústrias de cariz (quase) familiar. Não obstante, existem diversos exemplos de empresas que têm progredido e profissionalizado as suas práticas de gestão, tendo mesmo, algumas delas, alcançado dimensão internacional. Neste contexto, importa ainda referir que Oliveira de Azeméis

é o segundo concelho da NUT Entre Douro e Vouga que mais exporta para os países da União Europeia (principalmente para França, Espanha, Reino Unido e Alemanha)¹¹.

Em traços gerais, estas características são observáveis no eixo formado pelos três concelhos – Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis -, denotando-se uma localização preferencial das unidades industriais nas freguesias mais urbanas.

Observa-se uma especialização nos ramos de actividade tradicionais da indústria transformadora, particularmente o calçado e a metalurgia, existindo, dentro destes ramos, alguma diversificação em termos das actividades e dos produtos fabricados. É ainda possível encontrar empresas que exploraram os efeitos de *clustering* que se foram fortalecendo neste território. Disso é exemplo, no concelho de Oliveira de Azeméis, o desenvolvimento da indústria vidreira (que ocorreu nos finais do século XIX/início do século XX, associado à proximidade de matérias-primas, designadamente as areias e o caulino de S. Roque) que resultou no crescimento da indústria de moldes industriais¹², e, por sua vez, no aparecimento da indústria dos plásticos.

Paralelamente, cada pólo da conurbação vive uma certa especialização industrial. Sendo o sector do calçado e da metalomecânica comum aos três municípios, Oliveira de Azeméis distingue-se no fabrico de peças e acessórios para o sector automóvel (metalomecânica), na indústria dos plásticos e na indústria agro-alimentar. Já as especificações da actividade industrial no município de Santa Maria da Feira residem na transformação de cortiça.

Ainda no contexto económico e social, e aprofundando a análise sobre as características observáveis no concelho, salienta-se que Oliveira de Azeméis, de acordo com um estudo sobre a exclusão em Portugal Continental¹³, apresenta características que o afirmam como “território

¹¹ Os produtos mais exportados são os plásticos e derivados, pasta de madeira e outras matérias fibrosas celulósicas e peles, couros e derivados.

¹² Costa, Isabel A. (1977), “Estudo Local: A região industrial de São João da Madeira”, In *Textos de Geografia do Ano Propedêutico*, 3º vol. 1977-78, MEICS/SEESUP, Lisboa, pp. 447-454.

¹³ “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental” in Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oliveira de Azeméis, Conselho Local de Acção Social de Oliveira de Azeméis, Janeiro 2007 (estudo que constrói tipologias para os concelhos do Continente, com base nas situações de inclusão/exclusão e de pobreza).

industrial com forte desqualificação”¹⁴. Este assume algum destaque no que respeita ao peso da população do continente e é marcado por uma forte vitalidade demográfica e um acentuado dinamismo de base industrial. Caracteriza-se ainda por apresentar grande parte da sua população a viver em centros com menos de 5000 habitantes e ostentar baixos níveis de infra-estruturação (particularmente ao nível do saneamento básico e do acesso à Internet). De acordo com o referido estudo, a população deste território é muito pouco escolarizada e apresenta taxas altas de abandono escolar, o que se vem a repercutir no exercício de profissões desqualificadas.

Com efeito, os territórios assentes num modelo industrial baseado na exploração de mão-de-obra desqualificada, como é, de certo modo, o caso de Oliveira de Azeméis, deparam-se com novos desafios, face ao novo enquadramento do mercado mundial, que subtraem a este modelo a vantagem competitiva que detinham aquando do início do seu desenvolvimento económico. Factores como a adesão dos novos membros à União Europeia, a deslocalização de empresas, as consequências inerentes à liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário e, mais recentemente, a crise dos mercados mundiais e a perda de dinâmica do sector automóvel podem, pois, ter fortes efeitos sobre a economia do concelho.

Observando de seguida alguns indicadores do emprego, verifica-se que o concelho de Oliveira de Azeméis apresentava, em 2001, uma taxa de actividade de 52,2%, (superior às taxas registadas na NUT Entre Douro e Vouga, na região Norte e no País). A taxa de desemprego é inferior à apresentada pelas restantes áreas territoriais analisadas, embora (de acordo com o Diagnóstico Social do concelho) se tenha vindo a registar um aumento progressivo do desemprego desde esta data. De salientar, ainda, que o número de mulheres sem actividade económica é muito superior ao dos homens.

¹⁴ Note-se que neste estudo o conceito de desqualificação adoptado é entendido de modo mais abrangente do que o mero acesso aos recursos económicos e materiais, procurando analisar também um conjunto de situações sociais e pessoais.

ÁREA TERRITORIAL	POPULAÇÃO TOTAL N.º	POPULAÇÃO EMPREGADA N.º	TAXA DE ACTIVIDADE %	TAXA DE DESEMPREGO %
Concelho de Oliveira de Azeméis	36.882	35.458	52,2	3,9
NUT III Entre Douro e Vouga	141.608	134.971	51,2	4,7
Região Norte	1.775.015	1.656.103	48,1	6,7
Portugal	4.990.208	4.650.947	48,7	6,8

Quadro 1 | População Residente, População Empregada, Taxa de Actividade e Taxa de Desemprego, 2001
Fonte | INE, Censos 2001.

A análise do emprego por sector de actividade denuncia que a presença do sector primário na estrutura económica do concelho de Oliveira de Azeméis pode considerar-se marginal, face à diminuta importância que detém no volume de emprego (cerca de 1%). Na maioria das freguesias, onde a indústria, o comércio e os serviços foram ganhando espaço, a agricultura quase não se pratica. Contudo, em alguns casos, surge como rendimento extra ou complementar ao salário auferido noutra sector económico.

Em Agosto de 2004, no concelho de Oliveira de Azeméis, estavam registadas 3.574 empresas que empregavam 33.766 trabalhadores, maioritariamente ligadas aos serviços, construção e comércio e à indústria transformadora. No entanto, em termos de volume de emprego, a indústria transformadora absorve a grande maioria dos trabalhadores (70%), sendo responsável por cerca de 26 mil postos de trabalho (2004, Base de Dados da Segurança Social).

Assim, o tecido empresarial do concelho concentra-se nas actividades do sector secundário, principalmente na indústria transformadora, estando mais de metade do emprego que lhe é afecto localizado nas freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Roque e Vila de Cucujães.

De acordo com os quadros de pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – GEP, MTSS (que contabilizam os trabalhadores por conta de outrem em entidades privadas e os contratos individuais de trabalho no caso de entidades públicas), apesar do elevado peso assumido pela indústria transformadora na estrutura económica do concelho, registou-se um decréscimo no período compreendido entre 1991-2006 ao nível do número de estabelecimentos e pessoal ao serviço neste sub-sector (com especial ênfase no número de estabelecimentos).

Em 2006, de acordo com a fonte supracitada, foram contabilizados 2.610 estabelecimentos (a maioria micro e pequenas empresas¹⁵) que correspondiam a 26.457 empregos.

	1991	1996	2000	2006
Agricultura e pecuária	1,0	1,1	1,2	3,2
Extracção de minerais não metálicos e rochas industriais	0,4	0,3	0,3	0,2
Indústria transformadora	54,7	47,5	42,7	35,0
Electricidade, gás e vapor	0,1	0,1	0,3	0,2
Construção	8,2	8,3	9,5	8,1
Comércio (a grosso e retalho, inclui automóveis e reparação de bens pessoais e domésticos)	20,0	26,7	26,4	26,7
Restaurantes e estabelecimentos de bebidas e hotéis	3,6	5,2	5,2	5,6
Transportes e comunicações (inclui agências de viagens, agentes transitários e CTT)	1,6	1,6	1,8	2,6
Bancos, seguros e operações sobre imóveis	1,0	1,9	3,3	2,2
Actividades de serviços prestados principalmente às empresas	1,9	3,4	4,7	7,5
Serviços sociais e pessoais	7,5	4,0	4,8	8,9

Quadro 2 | Evolução do número de estabelecimentos por actividade económica (%)
Fonte | GEP, MTSS, Quadros de Pessoal, 1991, 1996, 2000 e 2006.

	1991	1996	2000	2006
Agricultura e pecuária	0,2	0,6	0,5	0,7
Extracção de minerais não metálicos e rochas industriais	0,2	0,2	0,2	0,2
Indústria transformadora	80,0	74,7	71,3	67,4
Electricidade, gás e vapor	0,3	0,2	0,3	0,1
Construção	4,8	5,5	7,0	5,9
Comércio (a grosso e retalho, inclui automóveis e reparação de bens pessoais e domésticos)	6,9	10,2	9,7	9,6
Restaurantes e estabelecimentos de bebidas e hotéis	1,0	1,7	1,7	1,8
Transportes e comunicações (inclui agências de viagens, agentes transitários e CTT)	2,4	2,1	2,5	3,0
Bancos, seguros e operações sobre imóveis	0,7	1,0	1,3	1,6
Actividades de serviços prestados principalmente às empresas	0,7	1,5	2,3	4,2
Serviços sociais e pessoais	2,8	2,4	3,2	5,5

Quadro 3 | Evolução do número de pessoas ao serviço por actividade económica (%)
Fonte | GEP, MTSS, Quadros de Pessoal, 1991, 1996, 2000 e 2006.

¹⁵ Empresas que têm menos de 10 trabalhadores e menos de 50 trabalhadores, respectivamente.

Em termos de sectores de actividade, conforme se constata pelas figuras anteriores, o tecido empresarial de Oliveira de Azeméis é maioritariamente constituído por empresas do sector secundário, seguindo-se o sector terciário, que regista neste período um aumento das actividades diversas, fundamentalmente nos serviços sociais e pessoais, nos serviços prestados às empresas e nos transportes e comunicações.

Efectivamente, o sector secundário é ainda o maior empregador do concelho, destacando-se a indústria transformadora, no seio da qual se evidenciam cinco grandes grupos de actividades presentes em Oliveira de Azeméis:

- > Fabrico de calçado e seus componentes;
- > Metalomecânica (fabrico de máquinas e equipamento especializado);
- > Fabrico de artigos de matéria plástica e de produtos de borracha;
- > Agro-alimentar (essencialmente lacticínios, transformação de arroz e transformação de aves e seus derivados);
- > Madeira, cortiça e mobiliário (onde se inclui o fabrico de colchões).

Analisando o seu desempenho no concelho no referido período, verifica-se que a actividade que sofreu maiores decréscimos foi a do calçado, apesar de o fabrico deste e dos seus componentes ser ainda a que mais contribui para a criação de emprego (representou, em 2006, cerca de 33% do total do emprego gerado pela indústria transformadora).

A metalomecânica, que se divide-se em três grupos de actividades - o fabrico de máquinas e equipamento especializado (essencialmente para a indústria do calçado e dos moldes); o fabrico de componentes em metal para a indústria automóvel e um grupo mais heterogéneo de actividades de transformação do metal (tais como o fabrico de moldes em metal para a indústria de injecção de plástico e o fabrico de louça e utilidades domésticas em metal) é a segunda maior actividade em termos de representação de emprego. Neste contexto, o fabrico de máquinas e equipamentos foi a actividade que mais cresceu, representando, em 2006, 9,3% do volume de emprego afecto à indústria transformadora.

A par destas actividades destacam-se ainda, pelo volume de emprego que geram no concelho, a fabricação de máquinas e equipamento de uso geral, a indústria alimentar e das bebidas e a indústria têxtil.

De referir ainda que a estrutura económica de Oliveira de Azeméis se distingue pela presença de algumas empresas que constituem unidade industriais de referência no panorama nacional e mesmo internacional, o que se traduz numa marca de prestígio deste território. Entre estas contam-se os grupos Simoldes, Silamos, Lactogal e as empresas Molarte, Saludães, entre outras.

	ESTABELECIMENTOS	PESSOAS AO SERVIÇO
Indústria alimentar e das bebidas	7,1	6,7
Indústria têxtil	5,8	3,4
Curtimenta e fabrico de artigos em pele de uso pessoal	1,3	0,4
Indústria do calçado	42,2	32,9
Serração e obras de madeira	4,6	1,4
Fabrico de pasta de papel e cartão	1,1	0,7
Edição e impressão	2,3	1,3
Fabricação de tintas e vernizes e outros produtos químicos	0,3	0,0
Fabricação artigos de borracha e matérias plásticas	3,5	13,7
Fabricação de vidro e artigos de vidro	0,1	0,2
Fabricação de produtos de betão, gesso, cimento e marmorite e outros produtos minerais não metálicos	1,0	0,3
Fabricação de produtos metálicos em geral	14,6	10,7
Fabricação de máquinas e equipamento de uso geral	9,3	15,1
Fabricação de equipamentos eléctricos e electrónicos	1,0	0,3
Fabricação de componentes para automóveis e fabricação de motociclos e bicicletas	1,4	8,6
Fabricação de mobiliário e colchões	3,5	4,1
Outras indústrias transformadoras	0,9	0,2

Quadro 4 | Indústria Transformadora: Estabelecimentos e Pessoas ao Serviço, 2006 (%)
Fonte | GEP, MTSS, Quadros de Pessoal, 2006.

Relativamente ao sector terciário, este representava, em 2006, cerca de 30% dos trabalhadores do concelho, com principal destaque para os sub-sectores do comércio e serviços sociais às pessoas e empresas.

Importa ainda acrescentar nesta análise que não é de descurar o facto de, para além do emprego (e simultaneamente o desemprego) ser, por si só, uma variável bastante mutável no tempo, o comportamento do mercado de trabalho ter sofrido alterações substanciais desde 2001 até ao momento actual. As alterações que têm ocorrido no sistema produtivo, nomeadamente a passagem da produção organizada em quadros organizacionais rígidos para um novo sistema produtivo caracterizado pela diversidade, flexibilidade, inovação e cooperação, repercutem-se directamente no mercado de emprego. Este novo modelo implica o aumento de competências, iniciativa, responsabilidade e aprendizagem contínua dos recursos humanos e depende dos processos de mudança protagonizados pelos actores sociais e dos seus valores e interesses relativos a determinado sector ou região.

No âmbito da análise dos espaços industriais, refira-se que o concelho dispõe de diversas áreas com estas características, entre as quais se encontram a área industrial de Oliveira de Azeméis/Santiago de Riba-UI, a Zona Industrial de Cesar/Fajões/Carregosa, Zona industrial de UI/Loureiro, a Zona Industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo, a Zona Industrial de Fontanheira, entre outras. Na cidade, para além da área industrial de Oliveira de Azeméis/Santiago de Riba-UI, identifica-se o espaço industrial onde está instalada a Lactogal.

Ressalta ainda a elevada dispersão dos espaços industriais existentes no município e a detecção de deficiências ao nível da sua infra-estruturação.

Para além das áreas adscritas à actividade industrial e empresarial, existe ainda um número elevado de unidades industriais em actividade localizado fora destas zonas específicas. Constata-se assim que a distribuição dos estabelecimentos industriais e empresariais no concelho tem sido feita de modo disseminado e desordenado. Verifica-se, contudo, uma maior densidade empresarial nas freguesias a norte do concelho – Oliveira de Azeméis, São Roque e Cucujães -, que concentram mais de 50% dos trabalhadores da indústria transformadora.

A inexistência de espaço disponível nas zonas industriais e a antiguidade de algumas destas indústrias (que se foram instalando antes de ser definido no concelho qualquer tipo de zona afecta às actividades industriais) foram os principais factores que facilitaram a proliferação destas actividades pelo território do concelho.

No entanto, a competitividade dos concelhos assenta cada vez mais na capacidade de atracção de empresas inovadoras, com poder de internacionalização e aptas a dar uma resposta eficaz às normas de certificação, o que implica garantir a oferta de áreas infra-estruturadas e dotadas de

equipamentos que respondam às necessidades emergentes. Assim, é urgente orientar a política do concelho para o ordenamento das indústrias e empresas instaladas, tendo em conta a procura existente de novas instalações, nomeadamente através da criação de parques empresariais. Estes devem ser planeados em função das unidades industriais a instalar, quer em termos de sectores de actividade, quer de dimensão das unidades e das suas futuras necessidades de expansão.

No processo de reforço de competências e de qualificações a que o sistema industrial do concelho está forçado, ganha expressão a necessidade da constituição de parques empresariais integrados fisicamente, ou garantindo acesso facilitado a serviços e instituições de apoio à inovação e desenvolvimento, designadamente centros de formação profissional e entidades de I&D.

Esta necessidade é ainda mais urgente se for considerado o facto de o concelho apresentar potencialidades para acolher novos projectos industriais em áreas de ponta (robótica, design industrial, sistemas de informação para a produção, biotecnologia, energias renováveis, etc.). Considerando a economia actual, a diversificação das actividades pode significar a renovação da dinâmica empresarial do concelho e da região¹⁶.

¹⁶ "O tecido empresarial de Oliveira de Azeméis face aos desafios da qualificação e da competitividade" (2008), Estudo elaborado pela Universidade de Aveiro para a Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis, pp. 78.

2.3. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

Neste ponto apresenta-se um breve diagnóstico da situação existente na cidade referente a um conjunto alargado de aspectos de natureza física. Num primeiro ponto, analisam-se questões de natureza ambiental – designadamente a morfologia e a estrutura verde. O segundo ponto é dedicado à estrutura urbana, edificado, espaço público e equipamentos. Esta análise é ainda complementada com um último ponto dedicado ao estudo das infra-estruturas de saneamento básico e gestão de resíduos.

2.3.1. MORFOLOGIA DO TERRENO E ESTRUTURA VERDE

O concelho de Oliveira de Azeméis apresenta uma vasta diversidade orográfica, ocupando uma área de transição entre a serra e o litoral. O concelho situa-se na base do sistema montanhoso da Serra da Freita, que ocupa a zona nordeste e nascente (Cesar, Fajões, Carregosa, Ossela e Palmaz), tornando-se o relevo claramente menos acidentado para oeste, em direcção ao litoral.

A cidade ocupa uma área de declives acentuados, tendo o núcleo mais antigo aproveitado uma área de planalto para a sua implantação. O crescimento da cidade exigiu, contudo, a expansão para outras áreas, estando esta condicionada pelas características topográficas que contribuem para a desarticulação observada no tecido urbano.

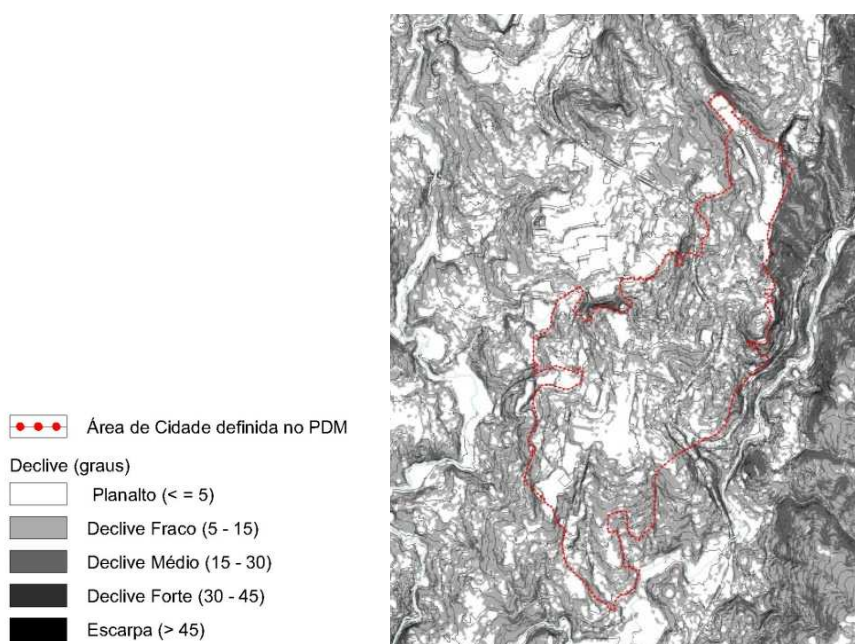


Figura 11 | Carta de Declives da Cidade

A cidade de Oliveira de Azeméis encontra-se circunscrita por áreas de declives e relevo acidentado, cobertas por vegetação natural (que se traduzem em áreas florestais e de REN), que originam uma forte presença do elemento verde em seu redor.

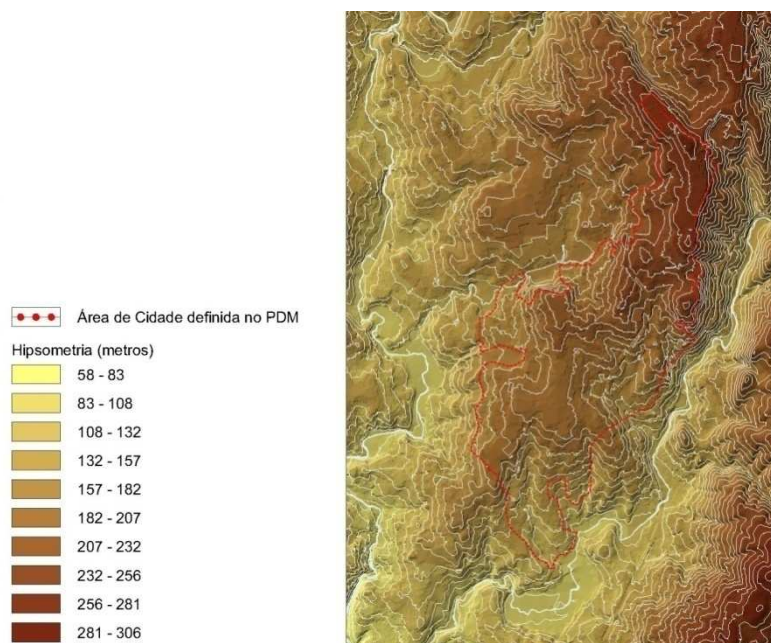


Figura 12 | Carta Hipsométrica da Cidade

A cidade desenvolve-se ao longo de uma linha de fecho, no sentido norte-sul, envolvida a nascente pelo rio Antuã e a poente pelo rio UI¹⁷. Devido às condições naturais e à morfologia do terreno, verifica-se a existência de diversas áreas com valor natural, especialmente junto às margens dos rios e ribeiras que compõem a rede hidrográfica. Assim, para além dos rios a nascente e poente da cidade que se juntam a sul, o rio Cercal completa o fecho da cintura hidrográfica, a norte. Este sistema está na base da constituição da estrutura ecológica, enquadrando-se em REN, criando corredores verdes ao longo dos rios e ribeiras existentes, facilmente identificáveis na cidade. Ao longo das margens dos rios são também visíveis moinhos de água, na sua maioria abandonados e em mau estado de conservação.

¹⁷ Para além destas duas linhas de água, o concelho é também atravessado pelo rio Caima. Os vales destes três rios dão a continuidade e conexão espacial ao território municipal.

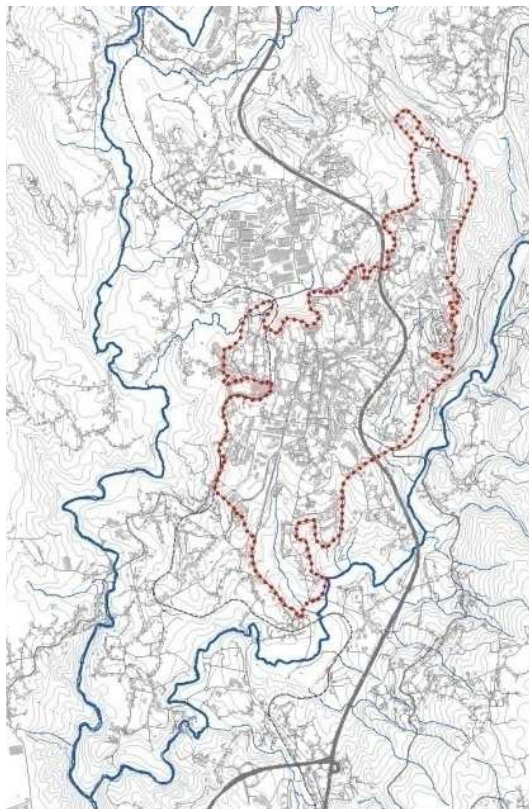


Figura 13| Enquadramento da cidade entre ao Rios Ul e Antuã

O rio Antuã, que se estende por 38,3 km e é o mais importante recurso hídrico do concelho, nasce no município de Santa Maria da Feira e desagua na ria de Aveiro. Encontra-se fortemente poluído, fruto da falta de saneamento e da existência de ribeiras contaminadas, nomeadamente a ribeira do Pintor, a norte (Nogueira do Cravo). O troço próximo da nascente é caracterizado pela sua boa qualidade, verificando-se o aumento dos níveis de matéria orgânica e parâmetros químicos ao atravessar São João da Madeira. No entanto, as principais fontes de poluição do rio Antuã são, sem dúvida, os efluentes urbanos, devido à falta de saneamento básico das freguesias que atravessa. Como afluentes adjacentes à cidade destacam-se as ribeiras do Cercal e da Portela.



Figuras 14 e 15 | Rio Antuã e Rio UI

O rio UI, que se estende por 23 km e pertence à bacia hidrográfica do rio Antuã, nasce em Fajões (portanto, em território municipal) e desagua no rio Antuã. É o rio que apresenta melhor qualidade da água, apesar de receber efluentes e respectiva carga poluente do concelho de São João da Madeira, bem como de algumas freguesias de Oliveira de Azeméis. Próximas da cidade, as ribeiras da Pereira e de Lações são seus afluentes. Dentro do aglomerado destaca-se a ribeira de Lações, que atravessa a cidade de nascente para poente.

O rio Cercal, com um curso de 7,5 km entre as freguesias de Santiago de Riba-UI e Cucujães, é um afluente do rio UI. O início do seu percurso encontra-se bastante poluído devido à zona industrial de Nogueira do Cravo, diminuindo os níveis de poluição à medida que se aproxima da foz.

Para além destas áreas, outras constituem referências na paisagem da cidade, pela sua dimensão e homogeneidade: é o caso do conjunto arbóreo do Parque de La Salette (a nascente), da baixa agrícola de Silvares (a sul) e ainda de algumas quintas existentes no perímetro urbano, que funcionam como bolsas de reserva de espaços verdes, embora de forma fragmentada, criando na paisagem a ilusão de verde urbano público. Algumas destas quintas comportam edifícios de interesse patrimonial, com forte potencial de utilização.

2.3.2. ESTRUTURA URBANA: EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO

O desenvolvimento da cidade de Oliveira de Azeméis surge associado ao estabelecimento do tradicional eixo viário de ligação entre o Porto e Lisboa - a antiga Estrada Nacional 1 (EN1), que tem raízes na Estrada Romana e na Estrada Real -, e, mais recentemente, ao Itinerário Complementar 2 (IC2). Esta evolução urbana, que correspondeu à ocupação não planeada do solo ao longo das vias de comunicação (caminhos, ruas, estradas), definiu eixos de crescimento (principalmente a norte do concelho), resultando numa ocupação urbana caracterizada pela linearidade.

Mais de metade da população do concelho concentra-se no eixo constituído por Oliveira de Azeméis/Santiago de Riba-Ul/Cucujães e S. Roque/Nogueira/Pindelo, integrando uma nebulosa edificada que se estende por S. João da Madeira e Santa Maria da Feira¹⁸. Este contínuo urbano a norte, suportado pelas relações funcionais entre os diversos aglomerados que por sua vez são reforçadas pela proximidade territorial entre eles, caracteriza-se, de uma forma geral, pela edificação fragmentada e dispersa. Com efeito, este contínuo é frequentemente interrompido por terrenos agrícolas ou florestais, criando vazios urbanos articulados por uma rede viária pouco estruturada e perceptível.

Entre os aglomerados que integram este eixo destaca-se, pela sua dimensão, a cidade de Oliveira de Azeméis, que se estende até Santiago de Riba-Ul.

As características do povoamento nesta área fazem com que os limites da cidade sejam muito difusos. Na análise que se segue, consideram-se, para além da área de cidade definida em PDM (datado de 1995), outros territórios da sua envolvente com os quais a cidade tem ligações profundas e cuja evolução tem fortes repercussões sobre o núcleo urbano mais restrito¹⁹.

Desta leitura conjunta, constata-se existir um quadro de tecidos heterogéneos, que configuram uma realidade urbana fragmentada. Para sistematizar a sua análise, procedeu-se à divisão desta área em 13 unidades homogéneas de caracterização, identificadas na figura seguinte.

¹⁸ Plano Director Municipal de Oliveira de Azeméis, Diagnóstico Síntese, Dezembro de 2006.

¹⁹ Note-se que, de acordo com o PDM, entende-se por Perímetro Urbano o conjunto dos Espaços Urbanos, Urbanizáveis e dos Espaços Industriais que lhes sejam contíguos, e que compreendem, no âmbito deste Plano a Área de Cidade, as Áreas a Consolidar, as Áreas de Transição e as Áreas de Indústria contíguas e, por isso, são centros privilegiados das funções residenciais, comerciais e de serviços (artigo 4º).

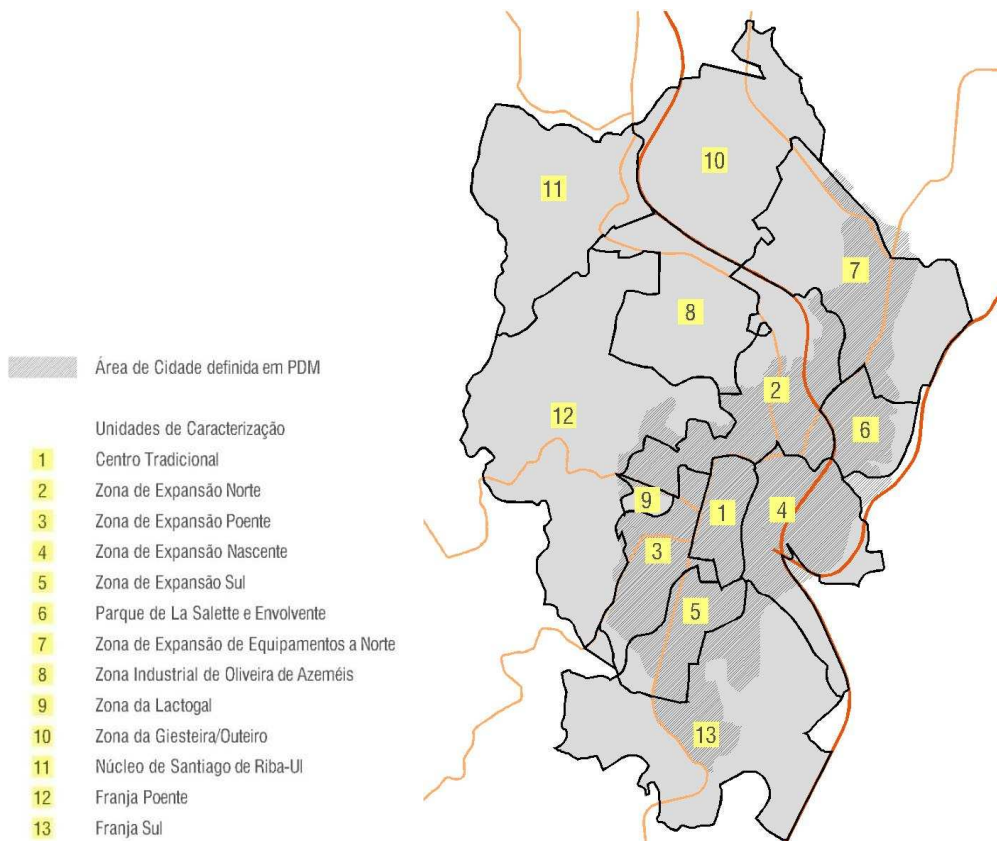


Figura 16 | Unidades de Caracterização – Cidade de Oliveira de Azeméis

De seguida apresenta-se esta análise, num primeiro momento, numa óptica do seu desenvolvimento e crescimento (atendendo principalmente ao edificado e equipamentos) e, num segundo momento, centrada na caracterização do espaço público.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA E EDIFICADO

**Centro Tradicional**

O núcleo principal da cidade, identificado como o centro tradicional, surge associado ao eixo formado pelas ruas Dr. Bento Carqueja e Dr. António Alegria (que outrora constituíram o traçado da antiga EN1 dentro da cidade) e ao eixo correspondente à Avenida Dr. António José de Almeida (construída nos anos 40). Ambos com uma orientação norte/sul, resultante de uma lógica de aproveitamento das condições naturais do terreno (declives, orientação, exposição), estruturam um núcleo urbano consolidado e com forte identidade, onde se integra o principal conjunto de construções com valor histórico e patrimonial.



Figura 17 | Casa dos Côrte-Real

Entre estes edifícios destacam-se, ao longo do eixo da antiga EN1, a Igreja Matriz (Imóvel de Interesse Público, construído no século XVIII), o Marco Miliário, os Paços do Concelho, a Casa dos Côrte-Real (Imóvel de Interesse Público, construído no século XVII), a Casa de Bento Carqueja, a Casa-Museu Regional, a Casa dos Sequeira Monterrosos, algumas “Casas de

Brasileiro²⁰ (Infantário da Misericórdia e Casa da Família Alegria) e os monumentos a Bento Carqueja e a Ferreira de Castro. Na Avenida Dr. António José de Almeida (paralela da EN1, a nascente), localiza-se uma agência bancária e um edifício de escritórios (projectos da autoria do arquitecto Siza Vieira que constituem referências na arquitectura contemporânea nacional), o edifício do Tribunal da Justiça (da autoria do Professor Carlos Ramos) e algumas casas ao estilo “Português Suave²¹” (Raul Lino²²). Em redor do Jardim Municipal (Praça José da Costa), no remate desta avenida, localiza-se o Salão Nobre da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, o Mercado Municipal e a Estação dos Correios.



Figura 18 | Igreja Matriz e Salão Nobre

Ao simbolismo central e institucional desta unidade, associa-se o aparecimento de funções complementares de comércio e serviços, destacando-se a central de camionagem (de um operador privado – TRANSDEV) e o Cineteatro “Caracas”, principal equipamento cultural da cidade, para o qual estão previstas obras de ampliação.

²⁰ As casas de “Estilo Brasileiro”, fruto das riquezas obtidas no Brasil, são caracterizadas pelo uso de elementos arquitectónicos e construtivos, tais como o azulejo e o ferro forjado. Frequentemente, a “casa de brasileiro” contém, na sua concepção, alguns elementos curiosos, designadamente, uma torre, bem visível e bem afirmativa, e um jardim tropical que abriga espécies importadas e cujo desenho denota algum cuidado. Integrada ou não neste jardim, muitas das vezes encontra-se uma grande palmeira que, tal como a torre, é bem visível à distância.

²¹ Designação que tem servido de rótulo a um conjunto de construções concretizadas no decorrer dos anos 40, fruto da homogeneidade arquitectónica que o regime de Salazar impusera aos profissionais nacionais.

²² Na cultura do “Portugal contemporâneo”, o nome do arquitecto Raul Lino (1879-1974) aparece sistematicamente conotado com o fenómeno da chamada “casa portuguesa”, uma manifestação arquitectónica anti-moderna, de cariz conservador e nacionalista.

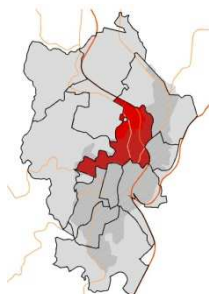
O esvaziamento deste núcleo central da função habitacional tem vindo a acentuar-se, fruto da alteração dos usos de algum edificado para a instalação de serviços e da oferta de novas construções noutras áreas da cidade, identificando-se pontualmente algum edificado devoluto e em mau estado de conservação, frequentemente associado ao envelhecimento dos seus proprietários.

Recentemente verificou-se uma requalificação do espaço público neste núcleo, através do condicionamento do tráfego automóvel e da pedonalização de algumas artérias, que passaram a adquirir novas funcionalidades. Apesar desta intervenção, persiste alguma diminuição da procura do comércio tradicional no centro da cidade, em parte resultado da incapacidade de muitos dos estabelecimentos em se modernizarem, tanto em termos das suas instalações e imagem, como da oferta de produtos e serviços.



Figura19 | Hotel Dighton

Esta unidade caracteriza-se pela existência de cérceas máximas de três pisos, identificando-se pontualmente outros edifícios com cérceas superiores. Entre estes, com sete pisos, destaca-se o Hotel Dighton, construído em 1977 por um emigrante nos EUA.



Zona de Expansão Norte

Acompanhando o antigo traçado da EN1 para norte (a actual Rua Frei Caetano Brandão), encontra-se uma zona de expansão caracterizada pelo predomínio da habitação unifamiliar, na tipologia de moradia isolada ou geminada. Detectam-se, no entanto, algumas ramificações de habitações multifamiliares de cêrceas superiores a três pisos, resultado da edificação efectuada a partir dos anos 80, de que são exemplo as construções apoiadas na Rua Bento Landureza.



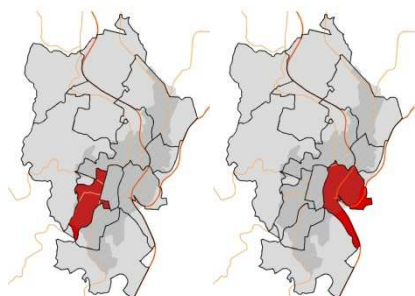
Figura 20 | Estádio Carlos Osório



Figura 21 | Zona envolvente ao Hospital S. Miguel

Fora do eixo definido pela EN1, observa-se ainda um crescimento em torno das áreas periféricas à Igreja Matriz, ao cemitério municipal/Pavilhão da Escola Livre e à Estação de Caminho-de-Ferro, identificando-se pontualmente algumas unidades cadastrais de indústria/armazéns, como é o caso da Marcenaria Santos. Em redor do Hospital de S. Miguel e do Arquivo Municipal, surgem edifícios multifamiliares de elevada volumetria, em clara ruptura com a envolvente.

Nesta unidade, pela importância na afirmação desportiva da cidade, destaca-se ainda o Estádio Carlos Osório (palco e propriedade do União Desportiva Oliveirense), que apresenta, todavia, deficientes acessos e infra-estruturas desportivas, e se encontra enclausurado pelo IC2 e afastado da zona desportiva da cidade.



Zona de Expansão Poente e Zona de Expansão Nascente

É essencialmente a partir dos anos 70 que se verifica a expansão da cidade para nascente e para poente, promovida pela chegada de emigrantes, principalmente da Venezuela. Com capital e conhecimentos na área da construção civil, estes induziram uma forte dinâmica construtiva na cidade, gerando um rápido crescimento do parque habitacional e introduzindo, com edifícios de tipologia multifamiliar, um novo segmento no mercado imobiliário.

A expansão da cidade associada à melhoria das acessibilidades criadas, caracteriza-se a nascente, pela abertura do eixo definido pelas ruas Dr. António Luís Gomes Pai/Dr. Artur Correia Barbosa/16 de Maio/Dr. Salvador Tavares Machado, articulando o Largo de Santo António e, a poente, pelo alargamento do eixo definido pela Rua Dr. Aníbal Beleza/Largo Luís de Camões/Avenida Ernesto Pinto Basto, que liga a Escola Secundária Soares Basto e o prolongamento pela Avenida Ferreira de Castro, permitindo a implantação de um núcleo de equipamentos escolares, culturais e desportivos (Zona Educacional e Desportiva da Cidade).



Figura 22 | Zona de expansão poente

Este complexo, a principal zona desportiva da cidade, é composto pelas instalações desportivas do Clube de Ténis de Azeméis, o Pavilhão da União Desportiva Oliveirense, os campos de treinos do Centro de Formação Ápio Assunção, as Piscinas Municipais (em fase de conclusão) e o futuro Pavilhão Gimnodesportivo Municipal (em construção). As instalações escolares e culturais

implantadas nesta zona são a escola secundária Soares Basto, a escola EB 2,3 Bento Carqueja e, mais recentemente, a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro.

Constata-se, em resultado das recentes obras de requalificação do antigo Largo do Gemini que deram origem à criação da nova Praça da Cidade, a emergência de um novo pólo de centralidade na cidade, em complemento ao Largo da República (Paços do Concelho) e à Praça José da Costa (Jardim Público), localizados no Centro Tradicional.



Figura 23 | Edifício Rainha



Figura 24 | Rua Dr. António Luís Gomes Pai

Esta expansão da cidade para nascente e poente está associada, principalmente, a tipologias multifamiliares, com comércio no rés-do-chão e cêrceas superiores a três pisos. Deste período destacam-se, pela volumetria, os “Prédios Amarelos” (de habitação) e o Edifício Rainha, o primeiro e, até hoje, único centro comercial da cidade. Este edifício dispõe de cinco pisos de área comercial e de uma torre de nove pisos para escritórios/serviços, com parque de estacionamento. Actualmente, o Edifício Rainha apenas se encontra parcialmente ocupado, salientando-se, entre os seus ocupantes, a presença da Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro Norte, da Universidade de Aveiro, aí provisoriamente instalada.

Esta dinâmica de crescimento com forte carácter urbano, na continuidade do núcleo central, permitiu o aparecimento de grandes blocos de habitação colectiva, em ruptura com a volumetria pré-existente, ao longo das ruas, definindo-as ou não. Este crescimento expressa, muitas das vezes, uma ausência de lógica de implantação do edificado, que surge sem infra-estruturas de suporte adequadas e corresponde frequentemente a edifícios de grande dimensão e cêrcea, com empenas cegas e não tratadas. Este resultado do pensamento especulativo sobre a cidade contribuiu para uma imagem de conjunto pouco articulada, que se mantém ainda hoje.

Da análise evolutiva da cidade, constata-se que se privilegiou a expansão para a encosta poente, em detrimento da expansão para nascente da antiga EN1, tendência que foi reforçada pela construção do IC2, em 1992, que se constituiu como uma forte barreira dentro do perímetro urbano.



Zona de Expansão Sul

A sul, consequência do novo traçado da Avenida D. Maria I, a cidade ligou-se à baixa de Silvares, articulando-se e retomando o traçado da antiga EN1/Rua António Bernardo (área popularmente apelidada de “Curva dos Tanques”).



Figura 25 | Av. D. Maria I

Esta nova artéria criou, conjuntamente com a Avenida Ferreira de Castro, uma nova zona de expansão, caracterizada principalmente pela implantação de grandes superfícies comerciais, definindo-se como pólo terciário da cidade. Actualmente, este é composto por três grandes áreas comerciais (Staples, Modelo e Intermarché), que obrigam a uma grande quantidade de espaço para implantação de edifícios, de estacionamento e de nós de acesso. Apesar de formar o novo eixo estruturante da cidade (que se estende até à Avenida Ernesto Pinto Basto), a acessibilidade é deficiente, resultado da falta de articulação com a restante rede viária/cidade e da morfologia do terreno envolvente.



Parque de La Salette e Envolvente

A dinâmica de crescimento ao longo do eixo de ligação à Via do Nordeste introduziu alguns elementos dissonantes na imagem da envolvente da unidade do Parque de La Salette. Esses reflexos negativos traduzem-se no aparecimento de habitações multifamiliares de grande volumetria (cinco pisos), em parte das antigas instalações do antigo Centro Vidreiro do Norte de Portugal²³, na Rua Francisco Abreu e Sousa.



Figura 26 | Instalações do Centro Vidreiro

Pelos imóveis que o compunham, a envolvente do parque está muito ligada à existência do Centro Vidreiro (em flagrante estado de ruína), bem como ao aparecimento em seu redor de moradias isoladas ou geminadas, com cérceas máximas de dois pisos. No entanto, com o decorrer do tempo, nas imediações do parque foram também aparecendo, pontualmente, algumas indústrias/armazéns, bem como unidades de habitação multifamiliar, com alguma dimensão e volumetria.

²³ Construído em 1926 e encerrado no final do século XX.



Zona de Expansão de Equipamentos a Norte

A exceção da contenção do crescimento da cidade pelo IC2, verificou-se na construção de um núcleo de equipamentos a norte, através das antigas ligações que se mantiveram (apesar do traçado do IC2), pelo viaduto ao longo da Rua Artur Costa Sousa Pinho Basto (eixo de acesso ao Hospital S. Miguel e ligação à Via do Nordeste), articulando a cidade com os aglomerados de Bustelo, Pindelo e Cesar.

Nesta zona de expansão, destacam-se as instalações da GNR, o futuro Centro de Saúde (em construção), a Cerciáz (Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis), o Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho (Instituição Particular de Solidariedade Social) e a Escola Secundária Ferreira de Castro.



Figura 27 | Escola Secundária Ferreira de Castro



Figura 28 | Rua Dr. Silva Lima

A instalação destes equipamentos foi acompanhada pela construção de alguma habitação unifamiliar e multifamiliar, entre a qual sobressaem o núcleo de habitações unifamiliares isoladas apoiadas na Rua Francisco Abreu e Sousa, e o bairro de habitação social ao longo da Rua Dr. Silva Lima.



Zona Industrial de Oliveira de Azeméis

A dinâmica de crescimento urbano acompanhou o tecido industrial, verificando-se uma enorme expansão da área industrial a norte da cidade, que passou a albergar uma nova diversidade de actividades, representando actualmente o maior parque industrial do concelho.



Figura 29 | Zona Industrial

Dentro da unidade, identifica-se um núcleo primitivo residencial, a norte, que foi absorvido pelo crescimento do parque industrial e se caracteriza por habitações unifamiliares isoladas ou geminadas com algumas actividades comerciais no rés-do-chão, em consequência do crescimento ao longo do traçado da EN1 (actual Rua Tomás Figueiredo de Araújo Costa). Actualmente não existe possibilidade de expansão da área industrial dada a sua localização entre núcleos habitacionais, estando esta próxima da sua capacidade máxima.

**Zona da Lactogal**

Dentro da cidade, muito próxima do centro tradicional, junto à Estação de Caminho-de-Ferro, a dinâmica industrial reflectiu-se no crescimento da unidade industrial da Lactogal (a maior empresa de lacticínios da Península Ibérica), através do aumento das instalações ao longo dos anos, recentemente ampliadas para acolher a nova fábrica de processamento de queijos.



Figura 30 | Unidade industrial da Lactogal

Apesar da sua dimensão, a presença dentro da cidade é minorada graças à morfologia do terreno, estando esta unidade implantada à cota baixa. No entanto, o fluxo de tráfego de pesados gerado tem consequências dentro da cidade, pois cria grandes constrangimentos à circulação viária.

**Zona da Giesteira / Outeiro**

A norte, já fora da área de cidade definida em PDM, verificou-se o crescimento do núcleo habitacional da Giesteira/Outeiro, resultado da influência dos novos equipamentos criados na sua proximidade (na zona de expansão de equipamentos a norte), bem como da acessibilidade mantida pela antiga EN1 ou concedida pela construção de novas vias (via de S. Roque). O crescimento aqui observado vem ainda dar resposta ao aumento da procura de moradias na cidade.



Figura 31 | Giesteira

Com efeito, esta área caracteriza-se pelo seu parque habitacional, maioritariamente constituído por moradias isoladas ou geminadas, resultado de uma operação de loteamento, em bom estado de conservação, de cêrceas até dois pisos, organizadas segundo uma sucessão de pracetas. Identifica-se um núcleo residencial mais antigo a norte, bem como o aparecimento de novos loteamentos de moradias em banda e de tipologias multifamiliares de cêrceas superiores a 3 pisos e com algum comércio, apoiados na Rua Pedro Maria Fonseca. Pontualmente, encontram-se instalações de indústrias ou armazéns, assim como equipamentos de apoio à zona. Este território caracteriza-se ainda pela presença de área livre envolvente e de algumas quintas com potencial de utilização, entre as quais se destaca a Quinta do Comandante.



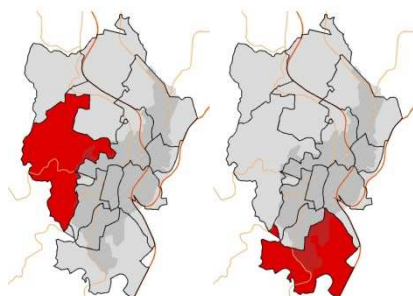
Núcleo de Santiago de Riba-UI

Próximo da Giesteira/Outeiro, localiza-se o núcleo de Santiago de Riba-UI, pendurado sobre a antiga EN1, de pequena centralidade, associado a casas agrícolas e a edifícios religiosos.



Figura 32 | Capela de Santiago de Riba-UI

Caracteriza-se pelo centro, de pequena dimensão, com alguma concentração de equipamentos, comércio e serviços, enquadrado por área verde. A tipologia habitacional predominante é a habitação unifamiliar, na forma de moradias isoladas, geminadas ou em banda, de cérceas até dois pisos. É marginal à zona industrial e prolonga-se por pontos de comércio ao longo da antiga EN1.

**Franja Poente e Franja Sul**

Marginais à cidade, ainda com características marcadamente rurais associadas à actividade agrícola, encontramos as franjas poente e sul. Estas caracterizam-se pela ocupação não planeada do solo ao longo dos elementos lineares de uso colectivo do território (caminhos, ruas, estradas), e correspondem, de uma forma geral, a formas de ocupação dispersas e descontínuas, sem hierarquia, marcadas pela escassez e desqualificação do espaço público.

Decorrente da pressão urbanística, verifica-se o aumento da ocupação urbana dispersa e descontínua, apoiada na rede viária de perfil transversal de dimensão reduzida ou caminhos, onde a tipologia comum é a habitação unifamiliar isolada evoluindo para edificações geminadas ou em banda contínua.



Figura 33 | Franja poente

Nesta ocupação avulsa ainda é possível encontrar, dentro do limite urbano, algumas quintas, entre as quais se salientam a Quinta do Alméu, a Quinta da Escravilheira, a Quinta da Casa Branca ou a Quinta dos Parreiras.

Em síntese, constata-se que o conjunto edificado dentro do perímetro urbano é muito fragmentado, promovendo a criação de núcleos e de diversas centralidades, com numerosos hiatos construtivos, o que fomenta a existência de muitos terrenos expectantes.

Reconhece-se uma grande mistura morfotológica, acentuada pelas construções das últimas décadas, normalmente edifícios de ruptura volumétrica, que criam novas cargas e fluxos na estrutura viária e contribuem para uma deficiente articulação e hierarquização da rede.

Identifica-se uma grande mistura funcional, pela fusão de usos dentro da cidade, onde as indústrias/armazéns coexistem com o parque habitacional e partilham infra-estruturas de fraca capacidade.

ESPAÇO PÚBLICO



Parque de La Salette e Envolve

No que respeita ao espaço público, desde logo, destaca-se, pela sua singularidade e dimensão (17 hectares), o Parque de La Salette, que constitui o verdadeiro parque urbano da cidade, localizado sobranceiro ao aglomerado. O parque, datado do início do século XX, foi construído em torno da Capela de La Salette, proporcionando excelentes vistas para a paisagem circundante. Este espaço funcionou e continua a funcionar como elemento atractivo para milhares de visitantes que aí se deslocam, principalmente por três motivações distintas: o património e envolvente natural, a realização de eventos e o culto à Nossa Senhora de La Salette.

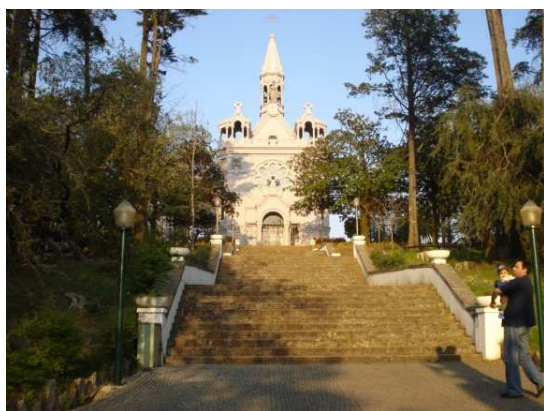


Figura 34 | Parque de La Salette

Com efeito, são muitos os eventos culturais e desportivos que se realizam no parque, como é o caso da feira do livro, da feira de artesanato, dos campeonatos de futebol, jogos tradicionais em dias temáticos (nomeadamente no dia mundial da criança), para além de ser o palco principal das festas da cidade, em honra de Nossa Senhora de La Salette.

O parque é constituído por um maciço arbóreo consolidado, composto por uma diversidade de espécies vegetais que o torna singular. Para além dos espaços verdes e de um lago, alberga uma capela, um coreto, uma estalagem e um pequeno complexo de piscinas descobertas com edifício

de apoio à restauração, um parque infantil, um relvado sintético, um parque de campismo de reduzidas dimensões, um café (Casa do Lago) e um parque de merendas. Oferece ainda, para além dos percursos existentes, um circuito de manutenção vocacionado para a prática desportiva, com bastante utilização²⁴. Verifica-se, no entanto, que algumas destas estruturas, nomeadamente a estalagem, o complexo de piscinas e o parque de campismo, não estão devidamente aproveitadas e potenciadas.



Figura 35 | Estalagem de S. Miguel, Parque de La Salette

Apesar da sua importância, verifica-se que os acessos são deficientes, dificultados, não só pela morfologia do terreno, mas essencialmente pelo traçado do IC2, que o separa do resto da cidade. Em termos de acessibilidades, a partir do centro, as ligações efectuem-se segundo dois percursos: i) o primeiro, à cota alta, desenvolve-se a partir do Largo de Santo António em direcção ao Hospital de São Miguel, passando em viaduto sobre o IC2, ao longo da Rua Artur Costa Sousa Pinto Basto e Rua Vasco Ortigão; ii) o segundo, inicia-se na Feira dos Onze, por Cidacos, em viaduto sobre o IC2, ao longo do eixo Rua Conselheiro Araújo e Silva/Rua Padre Alírio de Melo, subindo pela Rua Manuel Correia Bastos Pina. Em ambos os casos, a circulação pedonal é dificultada, tanto pela topografia, como pelas dimensões insuficientes e mau estado de conservação dos passeios.

Os trabalhos efectuados no Parque de La Salette, juntamente com a criação da Praça da Cidade, foram reconhecidos recentemente pela Região de Turismo Rota da Luz (RTRL), com o prémio «Espaço Público», dada a contribuição para o desenvolvimento do sector turístico da região de Aveiro.

²⁴ O parque tem vindo a sofrer obras de requalificação, conduzidas no âmbito de um plano de reabilitação, que abrangeram intervenções no parque infantil, lago, coreto, rede eléctrica, circuito de manutenção, sistemas de rega, entre outras. Este assunto será retomado no ponto 2.4.2.



Centro Tradicional

Pelo seu simbolismo histórico e centralidade destaca-se, dentro do perímetro urbano, o Jardim da Cidade (Praça José da Costa), em bom estado de conservação, localizado no remate da Avenida Dr. António José de Almeida. Salienta-se pelo enquadramento e envolvente, articulando equipamentos de referência na cidade, como o tribunal, os correios, a igreja matriz e o mercado municipal. Constitui um espaço amplo, pavimentado com pequenos canteiros ajardinados, contornado por árvores de pequeno porte, e recebe, ao centro, o Monumento aos Mortos da Grande Guerra. É o principal palco do mercado à moda antiga, manifestação cultural de grande importância para a cidade.

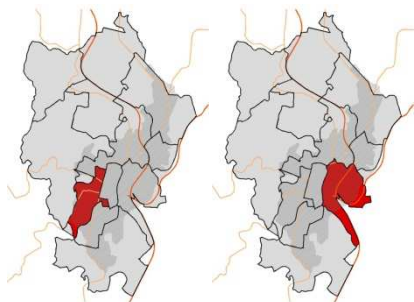


Figura 36 | Jardim Público

O Jardim da Cidade relaciona-se com o núcleo antigo do aglomerado através da Rua Dr. Bento Carqueja e Rua António Alegria, actualmente vias pedonais. Neste eixo, destaca-se o Largo da República, em frente aos Paços do Concelho, pelo seu simbolismo e desempenho enquanto elemento articulador entre o núcleo antigo e o eixo pedonal.

Embora tenha havido um esforço do município na requalificação do espaço público e melhoria da circulação de peões, através da introdução de mobiliário e equipamento urbano e da pedonalização de parte do núcleo tradicional, verifica-se, em vários pontos da rede, a falta de continuidade desses percursos.

Pode-se ainda acrescentar que o Caminho de Santiago de Compostela²⁵, paralelo ao traçado do IC2, passar junto ao Jardim Público.



Zona de Expansão Poente e Zona de Expansão Nascente

Na zona de expansão poente, surge a Praça da Cidade, recentemente inaugurada, resultado do projecto de requalificação do antigo Largo do Gemini. Com este projecto, criou-se uma nova centralidade junto da zona de equipamentos sul, onde se encontra o complexo escolar, a biblioteca municipal Ferreira de Castro, o Centro de Saúde e a zona desportiva.



Figura 37 | Praça da Cidade

Com um desenho contemporâneo, as novas infra-estruturas pretendem dar resposta à falta de animação sociocultural da cidade e do concelho. Está, por isso, dotada de um novo espaço cultural (Galeria Municipal Tomás Costa), um espaço destinado ao posto de turismo, um café-concerto, um anfiteatro ao ar livre (bancada verde) e equipada com mobiliário urbano. Regista-se ainda a pedonalização da Rua Marquês de Abrantes e a sua transformação em Alameda das Oliveiras, complementada pela criação de estacionamento para apoio à zona.

²⁵ Esse facto está devidamente assinalado com um marco que se encontra colocado no jardim entre a Igreja e o Mercado Municipal, onde surge a vieira apontado a direcção de Santiago de Compostela e a distância até lá (290 km).



Figura 38 | Espaço ajardinado na R. Eng. Arantes de Oliveira Figura 39 | Feira dos Onze

Perto da Praça da Cidade, na Rua Engenheiro Arantes de Oliveira, encontra-se um espaço verde de gaveto entre as escolas Bento Carqueja e Soares Basto, resultante da implantação da rotunda que articula as avenidas D. Maria I e Ferreira de Castro²⁶. Este espaço caracteriza-se pela existência de zonas de estadia e circulação equipadas com mobiliário urbano, e de área verde pontuada com árvores de pequeno porte, sendo utilizado e vivido maioritariamente pelos estudantes, face à sua proximidade das escolas.

A nascente, perto da entrada da cidade pelo IC2, surge um terreiro denominado a Feira dos Onze (local onde antigamente se realizava uma feira todos os dias onze de cada mês) que alberga um conjunto de equipamentos, entre os quais se destacam a Junta de freguesia de Oliveira de Azeméis, o Centro de dia para a 3^a idade, uma creche, uma escola básica composta por dois edifícios (Edifício Conde Ferreira e o Edifício Plano dos Centenários) e, mais recente, o Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis (que, entre outros serviços, alberga a Biblioteca Gulbenkian). Caracteriza-se também pela existência de um terreiro com vegetação de porte arbóreo relevante e um campo polidesportivo em mau estado de conservação.

Em termos conclusivos, resta acrescentar que apesar do investimento recente do município em novas acessibilidades e requalificação do espaço público, as debilidades nestes domínios são

²⁶ Aqui encontra-se o maior *stick* de hóquei em patins (com 17,25 m de comprimento e 1600 kg inscrito no livro "Guinness Book of Records"), testemunho do 36^o Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins que se realizou na cidade de Oliveira de Azeméis em 2003.

ainda perceptíveis na generalidade da cidade, não respondendo às necessidades actuais de quem habita e visita a cidade de Oliveira de Azeméis.

2.3.3. INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO E GESTÃO DE RESÍDUOS

Rede de Abastecimento de Água

O concelho de Oliveira de Azeméis integra a Empresa Multimunicipal Águas do Douro e Paiva, S.A., que garante a captação, tratamento e abastecimento de água (exploração e gestão do sistema em alta), sendo o município responsável pela reserva de água e pelo sistema de abastecimento em baixa.

O sistema de abastecimento de água em alta não se encontra totalmente concluído, sendo necessária a construção e a ampliação de reservatórios, entre eles, o reservatório que serve a cidade de Oliveira de Azeméis, bem como a construção de adutoras. Actualmente a área de intervenção é abastecida pela Águas do Douro e Paiva.

Relativamente ao sistema em baixa, o nível de atendimento da localidade de Oliveira de Azeméis é elevado - 90% na freguesia de Oliveira de Azeméis e 70% na freguesia de Santiago de Ribai-UI (onde se localiza a área industrial da cidade). Contudo, será desejável a ampliação e remodelação de parte da rede de abastecimento de água em baixa, tendo em vista atingir 95% de alojamentos servidos pelo sistema de abastecimento público até 2013²⁷.

Rede de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Actualmente, o município de Oliveira de Azeméis não integra nenhum sistema multimunicipal de drenagem e tratamento de águas residuais. Porém, é intenção do Concelho aderir ao SIMRIA (Sistema Inter-municipal de Saneamento da Ria de Aveiro), estando a ligação em fase de estudo.

A freguesia de Oliveira de Azeméis, que abrange grande parte da área de estudo, é servida pela Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Salgueiro (estrutura intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, gerida pela Luságua) e pelo emissário da zona industrial. Nesta freguesia, 76,2% da população encontra-se servida por uma rede de

²⁷ Objectivo operacional do Plano de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais – PEASAR II, 2006-2013, MAOTDR

drenagem de águas residuais, no entanto, apenas 34,3% da população residente é abrangida por ETAR (segundo o PDM em Revisão) e 11,4% por fossas sépticas, existindo colectores que não se encontram ligados à ETAR (representando 30,5% da população). Consequentemente, ocorrem algumas descargas directas de efluentes domésticos e também industriais nas linhas de água, resultando na sua poluição.

Concluindo, a rede de drenagem de águas residuais necessita de uma forte ampliação ou remodelação, sendo igualmente importante a construção de uma ETAR, existindo a possibilidade destes investimentos serem assegurados por uma entidade supra-municipal.

Resíduos Sólidos

O tratamento e a valorização dos resíduos sólidos urbanos do Concelho são realizados pela ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A, empresa responsável pelo Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro, que abrange 36 municípios (7000 km² e cerca de 1 milhão de habitantes).

Os resíduos sólidos urbanos são recolhidos por empresas privadas (na freguesia de Oliveira de Azeméis) ou pela Câmara Municipal (nas restantes áreas), encaminhados para a Estação de Transferência Intermunicipal (na Serra do Pereiro, freguesia de Ossela), e, posteriormente, transportados e depositados no aterro sanitário de Aveiro (que integra o sistema multimunicipal referido anteriormente). Esta recolha de resíduos sólidos é indiferenciada, existindo, contudo, diversos ecopontos instalados na cidade da responsabilidade da ERSUC.

Relativamente aos resíduos industriais²⁸, não existe nenhum serviço público que proceda à sua recolha, tendo as indústrias de recorrer a empresas de serviços devidamente autorizadas ou licenciadas.

²⁸ "Os resíduos gerados em actividades industriais, bem como os que resultem das actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e água."- Decreto-Lei nº 89/2002, de 9 de Abril (Revisão do PESGRI)

2.4. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

2.4.1. INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODoviÁRIO

Rede Rodoviária

O concelho de Oliveira de Azeméis é, há muito, favorecido por boas acessibilidades, localizando-se a sede de concelho no principal eixo de ligação entre o Porto e Lisboa.

Actualmente, o concelho beneficia de diversas infra-estruturas rodoviárias que permitem a inserção do aglomerado urbano de Oliveira de Azeméis na rede urbana nacional, aproximando-o dos principais centros urbanos da região e da Área Metropolitana do Porto, como se pode observar na figura seguinte.

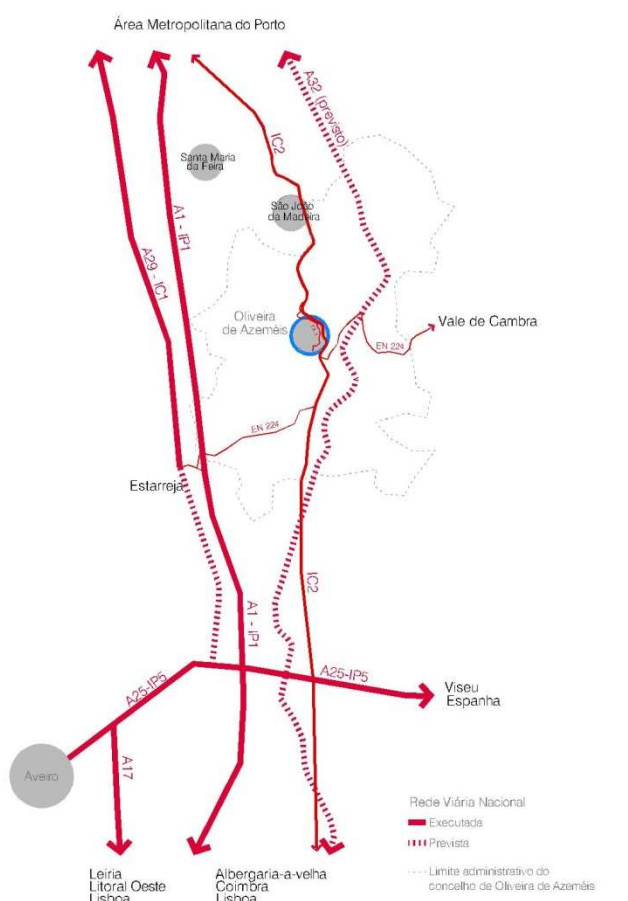


Figura 40 | Acessibilidades nacionais e regionais a Oliveira de Azeméis

As ligações predominantes são no sentido norte-sul, nomeadamente através da A1/IP1, da A29 e do IC2:

- > A A1, via estruturante do território nacional, representa um dos principais eixos rodoviários do País e conecta Lisboa ao Porto, atravessando os distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém.
- > A A29 (Gaia – Estarreja – Aveiro), complementarmente com a A17, serve de alternativa à A1. Actualmente, o troço Aveiro/ A25 – Estarreja não está concluído, existindo uma ligação temporária à A1.
- > O IC2 atravessa a área de estudo e permite a rápida ligação da cidade de Oliveira de Azeméis aos centros urbanos de São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Porto, a norte, e Albergaria-a-Velha e Coimbra, a sul. Este eixo serve ainda de suporte a algumas ligações concelhias, principalmente entre a cidade de Oliveira de Azeméis, aglomerados urbanos como São Roque, Santiago de Riba-UI e Cucujães e edificações/construções dispersas em torno desta infra-estrutura. Actualmente, encontra-se prevista a construção de um novo traçado para o IC2, em perfil de auto-estrada (transformando-se na A32), sendo esta infra-estrutura separada em dois troços e integrada em concessões distintas:
 - Na concessão Douro Litoral encontra-se prevista a construção da A32 (IC2) entre Oliveira de Azeméis e V. N. de Gaia, no nó dos Carvalhos da A20 (IP1), com uma extensão de 34 km, que, “para além de aliviar o tráfego na A1 (IP1) e na A29 (IC1), vai funcionar como uma nova radial de entrada na Área Metropolitana do Porto, variante ao actual IC2 (EN1)”²⁹. Esta concessão foi adjudicada em Dezembro de 2007 ao consórcio Aenor – Douro Interior³⁰.
 - Na concessão Centro (em curso) prevê-se a construção de “um novo IC2 entre Coimbra e Oliveira de Azeméis, com um troço comum ao IP3 entre Trouxemil e Mealhada”³¹, com uma extensão de 55 km e perfil de auto-estrada, tendo interligação com a concessão do Douro Litoral.

²⁹ Intervenção de sua excelência o Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, Dr. Paulo Campos por ocasião da adjudicação da concessão Douro Litoral, S. João da Madeira, 28 de Dezembro de 2007.

³⁰ Liderado pela Mota-Engil.

³¹ Anúncio da Concessão Auto-Estradas do Centro – Press Release - 28 de Março de 2008.



Figura 41 | IC2

No sentido este-oeste, as ligações são realizadas a partir de estradas nacionais e municipais que complementam as ligações norte-sul através da distribuição de fluxos entre os eixos viários referidos anteriormente e os aglomerados urbanos, da distribuição de fluxos para o interior e da articulação entre os eixos norte-sul. A norte do concelho e da cidade de Oliveira de Azeméis as ligações litoral-interior são reduzidas, sendo estas realizadas essencialmente a sul. Neste contexto destacam-se duas infra-estruturas:

- > A EN224, que liga Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Estarreja, e faculta a comunicação entre o IC2, a A1 e a A29, e destas infra-estruturas a Oliveira de Azeméis. A EN224 permite o acesso directo da cidade de Oliveira de Azeméis às principais infra-estruturas da rede rodoviária nacional
- > A A25 (IP5), situada a sul do concelho, com ligação/acesso pela A1 e que conecta Aveiro a Vilar Formoso e, conseqüentemente, a Espanha.

A rede viária da cidade de Oliveira de Azeméis estrutura-se a partir do centro tradicional, através de vias radiais que se desenvolvem, essencialmente, no sentido norte-sul (paralelamente ao IC2), tendo como principal objectivo a ligação das várias áreas do perímetro urbano, nomeadamente a zona industrial a norte, o Parque de La Salette a este e a zona de equipamentos a sul.

Ao analisar as características e funções existentes na rede viária da cidade, importa salientar a inexistência de uma clara hierarquização viária, evidente na não adaptação das características das vias às funções que desempenham, resultando em congestionamento e conflitos diversos (entre os vários utilizadores da rede e destes com os usos adjacentes). Naturalmente, não existe uma rede contínua de vias colectoras e distribuidoras que permita a fácil conexão e articulação entre as diversas áreas da cidade e a fácil transição entre as vias nacionais e regionais e a rede viária interna (vias locais).

A elevada proximidade do centro tradicional ao nó de ligação (entrada/saída) do IC2, principal acessibilidade da cidade, associada à não existência de uma rede de vias colectoras e distribuidoras, conduz à sobrecarga das infra-estruturas que compõem a rede viária interna do núcleo, sendo perceptível a existência de elevados fluxos de atravessamento, nomeadamente de veículos pesados das empresas sediadas na zona industrial de Oliveira de Azeméis.

No entanto, é visível a tentativa de colmatar estas lacunas, por parte da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, através da construção de “troços de circulares”, que, no entanto, isoladamente, não permitem diminuir a carga de tráfego a que é exposto o centro tradicional e a sua envolvente.

Importa ainda referir que as entradas na cidade, a partir do IC2, são confusas e inseguras, na medida em que os nós de acesso à cidade não possuem o desenho e a capacidade mais adequados. Também a ligação a outras estradas nacionais, como é o caso da EN224, se encontra comprometida, sendo a articulação conflituosa.

No centro tradicional e sua envolvente, por vezes, a inexistência de uma via alternativa que permita inverter o sentido da marcha leva ao percurso de elevadas distâncias, ao congestionamento de determinados troços e à difícil percepção da rede por parte dos utilizadores (que frequentemente ficam perdidos).



Figura 42 | Entrada nascente da cidade (IC2)



Figura 43 | Via pedonal (R. António Alegria)

A pedonalização de algumas vias centrais permitiu a diminuição dos conflitos entre os diversos utilizadores da rede, contribuindo para a apropriação do espaço público por parte da população, nomeadamente no eixo Rua Dr. António Alegria/ Rua Dr. Bento Carqueja. Contudo, a não existência de uma rede pedonal contínua e segura, associada à topografia acidentada, não desincentiva a utilização do automóvel, mesmo em curtas distâncias.

Por último, grande parte das vias encontra-se em mau estado de conservação, maioritariamente as exteriores ao centro tradicional, o que, associado aos elevados declives e à má sinalização, contribui para a insegurança dos automobilistas.

A segregação das diversas funções no perímetro urbano leva à existência de elevados movimentos pendulares, que possuem maior expressão nos períodos de ponta da manhã e da tarde, mas também no período de almoço, denotando-se a ligeira saturação de alguns eixos viários e nós, como é o caso das vias circundantes aos equipamentos escolares.

Serviços de Transporte Colectivo Rodoviário

A cidade de Oliveira de Azeméis é servida por diversos serviços de transporte colectivo rodoviário: os serviços nacionais, os serviços regionais e interurbanos e os serviços urbanos.

Os serviços nacionais permitem a ligação da cidade de Oliveira de Azeméis aos principais aglomerados urbanos do território nacional. Contudo, a maioria das ligações diárias possui baixa frequência, salientando-se as ligações para Lisboa, com apenas uma carreira diária³², no período da manhã.



Figura 44 | Central de Camionagem

Relativamente aos serviços regionais e interurbanos, o estudo sobre o sistema de transportes do Entre Douro e Vouga, Espinho e Ovar³³ evidencia que Oliveira de Azeméis é servida por 17 carreiras, sendo que sete destas carreiras são intra-concelhias. Actualmente, a TRANSDEV assegura a ligação de Oliveira de Azeméis aos principais aglomerados urbanos da região,

³² Rede Nacional de Expressos.

³³ Relatório 3ª Fase, Outubro de 2001.

nomeadamente ao Porto, a São João da Madeira, a Aveiro e a Santa Maria da Feira. Contudo, nem sempre estes serviços possuem características aprazíveis para os utilizadores de transporte individual, nomeadamente porque os tempos de percurso são mais elevados (por exemplo, 1h e 20m entre Oliveira de Azeméis e Aveiro).

A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem um plano de transportes escolares, constituído por carreiras públicas e carreiras municipais (com veículos municipais), cobrindo a população escolar diurna. Salienta-se que os equipamentos mais distantes do centro tradicional, nomeadamente a escola Ferreira de Castro, encontram-se com este articulados (e, em particular, com o terminal rodoviário) através de uma carreira.

Por último, desde Setembro de 2008, encontra-se em funcionamento o serviço de transportes urbanos de Azeméis (TUAZ), que tem como área de influência a zona entre Silvares e Santiago de Riba-UI, servindo os equipamentos escolares e de saúde da cidade, a zona industrial, a central de camionagem e o centro tradicional, entre outros.

	DIAS ÚTEIS	SÁBADO
Horário de funcionamento	Entre as 7h e 30m e as 20h e 15m	Entre as 8h e as 14h
Tempo de percurso	42 m	42 m
Intervalo entre circulações	1h	1h
Número de circulações diárias	13 circulações/dia	6 circulações/dia

Quadro 5 | Características do serviço de transporte urbano de Azeméis
Fonte | Horários do serviço de transporte urbano de Azeméis, CMOAZ, www.cm-oaz.pt

O percurso deste serviço contém aproximadamente 12 quilómetros e inclui 26 paragens e, como se pode observar pela tabela anterior, as suas características são pouco competitivas com o transporte individual, essencialmente porque o tempo de percurso, assim como o intervalo entre circulações é elevado. Contudo, a sua abrangência, nomeadamente, a ligação entre os principais equipamentos da cidade, os principais pólos geradores de tráfego e algumas áreas residenciais, conduz a uma forte procura do serviço, essencialmente por parte da população jovem e idosa. Outro factor que estimula a procura é o preço da viagem: 0,70 euros para o público em geral e 0,50 euros para as crianças (entre os quatro e os 12 anos), idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Importa ainda salientar que não existe um centro coordenador de transportes que promova a articulação entre os diversos serviços de transporte rodoviário. A central de camionagem existente

é da TRANSDEV, não possui capacidade de resposta para a actual procura e a sua localização induz constrangimentos diversos nas infra-estruturas viárias adjacentes.

Estacionamento

A oferta deste tipo de estruturas engloba o estacionamento na via pública e os parques de estacionamento de utilização pública e privada, cuja distribuição se pode observar na figura seguinte.

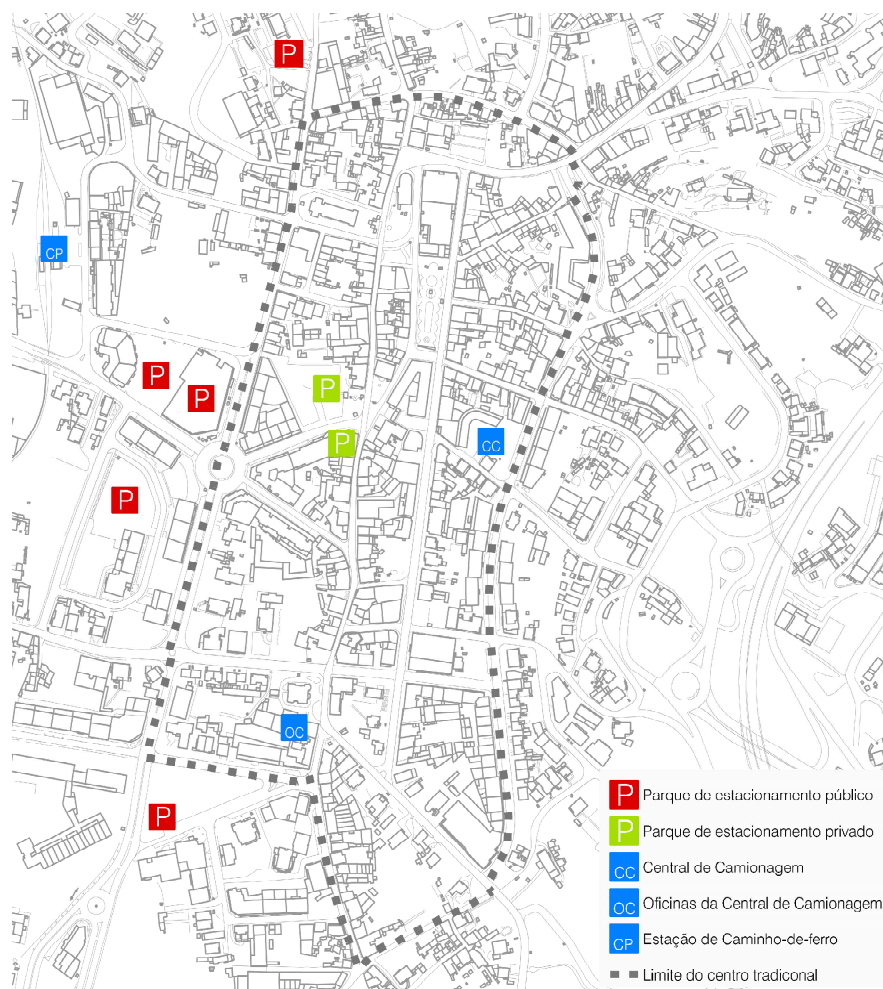


Figura 45 | Bolsas de estacionamento existentes no centro tradicional e sua envolvente (consoante o tipo de utilização)

A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis delimitou zonas e parques de estacionamento à superfície de duração limitada e utilização onerosa fraccionada (ZEDLUO), existindo na via pública cerca de 1250 lugares de estacionamento com estas características, concentrados, essencialmente, no centro tradicional e na sua área de influência. Salienta-se que o Município atribui um Cartão de Residente para a respectiva ZEDLUO à população (que funciona apenas para o estacionamento na via pública).

Relativamente aos parques de estacionamento fechados de utilização (e propriedade) pública, a Câmara Municipal possui dois parques de estacionamento: o parque descoberto de Abílio Campos (174 lugares) e o subterrâneo do Gemini (167 lugares). Os lugares de estacionamentos referidos anteriormente (na via pública e parques fechados) foram concessionados pela autarquia à empresa Costaparques, estacionamento, S.A.

São, ainda, identificadas outras bolsas de estacionamento de utilização pública, como o parque apoiado na Rua Luís de Camões (lote de terreno contínuo ao Edifício Rainha), que possui um carácter provisório, o parque de estacionamento junto do cemitério e o parque de estacionamento do Edifício Rainha junto ao Largo Luís de Camões, sendo que apenas o último é de utilização paga.

Relativamente aos parques de estacionamento de utilização privada, destacam-se o parque de estacionamento associado aos Paços de Concelho (para utilização por parte da Câmara Municipal, e acesso pela Avenida Ernesto Pinto Basto), o parque de estacionamento na Rua Frei Simão de Vasconcelos (para uso exclusivo dos funcionários da Lactogal) e, por último, o parque de estacionamento subterrâneo do Hotel Dighton (na Rua Dr. Albino dos Reis).



Figura 46 | Parque de estacionamento utilizado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

Ao analisar a localização das bolsas de estacionamento verifica-se que os parques se encontram maioritariamente implantados ao longo do eixo norte-sul definido pela Rua Eng. Arantes Oliveira, pela Rua Aníbal Beza, pela Avenida Ernesto Pinto Basto e pela Rua Padre Joaquim Ferreira Salgueiro, com maior incidência em redor do Largo Luís de Camões. Consequentemente, a confluência das bolsas de estacionamento no lado poente do centro tradicional, contrariamente aos acessos da cidade, contribui para aumentar o tráfego existente, assim como, aliada à falta de hierarquia, de legibilidade e capacidade da rede viária, induz a desqualificação urbana pela presença excessiva do automóvel no centro urbano.

Nos espaços industriais da cidade, o estacionamento é realizado na via pública sem qualquer regulamentação, encontrando-se desorganizado. Apenas as empresas Simoldes e Lactogal possuem parques de estacionamento ordenado com capacidade para servir os seus trabalhadores.

No Parque de La Sallete e sua envolvente o estacionamento encontra-se nas vias que se desenvolvem em torno do parque. Este é um pouco desordenado, causando elevado impacto paisagístico. Destaca-se ainda a insuficiência de lugares de estacionamento específicos para autocarros.

2.4.2. INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Rede Ferroviária

A cidade de Oliveira de Azeméis é atravessada pela linha do Vouga, que liga Aveiro e Espinho, como se pode observar pela figura seguinte. Esta linha intersecta a Linha do Norte na estação de Aveiro (a sul), mas a norte, em Espinho, não existe ligação física entre as linhas.

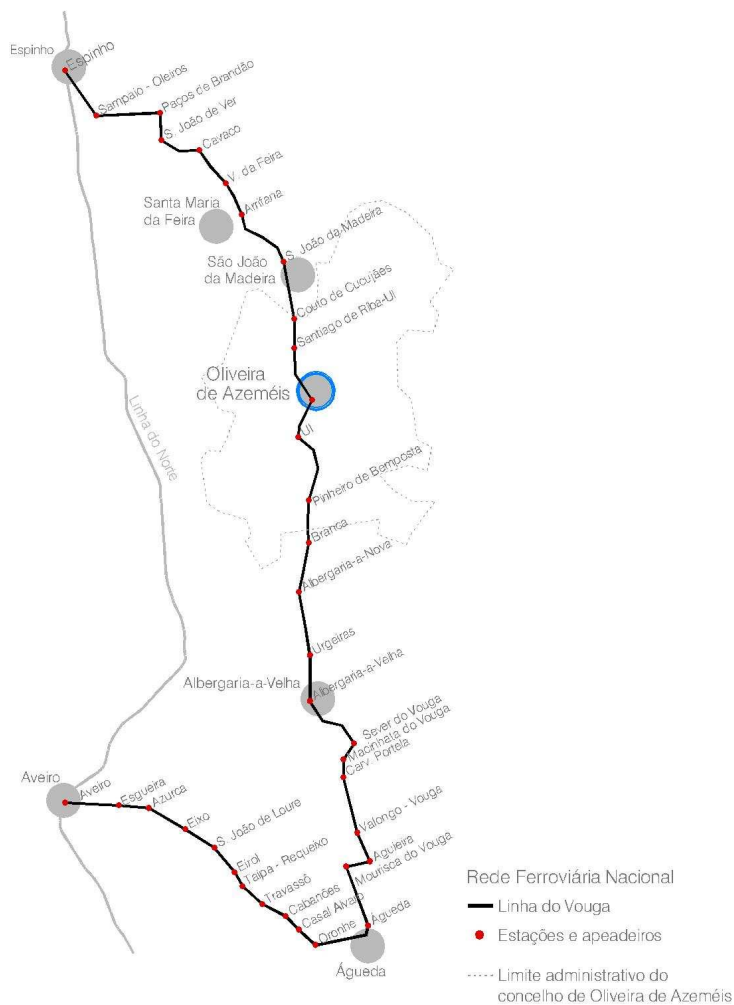


Figura 47 | Infra-estruturas ferroviárias - Linha do Vouga

A Linha do Vouga possui bitola estreita e via única, não se encontra electrificada e a velocidade máxima que suporta é de 50 km/h, pelo que as suas características não são favoráveis à sua elevada utilização. Realça-se, ainda, o facto de, nesta linha, não existirem serviços de mercadorias, apenas serviços de passageiros.

Em Novembro de 2008, a REFER assinou dois protocolos e um contrato³⁴ que têm implicações relevantes no funcionamento e desempenho da Linha do Vouga, nomeadamente:

³⁴ Notícia: “REFER aposta na segurança ferroviária e no futuro do caminho-de-ferro”, REFER, Novembro de 2008.

- > Protocolo³⁵ “Sistemas de Comboio Frequentes na Linha do Vouga”, que tem como objectivo a “criação de bases de colaboração para o estabelecimento de um sistema de comboios frequentes, tendo em vista uma resposta adequada às necessidades actuais e expectáveis de mobilidade na região”. Este protocolo foi celebrado entre a REFER, a CP e as Câmaras Municipais de Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira.
- > Contrato de automatização de 52 passagens de nível, que pretende diminuir a sinistralidade na Linha do Vouga, através da implementação de sinalização e barreiras rodo-ferroviárias, assim como um sistema inovador de comando e controlo de circulação dos comboios.
- > Protocolo para a supressão e reclassificação da totalidade das passagens de nível no concelho de Santa Maria da Feira, até 2010.



Figura 48 | Estação ferroviária

Por último, importa referir que a articulação deste modo de transporte com o transporte rodoviário não se verifica actualmente. Salienta-se ainda que não existe nenhum serviço que conecte a estação ferroviária e a central de camionagem existente na cidade (propriedade da TRANSDEV).

³⁵ Este protocolo não se encontra válido, à data, por carecer de rectificação em Assembleia Municipal.

Serviços de Transporte Ferroviário

Relativamente aos serviços ferroviários, a linha do Vouga possui apenas serviços regionais, em exploração pela empresa Caminhos-de-Ferro Portugueses, E.P.

O serviço regional que percorre a linha do Vouga encontra-se dividido em diversos troços, existindo, nomeadamente, comboios que apenas circulam entre Espinho e Oliveira de Azeméis, outros entre Espinho e Sernada do Vouga e ainda outros entre Sernada do Vouga e Aveiro. Consequentemente, não existe ligação directa entre Oliveira de Azeméis e Aveiro, não sendo apelativa a ligação ferroviária entre as duas cidades.

ORIGEM – DESTINO	Nº DE CIRCULAÇÕES DIÁRIAS/SENTIDO	INTERVALO DE TEMPO MÉDIO ENTRE CIRCULAÇÕES	TEMPO MÉDIO DE PERCURSO	TEMPO DE PERCURSO EM TI*
Espinho	8	1h e 51m	1h e 2m	40m
Oliveira de Azeméis	S. J. Madeira	8	1h e 51m	15m
	S. M. Feira	8	1h e 51m	26m
	Albergaria-a-Velha	2	7h e 33m	53m
	Sernada do Vouga	2	7h e 33m	1h e 6m

Quadro 6 | Características do serviço regional da linha do Vouga (Espinho – Oliveira de Azeméis – Sernada do Vouga)

Fonte: www.cp.pt (Horários da CP) e www.viamichelin.com, Janeiro 2009

* TI – Transporte individual

No que diz respeito às ligações directas (entre Espinho – Oliveira de Azeméis - Sernada do Vouga) o serviço é mais apelativo, contudo, observando a tabela anterior, é evidente que o transporte colectivo continua a ser pouco competitivo em relação ao transporte individual, principalmente no que concerne a distâncias mais elevadas, visto que o tempo de percurso do modo ferroviário é superior ao do transporte rodoviário individual e o intervalo de tempo entre circulações mais elevado.

2.4.3. OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS

Infra-estruturas aeroportuárias

No concelho de Oliveira de Azeméis não existe nenhuma infra-estrutura aeroportuária inserida no Sistema Aeroportuário Nacional, estando localizados os aeródromos públicos certificados mais próximos em Ovar, Aveiro – São Jacinto (o proprietário é o Estado, sendo a sua operação conjunta entre militares e civis) e em Espinho (que se encontra encerrado).

O aeroporto mais próximo, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, localiza-se no Porto a aproximadamente 60 km.

Infra-estruturas logísticas

Encontra-se prevista a construção de uma rede de plataformas logísticas, que servirá de base ao desenvolvimento do Sistema Logístico Português, existindo diversas plataformas logísticas na envolvente ao concelho de Oliveira de Azeméis, nomeadamente:

- > As plataformas portuárias do Porto de Aveiro, Aveiro-Cacia e do Porto de Leixões;
- > A plataforma urbana nacional de Maia-Trofa.

A proximidade a estas plataformas logísticas induz condições para atrair e fixar investimento industrial.

2.5. OLIVEIRA DE AZEMÉIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

Servindo de enquadramento para qualquer documento estratégico de desenvolvimento da cidade de Oliveira de Azeméis surge, necessariamente, um conjunto de orientações presentes quer em documentos estratégicos de âmbito nacional e regional, quer em Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) com incidência na área em estudo.

Para além dos IGT e outras medidas de política, constituem igualmente elemento de referência para a definição da estratégia proposta, os projectos específicos existentes e previstos para a cidade ou com influência sobre ela, designadamente os promovidos pelo poder público local ou supramunicipal.

2.5.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DO TERRITÓRIO

A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, publicada em 1998 e regulamentada em 1999, define um conjunto diversificado de instrumentos de gestão territorial (IGT) que concretizam a política de ordenamento do território e do urbanismo à escala nacional, regional e local.

Tendo em conta os objectivos do presente estudo, os dois IGT de âmbito supramunicipal e natureza estratégica, que definem as grandes opções para o território nacional servindo de referência para os instrumentos de planeamento territorial desenvolvidos à escala local, são o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N). O primeiro encontra-se em vigor e o PROT-N está em elaboração.

Ao nível local, existe em vigor apenas um plano municipal de ordenamento do território que abrange a cidade de Oliveira de Azeméis - o Plano Director Municipal de Oliveira de Azeméis -, que se encontra em processo de revisão. O Plano de Urbanização para a cidade encontra-se em fase final de elaboração e não existem planos de pormenor na área do perímetro urbano.

Complementarmente à análise dos IGT, foram estudados outros instrumentos de medida de política que, ao definirem visões estratégicas de âmbito sectorial ou regional, ajudam a balizar as

propostas avançadas no presente estudo. Estes revestiram-se de uma importância reforçada pelo facto do PROT-N não ter sido ainda aprovado.

Orientações de Âmbito Nacional

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)³⁶ é o instrumento de gestão territorial (IGT) que “estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia” (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, art. 26º). Este instrumento de desenvolvimento territorial, previsto na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo – Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, alterada pela Lei nº 54/2007, de 31 de Agosto -, é um instrumento integrador, com precedência em relação aos restantes IGT. Tem natureza estratégica e âmbito nacional, e as suas “directrizes e orientações fundamentais traduzem um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais³⁷”.

Os seus princípios gerais estão estabelecidos na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (artigo 5º), os seus objectivos gerais no Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro (artigo 27º) e os seus objectivos específicos na Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2002, de 11 de Abril (ponto 9).

No que respeita ao contexto estratégico da Região Norte, o PNPOT define um conjunto de opções de desenvolvimento do território para cada uma das suas sub-regiões. Oliveira de Azeméis integra a sub-região urbano-metropolitana do Noroeste. Destacam-se, pela maior importância relativa para o contexto específico da cidade e, logo, para este estudo, as seguintes indicações:

³⁶ A Resolução do Conselho de Ministros nº 76/02, de 11 de Abril, determinou a elaboração deste IGT e indicou os princípios orientadores da sua elaboração. Este diploma legal foi alterado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 162/04, de 11 de Novembro. Foi aprovado pela Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro.

³⁷ Artigo 9º da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, alterada pela Lei nº 54/2007, de 31 de Agosto.

- > Qualificar as periferias da AMP, ordenar a implantação de equipamentos e infra-estruturas de referência e promover a operacionalização das redes necessárias à superação dos défices ambientais;
- > Controlar os impactes ambientais da urbanização difusa e dos previsíveis processos de abandono de algumas instalações industriais, através da valorização do património e dos espaços públicos;
- > Organizar o sistema territorial de mobilidades, de modo a reforçar polarizações urbanas e a estruturar sistemas urbanos sub-regionais, e conciliar o serviço público de transporte rodo e ferroviários com a racionalização do uso automóvel;
- > Criar redes de cooperação inter-urbana capazes de promoverem a reorganização espacial dos serviços não mercantis, de forma a permitir ganhos de eficácia (escala, espacialização, multifuncionalidade) e de qualidade;
- > Reordenar e qualificar os espaços industriais para a transformação das estruturas empresariais, apostando em espaços de qualidade e em relações de proximidade e forte interacção, o que implica uma ruptura com o modelo actual de unidades dispersas e estruturas industriais locais fortemente especializadas;
- > Consolidar uma rede de espaços qualificados de acolhimento de actividades inovadoras e de base tecnológica.

Orientações de Âmbito Regional

À escala regional, os instrumentos de gestão territorial previstos na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo são os **Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)**. Estes instrumentos de desenvolvimento territorial devem atender às directrizes estabelecidas a nível nacional e à evolução demográfica, socioeconómica e cultural e definir as orientações para o respectivo ordenamento do território, constituindo o quadro de referência no contexto municipal.

Tal como foi mencionado, o PROT-Norte está ainda em elaboração pela CCDR-N, pelo que não existe, ainda, uma estratégia final aprovada de desenvolvimento regional. No entanto, a

Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2006, de 23 de Março, que determinou a elaboração do PROT-Norte, estabeleceu objectivos estratégicos concretos, aos quais este plano dará resposta, que apontam já caminhos a seguir.

Assim, pretende-se que este plano vise:

- > Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região do norte;
- > Definir o modelo de organização do território regional;
- > Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT, nomeadamente considerando as sub-regiões do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Grande Porto como unidades territoriais específicas, com critérios de ordenamento e gestão apropriados às suas características físicas e de ocupação humana, e desenvolver propostas estratégicas adequadas à valorização das suas especificidades territoriais e à criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais;
- > Definir orientações e propor medidas para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de actividades não rurais, promovendo simultaneamente o planeamento e a constituição de áreas apropriadas para o desenvolvimento urbano não especulativo e para a localização de actividades empresariais;
- > Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;
- > Propor medidas para a protecção e valorização do património arquitectónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;
- > Identificar e hierarquizar os principais projectos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que contribuam para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;

- > Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;
- > Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT-Norte.

Como enquadramento ao estudo em questão, foi igualmente considerada relevante a análise do **Programa Operacional Regional do Norte (POR Norte)** – co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) –, que operacionaliza as três agendas temáticas (potencial humano, factores de competitividade e valorização do território) e os princípios orientadores assumidos pelo QREN 2007-2015 para a Região Norte. Embora noutra óptica, a análise deste instrumento de financiamento é retomada no capítulo dedicado ao investimento e financiamento.

De seguida, com preocupações de ordem estratégica, será primeiramente analisado o documento **Norte 2015**, desenvolvido entre 2005 e 2006, pela CCDR-N e respectivo Conselho Regional, para apoio à elaboração do QREN. Este documento estratégico constitui igualmente uma referência no desenvolvimento do PROT-N.

A iniciativa pública Norte 2015 corresponde a um programa de reflexão do qual resultou, após a realização de um conjunto de cenários de evolução da região, a construção de uma visão estratégica para o norte do País e a definição das suas grandes prioridades.

A visão resultante da fase de diagnóstico estabeleceu que a região será, em 2015, “capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transaccionáveis que permita recuperar a trajectória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial”.

Sendo este o objectivo geral para o desenvolvimento da região, o seu alcance decorrerá de uma aposta nas seguintes prioridades estratégicas:

- I. Promoção da intensificação tecnológica da base produtiva regional (NORTE ITEC):
 - > Intensificação tecnológica das indústrias tradicionais (têxtil e vestuário, calçado e madeira e mobiliário), acrescentando a qualidade industrial (moda, design) e um maior domínio dos circuitos de comercialização e dos canais de distribuição;
 - > Aumento do peso de actividades industriais na área das tecnologias da informação, comunicação e electrónica e na área da biotecnologia, intensificação tecnológica, sob forma de desenvolvimento de uma plataforma de prestação de serviços de elevado valor acrescentado.

- II. Assegurar, sustentadamente, a competitividade regional (NORTE SCORE):
 - > Promoção de um ensino de qualidade e de processos de formação contínua e de aprendizagem ao longo da vida;
 - > Qualificação e competitividade da Área Metropolitana e das principais cidades médias que constituem os núcleos estruturantes do sistema urbano regional.

- III. Promover a inclusão Social e Territorial (NORTE EQUALITY):
 - > Promoção de uma sociedade inclusiva e da igualdade de oportunidades;
 - > Melhoria da equidade dos cidadãos no acesso aos principais bens e serviços públicos;
 - > Revitalização de zonas degradadas dos principais centros urbanos e das áreas rurais em forte declínio populacional;
 - > Valorização dos recursos do território.

Por sua vez, o **POR Norte**, enquadrado pela estratégia de desenvolvimento regional definida pela iniciativa Norte 2015, estrutura-se nas seguintes prioridades estratégicas de desenvolvimento:

- I. **Competitividade, inovação e conhecimento**, enquanto factores que contribuem, de forma decisiva, para o reforço da intensificação tecnológica da base produtiva regional;
- II. **Qualificação ambiental e valorização económica de recursos específicos**, enquanto elementos-chave de uma estratégia de desenvolvimento regional, assente na trilogia economia-ambiente-cultura, territorialmente diferenciada;
- III. **Qualificação do sistema urbano**, promovendo a qualificação da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de promoção da própria competitividade regional e, por essa

Em termos de programação, estas prioridades estratégicas correspondem aos seis eixos prioritários que se apresentam de seguida, juntamente com a indicação dos respectivos domínios de intervenção:

Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento

- > Consolidação dos serviços colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação;
- > Apoio à criação e consolidação de *clusters* emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia;
- > Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial;
- > Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização;
- > Promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial;
- > Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento;
- > Promoção de acções de eficiência energética.

Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos

- > Valorização da excelência turística regional (Programa de Promoção da Marca Porto Norte de Portugal e Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro);
- > Promoção económica de novos usos do mar;
- > Valorização da cultura e da criatividade;
- > Acções de valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas;
- > Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da actividade económica dos territórios rurais.

Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

- > Valorização e qualificação ambiental;
- > Gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade;
- > Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade.

Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano

- > Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação;
- > Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana;
- > Promoção da mobilidade urbana;
- > Promoção da conectividade do sistema urbano regional.

Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional

- > Modernização do governo electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local;
- > Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local.

Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica

- > Capacitação da Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências.

Também de âmbito regional, embora de carácter sectorial, são as orientações apresentadas pelo **Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e entre Douro e Vouga (PROF AMPEDV)**.

Este plano foi aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 42/2007, de 10 de Abril e tem a duração máxima de vigência de 20 anos. O seu âmbito geográfico corresponde a 14 municípios (um dos quais Oliveira de Azeméis), englobados nas NUT III Grande Porto e Entre Douro e Vouga e incide sobre os espaços florestais, visando “enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, de forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços”³⁸.

³⁸ Decreto Regulamentar nº 42/2007, de 10 de Abril, Artigo 1º.

O plano distribui as iniciativas a desenvolver pelas seguintes áreas estratégicas:

- > Arborização e reabilitação de áreas florestais;
- > Beneficiação de áreas florestais;
- > Vigilância e prevenção de fogos florestais;
- > Consolidação da actividade florestal;
- > Actividades associadas.

O zonamento territorial florestal divide esta região em oito sub-regiões homogéneas, estando o concelho de Oliveira de Azeméis dividido entre duas: Baixo Douro (que visa a implementação e incremento das funções de produção, de recreio, enquadramento e estética da paisagem e de protecção) e Entre Douro e Vouga (orientada para a produção, protecção e silvopastorícia, caça e pesca).

Está incluída no concelho de Oliveira de Azeméis a área correspondente à Quinta do Covo, localizada nas proximidades da cidade, considerada “Mata modelo”³⁹ por ser representativa, em termos de diversidade e gestão, de manchas florestais com elevado interesse do ponto de vista da diversidade florestal e de conservação e protecção. Corresponde a uma área que visa o desenvolvimento de práticas silvícolas, tendo como objectivo a valorização dos seus espaços florestais.

Complementarmente foi ainda consultado o **Plano da Bacia Hidrográfica (PBH) do Vouga**, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 15/2002, de 14 de Março. Este plano tem a duração máxima de vigência de oito anos e engloba territorialmente a bacia do rio Vouga, que inclui a ria de Aveiro, as ribeiras da Costa Atlântica do concelho de Cantanhede, num total de 3706 km², distribuídos por 31 concelhos, um dos quais Oliveira de Azeméis. Corresponde a um conjunto de linhas de água que “desaguam muito perto da foz do Vouga, numa laguna que comunica com o

³⁹ O plano entende por “Mata modelo” os “espaços florestais especialmente vocacionados para a demonstração, onde se leva à prática uma gestão florestal sustentável de excelência com vista a atingir um conjunto de objectivos que advêm da sua hierarquia funcional”.

mar, a ria de Aveiro, havendo ainda uma densa rede de canais mareais e de delta relacionados com a mesma laguna”⁴⁰.

A importância deste plano é salientada pelo facto de Oliveira de Azeméis se encontrar entre os concelhos que apresentam níveis de atendimento mais reduzidos, tanto no que respeita aos sistemas de abastecimento de água, como na drenagem e tratamento de efluentes, e da freguesia de Oliveira de Azeméis, devido à localização de unidades industriais potencialmente poluidoras, ser classificada como zona de risco elevado de acidentes de poluição.

A estratégia global preconizada está organizada segundo duas vertentes - a gestão dos recursos hídricos e as estratégias para a implementação do Plano da Bacia Hidrográfica - e definiu os seguintes programas de medidas:

- P1 – Recuperação e prevenção da qualidade da água;
- P2 – Abastecimento da água às populações e actividades económicas;
- P3 – Protecção dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados;
- P4 – Prevenção e minimização dos efeitos das cheias, secas e dos acidentes de poluição;
- P5 – Valorização dos recursos hídricos;
- P6 – Ordenamento e gestão do domínio hídrico;
- P7 – Quadro normativo e institucional;
- P8 – Regime económico e financeiro;
- P9 – Informação e participação das populações;
- P10 – Aprofundamento do conhecimento sobre os recursos hídricos;
- P11 – Avaliação sistemática do plano.

⁴⁰ *In* Plano de Bacia Hidrográfica do Vouga, Parte I, Capítulo 3 - Decreto Regulamentar n.º 15/2002, de 14 de Março, DR – I Série-B, pg. 2348.

Orientações de Âmbito Municipal

De acordo com a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, os planos municipais de ordenamento do território são instrumentos de desenvolvimento estratégico do espaço municipal que possuem natureza regulamentar e “estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e parâmetros de aproveitamento do solo” (art.º 8).

Em elaboração, o Plano de Urbanização da Cidade de Oliveira de Azeméis deverá, quando aprovado, desenvolver a qualificação do solo urbano, estabelecendo o seu regime de uso e definindo a organização espacial da cidade. Enquanto tal não sucede, e na ausência de planos de pormenor realizados para áreas integradas na cidade (ou mesmo, para outros territórios municipais), o **Plano Director Municipal (PDM)** de Oliveira de Azeméis é o único IGT de âmbito municipal, actualmente em vigor, que abrange a cidade.

O Plano Director Municipal de Oliveira de Azeméis foi aprovado e ratificado através da Resolução do Conselho de Ministros nº109/95, e publicado no Diário da República nº 242, I série B, de 19 de Outubro de 1995. Em 1998, este IGT foi alvo de alterações de pormenor em diversas disposições regulamentares, publicadas no Diário da República nº173, II série, de 29 de Julho de 1998. Encontra-se em revisão desde 24 de Maio de 2004.

O PDM estabelece dois grandes objectivos estratégicos. O primeiro, dedicado à cidade, corresponde à sua consolidação como “pólo central dinamizador na unidade concelhia, reforçando duas direcções”:

- (i) Reorganização da estrutura viária e acessibilidades, de modo a garantir que a cidade seja permeável a todos os movimentos da cidadania oliveirense;
- (ii) Reforço cultural do referencial da cidadania, incrementando as representações culturais e desportivas, consolidando equipamentos de cultura, de saúde, de serviços, de lazer, de desporto e dinamizando a vida associativa e representativa dos valores concelhios.

A cidade é assumida como local de implantação privilegiado para equipamentos, serviços, comércio, habitação e transportes, de modo a acentuar as suas características de pólo dinamizador do concelho. As actividades industriais serão aceites desde que se ajustem com as funções residenciais.

A segunda grande opção estratégica do plano consiste em “apostar numa rede viária municipal em complemento das redes nacionais ou intermunicipais”, impondo-se, assim, a sua adequação hierárquica sob os pontos de vista funcional e operacional e a beneficiação de vias (com intervenção nos pavimentos, sinalização e segurança), de modo a melhorar a acessibilidade à sede do concelho e a libertar o centro urbano do trânsito viário de passagem.

O PDM destaca algumas acções prioritárias, nomeadamente, a elaboração de IGT - plano de urbanização da cidade, planos de pormenor dos núcleos centrais das freguesias e das zonas industriais, assim como planos de salvaguarda, entre outros, para o centro histórico da cidade e de Cucujães (protecção e preservação integrada do complexo de casas de quinta ditas “dos brasileiros”). Propõe ainda a criação de programas de habitação social, no sentido de sanear o tecido urbano e avançar para as acções de infra-estruturação básica.

Por outro lado, apontando equilíbrios funcionais, formais e financeiros, indispensáveis à qualificação do território e a necessária implementação de novas medidas mais adequadas e de linhas estratégicas nas áreas de intervenção, são pontos de interesse nos propósitos da *Revisão* do PDM de Oliveira de Azeméis:

- I. Qualificação e reforço da competitividade económica de Oliveira de Azeméis, perspectivando a indústria como motor de desenvolvimento no quadro da sub-região, através da cooperação estratégica entre empresas para a valorização e promoção dos sectores do calçado e do automóvel e da aposta na formação (para incentivar a inovação) e na criação de áreas de acolhimento industrial;
- II. Estruturação do território municipal, no quadro da sub-região, com o intuito de reforçar a identidade, especificidade e qualificação de cada uma das unidades territoriais, enfatizando a importância da cidade alargada (eixo urbano Oliveira de Azeméis/São João da Madeira/Santa Maria da Feira), defesa e valorização da estrutura ecológica e da qualidade ambiental e estabelecimento de rede estruturante circulatória funcional e perceptiva (que articula centralidades, equipamentos e zonas de actividades);
- III. Qualificação e vivificação do território municipal, melhorando as redes públicas de água e saneamento e reforçando a função central da cidade de Oliveira de Azeméis através do incremento de entradas nas cidades, instalação de pólo universitário, reforço de funções do Parque de La Salette, actividades de animação e melhoria de espaço público.

2.4.2. QUADRO DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO E DE PROJECTOS MUNICIPAIS

Para a cidade de Oliveira de Azeméis está previsto um conjunto de intenções de investimento, de âmbito municipal e supra-municipal, que, necessariamente, influenciará o seu desenvolvimento físico e funcional, pelo que o conhecimento destes projectos se revela indispensável para a construção de uma estratégia de regeneração urbana deste território.

Sem a intenção de fazer um levantamento e análise exaustivos dos projectos existentes, que abarcam uma considerável variedade de domínios e escalas de intervenção e envolvem um conjunto significativo de entidades, importa todavia destacar alguns deles, quer pelas consequências urbanas que podem advir para a cidade com a sua implantação, quer por serem projectos que se encontram em fase de desenvolvimento efectivo.

Um dos projectos com forte interesse estratégico para a cidade é a construção da Escola Superior Aveiro Norte, da Universidade de Aveiro. Esta está provisoriamente instalada no edifício Rainha, mas deverá ser transferida para um campus universitário a construir para a acolher. Para tal, foi já adquirida pelo município a Quinta do Comandante, estando prevista, para uma primeira fase, uma área de implantação de cerca de 2000 m² e uma área bruta de construção de cerca de 3.500m², que deverão servir cerca de 400 utilizadores.

No domínio da saúde e reforçando os vínculos entre os concelhos do eixo urbano Oliveira de Azeméis – S. João da Madeira – Santa Maria da Feira, surge o projecto de criação do novo Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga (a sua constituição foi aprovada em Conselho de Ministros em Novembro de 2008 e publicada em Diário da República a 27 de Janeiro do presente ano). Esta estrutura passa a agrupar os três hospitais da NUT III Entre Douro e Vouga (São Miguel, de Oliveira de Azeméis, S. Sebastião, em Santa Maria da Feira e o Hospital Distrital de São João da Madeira), que ficam, assim, reunidos numa única estrutura com três unidades, deixando de existir enquanto entidades administrativas individuais. O novo centro hospitalar é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com sede no Hospital de S. Sebastião, estando presentemente em discussão as valências a instalar em cada unidade hospitalar do EDV.

Por outro lado, a reconversão da linha do Vouga - ligação de caminhos-de-ferro da linha do Vale do Vouga, existente desde 1908, que é complementar à rede viária regional e nacional que atravessa ou enquadra o concelho (IC2 e a A1, a A29 e a A25 (IP5)) -, constitui uma possibilidade de investimento que afectará a cidade. A REFER anunciou recentemente um investimento de 10

milhões de euros no reforço da segurança dos atravessamentos desta linha e encontra-se actualmente a elaborar um estudo de viabilidade económica da utilização da mesma.

Por sua vez, no âmbito da regeneração urbana, merece menção o projecto de qualificação do Parque de La Salette, que resultou numa candidatura já apresentada ao QREN. O plano de reabilitação do parque iniciou-se com a constituição da Fundação La Salette, em 2004, por iniciativa do município e da freguesia de Oliveira de Azeméis. De acordo com os seus estatutos, esta entidade pretende apoiar o município nas vertentes social, cultural, desportiva e ambiental, aproveitando, para tal, as potencialidades do Parque de La Salette. Com parcerias firmadas com instituições diversas, como a Associação Florestal do Entre Douro e Vouga (AFEDV) ou a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (ICETA- Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro Alimentares), a Fundação La Salette centrou as suas primeiras energias na definição de um plano de desenvolvimento estratégico para o Parque de La Salette.

O estudo prévio do plano de desenvolvimento estratégico do parque centra-se no projecto de arquitectura paisagística para recuperação do núcleo central histórico do mesmo e, posteriormente, no aproveitamento total da área a ele afectada, promovendo a criação de novos espaços e de novos conceitos, com vista a melhorar e aumentar as ofertas turística, ambiental, cultural e de lazer. Deste modo, o projecto prevê intervenções em domínios diversos, como sejam o edificado, os equipamentos e as áreas verdes.

Outra das grandes apostas da Fundação La Salette passa pela requalificação da Estalagem de São Miguel, estando o projecto de arquitectura também em fase de conclusão. Ao abrigo de um protocolo com o Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (entidade que colaborará activamente na definição e implementação daquele projecto) têm sido encetados esforços para se encontrar uma solução de financiamento para este projecto, com vista à reabilitação da Estalagem de S. Miguel e do complexo de piscinas.

Prevista está também a intervenção sobre os espaços de acolhimento industrial existentes no concelho, no sentido de promover a sua qualificação e ordenamento e de criar ofertas alternativas de espaços de qualidade. Neste sentido, o município avançou já para a elaboração de um conjunto de planos de urbanização para algumas zonas industriais do concelho, nomeadamente para as zonas industriais de Ul/Loureiro, de Costa Má/S. Roque e de Nogueira do Cravo/Pindelo, e um projecto para a zona industrial de Cesar/Fajões/Carregosa. Não intervindo directamente sobre o território urbano, estes projectos afectam-no indirectamente, pois a zona industrial de

Oliveira de Azeméis está próxima da sua máxima capacidade e a economia da cidade é indissociável da vertente industrial concelhia.

Por fim, merece ainda menção a intenção municipal, já prevista em PDM, de reforço dos equipamentos municipais. Assim, a breve/médio prazo, estão planeados investimentos para a construção do pavilhão gimnodesportivo, do novo infantário do Centro Regional de Segurança Social/Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, do novo quartel dos bombeiros, a ampliação do Cineteatro Caracas, entre outros.

3. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

A análise do território nas suas múltiplas vertentes permitiu identificar um conjunto de elementos de caracterização e de identificação de dinâmicas observáveis na cidade, que foram apresentados no capítulo anterior. Neste ponto pretende-se, já com base nas reflexões avançadas pela equipa e mais directamente orientadas para a definição da estratégia de desenvolvimento para a cidade, sintetizar um conjunto de aspectos derivado desta análise.

Deste modo, procedeu-se a uma sistematização, por domínios de análise, das principais potencialidades e oportunidades, que a estratégia proposta tentará valorizar, e, em contraponto, das fragilidades e ameaças que este território enfrenta e que importa anular ou, pelo menos, minimizar.

Localização e enquadramento regional

Potencialidades / Oportunidades

- > Localização geográfica privilegiada na proximidade de importantes eixos de ligação norte/sul, bem como dos centros urbanos Porto e Aveiro;
- > Integração na AMP, que garante a articulação formal a uma das principais áreas do País ao nível demográfico, económico e infra-estrutural;
- > Integração no eixo urbano com São João da Madeira e Santa Maria da Feira, que garante: (i) maior dimensão crítica; (ii) complementaridade na oferta de equipamentos, serviços e infra-estruturas; (iii) reforço da relação à cidade do Porto (iv) o reforço da articulação à cidade de Aveiro.

Fragilidades / Ameaças

- > Existência de alguma resistência à cooperação e algum excesso de competição com os municípios de São João da Madeira e de Santa Maria da Feira, o que pode prejudicar o desenvolvimento e a condução de projectos e estratégias conjuntas.

Acessibilidades e mobilidade

Potencialidades / Oportunidades

- > Boas acessibilidades rodoviárias regionais e nacionais, garantidas pela A1, pela A29 e pelo IC2, encontrando-se prevista a construção da A32 (Oliveira de Azeméis – Ovar) que consolidará a ligação da cidade e do concelho ao exterior;
- > Existência de um conjunto de intenções municipais, que reforçarão as articulações viárias internas da cidade e possibilitarão melhores ligações com os grandes eixos rodoviários nacionais e regionais;
- > Investimento anunciado no modo de transporte ferroviário, através da reabilitação da Linha do Vouga, que poderá alavancar uma maior articulação dentro da conurbação e desta com outros pólos de referência;
- > Existência de um protocolo “sistemas de Comboios Frequentes na Linha do Vouga”, que permitirá a ligação competitiva de Oliveira de Azeméis aos concelhos vizinhos e à AMP;
- > Desenvolvimento do serviço de transportes públicos urbanos – o TUAZ (que poderá contribuir para a diminuição da dependência do transporte privado);
- > Organização do estacionamento no centro da cidade pela recente introdução de tarifação, associada à criação do cartão de residente.

Fragilidades / Ameaças

- > Rede viária da cidade com lacunas ao nível da hierarquização, estruturação e articulação;
- > Entradas na cidade ilegíveis, devido ao complexo e confuso desenho dos nós de ligação ao IC2;
- > Congestionamento da rede viária, em alguns períodos do dia, resultante dos elevados movimentos pendulares gerados pela dispersão territorial;
- > Existência de elevados fluxos de atravessamento de veículos pesados na cidade;
- > Características da Linha do Vouga (bitola estreita e via única) como um entrave à oferta de serviços de transporte ferroviários competitivos com o modo de transporte rodoviário;
- > Rede de transportes públicos na cidade e no concelho ainda deficiente (circuitos e periodicidade);

- > Terminal rodoviário actualmente sem condições adequadas ao acolhimento dos utentes e estrutura viária que o serve incapaz de suportar o tráfego por ele gerado;
- > Utilização intensiva do transporte individual, inclusive para pequenas deslocações no interior da cidade;
- > Inexistência de uma rede ciclo-pedonal, não incentivando a utilização de modos de locomoção alternativos ao transporte motorizado;
- > Oferta de estacionamento no Parque de La Salette desajustada tendo em conta a capacidade, a localização e o enquadramento paisagístico, em especial no que concerne a autocarros;
- > Sinalética informativa/ direccional da cidade desadequada.

Estrutura urbana e edificado

Potencialidades / Oportunidades

- > Existência de património edificado de referência: o núcleo que constituiu o embrião da cidade é pontuado por peças de arquitectura singular;
- > Existência de espaços expectantes na cidade com potencial de reconversão.

Fragilidades / Ameaças

- > Desarticulação e dispersão territorial: a cidade foi crescendo de uma forma desestruturada e quase espontânea, integrando novas actividades e novos investimentos de forma avulsa, sem uma visão urbana de conjunto orientadora das intervenções;
- > Divisão do tecido urbano pelo IC2, provocando um corte na cidade;
- > Fraca articulação entre o Parque de La Salette e o núcleo urbano a oeste do IC2;
- > Existência de algum edificado devoluto e/ou em mau estado de conservação e de alguns elementos de volumetria dissonante;
- > Índice de construção excessivamente elevado.

Estrutura verde e espaço público

Potencialidades / Oportunidades

- > Estrutura verde com potencial de valorização, onde se destaca o Parque de La Salette e as quintas integradas no perímetro urbano;
- > Existência de paisagem natural de enquadramento e, na envolvente próxima da cidade, de áreas com valor natural e patrimonial, associadas aos recursos hídricos - rios Antuã, Ul e Cercal, e rede de moinhos de água;
- > Existência de um programa de acção para a requalificação e dinamização do Parque de La Salette;
- > Recente valorização do núcleo central da cidade, através da pedonalização de vias comerciais, condicionamento automóvel e requalificação da praça da cidade.

Fragilidades / Ameaças

- > Rede pedonal da cidade desqualificada e desarticulada, e escassez de espaço público de fruição;
- > Oferta de espaços verdes urbanos públicos complementares ao Parque de La Salette muito incipiente;
- > Inexistência de uma área de protecção ao Parque de La Salette;
- > Fraco aproveitamento do potencial lúdico dos rios (devido à poluição das linhas de água e ausência de investimentos que promovam a sua acessibilidade e visibilidade) e dos recursos patrimoniais edificados aí existentes (moinhos).

Infra-estruturas, equipamentos e serviços associados

Potencialidades / Oportunidades

- > Existência de uma razoável oferta de equipamentos (sociais, escolares e desportivos), distribuídos pelo tecido urbano;
- > Presença de estabelecimentos de ensino superior na cidade – Escola Superior Aveiro-Norte e Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa;
- > Intenção de criar novas instalações, em Oliveira de Azeméis, para a Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Universidade de Aveiro – Campus Universitário;

- > Criação prevista de um novo centro hospitalar para servir a conurbação;
- > Adesão do concelho de Oliveira de Azeméis ao SIMRIA (já solicitada).

Fragilidades / Ameaças

- > Parque de campismo de pequena dimensão, sem capacidade de expansão na actual localização e com um nível de infra-estruturação e oferta de equipamentos e serviços reduzido e desqualificado;
- > Dispersão dos serviços camarários pela cidade, dificultando a articulação entre os mesmos;
- > Rede de infra-estruturas de saneamento básico urbano ainda incompleta, particularmente no que respeita à rede de águas residuais;
- > Baixa taxa de cobertura da população residente por ETAR;
- > Existência de lixeiras clandestinas.

Condições sociodemográficas

Potencialidades / Oportunidades

- > Estrutura etária ainda jovem (mas, seguindo a tendência nacional, em envelhecimento), assente numa elevada taxa de natalidade;
- > População residente com forte valor identitário;
- > Existência de um elevado número de associações culturais/desportivas e recreativas;
- > Forte dinâmica municipal na oferta de emprego e no colmatar das necessidades sociais da população.

Fragilidades / Ameaças

- > Abrandamento e recente inversão da dinâmica de crescimento populacional do concelho, resultante de uma reduzida capacidade de atracção e fixação de população;
- > Esvaziamento populacional do núcleo central de Oliveira de Azeméis;
- > Níveis de instrução reduzidos (embora se tenha observado um incremento das qualificações da população residente), que se traduz em baixos níveis de qualificação dos recursos humanos;

- > Insuficiência das estratégias de promoção e divulgação cultural.

Actividades económicas

Potencialidades / Oportunidades

- > Autonomia funcional (emprego) em relação aos concelhos vizinhos e aos grandes pólos urbanos da Região (Porto e Aveiro);
- > Diversidade de actividades industriais e alguns exemplos de desenvolvimento de complementaridades segundo uma lógica de clustering;
- > Forte apego da geração mais antiga de empresários a Oliveira de Azeméis, que contribui(u) para a manutenção das unidades industriais neste território;
- > Forte espírito empreendedor local, resultando numa proliferação de empresas e em níveis de sucesso muito elevados de parte delas;
- > Capacidade de internacionalização demonstrada por muitas das empresas;
- > Importante “base de conhecimento” da mão-de-obra nos ramos de actividade mais relevantes na estrutura económica local (saber fazer local), gerada pela forte tradição industrial;
- > Bom nível técnico e tecnológico da produção em alguns sectores de actividade, nomeadamente na indústria dos moldes metálicos, associado ao esforço de cooperação com o meio científico e de investigação e com outras empresas locais ou externas (p.e. com a indústria de moldes da Marinha Grande);
- > Intenção de constituição de uma zona industrial fora da cidade (Loureiro), dotada de boas acessibilidades e um bom nível de infra-estruturação, e com possibilidade de crescimento, afirmando-se como um novo pólo industrial de dimensão regional;
- > Existência de acções de dinamização das áreas comerciais tradicionais.

Fragilidades / Ameaças

- > Zona industrial da cidade sem possibilidades de expansão e com deficiências de infra-estruturação e de acessibilidade face às necessidades das empresas aí instaladas;
- > Carência de áreas devidamente infra-estruturadas para acolhimento industrial, no concelho;
- > Sectores tradicionais ainda parcialmente baseados em processos produtivos assentes em mão-de-obra intensiva e pouco qualificada e com reduzida capacidade de incorporação de factores de valorização dos produtos, como o design, a moda, etc.;
- > Perda de vitalidade do comércio tradicional devido ao envelhecimento da estrutura empresarial local e ao esvaziamento da procura, decorrente do surgimento de novas centralidades na cidade e da proliferação de grandes unidades de comércio na envolvente regional.

Outros

Potencialidades / Oportunidades

- > Início de um novo período de programação financeira (possibilidade de acesso a fundos comunitários);
- > Revisão do PDM e elaboração do PU da cidade, que devem integrar a presente estratégia.

Fragilidades / Ameaças

- > Conjuntura económica pode condicionar novos investimentos públicos e privados;
- > Ausência de uma estratégia eficaz, que oriente o desenvolvimento da cidade, formalizada em instrumentos de gestão do território actualizados e eficazes;
- > Inexistência de uma imagem de marca forte e apelativa de identificação e projecção da cidade no exterior.

4. QUADRO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO

4.1. ESTRATÉGIA CONCEPTUAL DE INTERVENÇÃO

4.1.1. PRESSUPOSTOS INICIAIS

A conurbação de Oliveira de Azeméis - São João da Madeira – Santa Maria da Feira é referida por Jorge Gaspar como “...um caso interessante de urbanização extensiva, quase sem *cidade*” (Geografia de Portugal, Vol.4, pág. 26). Com efeito, esta frase resume, do ponto de vista urbano, as características fulcrais de Oliveira de Azeméis, parte integrante desta conurbação.

A cidade de Oliveira de Azeméis é o resultado de uma ocupação alicerçada nos eixos de comunicação (desde a via militar romana entre Lisboa e Braga e a estrada real, até à EN1 e ao IC2, passando pela Linha do Vouga) e num intenso processo de industrialização difusa (por sua vez, intimamente relacionado com a disponibilidade de mão-de-obra abundante, resultado de um acentuado dinamismo demográfico), cuja complexidade e velocidade de transformação não foram acompanhadas por práticas de planeamento eficazes. A cidade cresce de forma espontânea, em larga medida em função do esforço e necessidades imediatas dos seus residentes, mas sem uma intenção estratégica de preparação do futuro e sem que instrumentos de ordenamento regulassem e oferecessem uma coerência global a esse crescimento. Sem que uma verdadeira cidade pudesse ganhar forma.

Berço de um povo empreendedor, que foi pontuando a cidade com marcas do seu tempo, a localidade vai crescendo, integrando testemunhos diversos e muitas vezes dissonantes. São exemplos destes empreendimentos, quer os palacetes brasileiros da segunda metade do século XIX, início do século XX, associados à emigração para o continente americano, quer os edifícios modernistas, como o Cineteatro Caracas, o Hotel Dighton, com a sua plataforma giratória, ou o Edifício Rainha, primeiro centro comercial da envolvente. Ao centro da cidade, em torno do Jardim Público e da Igreja Matriz, juntam-se novas polaridade, como o Largo do Gemini ou, mais recentemente, a Praça da Cidade. A par destes investimentos, também as indústrias, em particular a Simoldes e a Lactogal, criam outras polaridades à medida que se instalam (e expandem) no tecido urbano e contribuem para uma mescla funcional acentuada.

Deste modo, a dispersão urbana já existente foi sendo agravada pela introdução de novos elementos, dificultando a criação de uma estrutura verdadeiramente urbana. Em resultado, deparamo-nos com um território composto por mosaicos desencadeados e/ou fragmentados por

eixos de via e barreiras morfológicas, no seio do qual a cidade surge, tímida e espartilhada, sem um centro coerente e imediatamente reconhecível.

Este território reflecte, assim, as dinâmicas de um desenvolvimento urbano caracterizado por lógicas sobrepostas e nas quais coexistem padrões complexos de localização, distantes de um (cada vez mais desajustado) modelo convencional de cidade. As áreas de urbanização expandem os seus limites, progressivamente menos estáveis, e salientam-se pela diminuição dos factores de enraizamento, aumento da mobilidade e diversidade de formas de viver o território.

No entanto, aceitar a emergência de espaços e vivências de cidade não impede a necessidade numa aposta séria na sua qualificação, a várias escalas, que contemple a acessibilidade, o património, o urbanismo. Por outro lado, não torna menos essencial o cuidado prestado aos aspectos imateriais da cidade, quer os mais directamente relacionados com as pessoas, quer os mais directamente relacionados com as actividades. Sendo a cidade das pessoas e para as pessoas, importa, assim, compatibilizar os vários aspectos que lhes garantam uma qualidade de vida efectiva.

Em termos gerais, é indiscutível a importância dos espaços na estruturação das interacções sociais e, inversamente, também é evidente que estas dinâmicas são importantes para o território, uma vez que o sentido de pertença da população ao local onde vive gera impactos marcadamente positivos e atribui-lhe vitalidade. Com efeito, em Oliveira de Azeméis, a identidade da sua população e o seu forte sentido de pertença a este território assumiram sempre um papel de força motriz no crescimento observado.

Deste modo, qualquer estratégia de desenvolvimento urbano eficaz não deve preconizar apenas a mera intervenção física sobre o território, mas, de uma forma mais sistémica e abrangente, deve igualmente contemplar a associação desta componente material (foco central de um estudo de regeneração urbana, como é o presente) a uma dimensão de natureza sociocultural e simbólica. Importa valorizar as potencialidades para atrair população, acolher empresas e práticas culturais diversas, apostando na qualificação do ambiente físico, património edificado e também na qualidade de vida da população, aspectos que diferenciarão Oliveira de Azeméis como cidade.

Neste sentido, é necessário desenvolver os espaços de proximidade e os equipamentos de suporte à vida quotidiana, e, simultaneamente, promover uma aposta na animação (através de actividades de horário alargado, eventos regulares e excepcionais) e na comodidade (sinalética, mobiliário urbano), favorecendo a renovação dos laços sociais.

Um último aspecto que importa salientar é o facto das intervenções em Oliveira de Azeméis, tendo necessariamente de passar pelo reforço da ligação entre os vários tecidos urbanos, pela valorização da multiplicidade de usos e pela consolidação das áreas mais centrais, deverem igualmente ter presente a possibilidade de integrarem uma estratégia mais ampla e territorialmente integradora.

Efectivamente, o reforço da articulação das áreas que compõem a cidade não pode ser alheia a dinâmicas mais vastas, devendo estender-se a outras escalas. Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira constituem um território de continuidade urbano-industrial que pode ser denominado de conurbação. Esta condição urbana contínua é fonte de problemas relacionados, nomeadamente, com a fragmentação do espaço e excessiva afectação de recursos. No entanto, estes três concelhos apresentam uma íntima ligação em termos históricos, sociais e económicos cujo potencial terá de ser seriamente considerado, pois os pontos fortes e oportunidades sobrepõem-se claramente às dificuldades, devendo ser valorizados através de uma abordagem conjunta.

A optimização de economias de escala e de aglomeração torna-se um imperativo estratégico para o fortalecimento da competitividade e coesão deste território. O elo de ligação cimentado entre estes três territórios nos termos já referidos é verdade irrefutável, sendo importante, agora, investir na promoção da percepção dos ganhos desta abordagem, através da convergência para um consenso supramunicipal e de uma nova visão de reequilíbrio das potencialidades do conjunto, que só trará mais-valias ao concelho de Oliveira de Azeméis.

Sem, obviamente, se sobreporem as responsabilidades e competências próprias do município em questão, importa que esta lógica de actuação assente na criação de sinergias para a prossecução de interesses comuns, cujas soluções poderão passar pela articulação dos investimentos municipais de interesse supramunicipal e coordenação de actuações em áreas diversas, como a indústria, a cultura, a promoção do território, a infra-estruturação, a mobilidade, etc.

Com efeito, face a tendências de mudança nacionais, a intensa dinâmica demográfica, garante de mão-de-obra abundante, e o forte empreendedorismo gerado no seu seio, que no passado se afiguraram como motores da evolução deste território, esmoreceram, deixando de assegurar a continuação do crescimento até aqui observado. Em Oliveira de Azeméis tem-se assistido a uma atenuação da sua dinâmica social, redução da sua capacidade de atracção, especialmente em comparação com os outros dois concelhos, que se traduz também na perda de funções.

Um aspecto fundamental para o sucesso, intensificação e viabilidade do trabalho conjunto entre os municípios deste eixo urbano está num equilíbrio entre as três cidades, o que implica um reforço da posição de Oliveira de Azeméis.

Assim, nesta conurbação polinucleada deve ser definida uma rede de centralidades que prime pela coesão e complementaridade funcional e na qual pesponte o papel da cidade de Oliveira de Azeméis. Esta consolidação de posição implicará acções de estabelecimento de eixos preferenciais e aglomeração de funções, actividades, emprego ou equipamentos de nível superior, sempre com um forte carácter de diferenciação (seja pela dimensão, qualificação ou especialização), que lhe permitirá adquirir, se suportado por altos patamares de qualidade urbana, uma forte capacidade de atracção.

4.1.2. PRINCÍPIOS E VALORES ORIENTADORES DA ESTRATÉGIA

Tendo em conta a contextualização apresentada, a concepção da estratégia assentou num conjunto de **princípios e valores fundamentais**, que deverão estar também subjacentes na sua implementação, por se considerar que são garantia de uma maior abrangência e eficácia do quadro de intervenções desenvolvido. Assim, destacam-se os seguintes aspectos cuja aplicação deverá ser, tanto quanto possível, transversal a todas as acções:

Articulação com os territórios envolventes

Embora a estratégia desenvolvida incida directamente sobre a cidade, importa ter presente que, tanto o território (a cidade), como os domínios de intervenção, se inserem em lógicas mais amplas. Assim, se, por um lado, a estratégia para Oliveira de Azeméis tem repercussões sobre territórios adjacentes, por outro lado, também é influenciada pelas dinâmicas desta área mais alargada.

O diagnóstico efectuado evidenciou a importância do relacionamento estabelecido entre as cidades do eixo Oliveira de Azeméis – S. João da Madeira – Santa Maria da Feira, tanto pelo facto de estruturarem o povoamento e de funcionarem como eixos de penetração de influência tanto norte como a sul, como em termos das relações funcionais existentes entre elas. A articulação entre estes três pólos urbanos garante-lhes, assim, um ganho de escala, de competitividade e de capacidade de promoção no exterior que, cada um isoladamente, não consegue sustentar. Deste

modo, o processo de regeneração urbana, primeiro passo para o fortalecimento da posição da cidade no eixo urbano, deve promover a convergência entre as três cidades, criando assim condições para a sustentabilidade no trabalho conjunto entre elas.

Para além da articulação com este eixo urbano, a cidade de Oliveira de Azeméis deve ser pensada tendo também em consideração as relações estabelecidas (ou que se pretendem aprofundar) com territórios mais distantes (AMP, Aveiro, Espanha e outros países europeus, etc.), procurando explorar complementaridades e afinidades existentes e estabelecer sinergias.

Por outro lado, sendo a cidade sede de concelho e núcleo polarizador à escala municipal, a integração da estratégia da cidade numa estratégia global para o concelho é uma necessidade evidente. Um domínio onde este princípio se torna particularmente manifesto é o da estruturação das actividades industriais - meio de subsistência, elemento de identidade e motor de desenvolvimento da cidade e município, cuja inadiável resolução das fragilidades e combate às ameaças terá de assentar numa estratégia à escala concelhia.

Estabelecimento de parcerias

Como órgão representante do interesse público e entidade que deve impulsionar e zelar pelo desenvolvimento deste território, é incontornável a relevância do papel desempenhado pela autarquia na implementação da estratégia para a cidade. No entanto, o planeamento estratégico pressupõe o envolvimento nas acções previstas do maior número possível de actores locais, regionais e nacionais, quer de natureza pública, quer privados.

Com efeito, uma cidade assenta, por definição, numa multiplicidade de interacções, mais ou menos complexas e de natureza consideravelmente distinta, entre alargados conjuntos de actores. A sua mobilização e o estabelecimento de relações de cooperação entre estas entidades propiciam a optimização de recursos necessários e a gestão eficiente dos projectos, bem como o aumento da capacidade de reprodução das próprias intervenções.

Desta forma, para o sucesso da estratégia contribui, em larga medida, a capacidade de envolver e comprometer os diversos parceiros.

Este envolvimento está igualmente em consonância com os princípios defendidos pela nova política de cidades, tendo o estabelecimento de parcerias e o trabalho em rede cada vez mais relevância nos instrumentos de política existentes, incluindo os de financiamento.

Definição de prioridades de intervenção

A estratégia de desenvolvimento urbano contempla um conjunto alargado de acções e projectos tendo em vista a persecução dos objectivos estratégicos definidos. Face à abundância de propostas, algumas das quais directamente derivadas das intenções da autarquia ou de outros agentes e actores locais e outras identificadas no decurso dos trabalhos de elaboração deste documento, surge inevitavelmente a necessidade de estabelecer níveis de prioridade nos projectos.

Neste sentido são considerados prioritários aqueles projectos que têm capacidade de gerar um impulso multiplicador e catalisador sobre as restantes acções que integram a estratégia. Distinguem-se, desta forma, os projectos que assumem especial relevância enquanto elementos essenciais de alavancagem da regeneração urbana.

Gestão e monitorização da aplicação da estratégia de intervenção

Numa estratégia de intervenção os cuidados não devem recair apenas na elaboração do plano de acção, pois o seu êxito depende igualmente da sua apropriada implementação. Desta forma, o município deve munir-se de uma estratégia de gestão e monitorização, que verifique que a implementação das acções decorre de acordo com o previsto e, simultaneamente, que proceda a uma avaliação da eficácia das mesmas no que respeita ao cumprimento dos prazos definidos e à obtenção dos objectivos que lhe estavam atribuídos, permitindo detectar atempadamente eventuais necessidades de adaptação destas intervenções a novos condicionantes ou conjunturas entretanto emergentes.

Com efeito, qualquer estratégia de desenvolvimento de um território deve ser encarada como um sistema aberto e, portanto, passível de ser quotidianamente alimentada em função das alterações nos contextos e das dinâmicas emergentes. Deste modo, deverá existir uma preocupação constante de aferir a forma como a implementação das intervenções está a decorrer.

O município poderá recorrer a uma entidade externa para assegurar a implementação das acções e projectos definidos na estratégia, devendo salvaguardar, contudo, que o modelo de gestão a adoptar permita agilizar todo o processo e garantir a mobilização e concertação dos agentes envolvidos.

4.1.3. OBJECTIVOS E CONCEITOS ESTRATÉGICOS

Embora a estratégia desenvolvida para a cidade esteja centrada nas questões de regeneração urbana, para se observar o seu real potencial, esta tem necessariamente que ser enquadrada em dinâmicas mais amplas e abrangentes do que o espaço físico da própria cidade. Deste modo, não podem deixar de ser considerados os seguintes aspectos:

1. A forma de organização do território

- > É necessária a adopção de uma estratégia de desenvolvimento da cidade que possa ser integrada numa estratégia de desenvolvimento conjunto da conurbação;
- > Importa reforçar a conurbação, garantindo uma maior competitividade e visibilidade no exterior, e, simultaneamente, reforçar o peso da cidade na conurbação, promovendo o equilíbrio entre os três pólos urbanos para, desta forma, garantir a existência de uma conurbação forte e coesa;
- > À escala municipal, é essencial fortalecer as ligações dos aglomerados do concelho a Oliveira de Azeméis, criando uma cidade que se constitua como o principal núcleo da vida colectiva.

2. As pessoas e as actividades

- > Porque uma cidade é mais que o espaço físico, importa promover Oliveira de Azeméis enquanto pólo de fixação de pessoas, aumentando a atractividade residencial e de novos agentes económicos;
- > A cidade surgiu assente na dinâmica demográfica e industrial, os grandes factores impulsionadores do desenvolvimento deste território que, na actual conjuntura, enfrentam sérias ameaças, pelo que importa fortalecer a identidade da sociedade, recuperar as características de urbanidade e garantir condições propícias às actividades económicas;
- > É fundamental promover a qualidade de vida e coesão social da população e, simultaneamente, restaurar a inovação e competitividade, de modo a aumentar a capacidade de atracção de população e actividades económicas.

3. A regeneração urbana

- > É indispensável promover a qualidade ambiental e incrementar os níveis de infra-estruturação da cidade e, simultaneamente, reabilitar e requalificar os conjuntos edificados;
- > Sendo a desarticulação do tecido urbano um dos principais problemas que esta estrutura urbana enfrenta, é vital melhorar a sua coerência física e a articulação dos tecidos urbanos, através da definição e da consolidação do núcleo urbano central e, desta forma, fomentar a contenção da dispersão urbana;
- > Importa ainda reforçar a identidade da cidade, sem o qual a requalificação urbana ficará muito comprometida, preservando características diferenciadoras e salientando potencialidades ambientais, socioeconómicas e culturais.

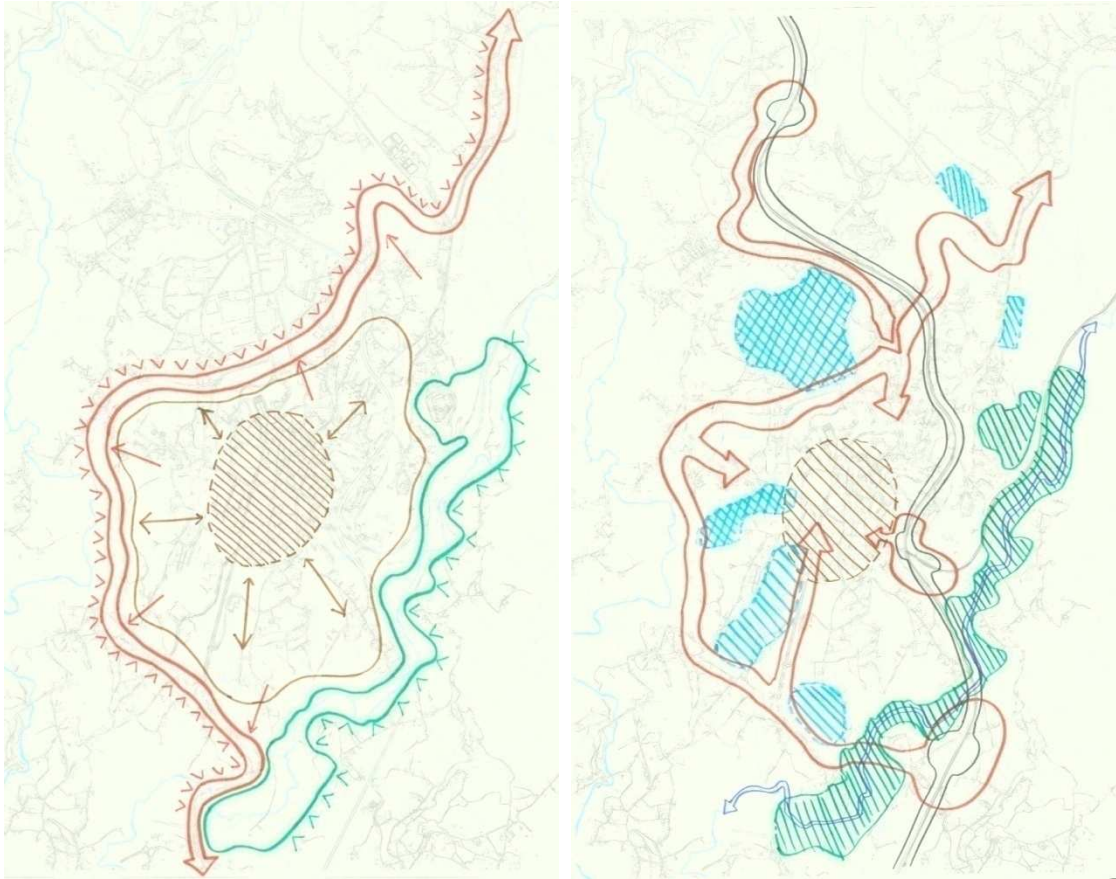
Desta forma, a estratégia de intervenção proposta para a cidade persegue o seguinte conjunto de **objectivos estratégicos**:

1. Resolução das situações de ruptura urbana e dos problemas de mobilidade existentes, promovendo a reestruturação da malha urbana, a hierarquização da rede viária e a consolidação do perímetro urbano;
2. Definição de uma estratégia de preservação do edificado e de recuperação dos edifícios representativos, procurando recuperar a história da cidade;
3. Promover a revitalização do centro tradicional, ao nível do edificado e das funções residencial, comercial, de lazer, entre outras;
4. Criação de uma rede de espaços públicos de referência e de equipamentos colectivos, recuperando e potenciando a utilização de espaços já existentes e criando novas áreas públicas de lazer;
5. Valorização e consolidação da estrutura verde, potenciando os recursos naturais e paisagísticos existentes;
6. Reestruturação das áreas industriais, de modo a compatibilizar os fluxos por elas gerados com a estrutura urbana, promovendo o desenvolvimento da base económica e a melhoria das infra-estruturas;

7. Recuperação do dinamismo demográfico e social de Oliveira de Azeméis, aumentando a sua atractividade residencial e criando uma cidade que constitua um importante núcleo da vida colectiva municipal;
8. Fortalecer a identidade da cidade, numa perspectiva de valorização socioeconómica, cultural e urbana.

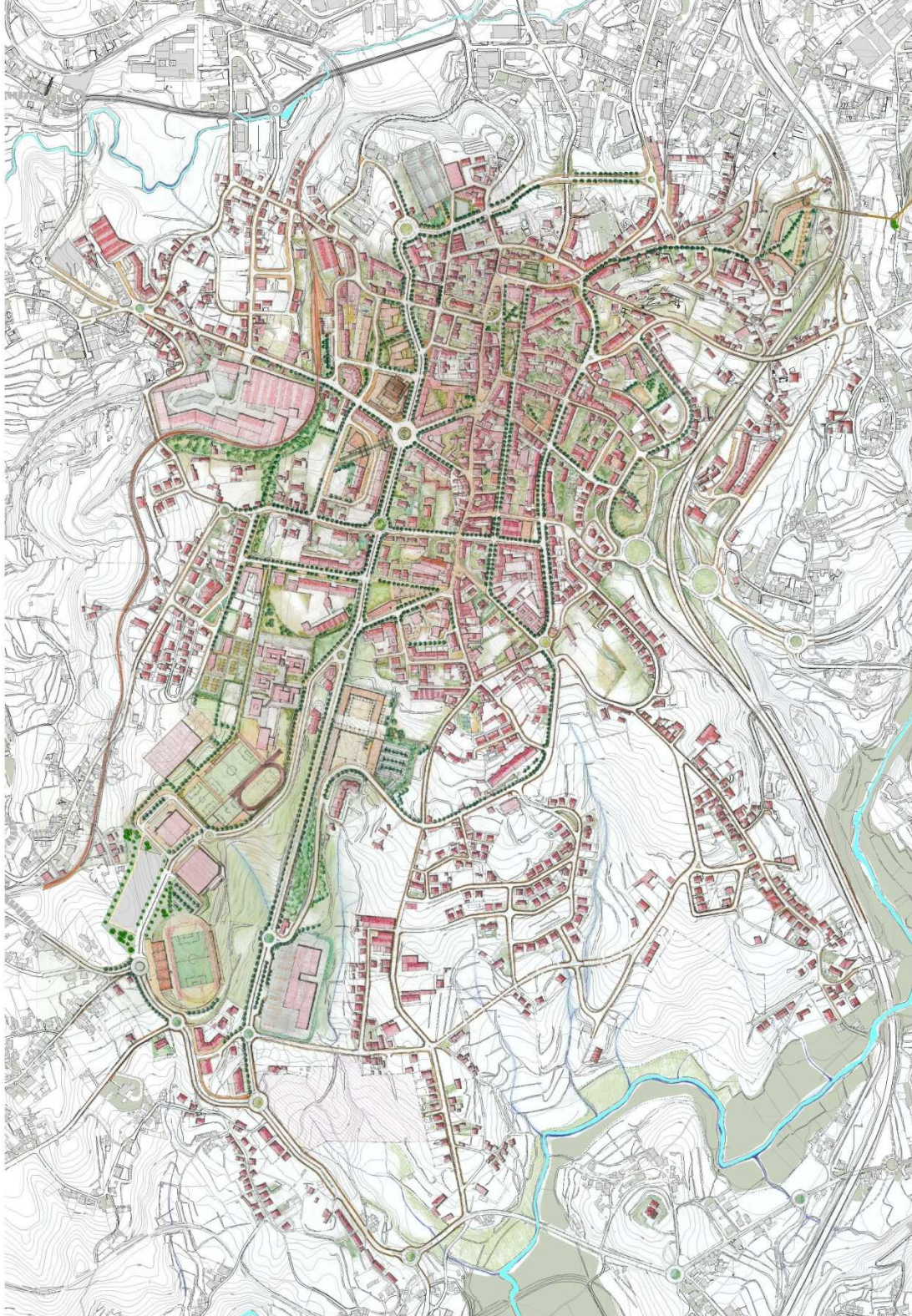
Como resposta a estes objectivos, a estratégia de intervenção urbana desenhada para Oliveira de Azeméis assenta em dois conceitos estruturantes, que se encontram interligados: a **delimitação do núcleo urbano central e a contenção da dispersão**. Deste modo, pretende-se definir o núcleo urbano central, determinando uma área que possua características marcadamente urbanas, sendo portanto aqui que deve ser conduzida grande parte dos investimentos. A definição desta área a consolidar, traduz-se numa inversão da lógica de crescimento urbano disperso, possibilitando a qualificação e o fortalecimento da cidade.

É a materialização destes dois conceitos que permite a **articulação dos tecidos urbanos**, actualmente dispersos e desconexos, e, simultaneamente, um **reforço da sua identidade**, valorizando as potencialidades identificadas nos domínios social, económico, ambiental e cultural.



A estratégia observa, assim, duas lógicas de regeneração urbana, que decorrem em paralelo:

- > Conter para definir. Conter para qualificar. Conter para fortalecer.
- > Recuperar a identidade. Recuperar a urbanidade.



A concretização dos objectivos estratégicos e a tradução dos conceitos atrás apresentados num conjunto de propostas de acção, que se pretende coerente e o mais completo possível, foi estruturada nos seguintes **seis eixos estratégicos de intervenção**:

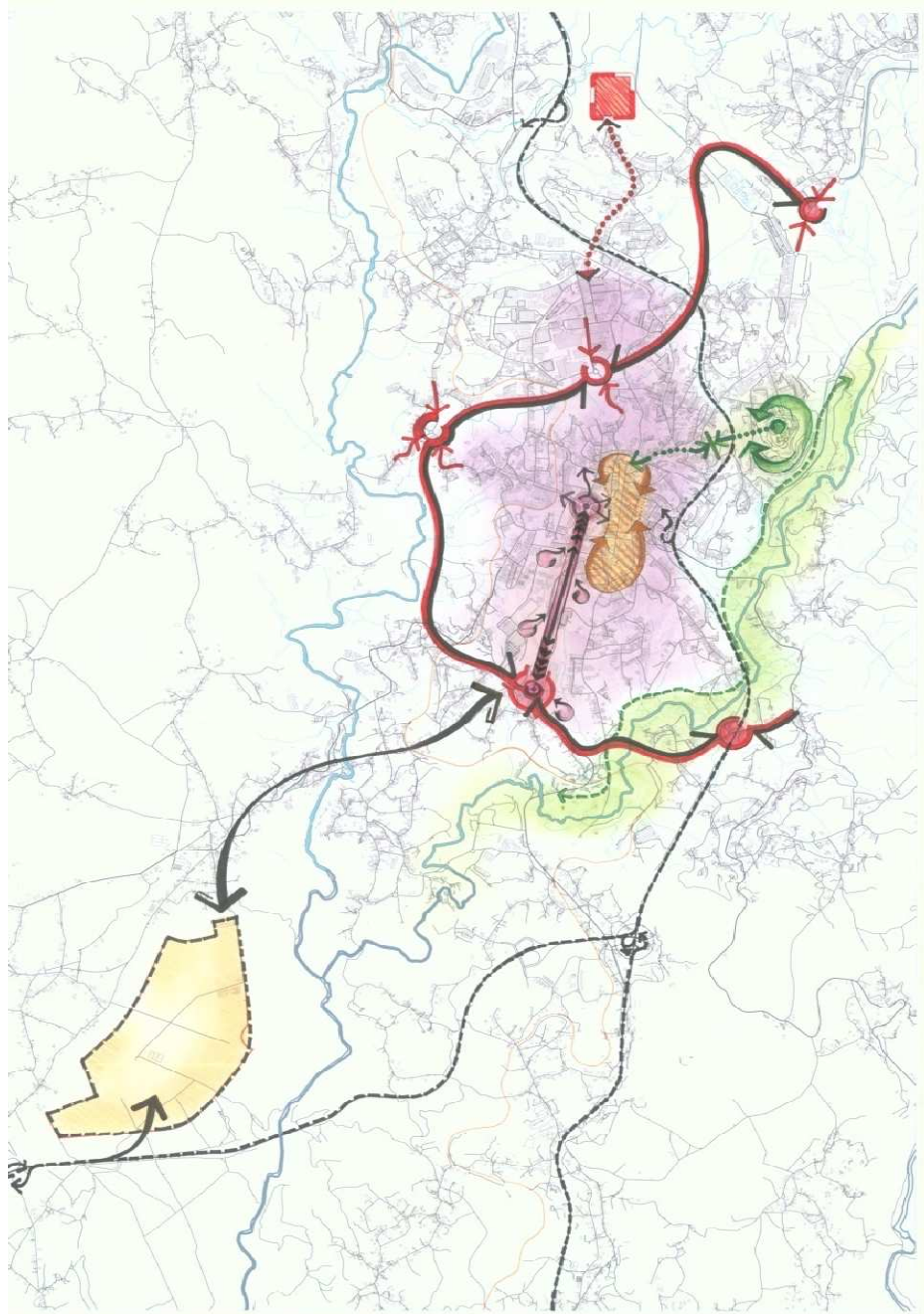
1. Afirmação de Oliveira de Azeméis como pólo industrial, de serviços e do conhecimento
2. Reforço de equipamentos e protecção e reabilitação da estrutura edificada
3. Articulação urbana e melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade
4. Valorização do espaço público e da estrutura verde
5. Requalificação ambiental
6. Administração, cooperação territorial e promoção da cidade

Distribuído por estes eixos estratégicos de intervenção encontramos um vasto conjunto de projectos, alguns dos quais desdobrados em acções individualizadas, que contribuem para dar corpo à estratégia ou, por outras palavras, que constituem a resposta para a concretização dos objectivos definidos.

Contudo, antes de se proceder à apresentação destes projectos, importa sistematizar as grandes ideias estratégicas que os sustentam. Com efeito, um estudo de enquadramento estratégico é muito mais do que a mera soma de acções avulsas. Resulta de uma visão de conjunto do território e das distintas dinâmicas que nele operam, construindo, a partir dela, um futuro que se pretende mais rico, equilibrado e sustentável.

Deste modo, foi identificado um conjunto de seis **operações estruturantes** que unificam a estratégia, correspondentes a intervenções integradas sobre locais específicos, com efeitos multiplicadores sobre toda a cidade. As operações estruturantes, tendo em conta as suas características, dimensão e efeitos potenciadores no conjunto do território, ganham uma particular relevância na alavancagem da estratégia, podendo ser considerados verdadeiros motores do processo global de regeneração do território.

A planta seguinte identifica o âmbito geográfico das operações estruturantes.



De seguida apresenta-se cada uma destas seis operações estruturantes.

1. Afirmção e consolidação de um eixo urbano, desde o Largo Luís de Camões até à Avenida D. Maria I, pontuado de equipamentos de referência, que seja símbolo da modernidade de Oliveira de Azeméis, articulado e complementar ao centro da cidade, e intimamente ligado à sua afirmação identitária.



Projectando uma nova imagem para a cidade, este eixo urbano é encabeçado pelos novos Paços do Concelho, articula a Praça da Cidade e o complexo escolar e desportivo, e termina num novo pólo de equipamentos. Desta forma, intervindo sobre pontos charneira do território, esta operação encadeia centralidades actualmente desconexas e traduz-se num reforço do carácter institucional e cívico deste eixo de desenvolvimento da cidade. Através da instalação dos Paços do Concelho, no Edifício Rainha, junto ao Largo Luís de Camões, é possível “reinventar” um elemento simbólico da cidade, que atravessa um processo de desqualificação acentuado, e alavancar, pela sua proximidade e reforço das ligações ao centro tradicional, a revitalização do que é o “coração” da cidade. Por outro lado, através da afirmação de um grande pólo de equipamentos, gravitando em torno da Avenida D. Maria I, é possível rematar e fortalecer um conjunto de investimentos públicos que foram já conduzidos nesta área, ampliando os seus efeitos dinamizadores. Assim, torna-se estratégico a realocização, no centro deste eixo, do Centro Coordenador de Transportes e do Mercado Municipal, em operação conjunta, próximos do novo Quartel dos Bombeiros (com localização prevista junto à Rotunda do Bombeiro), acompanhada pela implantação das novas instalações hospitalares no extremo sul (lado este), bem como pela criação do Estádio Municipal no remate da Avenida Ferreira de Castro, aproveitando sinergias entre os equipamentos e infra-estruturas desportivas e escolares aí já instaladas.

2. **Revitalização e reabilitação do centro identitário de Oliveira de Azeméis**, o seu centro tradicional, recuperando e afirmando o valor do seu património, equacionando os seus usos e promovendo a sua articulação com novas realidades da cidade.

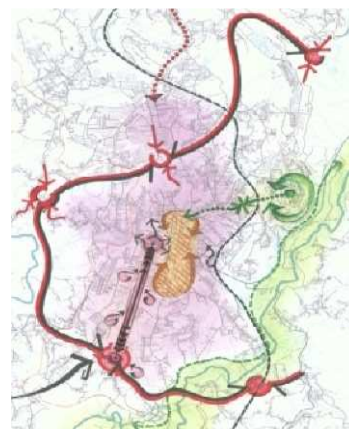


A qualificação desta área da cidade, é reforçada pela intervenção no seu ponto mais central – o jardim público e sua envolvente directa – criando aqui um pólo cultural, dinamizador e com capacidade atractiva. A realocação do Mercado Municipal (intenção expressa pela Câmara Municipal e integrada na operação estruturante anterior) libertará um espaço privilegiado, de grande simbolismo para a cidade, permitindo a ampliação do Jardim Público, sob as arcadas do Salão Nobre.

Em simultâneo, é fundamental fomentar a ocupação do centro e criar novas condições para a fixação das pessoas e, com elas, das funções tradicionais do centro (habitação, comércio e serviços), e valorizar o centro tradicional como elemento de identidade da cidade. Para tal, importa desincentivar a edificação nova e definir medidas necessárias à protecção, conservação e reabilitação do edificado existente. Desta forma, é possível criar uma nova dinâmica de conservação do edificado, incidindo, em particular, nos imóveis actualmente em mau estado de conservação, ruína ou devolutos, e nos edifícios notáveis.

Esta operação estruturante é tanto mais importante, quanto dela depende que a cidade de Oliveira de Azeméis se desenvolva como uma urbe unificada, centrada na sua identidade.

3. Criação de uma circular de enquadramento da principal área de consolidação da cidade de Oliveira de Azeméis, parcialmente constituída, a poente, por uma estrutura viária e, fechada a nascente, por um parque urbano de 64 hectares.



Esta circular assenta em cinco ópticas estruturantes: (i) contribuir para a articulação dos diferentes núcleos urbanos; (ii) contribuir para o desenvolvimento económico e industrial de Oliveira de Azeméis, permitindo o funcionamento adequado, económica e ambientalmente sustentável, de importantes unidades industriais no perímetro urbano de Oliveira de Azeméis; (iii), criar, através da estrutura viária, o novo canal de infra-estruturação básica, de modo a colmatar a muito deficiente rede existente, principalmente na zona sul da cidade; (iv) constituir, qualificando e equipando a nascente, uma zona verde de 64 hectares, envolvente à linha de água, aproximando o rio Antuã da vivência urbana e contribuindo para potenciar a utilização de outras áreas com interesse cultural ou de lazer, como por exemplo o parque molinológico de UI; (v) contribuir, quer pela construção do parque urbano nascente, quer pela enorme redução de tráfego de atravessamento e aumento da fluidez das deslocações, para a melhoria da qualidade ambiental da cidade.

4. **Articulação, à cota alta, do Parque de La Salette com o centro tradicional**, facilitando a sua vivência pela população de Oliveira de Azeméis e, desta forma, possibilitando o reforço da identidade oliveirense.



Com esta operação estruturante importa valorizar e promover o Parque de La Salette, enquanto a principal estrutura verde da cidade, o seu *ex-libris*, local privilegiado de lazer e de culto e possuidor de um potencial de valorização de equipamentos turísticos à altura da procura actualmente existente, sendo importante, para tal, a concretização do projecto de requalificação desenvolvido pela Fundação La Salette e o estabelecimento de uma área de protecção deste espaço verde.

A melhoria da acessibilidade ao parque é conseguida através da construção de um passadiço elevado sobre o IC2, iniciado no espaço público a criar, no local deixado vago pela reconversão do Estádio Carlos Osório (caso seja intenção do União Desportiva Oliveirense), que se deve constituir como uma praça de entrada do Parque de La Salette. Esta passagem em viaduto, elemento que se deve pautar pela simplicidade e elevado valor arquitectónico, poderá constituir uma obra emblemática na cidade, reduzindo para cerca de dez minutos a ligação do Parque ao Jardim Público (910 metros), aproximando-o da cidade.

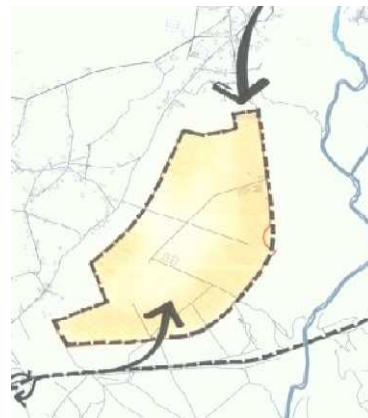
5. Concretização do projecto de criação do Campus da Universidade de Aveiro, promovendo o alargamento da oferta de ensino superior à população e o desenvolvimento económico e competitividade regional.



A Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Aveiro-Norte, promove o ensino de nível superior (politécnico) adequado às características da população da região e em estreita articulação com o tecido empresarial e o mercado de trabalho. Assim, a ampliação da acção desta unidade de ensino superior, através da implementação de um projecto que contribui para o aumento da competitividade e para a inovação tecnológica e organizacional do tecido empresarial, assume um papel decisivo na concretização da estratégia proposta.

A consolidação da presença da Universidade de Aveiro em Oliveira de Azeméis, pela elevada hierarquia da função que lhe está associada, reforça a importância da cidade e do concelho na NUT Entre Douro e Vouga e, dentro desta, na conurbação, e intensifica os laços estabelecidos com a cidade de Aveiro, configurando uma janela de oportunidade para projectos futuros desta ou de outra natureza.

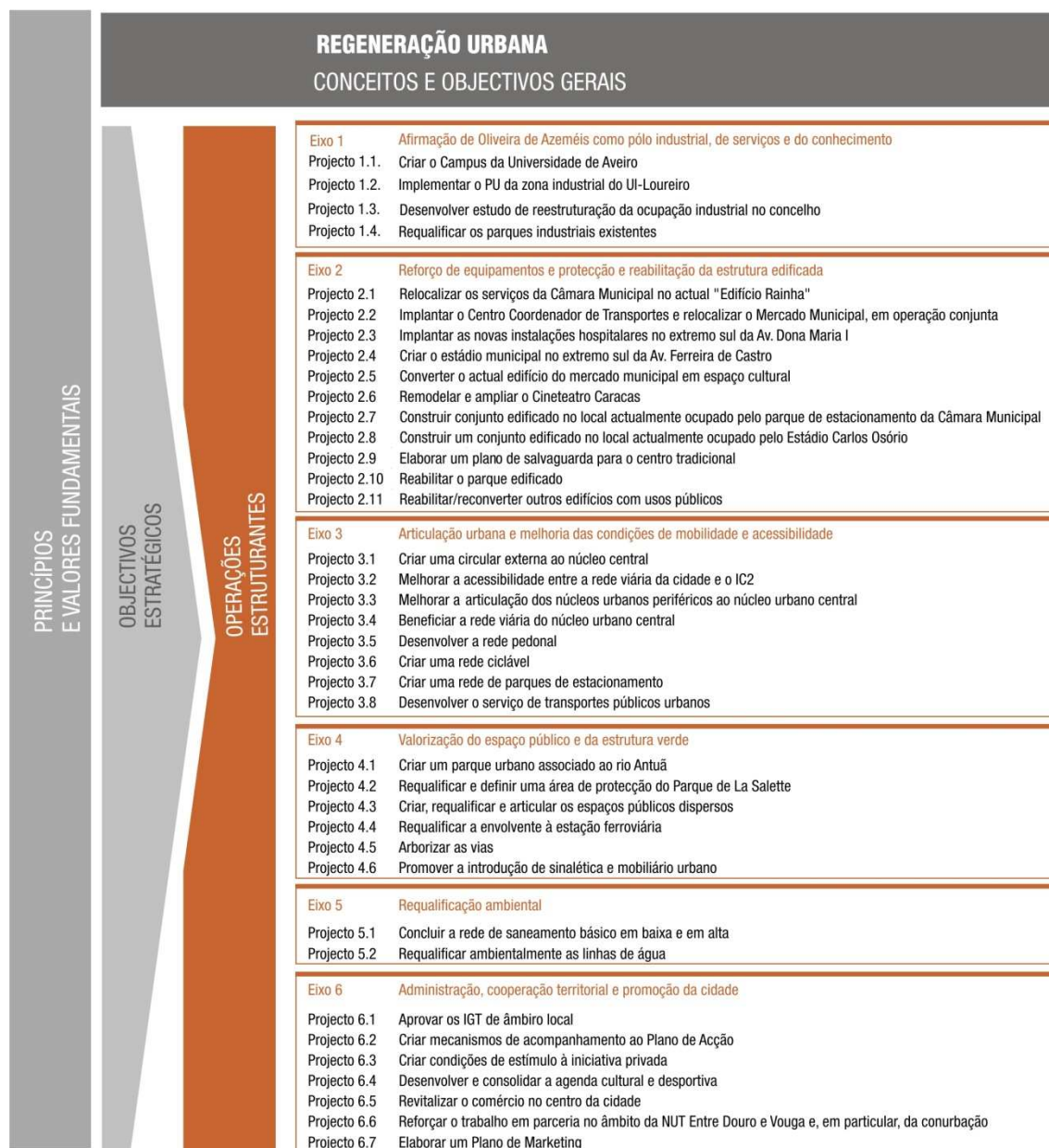
6. Criação de espaços de acolhimento empresarial de qualidade, nomeadamente, através do desenvolvimento da Zona Industrial de Ul-Loureiro.



Com efeito, as características industriais desta cidade são, desde tempos remotos, parte integrante da sua identidade e da identidade da sua população. Por outro lado, a manutenção e extensão da competitividade económica deste território terá de ser a base de sustentação de qualquer estratégia de desenvolvimento territorial para aqui desenhada, pois é a sua garantia da vitalidade social e económica.

Assim, em estreita ligação com a operação estruturante anterior, o investimento na oferta de espaços correctamente infra-estruturados para implantação de empresas, entre os quais se salienta a Zona Industrial de Ul-Loureiro, pela sua dimensão e condições de acessibilidade de excelência, é uma necessidade inadiável para o futuro do município e da sua sede de concelho. As consequências desta provisão são de ordem económica, de natureza ambiental e urbanística. Com efeito, por um lado, incrementa a capacidade de fixação e captação de novas empresas e investimentos e a competitividade do concelho, por outro lado, contribui para diminuição de importantes focos de poluição, tanto ao nível dos resíduos, como dos fluxos de tráfego gerados por estas unidades empresariais, e, por último, cria condições para que, lentamente, se liberte área nos espaços industriais contíguos à cidade, possibilitando a sua qualificação. Da combinação destes benefícios, pode ainda acrescentar-se a melhoria da qualidade de vida da população, razão última de qualquer estratégia de intervenção em território urbano.

O esquema seguinte apresenta a estrutura adoptada no desenvolvimento da estratégia.



4.2. ESTRATÉGIA OPERATIVA

De seguida será apresentado, de modo detalhado, o quadro global de projectos e acções desenvolvidos no âmbito desta estratégia, distribuídos pelos eixos de intervenção.

Apesar da materialização das opções urbanísticas apresentadas em seguida, as figuras expostas deverão ser entendidas como ilustrações exemplificativas, que pretendem apenas esclarecer os conceitos (descrições) subjacentes aos objectivos propostos.

Deste modo, não podem ser entendidas como a solução de um determinado problema/fim a atingir, mas sim como um caminho possível, que deverá servir de orientação/guia para um compromisso dos principais actores urbanos na gestão urbana da cidade de Oliveira de Azeméis.

Reflectem um plano estratégico, um pensamento e visão futura para a cidade, e por isso um processo flexível, em constante actualização e acerto na sua implementação, de acordo com os obstáculos e dificuldades encontradas ou pela simples necessidade de realização de estudos aprofundados, mais detalhados e com um maior rigor de fundamentação técnica, para execução das acções/projectos.

Assim sendo, não se inviabilizam outras alternativas às apresentadas neste estudo, desde que no fim garantam o cumprimento dos objectivos traçados nesta estratégia operativa.

Esta apresentação é complementada, no capítulo do investimento e financiamento, com a estimativa preliminar dos custos de execução, para cada um dos projectos e respectivas acções, e com a indicação de eventuais fontes de financiamento.

Eixo de Intervenção 1

Afirmação de Oliveira de Azeméis como pólo industrial, de serviços e do conhecimento

A indústria foi no passado, e é hoje, uma das principais impulsionadoras do crescimento económico, do desenvolvimento social e urbano. Com efeito, Oliveira de Azeméis apresenta um sector industrial dinâmico e consolidado, com um grau de especialização acentuado, nomeadamente nos ramos de actividade dos plásticos e da indústria de moldes, da metalomecânica, dos electrodomésticos, da colchoaria, do calçado e da indústria alimentar. O desenvolvimento industrial avançado tem constituído, em cada época, uma marca identitária de

Oliveira de Azeméis. Para além de dezenas e dezenas de pequenas e médias empresas que se espalham pela cidade e pelo concelho, a imagem e o território de Oliveira de Azeméis estão indissolúvelmente ligados a algumas das grandes empresas e marcas nacionais, de prestígio internacional (Lactogal, Saludães, Simoldes, Ferpinta, Silampos, Flama, Celar, Molarte, Pablo Fuster, Luís Onofre entre outras). Assim sendo, dado o seu papel na sustentabilidade económica do concelho, o sector secundário assume um papel de relevo na sustentabilidade económica e social do concelho e da cidade e as medidas que apoiem o seu desenvolvimento, organização, inovação e competitividade devem ser assumidas como questões essenciais do presente e do futuro sustentável da cidade.

A dotação das áreas industriais existentes de infra-estruturas básicas e de boas acessibilidades, a criação do Parque Industrial de Ul-Loureiro, a disponibilização de espaço adequado ao acolhimento de actividades industriais, assim como a organização funcional dos espaços industriais existentes (parques, zonas e loteamentos industriais), a criação de condições de acessibilidade que permitam a convivência com a cidade, são essenciais no quadro de uma estratégia de desenvolvimento.

Não menos importante será impulsionar a existência de meios inovadores favoráveis à modernização económica, à flexibilidade de adaptação às rápidas mutações de organização dos mercados ou à capacidade de fixação de actividades, de emprego e de rendimento. Neste sentido, é necessária uma política pró-activa de adaptação da cidade às novas exigências, tornando-a competitiva, inovadora e criativa e, conseqüentemente, reforçando o seu papel na região. É indispensável continuar a política de fixação de emprego e qualificação da mão-de-obra, temas que beneficiam da estrutura ainda jovem da população.

A criação, em Oliveira de Azeméis, do Campus da Universidade de Aveiro constitui, neste contexto, um acontecimento da maior relevância, criando condições para uma mais estreita articulação do conhecimento e da investigação com o tecido económico, na boa tradição da Universidade de Aveiro, contribuindo para a formação de quadros qualificados e para a consolidação dos esforços de escolarização e desenvolvimento cultural crescente da população. Este projecto terá igualmente um impacto significativo na dinamização do tecido económico local e na constituição de um núcleo mais alargado de iniciativa cultural e social, com o crescimento de uma comunidade estudantil e docente.

Neste eixo de intervenção encontram-se os seguintes projectos:

Projecto 1.1. Criar o Campus da Universidade de Aveiro

Projecto 1.2. Implementar o PU da Zona Industrial de UI-Loureiro

Projecto 1.3. Desenvolver estudo de reestruturação da ocupação industrial no concelho

Projecto 1.4. Requalificar os parques industriais existentes

PROJECTOS:

Projecto 1.1. Criar o Campus da Universidade de Aveiro



Descrição:

Implementar o projecto previsto para a constituição de um campus universitário – o Parque do Cercal: Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado – nas imediações da cidade de Oliveira de Azeméis (na Quinta do Comandante, uma área com 14 hectares). Este projecto, muito vocacionado para as características da estrutura económica e empresarial da região, para além da actuação no domínio do ensino e formação, integra as valências de investigação, apoio à incubação e ao empreendedorismo e apoio ao tecido

económico e ao emprego qualificado. Assim sendo, cria condições para a fixação e reforço da oferta de ensino superior na cidade e para a qualificação da população, das empresas e das organizações do concelho e da NUT Entre Douro e Vouga, pelo que a sua concretização é de vital importância para o desenvolvimento e qualificação da economia municipal e regional.

Simultaneamente, o funcionamento deste campus potencia a manutenção e o crescimento de uma comunidade estudantil e docente que terá reflexos benéficos também na dinâmica sociocultural urbana.

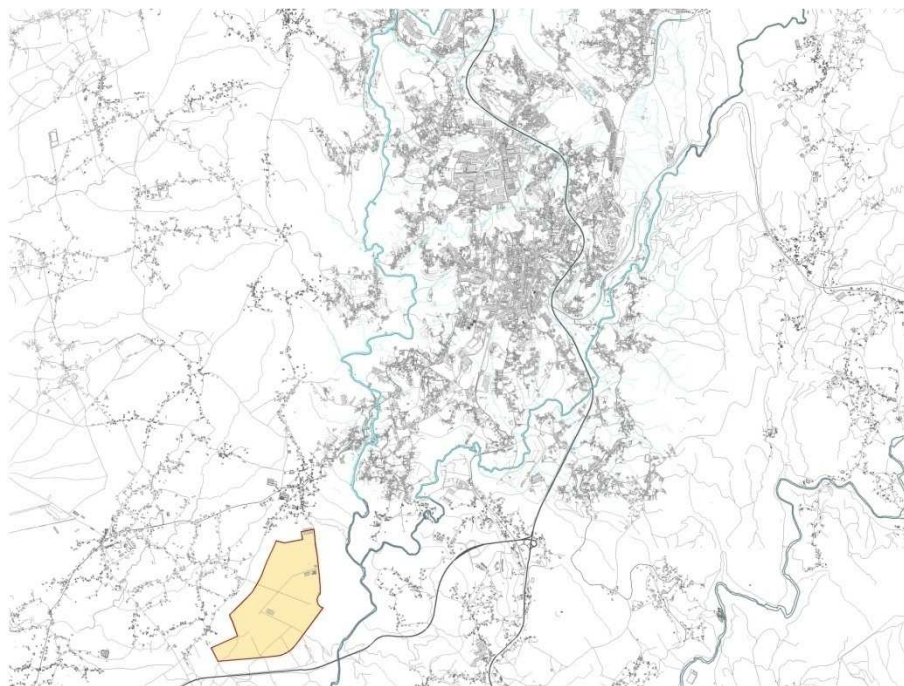
O campus universitário deverá articular-se à cota alta com a rede viária existente (topografia mais favorável), nomeadamente com a Via de São Roque, permitindo a ligação à circular externa do núcleo urbano central e a consequente aproximação da cidade e aos municípios vizinhos.

Objectivos específicos:

- > Reforçar a oferta de ensino superior na cidade, através da fixação da Universidade de Aveiro, adoptando um modelo adequado ao tecido económico regional e cooperante com a restante oferta de ensino, de formação e de apoio tecnológico às empresas;
- > Criar condições para a aproximação e articulação entre o ensino superior e as empresas instaladas em Oliveira de Azeméis, desenvolvendo condições de fomentem a inovação, desenvolvimento tecnológico e a competitividade.

Projectos e acções articulados: Acção 3.2.3., Acção 3.3.2.

Projecto 1.2. Implementar o PU da Zona Industrial de UI-Loureiro



Descrição:

A oferta qualificada de espaços de acolhimento empresarial e industrial constitui a base para a competitividade do concelho e, conseqüentemente, para o desenvolvimento dos seus aglomerados urbanos e para a melhoria das condições ambientais do município. A concretização do projecto para a Zona Industrial de UI-Loureiro, traz vantagens competitivas para o concelho e também para a cidade de Oliveira de Azeméis, principalmente porque amplia a sua capacidade de captação de empresas e pelas economias de aglomeração decorrentes da concentração de empresas num espaço devidamente infra-estruturado. Por outro lado, a criação deste espaço, permite concentrar a ocupação industrial, numa lógica de ordenamento do território, de forma a acolher as indústrias dispersas nas áreas habitacionais do concelho. Possibilita igualmente a relocalização de algumas indústrias presentes nos espaços industriais mais próximos da cidade, libertando área que possibilite a requalificação destes espaços.

Assim, será importante implementar o Plano de Urbanização previsto para a Zona Industrial de UI-Loureiro (área de 126,7 hectares, dotada de excelentes condições em termos de acessibilidades), de acordo com o seu programa de execução. Importa também garantir que, a par da sua estruturação em termos de ocupação do espaço pelas actividades e equipamentos de apoio,

seja concebido um modelo de gestão para a sua implementação e monitorização do seu funcionamento.

No futuro este espaço deverá desenvolver-se, transformando-se progressivamente num parque empresarial. Actualmente, a concepção de um parque empresarial inclui a oferta de um conjunto de equipamentos e serviços às empresas instaladas, que vão desde a simples gestão corrente (serviços de limpeza, vigilância, etc.) até aos serviços de apoio à iniciativa empresarial, à formação profissional, ao apoio à internacionalização, ao acesso à investigação e incubação de novos negócios/produtos e a uma articulação dinâmica com universidades e centros de investigação e desenvolvimento.

Objectivos específicos:

- > Dotar o concelho de um espaço de acolhimento empresarial qualificado e vocacionado para o desenvolvimento da actividade empresarial numa lógica de gestão integrada;
- > Favorecer e facilitar a transferência de inovação e tecnologia das instituições de ensino e de investigação e desenvolvimento para o meio empresarial e deste para a sociedade em geral.

Projectos e acções articulados: Projecto 1.3.

Projecto 1.3. Desenvolver estudo de reestruturação da ocupação industrial no concelho

Descrição:

Promover a elaboração de um estudo, que proceda, entre outros objectivos, ao diagnóstico das características, necessidades e expectativas das empresas industriais localizadas no concelho, abrangendo as unidades industriais implantadas quer em áreas definidas para esse uso, quer as que se encontram dispersas. Este estudo deverá analisar o dinamismo dos ramos de actividade presentes no município e elencar as possibilidades de concentração das empresas industriais em áreas infra-estruturadas e ordenadas para esse fim.

O estudo deve apontar medidas para a reestruturação, ampliação ou, mesmo, encerramento das áreas com ocupação industrial existentes no município, abarcando, entre outras temáticas, o espaço público, estacionamento, beneficiação de acessos, infra-estruturas básicas, sinalização,

equipamentos e serviços às empresas. A análise deve também prever o desenvolvimento de novas áreas que podem constituir, a longo prazo, futuros parques industriais e empresariais do concelho.

Objectivos específicos:

- > Diagnóstico respeitante às actividades económicas e emprego;
- > Indicação de medidas para a valorização e reestruturação dos espaços com ocupação industrial existentes no concelho.

Projectos e acções articulados: Projecto 1.2., Projecto 1.4., Projecto 5.1.

Projecto 1.4. Requalificar os espaços industriais existentes

Descrição:

Com base no estudo oferecido pela concretização do projecto 1.3, importa oferecer espaços infra-estruturados, equipados e acessíveis para localização de empresas, capazes de acolher as indústrias dispersas pelo concelho, em particular as localizadas em áreas habitacionais e/ou sem condições para suportar essa ocupação, assim como as indústrias com necessidade de expansão ou novas empresas que se possam instalar em território municipal.

Entretanto, importará implementar os Planos de Urbanização desenvolvidos para alguns dos espaços industriais do concelho (Costa Má – S. Roque; Nogueira do Cravo – Pindelo; Cesar – Fajões – Carregosa).

As empresas que se instalam em áreas devidamente infra-estruturadas e dotadas de serviços de apoio beneficiam à partida de ganhos nos diversos processos de licenciamento. Também o concelho e, especificamente, a cidade de Oliveira de Azeméis beneficiam com a requalificação de áreas definidas para tal, tanto ao nível da concentração do investimento (logo, dos volumes financeiros necessários), como pelos efeitos positivos no crescimento económico, na criação de emprego e na qualidade ambiental. Este é, assim, um passo indispensável para a consolidação da estrutura industrial do concelho.

Objectivos específicos:

- > Ordenar a ocupação industrial e contrariar a dispersão observada na implantação industrial no concelho;
- > Ganhar competitividade, dar resposta às necessidades actuais de expansão do parque industrial e fomentar a instalação de novas indústrias.

Projectos e acções articulados: Projecto 1.3., Projecto 3.1., Acção 3.2.3., Projecto 5.1

Eixo de Intervenção 2

Reforço de equipamentos e protecção e reabilitação da estrutura edificada

Numa cidade, os edifícios são muito mais do que meras construções que cumprem a função para a qual foram projectadas. Eles fazem parte de uma memória colectiva, testemunham modos de vida, processos e dinâmicas que são comuns à população e, portanto, contam a história de um povo e, desta forma, contribuem para a construção da sua identidade.

Por este motivo, tem uma importância fulcral, por um lado, promover a revitalização do centro tradicional de Oliveira de Azeméis como um conjunto que se pretende coerente e uniforme e, por outro lado, conduzir um levantamento e definição de uma estratégia de preservação dos edifícios notáveis ou representativos disseminados pela restante malha urbana, como sejam as casas de brasileiros, antigas quintas e alguns edifícios de cariz industrial. Esta lógica de preservação e recuperação do edificado não se deve cingir ao valor patrimonial dos mesmos (frequentemente, insuficiente para assegurar a sua protecção), devendo antes procurar enaltecer o seu valor simbólico para a comunidade e para a recuperação da história da cidade e, quando necessário, dotando-os de novas funções, adequadas às suas características, capazes de garantirem a sua sustentabilidade e vivência.

A par deste investimento na requalificação da estrutura edificada, deve existir um reforço dos equipamentos colectivos, não tanto, ao nível da sua diversificação (pois a oferta de equipamentos da cidade é já positiva), mas essencialmente ao nível da sua qualificação, criando melhores condições para a prestação dos respectivos serviços. Esta qualificação passa, frequentemente, pela relocalização dos equipamentos. Nalguns casos, a relocalização possibilita a edificação de conjuntos habitacionais, devendo-se garantir, todavia, a produção de espaço público complementar de qualidade.

Na implementação das acções propostas, o poder público deve procurar encontrar soluções de incentivo ao desenvolvimento de processos de reabilitação a realizar por privados.

Integrados neste eixo de intervenção surgem os seguintes projectos e acções:

Projecto 2.1. Relocalizar os serviços da Câmara Municipal no actual "Edifício Rainha"

Acção 2.1.1. Câmara Municipal – Requalificação do “Edifício Rainha”

Acção 2.1.2. Câmara Municipal – Nova construção

Projecto 2.2. Implantar o Centro Coordenador de Transportes e relocalizar o Mercado Municipal, em operação conjunta

Acção 2.2.1. Mercado Municipal

Acção 2.2.2. Centro Coordenador de Transportes

Projecto 2.3. Implantar as novas instalações hospitalares no extremo sul da Av. Dona Maria I

Projecto 2.4. Criar o estádio municipal no extremo sul da Av. Ferreira de Castro

Projecto 2.5. Converter o actual edifício do mercado municipal em espaço cultural

Projecto 2.6. Remodelar e ampliar o Cineteatro Caracas

Acção 2.6.1. Cineteatro Caracas - Edifício existente

Acção 2.6.2. Cineteatro Caracas - Ampliação

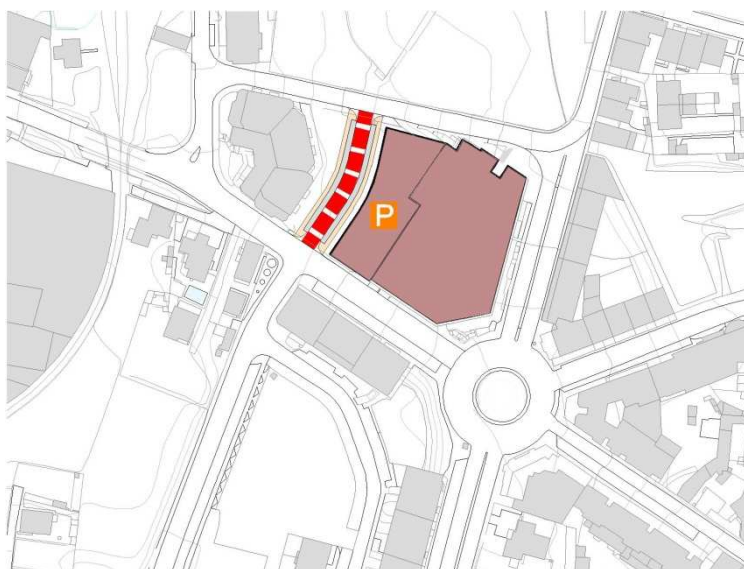
Projecto 2.7. Construir conjunto edificado no local actualmente ocupado pelo parque de estacionamento da Câmara Municipal

Projecto 2.8. Construir um conjunto edificado no local actualmente ocupado pelo Estádio Carlos Osório

Projecto 2.9. Elaborar um plano de salvaguarda para o centro tradicional

Projecto 2.10. Reabilitar o parque edificado

Projecto 2.11. Reabilitar ou reconverter outros edifícios com usos públicos

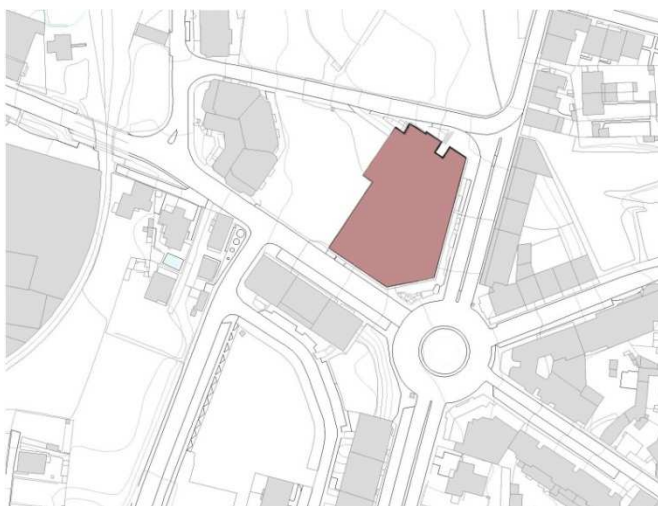
PROJECTOS:**Projecto 2.1. Relocalizar os serviços da Câmara Municipal no actual “Edifício Rainha”****Descrição:**

Adaptar o Edifício Rainha de modo a acolher os serviços municipais, actualmente dispersos pela cidade, o que beneficiará a articulação dos próprios departamentos e a prestação do serviço ao público. Esta adaptação implica uma requalificação da imagem exterior do edifício, dotando-o da dignidade e sobriedade necessárias às novas funções, bem como a reorganização do seu espaço interior, tornando-o compatível com os requisitos dos vários serviços da autarquia. Deve ser garantido estacionamento público.

A remodelação é facilitada pelas características estruturais do próprio edifício, já adequadas a serviços com atendimento ao público, dotando os serviços camarários de níveis de acessibilidade elevados, tanto para os funcionários, como para os munícipes. Não obstante a possibilidade de expansão do edifício, ao nível do embasamento, permite ainda, num contexto de escassez de recursos, minimizar os impactos financeiros deste grande investimento, garantindo todavia a realização de uma obra de referência.

Objectivos específicos:

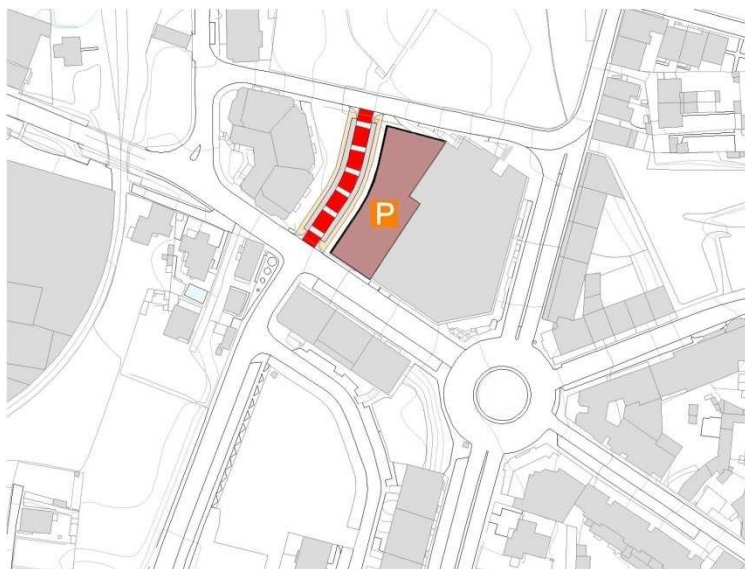
- > Implantar a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis num local de referência na malha urbana, com grande visibilidade pública e próximo do centro tradicional e da localização proposta para o Centro Coordenador de Transportes e da Estação Ferroviária, bem como de outros equipamentos urbanos de hierarquia superior;
- > Reforçar o carácter institucional e cívico associado ao novo eixo de desenvolvimento urbano da Av. D. Maria I, que se pretende afirmar, pela elevada concentração de investimento público já realizado ou previsto, como uma alavanca de revitalização do centro tradicional e um símbolo da imagem que se pretende projectar para a cidade;
- > Dinamizar um dos símbolos da cidade, invertendo a tendência de desqualificação e subocupação do edifício que se tem observado nos últimos anos, cujos efeitos negativos transvazam para o tecido urbano envolvente e imagem da cidade.

Acções:**Acção 2.1.1. Câmara Municipal – Requalificação do “Edifício Rainha”**

Requalificação exterior do edifício, através da alteração do desenho e revestimento das fachadas, de modo criar uma linguagem arquitectónica contemporânea. Interiormente o edifício deverá ser reorganizado de modo a ser compatibilizado com os requisitos de funcionamento dos serviços da Câmara Municipal.

Projectos e acções articulados: Acção 2.1.2., Projecto 2.7., Acção 3.4.1.

Acção 2.1.2. Câmara Municipal – Nova construção



Construção de nova edificação ao nível do embasamento do “Edifício Rainha”, de modo a rematar a empena existente e a completar o fecho do quarteirão, devendo portanto respeitar a mesma linguagem arquitectónica. Deve contemplar área de estacionamento coberto.

De forma a facilitar a circulação, os acessos ao edifício e ao parque de estacionamento, deverá ser criada uma ligação viária entre a Rua Luís de Camões e a Rua 12 de Dezembro.

Projectos e acções articulados: Acção 2.1.1., Projecto 2.7., Acção 3.4.1.

Projecto 2.2. Implantar o Centro Coordenador de Transportes e relocalizar o Mercado Municipal, em operação conjunta



Descrição:

Implantar o Centro Coordenador de Transporte e a relocalização do Mercado Municipal no extremo norte da Avenida Dona Maria I, integrados num projecto conjunto de equipamentos. A associação destes equipamentos permite a exploração de complementaridades: o mercado municipal garante à população que aí se dirige um bom serviço de transportes públicos; o interface de transportes associa-se a um conjunto de serviços comerciais (mercado e pequenos estabelecimentos comerciais associados). Ambos os equipamentos beneficiam ainda de uma redução dos custos de projecto e de manutenção decorrente da partilha de infra-estruturas e estruturas de apoio (saneamento, estacionamento público gratuito para utilizadores, etc.).

Tirando partido da morfologia do terreno, é possível articular o Centro Coordenador de Transportes à cota baixa, com o Mercado Municipal, à cota alta, garantindo o acesso rodoviário em separado aos dois equipamentos.

Por se tratar de uma localização próxima do centro tradicional, designadamente da Praça da Cidade, ambos os equipamentos continuam a manter condições de responder à actual procura a pé (a partir da Avenida D. Maria I).

De modo a garantir uma vivência mais rica deste projecto conjunto, deverá ser permitida uma utilização pública quotidiana da área descoberta afecta ao Mercado, enquanto “sala de espera” complementar do Centro Coordenador de Transportes, aproveitando os eixos visuais existentes.

A localização destes equipamentos não inviabiliza pretensões urbanísticas existentes ou a existir por entidades privadas (desde que compatíveis e articuladas com os usos propostos), pelo contrário, potencia e valoriza os investimentos pelas mais-valias que oferece, fomentando o crescimento a sul do núcleo urbano central.

Objectivos específicos:

- > Articular o Centro Coordenador de Transportes e o Mercado Municipal com a rede de mobilidade pedonal do centro tradicional, garantir a ambos boas acessibilidades rodoviárias, e estabelecer uma associação entre equipamentos colectivos que se podem constituir como complementares;
- > Reforçar o carácter cívico associado ao novo eixo de desenvolvimento urbano a sul, onde se concentra um elevado volume de investimento público, já realizado e previsto.

Acções:

Acção 2.2.1. Mercado Municipal



A realocação do mercado municipal para uma área que mantém a proximidade ao centro tradicional não altera o seu actual carácter de mercado local, permitindo-lhe desenvolver a sua normal actividade sem colidir com o funcionamento das restantes actividades urbanas. Simultaneamente, valoriza as suas ligações com o exterior, tanto a nível de transportes públicos e de transporte individual (integrado num complexo com parque de estacionamento público), como ao nível do fácil acesso à circular proposta.

O projecto deve contemplar a criação de um espaço polivalente, utilizado pelas actividades desenvolvidas pelo mercado e, quando este não esteja a funcionar, utilizado como espaço público aberto à população, tirando partido do sistema de vistas proporcionado pela localização proposta. Da análise efectuada às dimensões do Mercado Municipal actual, considerou-se para esta acção um aumento da capacidade em mais 50%, resultando no dimensionamento de uma área de terreno com cerca de 6000 m².

Projectos e acções articulados: Acção 2.2.2., Projecto 2.5., Acção 3.5.1., Acção 3.7.1., Acção 4.3.1.

Acção 2.2.2. Centro Coordenador de Transportes



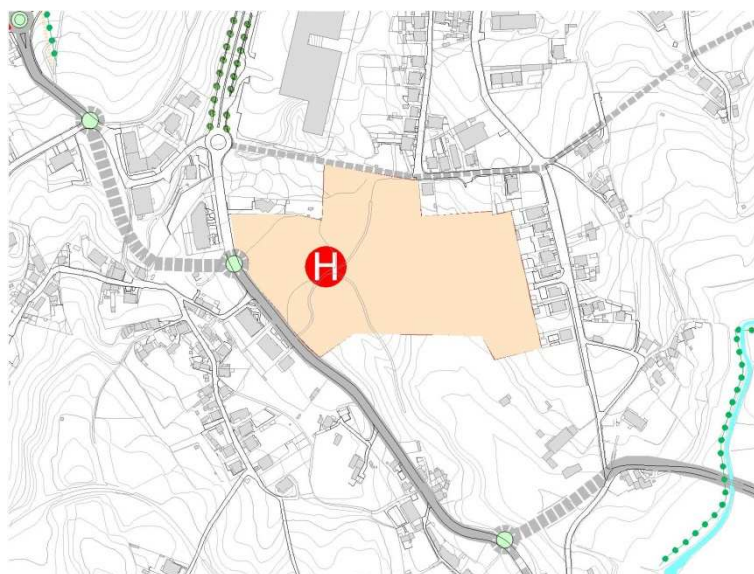
A localização sugerida dota o Centro Coordenador de Transportes de boas acessibilidades rodoviárias, através do acesso sul ao IC2 proposto, da Avenida D. Maria I (pelo centro da cidade) e da Rua Cipriano Nunes Martins (à cota baixa). Esta localização contribui para o ordenamento e

fluidez do tráfego urbano, libertando-o dos embaraços do trânsito e estacionamento dos veículos afectos às carreiras não urbanas. Deste modo, face às acessibilidades, é possível retirar trânsito do centro da cidade e, pela proximidade a um importante pólo de equipamentos escolares, facilitar a cobertura do transporte escolar. Esta localização possibilita ainda a ligação pedonal ao centro tradicional e à estação ferroviária. Caso seja necessário, deverá ser criada na estação ferroviária uma instalação complementar do Centro Coordenador de Transportes para transbordo de passageiros, bagagens e pequenos volumes onde as carreiras rodoviárias façam escala de serviço combinado.

O dimensionamento da área de terreno para a implementação do Centro Coordenador de Transportes, teve como pressuposto a dimensão da área actual afectada à estação ferroviária e o acréscimo de mais 50 %, resultando numa área de terreno com cerca de 8000 m². Este dimensionamento, pressupõe ainda a necessidade de salvaguardar uma reserva de terreno para uma futura expansão ou acerto programático, não condicionando o seu crescimento ou projecto.

Projectos e acções articulados: Acção 2.2.1., Acção 3.4.1., Acção 3.5.1., Acção 3.7.1., Acção 3.7.2., Acção 4.3.4.

Projecto 2.3. Implantar as novas instalações hospitalares no extremo sul da Av. Dona Maria I



Descrição:

Implantação das novas instalações hospitalares no extremo sul da Av. Dona Maria I (lado este), o novo eixo estruturante da cidade, beneficiando, deste modo, da boa acessibilidade rodoviária interna à cidade (concedida pela Av. Dona Maria I) e de ligação ao exterior (devido à sua proximidade à circular e ao nó de articulação com o IC2 proposto a sul). Permite, assim, um acesso rápido e fácil tanto à população de Oliveira de Azeméis, como à população dos restantes concelhos da NUT Entre Douro e Vouga. Com efeito, esta localização possibilita uma correcta articulação entre as três unidades que fazem parte do Centro Hospitalar.

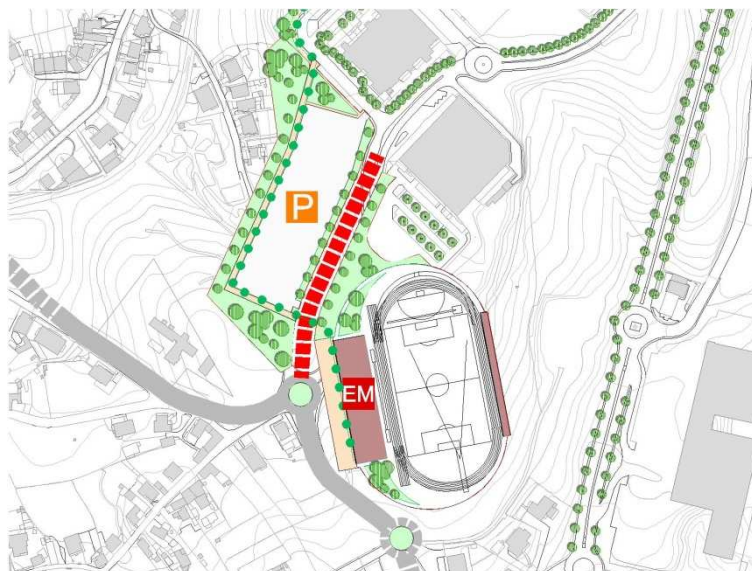
Esta localização responde aos pressupostos de dimensionamento e condicionantes, com uma área com cerca de 5 ha, sem qualquer constrangimento em termos de RAN e REN, apresenta ainda a vantagem de corresponder a uma implantação em área de equipamentos já prevista em PDM, constituída por terrenos com melhor morfologia do que a opção anteriormente prevista.

Objectivos específicos:

- > Dotar Oliveira de Azeméis de um importante equipamento de saúde facilmente acessível pelos utentes e que permita a fácil articulação entre as várias unidades do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga.

Projectos e acções articulados: Projecto 3.1., Acção 3.4.5., Acção 3.6.7.

Projecto 2.4. Criar o Estádio Municipal no extremo sul da Av. Ferreira de Castro



Descrição:

Instalação do estádio municipal, dotado com pista de atletismo, numa área com 4,2 hectares (superior à área apresentada nos documentos produzidos para o PU em elaboração - 3,6 hectares) localizado no pólo de equipamentos sul da cidade, consolidando o que é já o principal pólo desportivo municipal. Com efeito, esta localização possibilita uma mais fácil articulação com os equipamentos desportivos e escolares aí implantados, permitindo a partilha de áreas de estacionamento ou outras infra-estruturas. Por outro lado, esta área detém características favoráveis ao acolhimento deste equipamento, nomeadamente as boas acessibilidades rodoviárias (já executadas e a reforçar pela nova via circular da cidade), a cobertura pela rede de transporte público, proximidade à localização proposta para o novo Centro Coordenador de Transportes e a facilidade de articulação com a rede de mobilidade pedonal.

A opção por esta localização implica, no entanto, a revisão de usos, passando de local de transição a área de equipamento (o que não é problemático, quer pelo carácter da própria alteração de uso, quer pelo facto deste IGT se encontrar presentemente em revisão), bem como da reformulação do traçado da Av Ferreira de Castro, de modo a permitir a implantação do estádio à meia encosta da vertente.

Objectivos específicos:

- > Dotar Oliveira de Azeméis de um complexo desportivo com todas as valências para a prática de várias modalidades desportivas;
- > Valorizar e potenciar a articulação entre os equipamentos e infra-estruturas desportivas e escolares já instaladas no pólo de equipamentos sul da cidade.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.8., Projecto 3.1., Acção 3.5.3., Acção 3.5.4., Acção 3.6.3., Acção 3.6.7., Acção 3.7.3., Acção 4.3.6., Acção 4.3.7.

Projecto 2.5. Converter o actual edifício do mercado municipal em espaço cultural**Descrição:**

A realocização do mercado municipal deixará vago um espaço privilegiado, dada a proximidade ao jardim público e à igreja matriz, correspondendo a uma área de grande simbolismo para a cidade. Pelo poder que detém no reforço da identidade desta comunidade, importa pois manter este espaço como um local que possa ser apropriado pela população. Propõe-se, assim, reconverter o topo norte do edifício do Mercado Municipal em espaço cultural e museológico, em articulação com a nova área verde a criar entre este e o Salão Nobre (topo sul).

Esta recuperação deverá incluir a reabilitação do Salão Nobre, parte integrante deste equipamento, de modo a permitir uma plena articulação dos novos espaços propostos com o Jardim Municipal. Poderá ainda ser considerada a dinamização do conjunto edificado, pela criação de áreas de restauração, nomeadamente nas arcadas do Salão Nobre.

Objectivos específicos:

- > Dotar a cidade de Oliveira de Azeméis de um espaço cultural vocacionado para a realização de exposições e que poderá acolher o Museu do Vidro;
- > Criar um pólo dinamizador e com capacidade atractiva no Centro Tradicional.

Projectos e acções articulados: Acção 2.2.1., Acção 3.5.2., Acção 4.3.1.

Projecto 2.6. Remodelar e ampliar o Cineteatro Caracas



Descrição:

Remodelação e posterior ampliação do Cineteatro Caracas de acordo com projecto desenvolvido pelos serviços municipais (que irá configurar uma candidatura ao QREN), reforçando a oferta de equipamentos culturais.

Este investimento deve ser acompanhado por um reforço na divulgação da programação cultural oferecida, que deve ser coerente mas diversificada, de forma a adequar-se a diversos públicos.

Objectivos específicos:

- > Dotar o edifício do Cineteatro Caracas de condições mais adequadas para o desenvolvimento das actividades culturais;
- > Criar condições para a constituição de novos agentes culturais e de apoio e mobilização às associações culturais já existentes em Oliveira de Azeméis.

Acções:

Acção 2.6.1. Cineteatro Caracas – Edifício existente



Remodelação do edifício existente, com 3.235 m², distribuídos por cinco pisos, de acordo com projecto desenvolvido pelos serviços municipais (Fase 1), reforçando a oferta de equipamentos culturais.

Projectos e acções articulados: Acção 2.6.2., Acção 3.5.1.

Acção 2.6.2. Cineteatro Caracas – Ampliação



Construção de novos espaços destinados a outras actividades culturais, serviços públicos, área comercial, duplicando a área edificada, e constituição de um pequeno espaço público, de acordo com projecto desenvolvido pelos serviços municipais (fase 2).

Projectos e acções articulados: Acção 2.6.1., Acção 3.5.1.

Projecto 2.7. Construir conjunto edificado no local actualmente ocupado pelo parque de estacionamento da Câmara Municipal



Descrição:

Construção de conjunto edificado para habitação, comércio e serviços no território actualmente ocupado pelo parque de estacionamento da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. O projecto deverá reforçar a oferta de habitação no centro tradicional, devendo esta ser complementada com áreas destinadas a comércio e serviços. Algumas das áreas comerciais podem inclusivamente alugar estabelecimentos actualmente presentes no Edifício Rainha que, pela instalação dos Paços do Concelho no mesmo, terão de ser deslocalizados (como por exemplo, o Pingo Doce), garantindo-se, desta forma, uma localização alternativa viável e vantajosa.

Deverá igualmente ser assegurada uma área destinada a espaço público, em articulação ao jardim adjacente à Praça da República, criando-se deste modo um corredor de ligação ao eixo pedonal e comercial formado pela Rua Bento Carqueja e pela Rua António Alegria. Do mesmo modo, deverá ser permitido o atravessamento público por este eixo, facilitando e valorizando a ligação pedonal entre a estação ferroviária e o centro tradicional, pela Rua 12 de Dezembro. O empreendimento deve ainda oferecer estacionamento público.

O projecto desenvolvido deverá necessariamente estudar o quarteirão como um todo e impor a sua requalificação, através da harmonização das cérceas, declives e linguagens arquitectónicas pré-existentes.

Objectivos específicos:

- > Consolidar a malha urbana, ocupando um vazio urbano localizado numa área muito central e, portanto, dotada de grande visibilidade e capacidade de dinamização do tecido urbano envolvente;
- > Ampliar a atractividade residencial do centro tradicional, através da oferta de nova habitação na sua proximidade imediata, apelativa a públicos jovens;
- > Complementar a oferta comercial da via pedonal, expandindo as áreas comerciais para além deste eixo e diversificando a oferta e modernizando a imagem do comércio tradicional na cidade.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.1., Acção 3.7.2., Acção 4.3.2.

Projecto 2.8. Construir um conjunto edificado no local actualmente ocupado pelo Estádio Carlos Osório



Descrição:

Com a criação do Estádio Municipal, e caso seja intenção do União Desportiva Oliveirense a utilização deste novo equipamento como principal palco desportivo do clube, o Estádio Carlos Osório deverá ser reconvertido em espaço urbano de utilização colectiva e em solo edificável, permitindo uma nova integração na vivência da cidade.

Nos terrenos actualmente ocupados pelo Estádio Carlos Osório, deve permitir-se a construção de um empreendimento predominantemente habitacional, mas que garanta a instalação de um espaço público, seja ele zona verde ou praça, que por sua vez esteja integrado no corredor de articulação entre o Centro Tradicional e o Parque de La Salette. Deste jardim ou praça deve partir a passagem ciclopedonal de ligação ao Parque de La Salette, sobre o IC2.

Podendo a arquitectura adoptada para este espaço ser contemporânea, deve garantir-se que a construção edificada não constitua uma barreira às vistas que se desfrutam do parque, devendo-se por isso salvaguardar os eixos visuais com a estrutura verde. Deste modo, as cérceas a adoptar para este empreendimento, deverão ser alvo de uma especial atenção pelos serviços da Câmara Municipal.

Objectivos específicos:

- > Valorizar a imagem urbana de Oliveira de Azeméis, que nesta área poderá afirmar a sua contemporaneidade;
- > Ampliar a atractividade residencial de Oliveira de Azeméis, através da oferta de nova habitação qualificada, junto a espaços públicos de referência para a cidade;
- > Complementar a oferta de espaço público qualificado e com massa crítica que potencie o seu uso permanente.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Acção 3.5.4., Acção 3.7.3., Acção 4.3.6.

Projecto 2.9. Elaborar um plano de salvaguarda para o centro tradicional



Descrição:

Realização de um Plano de Salvaguarda para o centro tradicional da cidade de Oliveira de Azeméis, salvaguardando a sua identidade, através da preservação e conservação do edificado existente, em detrimento da nova construção, que deverá ser fortemente condicionada.

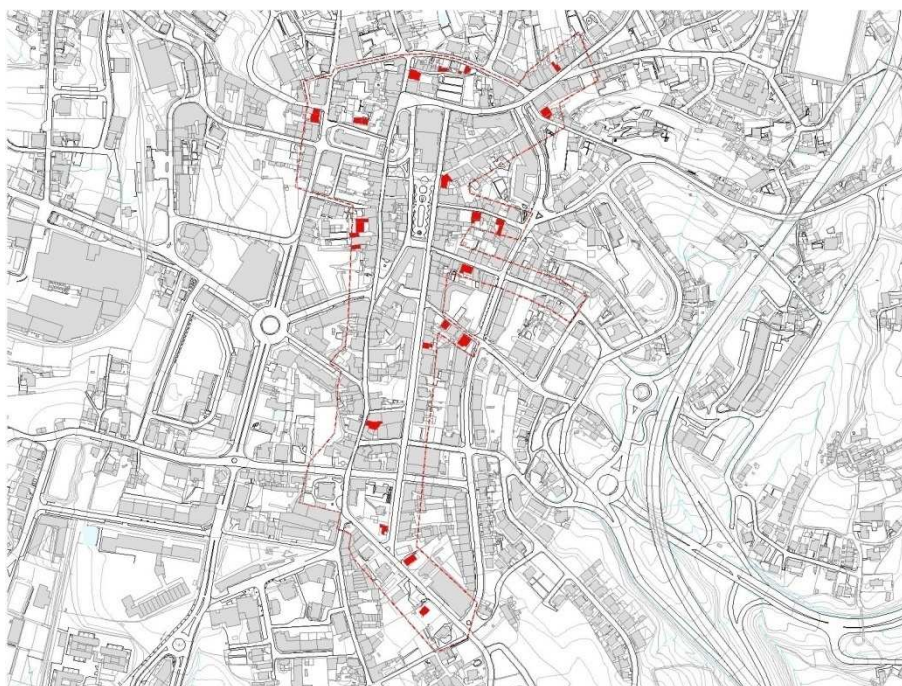
Este Plano de Salvaguarda deve analisar e caracterizar o conjunto edificado, o espaço público e outros elementos relevantes no centro tradicional e qualificar os elementos analisados, não só pela sua relevância individual, mas, principalmente, pela sua importância na constituição de um conjunto que represente a memória urbana de Oliveira de Azeméis. Deve igualmente definir os graus de intervenção a realizar nos edifícios analisados (conservação, restauro, manutenção, etc.), assim como regras claras e restritivas (alinhamentos, cêrceas, volumetrias, implantações, plano de fachadas, etc.) relativamente à construção nova que possa ser permitida.

O Plano de Salvaguarda deve ainda estabelecer procedimentos relativamente ao licenciamento de obras que facilitem os processos de preservação do edificado (prazos, taxas, etc.) em detrimento da demolição e nova construção, e diferenciar a taxa de EMI a aplicar aos imóveis, tendo valores mais baixos para edifícios recuperados.

Objectivos específicos:

- > Definir medidas necessárias à protecção, conservação e reabilitação do núcleo tradicional, desincentivando a edificação nova;
- > Contribuir para a valorização da identidade de Oliveira de Azeméis.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.10., Projecto 2.11.

Projecto 2.10. Reabilitar o parque edificado**Descrição:**

Contrariar o esvaziamento do núcleo central, reabilitando os edifícios degradados e em ruína, procedendo, se necessário, a reajustamentos funcionais que adaptem o seu interior aos novos estilos de vida e às novas formas de “habitar”, e desenvolvendo os espaços de proximidade à população. Assim, com base no plano de salvaguarda, importa realizar um programa que estimule os proprietários de imóveis no centro tradicional de Oliveira de Azeméis a reabilitar o edificado.

O município deve criar um programa de apoio à realização de obras de conservação de imóveis, que deve incidir, nomeadamente, na informação objectiva do âmbito das intervenções, no apoio técnico às soluções a aplicar no processo de conservação, na disponibilização de um banco de empresas que operam no mercado e nos modelos de financiamento da operação.

Importa também dar atenção específica à reabilitação dos edifícios notáveis, de modo a valorizá-los enquanto elementos de identidade da cidade e à criação de rotas temáticas, que poderão ser desenvolvidas em associação com outros municípios.

Nesta fase, considerou-se apenas a reabilitação dos edifícios degradados e em ruína, identificados dentro do limite do plano de salvaguarda proposto para o centro tradicional.

Objectivos específicos:

- > Salvar a identidade da cidade, pela reabilitação/valorização do edificado da cidade;
- > Criar uma nova dinâmica de conservação do edificado, restituindo e/ou potenciando as funções tradicionais do centro (habitação, comércio e serviços) e fomentar a sua ocupação.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.9., Projecto 2.11.

Projecto 2.11. Reabilitar ou reconverter outros edifícios com usos públicos

Descrição:

Reabilitar e/ou reconverter outros edifícios existentes na cidade que não ofereçam as adequadas condições físicas de ocupação e funcionamento aos serviços aí instalados ou que, entretanto, tenham ficado vagos (ou assim vão ficar na sequência da implementação de acções propostas na presente estratégia). Entre estes edifícios contam-se o edifício da antiga Biblioteca Municipal, os edifícios actualmente ocupados pelos serviços da Câmara Municipal, o Museu Regional (que poderá ser integrado no novo Centro Molinológico, reforçando este projecto), entre outros.

Objectivos específicos:

- > Valorizar o edificado público ou utilizado por equipamentos colectivos existente na cidade;
- > Criar uma rede de equipamentos, composta pelos equipamentos propostos e pelos já actualmente existentes, que estabeleça uma oferta diversificada de actividades urbanas à população de Oliveira de Azeméis;

Projectos e acções articulados: Projecto 2.9., Projecto 2.10.

Eixo de Intervenção 3**Articulação urbana e melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade**

As infra-estruturas e sistemas de mobilidade são elementos-chave na organização de um território, assumindo um papel preponderante no desenvolvimento das cidades e na articulação interna das diversas áreas que as compõem.

Numa área de povoamento disperso, como Oliveira de Azeméis, determinado tanto por factores culturais, como pelas características morfológicas dos terrenos, as infra-estruturas de transportes constituem a vertebração do modelo urbano existente. Neste sentido, a resolução dos problemas de mobilidade emerge, a par da colmatação das situações de ruptura urbana, como necessidade premente para conferir unidade à cidade, para consolidar o seu tecido urbano e, ainda, para melhor a articular com o concelho e região.

Estando a cidade bem servida em termos de acessos rodoviários nacionais, a urgência recai no combate aos problemas de desorganização e ilegibilidade da rede viária da cidade e de acessos a estes eixos, sendo essencial promover a hierarquização da rede viária e a melhoria da sua inserção na rede viária regional. Desta forma, criam-se também condições para a reestruturação da malha urbana e a consolidação do perímetro urbano da cidade.

Adicionalmente, a sustentabilidade territorial terá de ser contemplada e materializada numa aposta na criação de alternativas ao transporte individual, quer pelo investimento no desenvolvimento de transporte colectivo, quer pela implementação de acções que favoreçam e enalteçam os percursos pedonais e cicláveis.

Para a cidade é inadiável a procura de respostas que permitam solucionar os problemas de congestionamento, rentabilizar os espaços de circulação existentes, criar pontos de interconexão dos eixos da rede e melhorar as condições de mobilidade.

Para este eixo de intervenção propõe-se o seguinte conjunto de projectos e acções correspondentes:

Projecto 3.1. Criar uma circular externa ao núcleo central

Acção 3.1.1. Circular externa - Nó de ligação ao IC2

Acção 3.1.2. Circular externa - Troço entre o nó de ligação ao IC2 e a R. de Santo António

Acção 3.1.3. Circular externa - Troço entre a R. de Santo António e a Av. Ferreira de Castro

Acção 3.1.4. Circular externa - Troço entre a Av. Ferreira de Castro e a R. Actor Alfredo Ferreira da Silva

Acção 3.1.5. Circular externa - Troço entre a R. Actor Alfredo Ferreira da Silva e a R. Frei Caetano Brandão

Acção 3.1.6. Circular externa - Troço entre a R. Frei Caetano Brandão e a Via do Nordeste

Projecto 3.2. Melhorar a acessibilidade entre a rede viária da cidade e o IC2

Acção 3.2.1. Acessibilidade - Entrada a nascente da cidade

Acção 3.2.2. Acessibilidade - Entre a R. Marechal Carmona e a EN224

Acção 3.2.3. Acessibilidade - Entrada norte da cidade

Projecto 3.3. Melhorar a articulação dos núcleos urbanos periféricos ao núcleo urbano central

Acção 3.3.1. Eixos de ligação - Núcleo urbano central

Acção 3.3.2. Eixos de ligação - Núcleos de Cidacos, Lações, Giesteira e Outeiro

Projecto 3.4. Beneficiar a rede viária do núcleo urbano central

Acção 3.4.1. Rede viária - Vias distribuidoras

Acção 3.4.2. Rede viária - Vias secundárias

Acção 3.4.3. Rede viária - Nós viários

Acção 3.4.4. Rede viária - Vias estruturantes de ligação

Acção 3.4.5. Rede viária - Outras vias de ligação

Projecto 3.5. Desenvolver a rede pedonal

Acção 3.5.1. Rede pedonal - Eixo da R. António Alegria e da R. Bento Carqueja

Acção 3.5.2. Rede pedonal - Envolvente ao Jardim Municipal

Acção 3.5.3. Rede pedonal - Percurso da estação ferroviária à zona de equipamentos a sul

Acção 3.5.4. Rede pedonal - Percurso do Parque de La Salette ao núcleo tradicional

Acção 3.5.5. Rede pedonal - Percurso do Parque de La Salette ao parque urbano nascente

Projecto 3.6. Criar uma rede ciclável

Acção 3.6.1. Rede ciclável - Percurso do centro tradicional ao Parque de La Salette

Acção 3.6.2. Rede ciclável - Percurso do Parque de La Salette à zona de equipamentos a norte

Acção 3.6.3. Rede ciclável - Percurso da Praça da Cidade à zona de equipamentos a sul

Acção 3.6.4. Rede ciclável - Percurso da zona de equipamentos a sul à estação ferroviária

Acção 3.6.5. Rede ciclável - Percurso Parque de La Salette ao parque urbano nascente

Acção 3.6.6. Rede ciclável - Parque urbano nascente

Acção 3.6.7. Rede ciclável - Percurso do parque urbano nascente à zona de equipamentos a sul

Projecto 3.7. Criar uma rede de parques de estacionamento

Acção 3.7.1. Parque de estacionamento - Equipamentos públicos

Acção 3.7.2. Parque de estacionamento - Centro tradicional

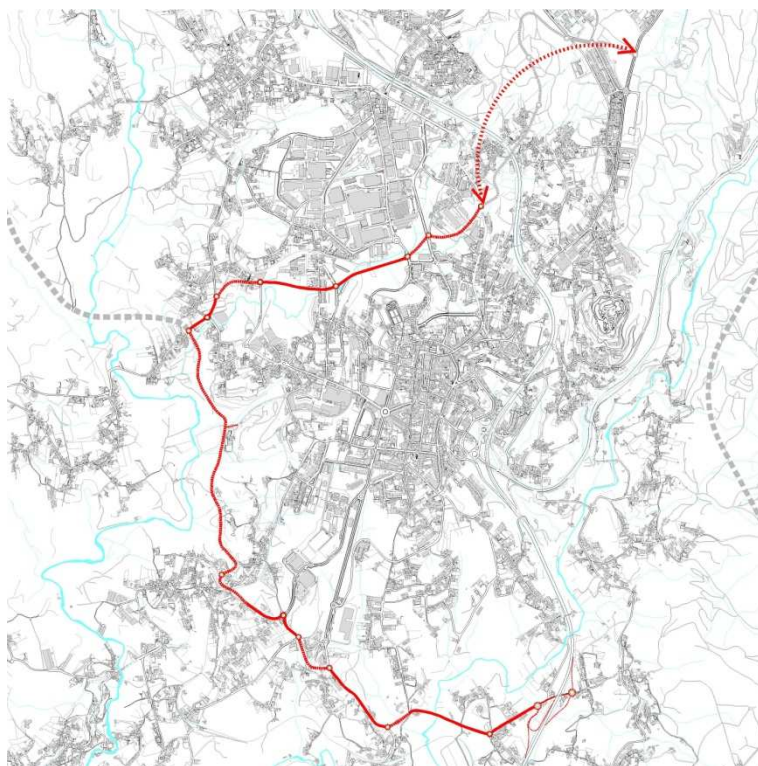
Acção 3.7.3. Parque de estacionamento - Parque de La Salette

Acção 3.7.4. Parque de estacionamento - Parque urbano nascente

Acção 3.7.5. Parque de estacionamento - Cemitério municipal

Projecto 3.8. Desenvolver o serviço de transportes públicos urbanos

Projecto 3.1. Criar uma circular externa ao núcleo urbano central



Descrição:

Criar uma circular externa ao núcleo urbano central (com um perfil de 2X2), que ofereça uma ligação a ponte entre a via do nordeste e o IC2, a sul, facultando um novo acesso à cidade de Oliveira de Azeméis (pelo IC2) e permitindo aliviar a pressão que actualmente se verifica no centro tradicional. Esta via de cintura, para além de contribuir para resolver os problemas de mobilidade, na medida em que interliga troços desconexos pré-existentes na estrutura viária, permite distribuir os fluxos por várias entradas deste aglomerado (que passam, deste modo, a estar ligadas entre si). Consequentemente, é um contributo essencial para a estruturação da cidade, definindo um eixo que limita o núcleo urbano central a ponte e, juntamente com o limite natural a nascente (dado pelo rio Antuã), a área privilegiada de consolidação urbana.

Esta via tem ainda a função de articular internamente a cidade, cosendo áreas distintas actualmente desmembradas (incluindo as zonas industriais), e de promover a ligação entre a cidade e os vários núcleos urbanos localizados em seu redor ou destes núcleos entre si, evitando-se, assim, a necessidade de atravessamento do centro de Oliveira de Azeméis.

Complementarmente, a constituição desta via deve funcionar como o novo canal de infra-estruturação básica, de modo a colmatar a muito deficiente rede existente (principalmente na zona sul).

O perfil e traçado desta circular deverão ser definidos tendo em vista a melhoria das condições de tráfego, a promoção da segurança dos utilizadores e a minimização dos conflitos entre os diversos fluxos.

As opções urbanísticas apresentadas não pretendem ser as únicas soluções técnicas a adoptar, uma vez que carecem, em muitos dos casos, de estudos mais detalhados e aprofundados para a sua implementação, sendo válidas outras propostas desde que cumpram ou garantam os objectivos traçados na estratégia operativa.

Objectivos específicos:

- > Criar uma via colectora e distribuidora que permita a articulação dos diversos níveis da rede viária;
- > Articular as zonas industriais da cidade e do concelho e reduzir o atravessamento de veículos pesados no centro tradicional;
- > Articular as zonas de equipamentos existentes e propostas;
- > Melhorar a acessibilidade a sul, através da criação de uma articulação adicional entre a circular e o IC2.

Acções:**Acção 3.1.1. Circular externa - Nó de ligação ao IC2**

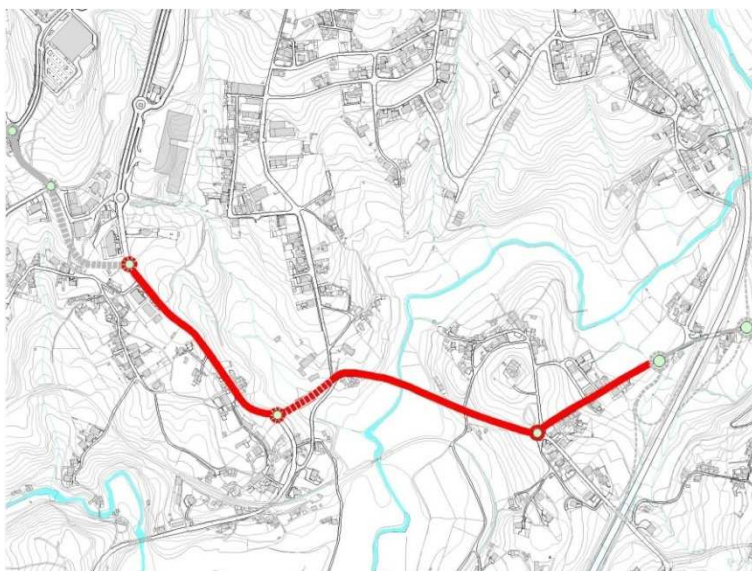
Criar um novo nó de acesso ao IC2, que permitirá ligar este itinerário à circular externa proposta, aproveitando troços de vias existentes, assim como o túnel na Rua do Gemieiro. As rampas de entrada e saída no IC2, assim como as intersecções das rampas de acesso com o IC2 e a circular externa proposta, deverão ser dimensionadas⁴¹ de modo a minimizar os conflitos entre os diversos fluxos, assim como a acomodar a fila que se poderá formar na intersecção da rampa com a via circular. As intersecções deverão ser dimensionadas tendo em vista a garantia de máxima comodidade e conveniência aos utilizadores, o que poderá passar pela construção de uma rotunda⁴².

Projectos e acções articulados: Acção 3.1.2., Acção 3.3.1.

⁴¹ Tanto a pista de aceleração ou de desaceleração, como o comprimento da rampa de entrada e saída do IC2.

⁴² No seu dimensionamento deverão ser tidos em conta os ângulos de entrada (20° a 60° - aconselhável 25°) e saída da rotunda e as suas orientações, assim como o diâmetro da via circular (100 a 120% da largura da maior entrada – norma inglesa). E ainda ter sempre como princípio: favorecer as saídas de veículos e dificultar as entradas de veículos.

Acção 3.1.2. Circular externa - Troço entre o nó de ligação ao IC2 e a Rua de Santo António



Reperfilar os eixos viários compreendidos entre o IC2 (sul) e a Avenida D. Maria I, nomeadamente a Rua do Gemieiro, a Rua do Regueixo e a Rua de Santo António⁴³, propondo-se a reformulação das vias existentes para uma via com o perfil de 2X2, assim como a construção de uma ponte sobre um dos afluentes do rio Antuã, garantindo uma melhor ligação entre a Rua do Regueixo e a Rua de Santo António.

Com a construção deste eixo será possível criar uma nova entrada da cidade, a sul, pelo nó de intersecção da circular proposta e a Rua de Santo António. O troço da Rua de Santo António compreendido entre a circular e a Avenida D. Maria I, deverá também ser reperfilado, de modo a se compatibilizar com o perfil da Avenida D. Maria I (perfil 2x2). Esta nova ligação permitirá criar uma melhor acessibilidade ao “Novo Hospital”, cuja localização se propõe que seja junto a esta via.

Este troço carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição da solução técnica a implementar no terreno, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a sustentabilidade e fundamentação técnica necessária a um projecto de execução, pelo que é admitido outro traçado, desde que cumpra o objectivo proposto.

⁴³ Ter em consideração a minimização dos conflitos com os cruzamentos, acessos às edificações adjacentes e intersecções existentes.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.3., Acção 3.1.1., Acção 3.1.3., Acção 3.3.1., Projecto 5.1.

Acção 3.1.3. Circular externa - Troço entre a Rua de Santo António e a Avenida Ferreira de Castro



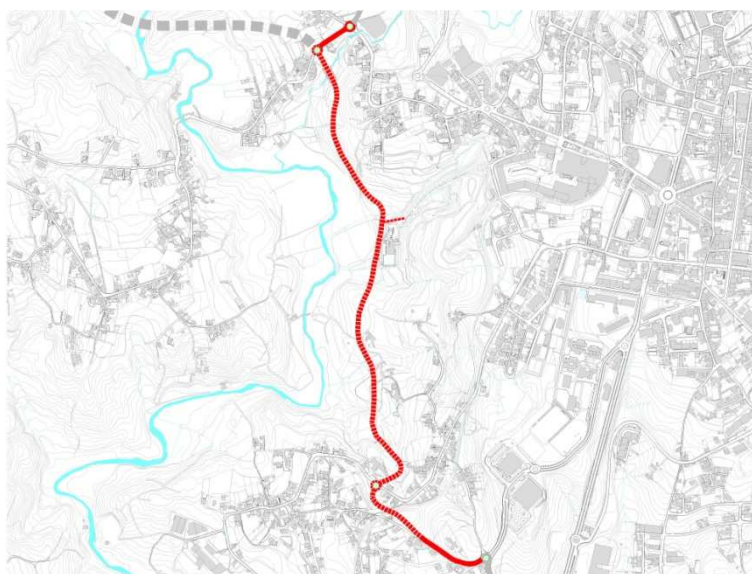
Construir o troço alternativo de ligação entre a Rua de Santo António e a Avenida Ferreira de Castro, através do reperfilamento da Rua do Marco e de outros eixos existentes, com características semelhantes aos troços adjacentes (perfil 2X2)⁴⁴. Esta nova ligação permitirá criar uma melhor acessibilidade à zona de equipamentos escolares e desportivos, bem como ao novo Estádio Municipal proposto para esta área.

Este troço carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição da solução técnica a implementar no terreno, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a sustentabilidade e fundamentação técnica necessária a um projecto de execução, pelo que é admitido outro traçado, desde que cumpra o objectivo proposto.

⁴⁴ Ter em consideração a minimização dos conflitos com os cruzamentos, acessos às edificações adjacentes e intersecções existentes.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Acção 3.1.2., Acção 3.1.4., Acção 3.6.7., Projecto 5.1.

Acção 3.1.4. Circular externa - Troço entre a Avenida Ferreira de Castro e a Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva



Construir o eixo de ligação entre a Avenida Ferreira de Castro e a Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva, com características semelhantes aos troços adjacentes, tendo também presente que, no troço final desta via, será necessária a construção de uma ponte que permita o atravessamento de uma estreita linha de água. Este troço fará a articulação no seu extremo norte com a futura via do Sudoeste. Este troço poderá, ainda, funcionar como o principal canal de infra-estruturação básica da zona sul da cidade.

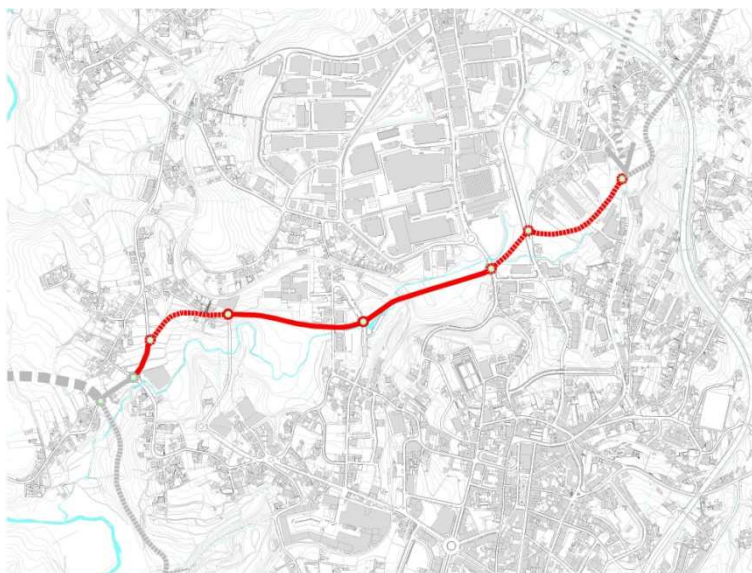
A definição do traçado apresentado teve como pressuposto a inexistência de demolições de construções relevantes junto do nó de ligação à Rua 5 de Janeiro, definindo sempre o espaço canal da via proposta entre espaços livres e com cotas mais favoráveis.

Este troço carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição da solução técnica a implementar no terreno, nomeadamente na transição da linha de caminho de ferro e articulação com a Rua 5 de Janeiro, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a

sustentabilidade e fundamentação técnica necessária a um projecto de execução, pelo que é admitido outro traçado, desde que cumpra o objectivo proposto.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Acção 3.1.3., Acção 3.1.5., Acção 3.3.1., Acção 3.4.2., Projecto 5.1.

Acção 3.1.5. Circular externa - Troço entre a Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva e a Rua Frei Caetano Brandão



Construir os troços viários que permitem a ligação entre a Rua Domingos Parreira e a Rua Frei Caetano Brandão, com características semelhantes aos troços adjacentes (perfil 2X2) e reperfilear os troços existentes (perfil 2X2)⁴⁵.

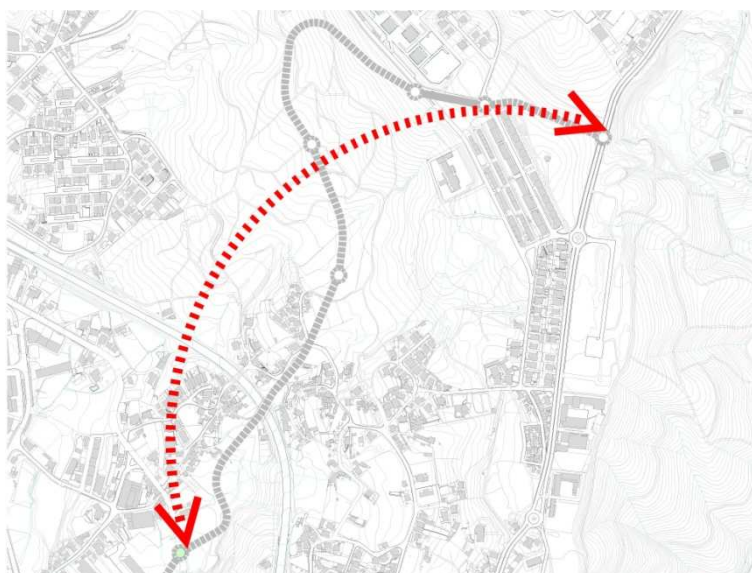
A construção destes troços, juntamente com o troço descrito no ponto anterior, irá permitir a criação de uma nova entrada, a ponte, na cidade, através da beneficiação do nó de intersecção da circular proposta com a Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva.

⁴⁵ Ter em consideração a minimização dos conflitos com os cruzamentos, acessos às edificações adjacentes e intersecções existentes.

Este troço carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição da solução técnica a implementar no terreno, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a sustentabilidade e fundamentação técnica necessária a um projecto de execução, pelo que é admitido outro traçado, desde que cumpra o objectivo proposto.

Projectos e acções articulados: Acção 3.1.4., Acção 3.1.6., Acção 3.2.3., Acção 3.3.1., Acção 3.4.1., Projecto 5.1.

Acção 3.1.6. Circular externa - Troço entre a Rua Frei Caetano Brandão e a Via do Nordeste



Construir o troço viário que permite a ligação entre a Rua Frei Caetano Brandão e a Via do Nordeste, facilitando as ligações da cidade com os aglomerados a norte e o campus universitário. Deverá ser criado o nó de ligação entre a circular externa e a Rua Frei Caetano Brandão, de modo a melhorar o acesso norte da cidade.

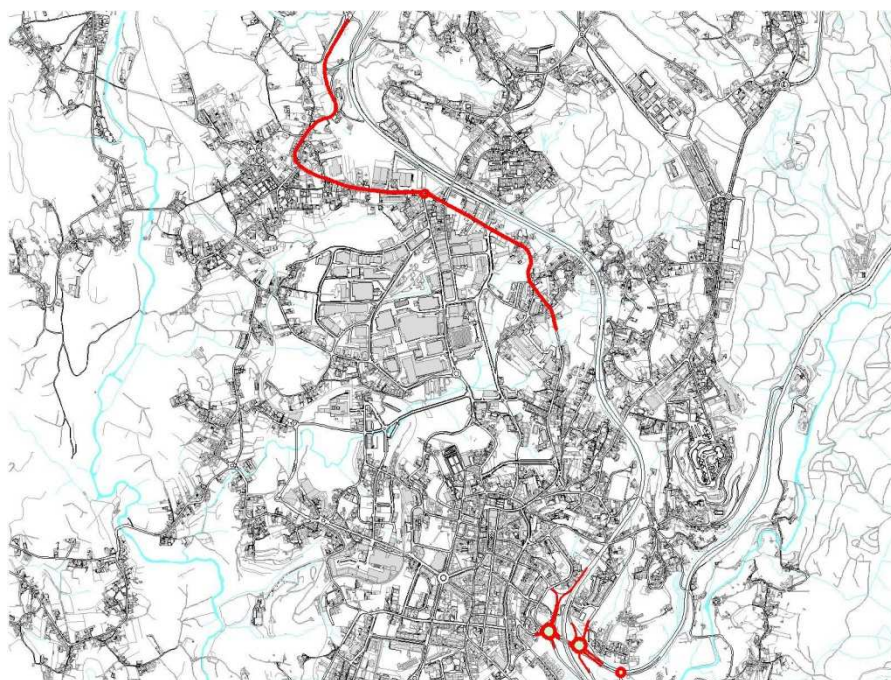
Este troço tem como pressuposto principal a articulação da Rua Frei Caetano Brandão com as vias do Nordeste e de São Roque, e deste modo na circular externa de enquadramento da principal área de consolidação da cidade de Oliveira de Azeméis.

Esta opção, não inviabiliza outras alternativas que venham a ser tomadas, de articulação com a restante rede viária, nomeadamente com o IC2.

Este troço carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição da solução técnica a implementar no terreno, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a sustentabilidade e fundamentação técnica necessária a um projecto de execução, pelo que é admitido outro traçado, desde que cumpra o objectivo proposto.

Projectos e acções articulados: Acção 3.1.5., Acção 3.2.3., Acção 3.3.2., Acção 3.6.2., Projecto 5.1.

Projecto 3.2. Melhorar a acessibilidade entre a rede viária da cidade e o IC2

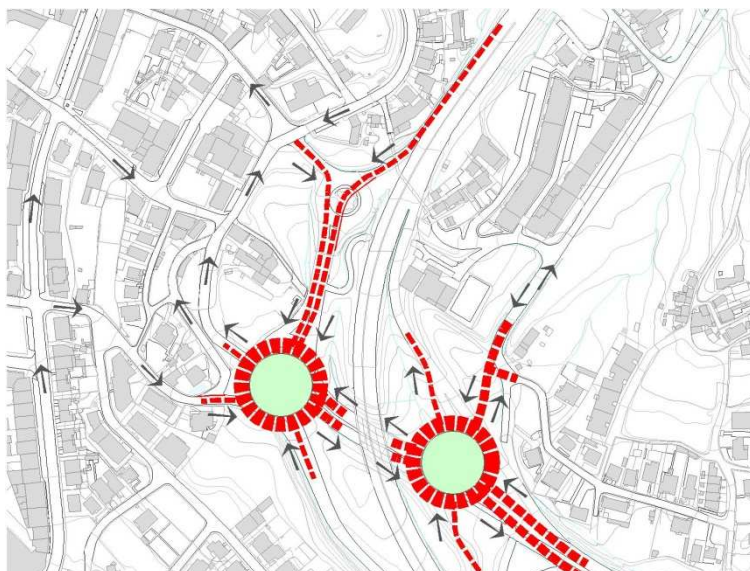


Descrição:

A intersecção entre as vias pode tornar-se problemática, como é o caso da ligação entre a rede viária da cidade e o IC2, pondo em causa a segurança dos utilizadores. Consequentemente, importa promover a beneficiação dos nós de ligação entre a rede viária urbana e as vias integradas na rede viária nacional, nomeadamente o IC2, assim como a melhoria da articulação entre eixos viários pertencentes à rede viária nacional, através da remodelação geométrica das intersecções e da introdução de sinalização adequada.

Objectivos específicos:

- > Melhorar a articulação entre a rede viária da cidade e a rede viária nacional;
- > Diminuir a sinistralidade de nós e eixos viários, através da melhoria das condições de segurança e de visibilidade;
- > Melhorar a articulação entre a zona industrial e os acessos ao exterior.

Ações:**Acção 3.2.1. Acessibilidade - Entrada a nascente da cidade**

Redesenhar os nós que permitem o acesso ao IC2, tendo em vista o aumento da segurança e da visibilidade, contribuindo para a qualificação das entradas da cidade. A melhoria da entrada poente poderá passar pela articulação dos diversos eixos num único ponto, a poente do IC2, permitindo uma melhor percepção das intercepções por parte dos utilizadores. Deverão ainda ser redimensionadas as rampas de acesso ao IC2, tendo em vista o aumento da via de desaceleração, assim como considerada a implementação de sinalização direccional adequada.

A rotunda que fará a ligação ao IC2 a norte, permitirá ainda melhorar a articulação e a acessibilidade dos núcleos urbanos periféricos ao núcleo urbano central nomeadamente a zona de Cidadacos.

Esta acção carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição da solução técnica a implementar no terreno, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a sustentabilidade e fundamentação técnica necessária a um projecto de execução, pelo que são admitidos outros traçados, desde que cumpram o objectivo proposto

Projectos e acções articulados: Acção 3.2.2., Acção 3.3.2., Acção 3.4.2.

Acção 3.2.2. Acessibilidade - Entre a Rua Marechal Carmona e a EN224

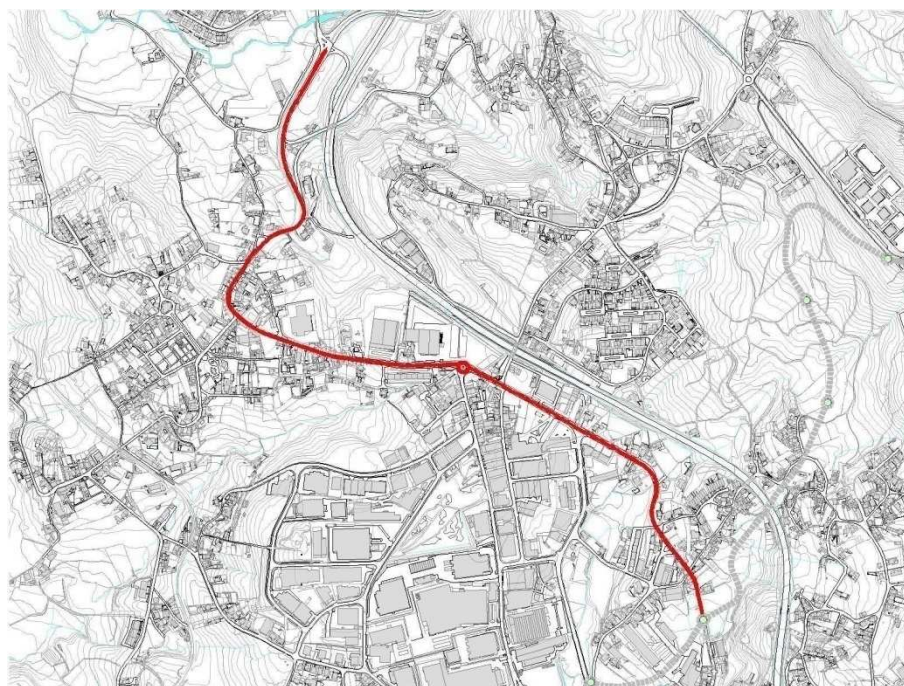


Beneficiar o cruzamento entre a Rua Marechal Carmona e a EN224, através da criação de uma rotunda⁴⁶, tendo em vista o aumento da segurança e visibilidade dos utilizadores.

Projectos e acções articulados: Acção 3.2.1., Acção 3.3.1.

⁴⁶ No seu dimensionamento deverão ser tidos em conta os ângulos de entrada (20° a 60° - aconselhável 25°) e saída da rotunda e as suas orientações, assim como o diâmetro da via circular (100 a 120% da largura da maior entrada – norma inglesa), procurando ainda favorecer as saídas de veículos e dificultar as entradas de veículos.

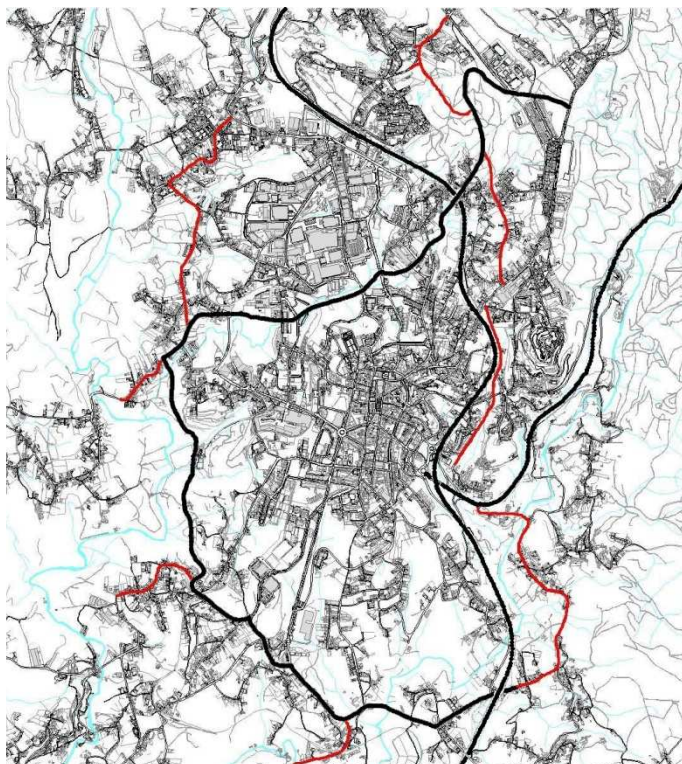
Acção 3.2.3. Acessibilidade - Entrada norte da cidade



Beneficiar a antiga EN1, a partir do nó do IC2 a norte, de modo a melhorar o acesso à entrada norte da cidade, assim como a articulação dos núcleos de Santiago de Riba-UI, Giesteira/Outeiro e da Zona Industrial. Deverá ser reperfilado o eixo definido pela Rua Manuel José Pinho Júnior e a Rua Frei Caetano Brandão, de modo a adequar-se à função que desempenha na rede viária (distribuição e articulação com o IC2). Sempre que possível este eixo deverá ter um perfil 2X2 (de modo a comportar o tráfego de pesados e ligeiros), o impacto dos acessos às edificações adjacentes terá de ser minimizado e o espaço do peão bem delimitado, podendo ser necessária a criação de passeios em determinados troços. Esta acção irá contribuir directamente para a melhoria da articulação entre a zona industrial e os acessos ao exterior.

Projectos e acções articulados: Projecto 1.1., Projecto 1.4., Acção 3.1.5., Acção 3.1.6., Acção 3.3.1., Acção 3.4.1.

Projecto 3.3. Melhorar a articulação dos núcleos urbanos periféricos ao núcleo urbano central



Descrição:

Embora a constituição da circular pretenda delimitar uma área de consolidação urbana privilegiada, ela não deve constituir uma barreira física entre o “coração” da cidade e os pequenos núcleos periféricos que gravitam em seu redor. Consequentemente, os eixos de ligação entre o centro tradicional e os núcleos de UI, Madail, Santiago de Riba-UI, Giesteira/Outeiro, Cucujães e Macinhata da Seixa devem ser beneficiados, de modo a adquirirem um carácter mais urbano e, mais claramente, integrarem a rede viária da cidade.

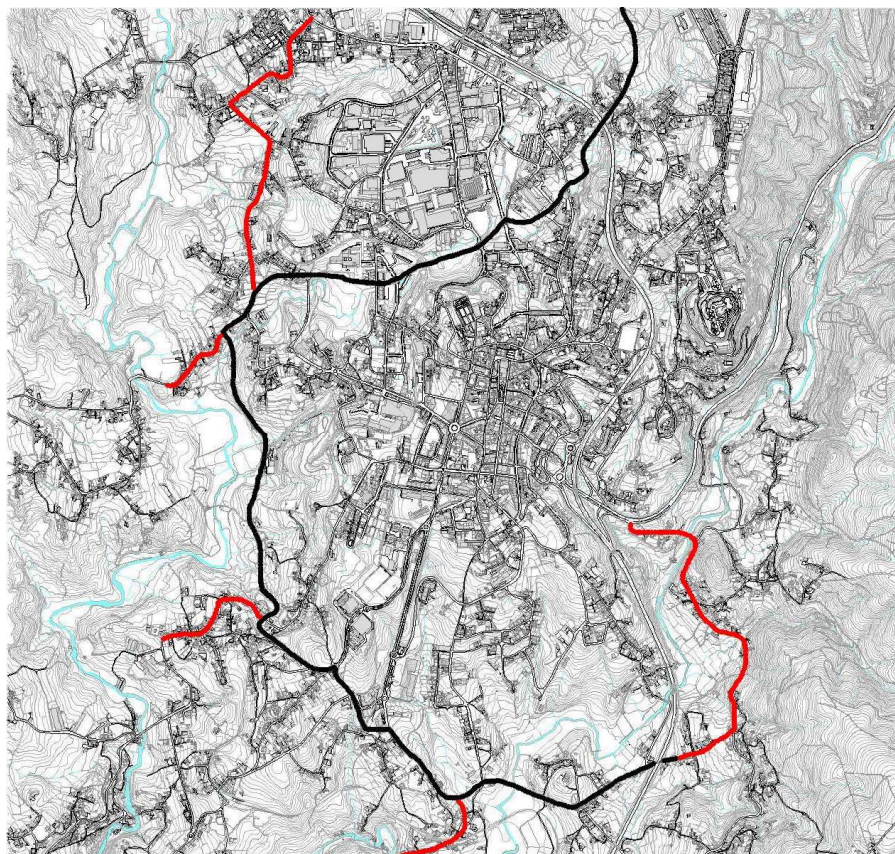
Devem igualmente ser facilitadas as ligações entre os núcleos de Cidacos, Lações, Giesteira e Outeiro, através da criação e beneficiação de eixos de articulação.

Objectivos específicos:

- > Articular os diversos núcleos periféricos e o centro da cidade;
- > Minimizar o “efeito barreira” da circular;

Acções:

Acção 3.3.1. Eixos de ligação - Núcleo urbano central



Promover a requalificação dos eixos viários que permitem a ligação dos diversos núcleos periféricos ao núcleo central, através do reperfilamento dos troços viários de ligação a UI, de ligação a Silvares e Macinhata da Seixa, de ligação a Santiago de Riba UI e de ligação a Madail.

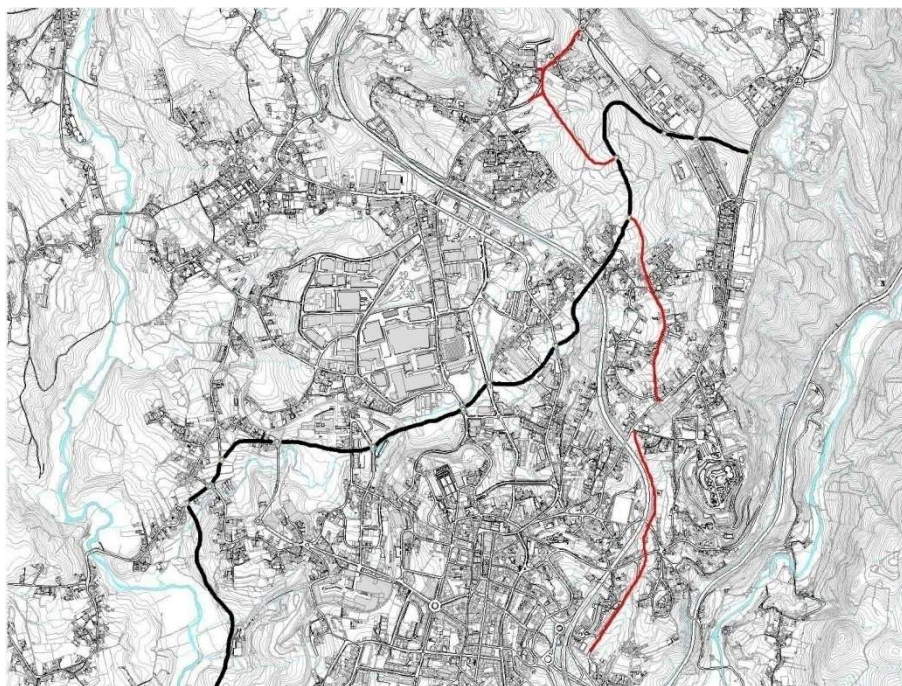
Este projecto tem em vista a uniformização das características das vias, integrando-as na rede viária do núcleo central, nomeadamente, ao nível da dimensão da faixa de rodagem, do estado de conservação e da existência de bermas ou passeios. Deve constituir-se uma ligação pedonal contínua, através da articulação e alternância entre passeios e bermas com características

favoráveis à circulação pedonal⁴⁷. E terá de ser salvaguardada a existência de passeios nas zonas onde existe elevada concentração de edificações.

Quando necessário, junto das edificações (especialmente comércio/serviços) devem ser delimitados lugares de estacionamento, preferencialmente oblíquos (de modo a minimizar os conflitos que ocorrem durante as manobras realizadas pelos condutores).

Projectos e acções articulados: Projecto 3.1., Acção 3.2.2., Acção 3.2.3., Acção 3.7.4., Acção 4.1.1.

Acção 3.3.2. Eixos de ligação - Núcleos de Cidadacos, Lações, Giesteira e Outeiro



Promover a ligação dos núcleos desarticulados, localizados a nascente do núcleo urbano central, através da criação e reperfilamento de diversos troços viários, nomeadamente entre os núcleos de Cidadacos, Lações Giesteira e Outeiro. Deve ser criada uma via urbana com um perfil uniforme

⁴⁷ As características das bermas devem ser diferentes da faixa de rodagem, principalmente ao nível do pavimento, de modo a segregar a circulação dos vários modos (por exemplo, pavimento em pedra em oposição ao pavimento betuminoso presente na faixa de rodagem). Poderá existir também sinalização identificativa da presença de modos não motorizados, assim como arborização ou outros elementos distintivos.

(perfil 2X1), com estacionamento (sempre que possível em espinha), mobiliário urbano adequado e arborização.

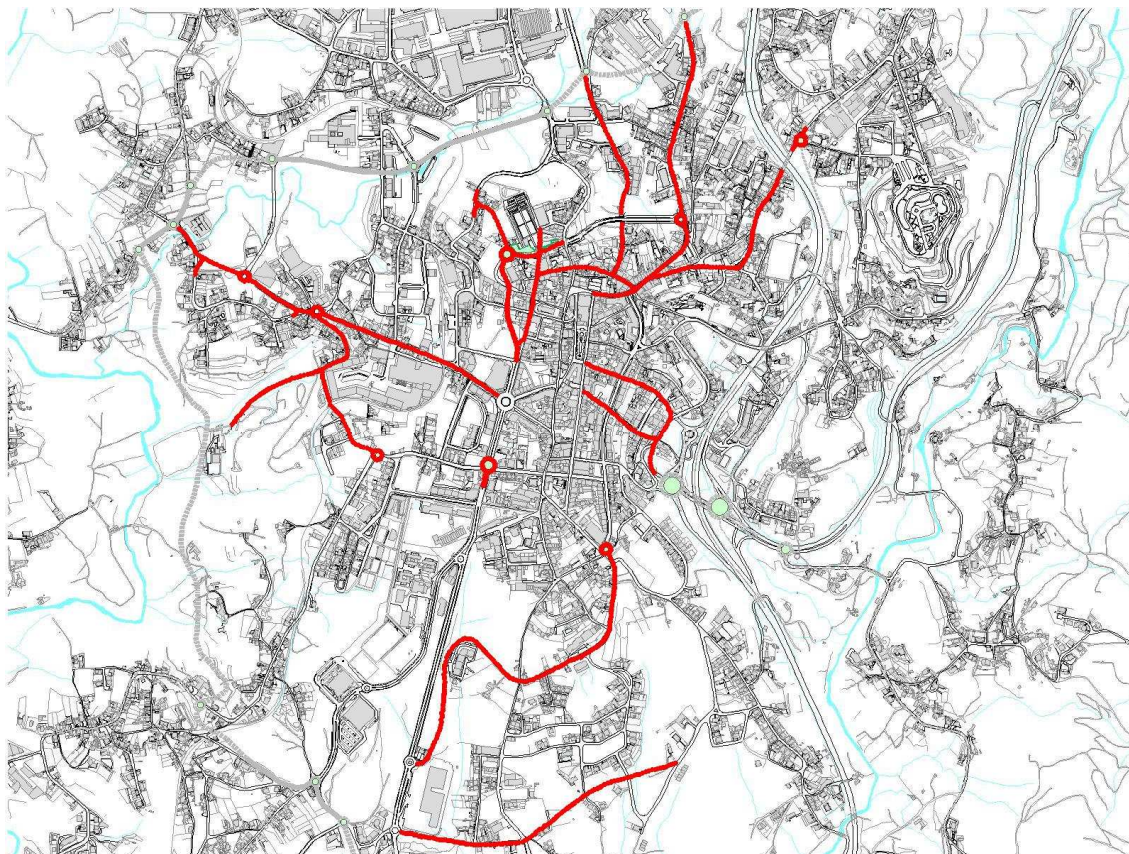
Este eixo, para além de permitir a ligação entre os vários núcleos, contribui para a consolidação da zona nascente da cidade, permitindo a sua integração na estrutura urbana de Oliveira de Azeméis.

Relativamente a novas acessibilidades, realça-se que esta via urbana permite articular a zona nascente da cidade com a circular e com o IC2, e conseqüentemente, libertar o centro tradicional do tráfego de atravessamento que actualmente possui. Por último, importa salientar que este eixo constitui também uma alternativa de acesso ao parque de La Sallete, a uma cota baixa.

Esta acção carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição das soluções técnicas a implementar no terreno, visando a articulação com outras acções propostas, nomeadamente o troço da circular entre a Rua Frei Caetano Brandão e a Via do Nordeste, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a sustentabilidade e fundamentação técnica necessária aos projectos de execução, pelo que são admitidos outros traçados, desde que cumpram o objectivo proposto

Projectos e acções articulados: Projecto 1.1., Acção 3.1.6., Acção 3.2.1., Acção 3.4.3.

Projecto 3.4. Beneficiar a rede viária do núcleo urbano central



Descrição:

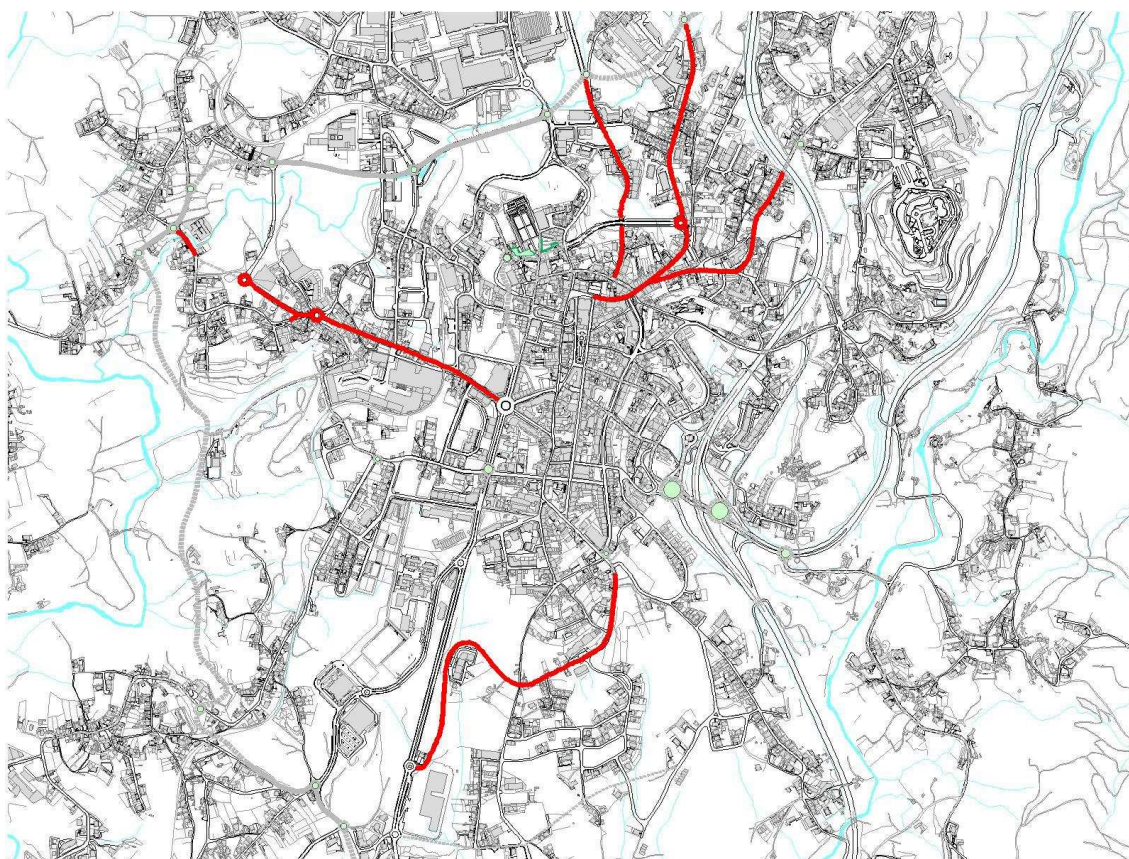
Promover a requalificação da rede viária do núcleo urbano central, tendo em vista a sua estruturação e articulação, através do reperfilamento ou beneficiação dos eixos viários, da alteração dos sentidos de tráfego de algumas vias e ainda da criação de uma nova via. Complementarmente, deverão ser reestruturados alguns cruzamentos onde, actualmente, existem elevados pontos de conflito.

O reperfilamento de alguns eixos viários deve ter em conta a adaptação das vias às funções que desempenham na rede viária e a definição e clarificação dos espaços dedicados a cada utilizador (peão, veículo ligeiro, veículo pesado, bicicleta).

Ao intervir na rede viária é importante reorganizar o estacionamento na via pública, de modo a minorar o seu impacto no espaço público, tendo em conta as bolsas e parques de estacionamento propostos.

Objectivos específicos:

- > Melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade interna do núcleo central;
- > Melhorar a legibilidade da rede viária;
- > Diminuir o conflito entre os diversos utilizadores.

Acções:**Acção 3.4.1. Rede viária - Vias distribuidoras**

Promover o reperfilamento das vias que permitem a distribuição de fluxos no núcleo urbano central (Rua Luís de Camões, Rua Professor Dr. Ferreira da Silva, Rua Frei Caetano Brandão, Rua Bento Landureza, Rua António Bernardo, Rua Manuel Alegria e Rua Dr. Artur Correia Sousa Pinto Basto), de modo a uniformizar e a adaptar as características da via à função que desempenha, aumentando, quando necessário, a sua capacidade (perfil de 2X2 e 2X1). Em simultâneo, deve

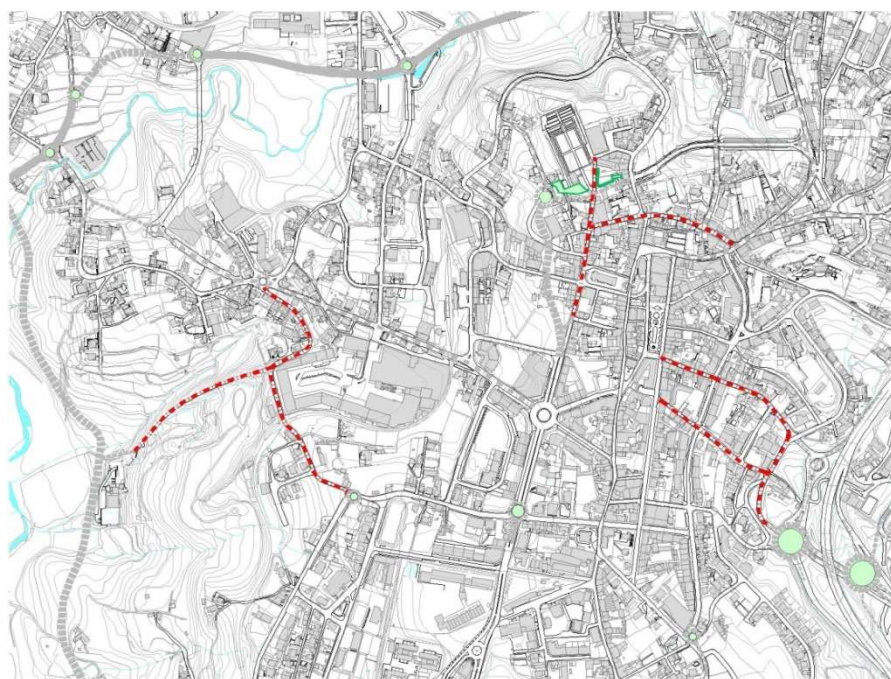
reabilitar-se o pavimento da faixa de rodagem que, na maioria das vias, se encontra em mau estado de conservação.

Importa ainda criar ou reforçar passeios nas vias onde estes são inexistentes ou insuficientes (desde que seja compatível com a dimensão do perfil), de modo a clarificar e segregar o espaço dedicado ao peão, e, quando necessário, criar ou reorganizar lugares de estacionamento com o intuito de evitar o estacionamento na faixa de rodagem. Estes lugares devem dispor-se obliquamente à faixa de rodagem (em espinha).

Esta acção é tanto mais importante, quando se pretende reforçar a acessibilidade à cota alta ao Parque de La Salette e a sua articulação com o centro tradicional, facilitando a sua vivência pela população local e, desta forma, contribuir para o reforço da identidade oliveirense.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.1., Acção 2.2.2., Projecto 3.1., Acção 3.2.3., Acção 3.4.2., Acção 3.4.3., Acção 3.4.5., Acção 3.5.4., Acção 3.7.1., Acção 3.7.3., Acção 4.3.5., Acção 4.3.6., Projecto 4.4., Projecto 4.5.

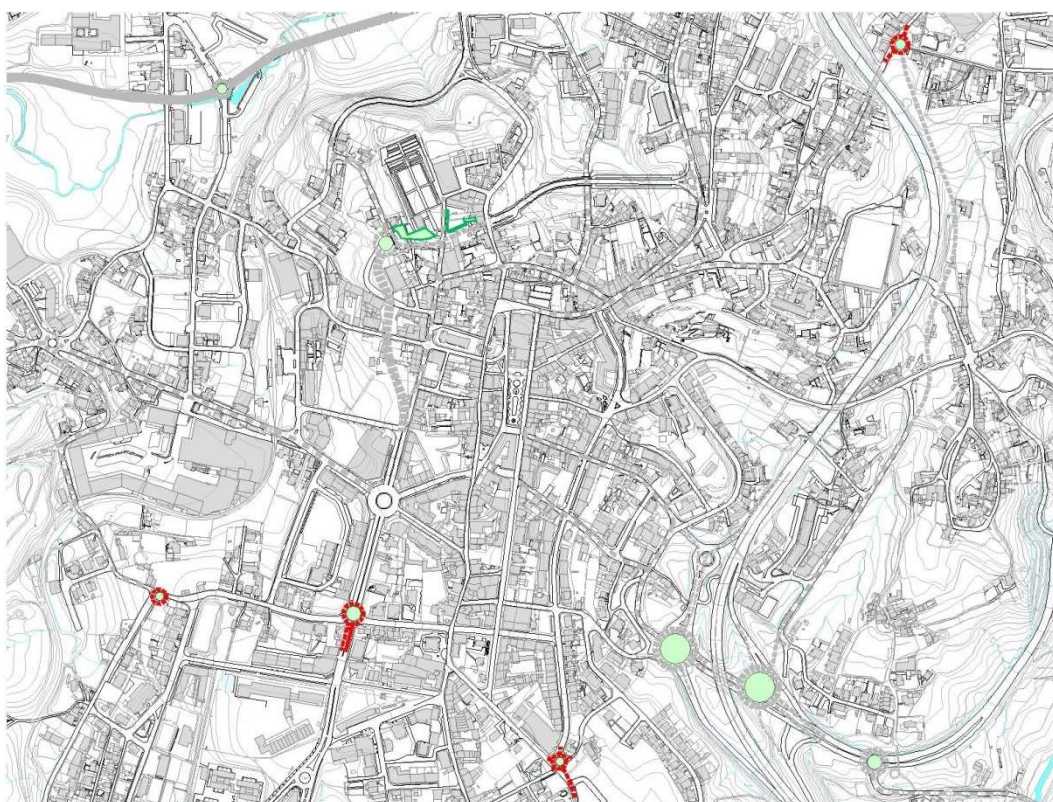
Acção 3.4.2. Rede viária - Vias secundárias



Reperfilar as ruas 25 de Abril, Padre Joaquim Ferreira Salgueiro, Fernando Paul, Doutor Simões dos Reis, Manuel Alves Soares, Professor Arnaldo Costeira, Doutor António Luís Gomes (Filho) e o troço a partir da Rua Doutor António Luis Gomes (Filho) de acesso à circular, de modo a aumentar o espaço dedicado ao peão, através da diminuição do número de lugares de estacionamento na via pública. Ao suprimir e reorganizar os lugares de estacionamento devem ser previstos locais destinados a paragens rápidas, que permitam que os utilizadores de curta duração (fornecedores e visitantes) não compitam por lugares de estacionamento e não impeçam a circulação com estacionamento desautorizado.

Projectos e acções articulados: Acção 3.1.4., Acção 3.2.1., Acção 3.4.1., Acção 3.4.3., Acção 3.4.4., Acção 3.5.2., Acção 3.7.2., Acção 3.7.5, Acção 4.3.4., Acção 4.3.5.

Acção 3.4.3. Rede viária - Nós viários



Redimensionar os nós viários entre a Rua Manuel Brandão com a Rua Aníbal Bezeza, entre a Rua António Bernardo com a Rua Dr. António Luis Gomes (Pai), entre a Rua 5 de Janeiro com a Rua

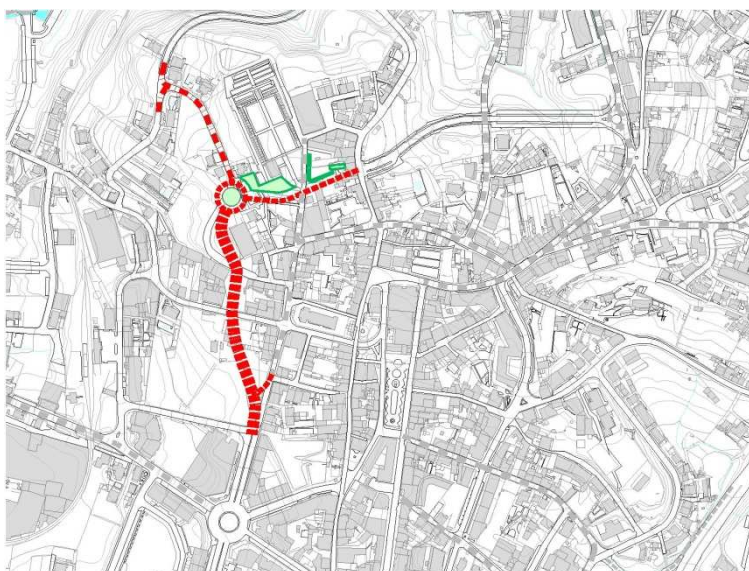
Dr. António Luis Gomes (Filho) e entre a Rua Dr. Artur Correia Sousa Pinto Basto com a Rua Vasco Ortigão, tendo em vista a minimização dos pontos de conflito e a maior visibilidade e perceptibilidade da intersecção.

No cruzamento da Rua Manuel Brandão com a Rua Aníbal Beleza o diâmetro da ilha central deverá ser aumentado, assim como os ângulos de entrada na rotunda reajustados.

A ligação entre a Rua António Bernardo e a Rua António Luis Gomes (Pai), através da criação de uma rotunda, deverá contemplar o reajustamento dos ângulos de entrada e saída das diferentes intersecções, obrigando à criação de novos desenhos urbanos das vias. De igual modo, a rotunda a criar na articulação da Rua Dr. Artur Correia Sousa Pinto Basto com a Rua Vasco Ortigão deverá contemplar o reajustamento dos ângulos das intersecções e a respectiva construção dos troços viários de ligação.

Projectos e acções articulados: Acção 3.3.2., Acção 3.4.1., Acção 3.4.2.

Acção 3.4.4. Rede viária - Vias estruturantes de ligação



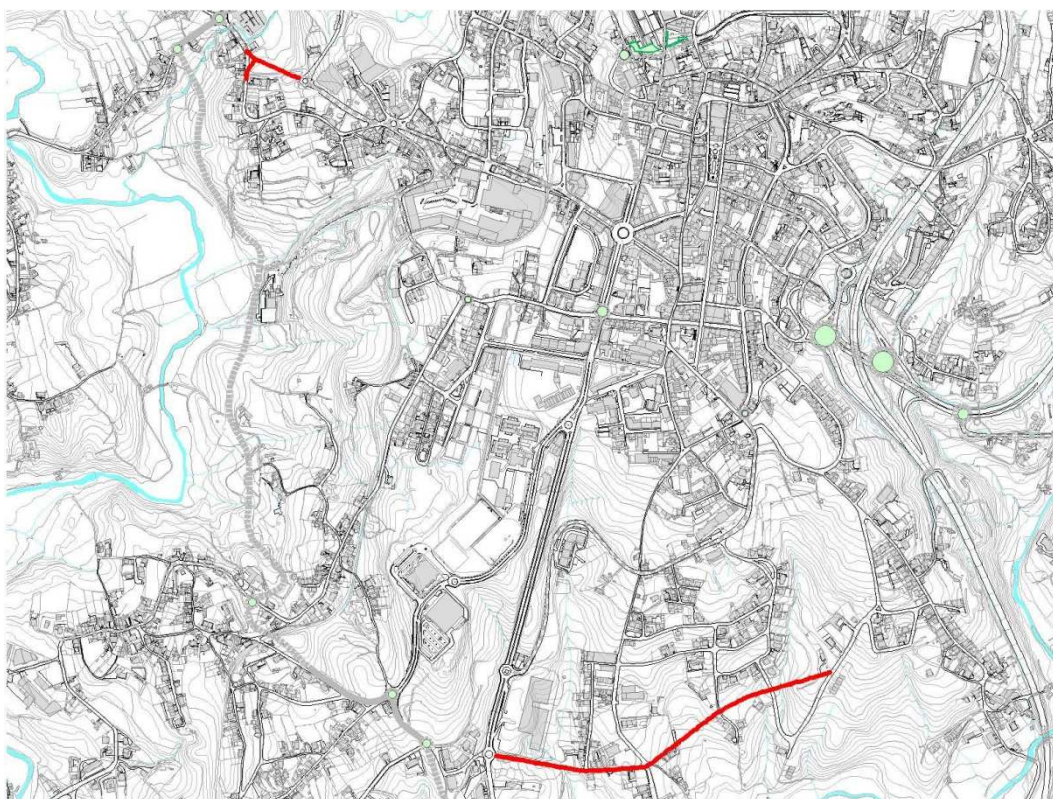
Promover a criação de uma via de ligação entre o Largo Luis de Camões e a Rua António Pinto Carvalho, com características semelhantes aos troços adjacentes, de modo a permitir o prolongamento da Av. Ernesto Pinto Basto (até ao cemitério municipal), conectando à Rua Frei

Caetano Brandão, concluindo uma das vias distribuidoras principais da rede viária da cidade (eixo entre o Largo Luis de Camões e a Rua Frei Caetano Brandão). A transição do perfil da via (2x2 para 2x1) pode ser realizada através de um nó em rotunda, possibilitando a ligação com a Travessa Manuel José da Silva, que deve ser reperfilada. Importa ainda considerar a criação de espaço verde de enquadramento ao cemitério.

Esta acção carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição da solução técnica a implementar no terreno, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a sustentabilidade e fundamentação técnica necessária a um projecto de execução, pelo que é admitido outro traçado, desde que cumpra o objectivo proposto

Projectos e acções articulados: Acção 3.4.2., Acção 3.7.5., Projecto 4.5.

Acção 3.4.5. Rede viária - Outras vias de ligação



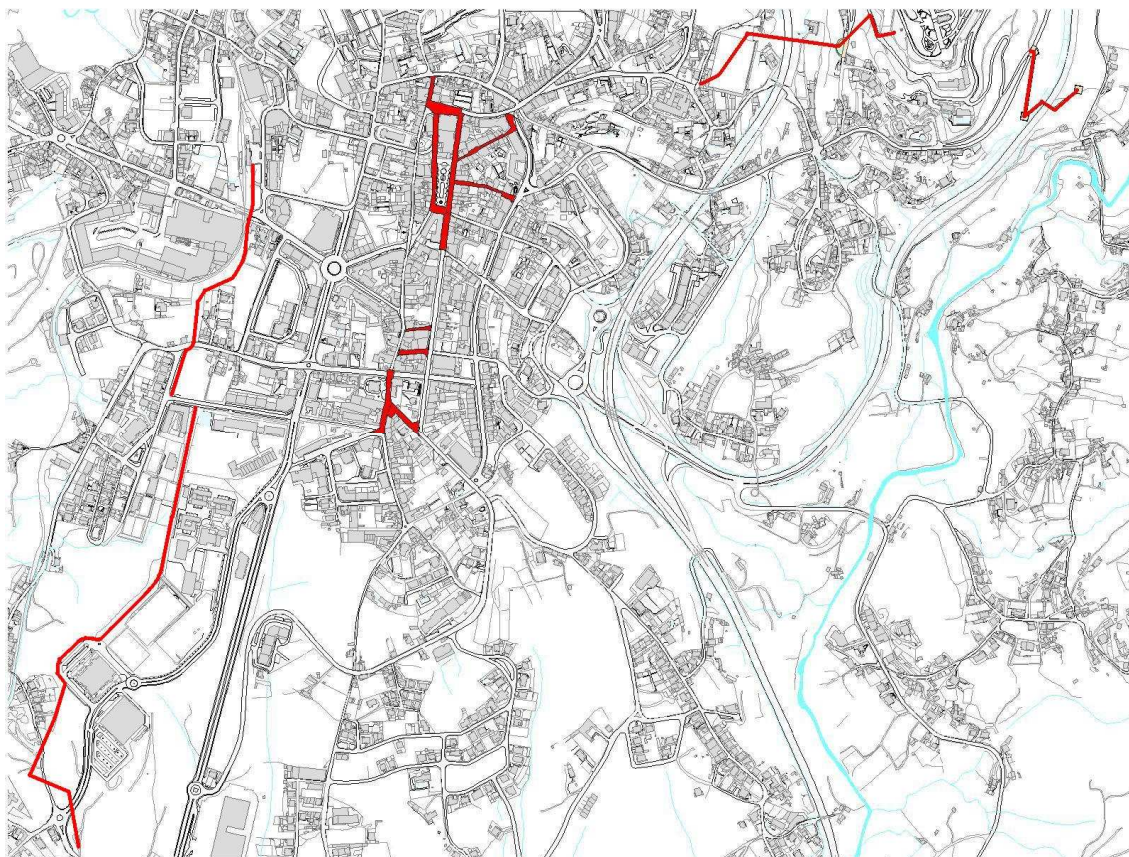
Promover a criação do troço de ligação entre a Rua Professor Dr. Ferreira da Silva e a Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva, de modo a permitir a articulação com a circular proposta e afirmar este eixo como a principal entrada a poente na cidade.

Por último, importa desenvolver a ligação da Av. Dona Maria I à Rua das Aldas e à Rua Professor João Costa Santos, através da criação de um eixo viário que permite a articulação da zona do Almeu e Escaravilheira, que irá, naturalmente, induzir a consolidação e integração destas áreas na estrutura urbana.

Esta acção carece de um estudo mais aprofundado e detalhado para a definição da solução técnica a implementar no terreno, permitindo com um maior grau de rigor e pormenorização, a sustentabilidade e fundamentação técnica necessária a um projecto de execução, pelo que são admitidos outros traçados, desde que cumpram o objectivo proposto

Projectos e acções articulados: Projecto 2.3., Acção 3.4.1.

Projecto 3.5. Desenvolver a rede pedonal



Descrição:

Ligar tecidos urbano actualmente desconexos através da pedonalização de alguns eixos viários e do aumento do espaço dedicado ao peão nas vias de tráfego misto, permitindo a articulação pedonal entre o centro tradicional e os principais núcleos de utilização lúdica ou desportiva da cidade, nomeadamente a Praça da Cidade, as áreas de equipamentos a sul e a norte, o Parque de La Salette e o novo parque urbano proposto a nascente.

A formalização desta rede deve traduzir a estruturação funcional da cidade, na medida em que a sua execução deve ser implantada em consonância com a criação de alternativas, nomeadamente com a articulação dos traçados da rede viária (existente e proposta), com os sentidos do tráfego (pode haver necessidade da reformulação), com as principais entradas da cidade e parques de estacionamento (existentes e propostos), no sentido de não contribuir para o estrangulamento da rede viária.

A rede pedonal deve relacionar-se com a rede ciclável, uma vez que poderá incorporar alguns troços das ciclovias propostas. Esta rede pedonal deve igualmente articular-se com o Caminho de Santiago, que atravessa a cidade.

A rede pedonal (juntamente com a ciclável) deve ser entendida, em particular dentro do centro tradicional (dada a sua dimensão), como a principal rede de mobilidade a promover.

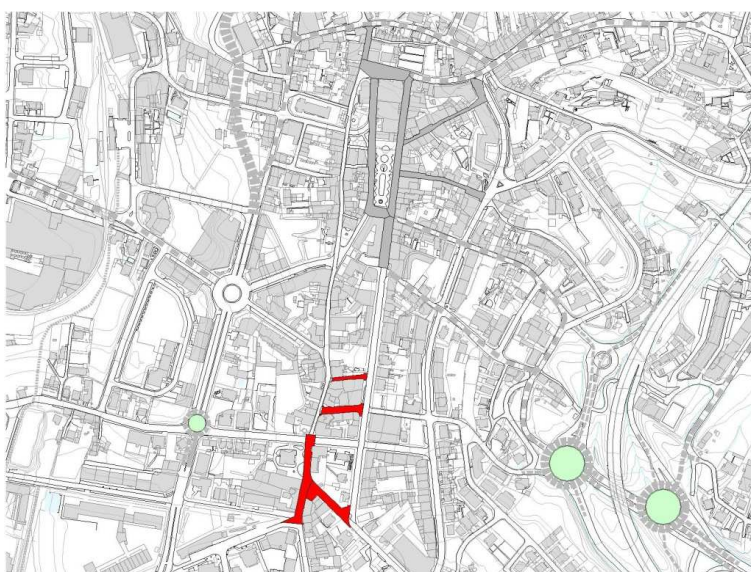
A criação desta rede de circuitos pedonais ultrapassa o carácter funcional da mobilidade, contendo também uma componente lúdica.

Objectivos específicos:

- Beneficiar e incentivar a circulação pedonal, tendo em vista a diminuição da utilização do transporte motorizado em pequenas deslocações;
- Articular, por via pedonal, os principais pólos de actividade comercial, lúdica e/ou desportivas da cidade;
- Promover a apropriação do espaço público por parte da população, reforçando valores identitários.

Acções:

Acção 3.5.1. Rede pedonal - Eixo da Rua António Alegria e da Rua Bento Carqueja

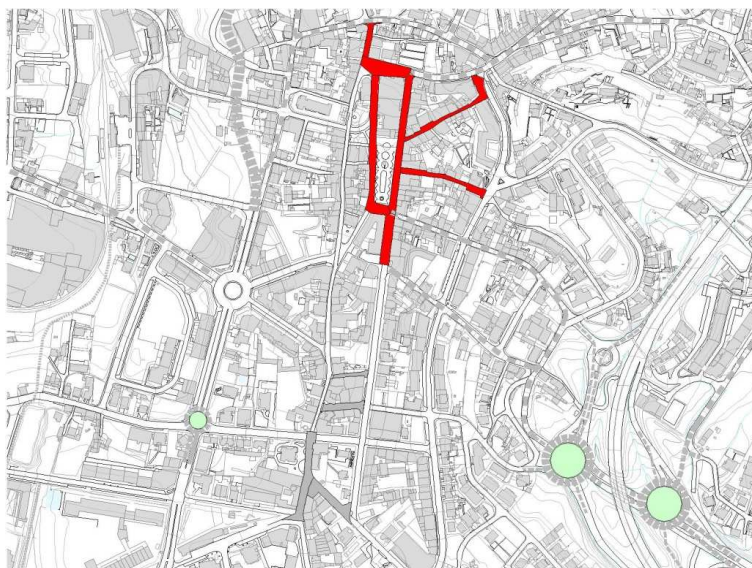


Extensão do carácter pedonal a toda a Rua António Alegria, criando um eixo pedonal que una a zona do Jardim Público e a Praça da Cidade. Este eixo pedonal deve alongar-se à zona de equipamentos a sul, pela Rua General Humberto Delgado, possibilitando a articulação de um núcleo mais tradicional (Igreja matriz, jardim público, salão nobre, correios, tribunal, etc.) com o novo pólo de equipamentos (escola, biblioteca, piscinas, etc.). Complementarmente, o tratamento do espaço público deverá ser estendido às ruas João Marques de Carvalho, Doutor Miguel Castro e António Bernardo, de modo a criar um contínuo pedonal de ligação à Av. Dr. António José de Almeida. Nas ruas Doutor Miguel Castro e António Bernardo poderá existir algum estacionamento desde que não condicione o uso pedonal do espaço.

A sua implementação pode passar por reproduzir a solução encontrada para a ligação do Largo da Republica ao Jardim Municipal (Praça José da Costa), condicionando o tráfego automóvel.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.2., Projecto 2.6., Acção 3.6.3., Projecto 4.5, Projecto 6.5.

Acção 3.5.2. Rede pedonal - Envoltante ao Jardim Municipal



Reperfilamento da Avenida Dr. António José de Almeida e das ruas Rua Alfredo Andrade, Eng.º Carlos Ribeiro, Conde Santiago de Lobão e António Pinto de Carvalho, de forma a aumentar o espaço destinado ao peão. Ao longo das vias, em redor do Jardim Municipal (Praça José da

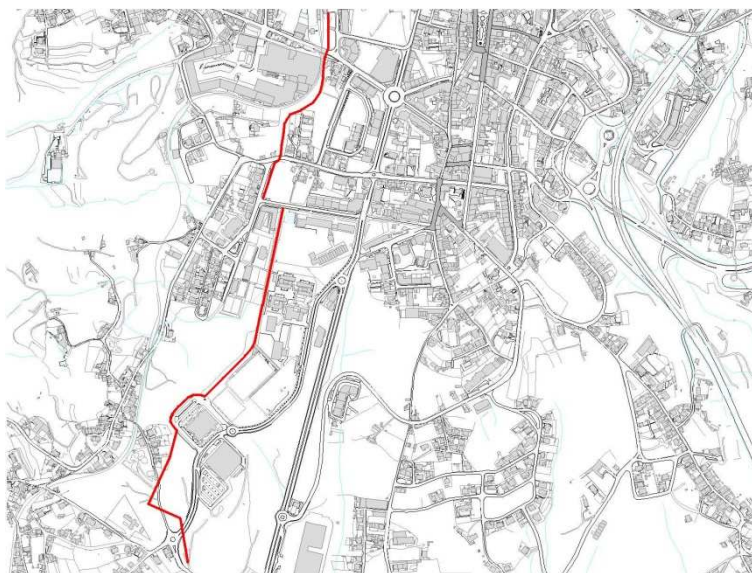
Costa), deverão ser criados lugares de estacionamento pontuais de utilização temporária (para veículos que efectuem cargas e descargas, apoio logístico aos estabelecimentos comerciais e de serviços de emergência, etc.), ou para resolução de impasses (ex: avaria de automóvel, acidente).

O carácter pedonal da zona deverá ser prolongado a nascente do Jardim Municipal (Praça José da Costa), através da pedonalização da Rua Velha de Santo António (permitindo apenas o acesso de automóveis a moradores com garagem) e da Rua Conselheiro Boaventura de Sousa, criando eixos pedonais de ligação à cota alta do núcleo central (Rua Conde Santiago de Lobão) aos equipamentos situados na Feira dos Onze. A eliminação de estacionamento na via deverá ser compensada pela criação do parque de estacionamento, possibilitado pela nova ocupação proposta para a central de camionagem do operador privado (TRANSDEV), com a sua deslocação para o Centro de Coordenador de Transportes, garantindo os lugares de estacionamento afectos aos moradores nos troços a reperfilar e a pedonalizar.

Em relação à Rua Conselheiro Boaventura de Sousa, a implementação da rede pedonal pode passar por reproduzir a solução encontrada para a ligação do Largo da Republica ao Jardim Municipal (Praça José da Costa), condicionando o tráfego automóvel.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.5., Acção 3.4.1., Acção 3.4.2., Acção 3.6.1., Acção 3.7.2., Acção 4.3.1., Acção 4.3.4., Projecto 4.5., Projecto 6.5.

Acção 3.5.3. Rede pedonal – Percurso da estação ferroviária à zona de equipamentos a sul



Criação de um percurso que una a estação de caminho-de-ferro à zona de equipamentos a sul, ligando as ruas Dom Manuel II e Manuel Brandão. Complementarmente deverá promover-se a continuidade do percurso ao longo da Rua da Imprensa Oliveirense, de modo a ligar a Praça da Cidade, através da Rua General Humberto Delgado.

Deverá ser ainda beneficiado e prolongado o eixo pedonal existente entre a Rua General Humberto Delgado e a Praceta da União Desportiva Oliveirense, de forma a servir todos os equipamentos existentes na zona e a nova localização do Estádio Municipal. A implementação deste eixo de ligação dos equipamentos pode ser faseada em dois troços, de acordo com a execução do Estádio Municipal proposto. Esta rede deverá ser alargada, a partir da Praça da Cidade, à proposta de localização do Centro Coordenador de Transportes.

Sempre que possível deverá ser contemplado espaço verde de enquadramento aos percursos pedonais.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Acção 3.6.3., Acção 3.6.4., Acção 3.6.7., Acção 3.7.1., Acção 4.3.5., Acção 4.3.7., Projecto 4.4., Projecto 4.5., Projecto 6.5.

Acção 3.5.4. Rede pedonal – Percurso do Parque de La Salette ao núcleo tradicional



Com a criação do Estádio Municipal, e caso seja intenção do União Desportiva Oliveirense a utilização deste novo equipamento como principal palco desportivo do clube, o Estádio Carlos Osório deverá ser reconvertido em espaço urbano de utilização colectiva e em solo edificável, permitindo uma nova integração na vivência da cidade.

Deste modo deverá ser criado um percurso pedonal, à cota alta, que estabeleça a ligação directa, através de passadiço elevado sobre o IC2, entre o centro tradicional da cidade e um dos seus mais importantes símbolos - o Parque de La Salette. Este passadiço, que poderá constituir uma obra emblemática na cidade, está incluído no processo de desafectação para fins desportivos do campo da União Desportiva Oliveirense (UDO), dando lugar a um empreendimento habitacional que, necessariamente, deve integrar espaço verde de utilização pública.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Projecto 2.8., Acção 3.4.1., Acção 3.7.3., Acção 4.3.6., Projecto 4.2.

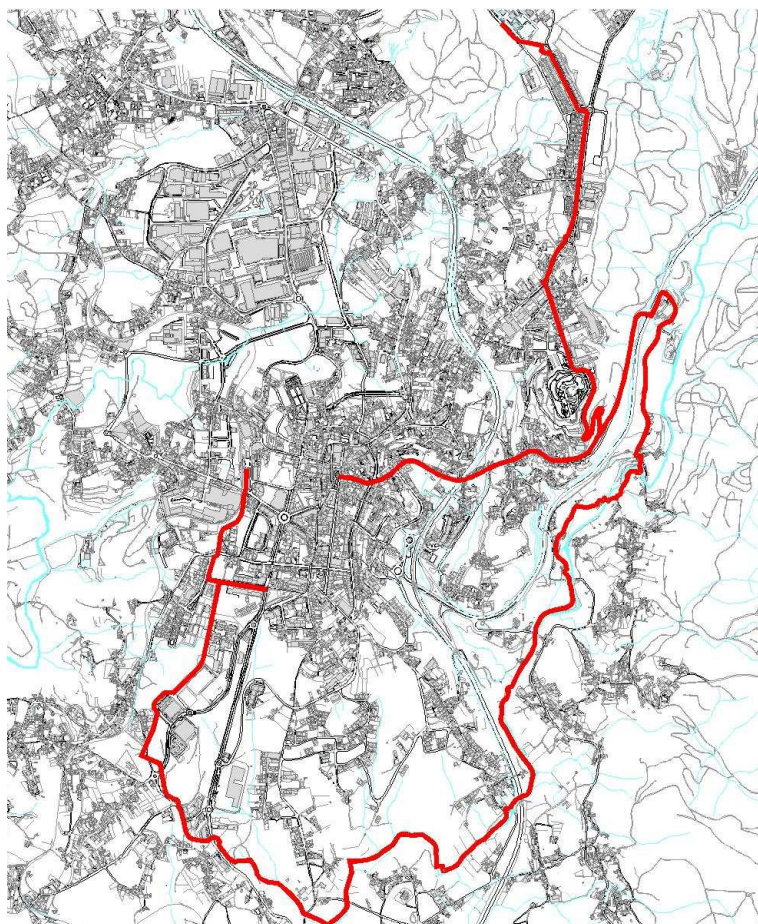
Acção 3.5.5. Rede pedonal – Percurso do Parque de La Salette ao parque urbano nascente



Criação de um percurso pedonal que garanta a ligação entre o Parque de La Salette e o novo parque proposto junto às linhas de água. Para o estabelecimento desta ligação deve ser promovida a construção de um viaduto sobre a EN224.

Projectos e acções articulados: Acção 3.6.1., Acção 3.6.2., Acção 3.6.5., Acção 3.6.6., Acção 3.7.4., Acção 4.1.1., Projecto 4.2.

Projecto 3.6. Criar uma rede ciclável



Descrição:

Não obstante as condições de relevo não serem as mais convidativas à utilização de bicicleta, é possível definir alguns percursos, na cidade e na sua envolvente directa, onde é possível desenvolver, com alguma comodidade, esta prática. Com efeito, é exequível criar uma rede ciclável, essencialmente vocacionada para o lazer, que articule os principais espaços públicos e espaços verdes da cidade.

Esta rede ciclável deve integrar vias ciclopedonais (onde exista segregação total entre a circulação ciclável e a circulação motorizada) e eixos viários existentes e deve integrar-se na estrutura verde da cidade e, sempre que possível, articular-se com o Caminho de Santiago.

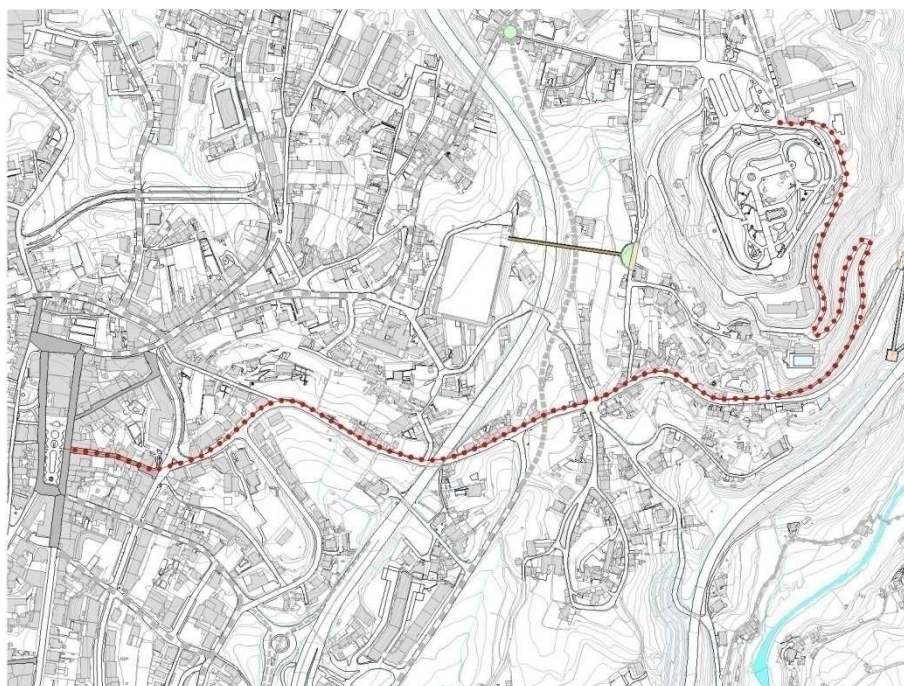
O pavimento do canal deverá ser adequado a uma utilização confortável por parte do ciclista e, nos casos das vias ciclopedonais, do peão. Consequentemente, a superfície deverá ser o mais regular possível, com excepção dos locais onde se pretende o abrandamento da velocidade (proximidade de intersecções e cruzamentos).

Objectivos específicos:

- > Articular, por modos diversificados, vários pontos da cidade de Oliveira de Azeméis;
- > Fomentar a utilização de “modos de transporte suaves” em detrimento do transporte motorizado, aumentando o leque de ofertas de lazer ao ar livre.

Acções:

Acção 3.6.1. Rede ciclável – Percurso do centro tradicional ao Parque de La Salette

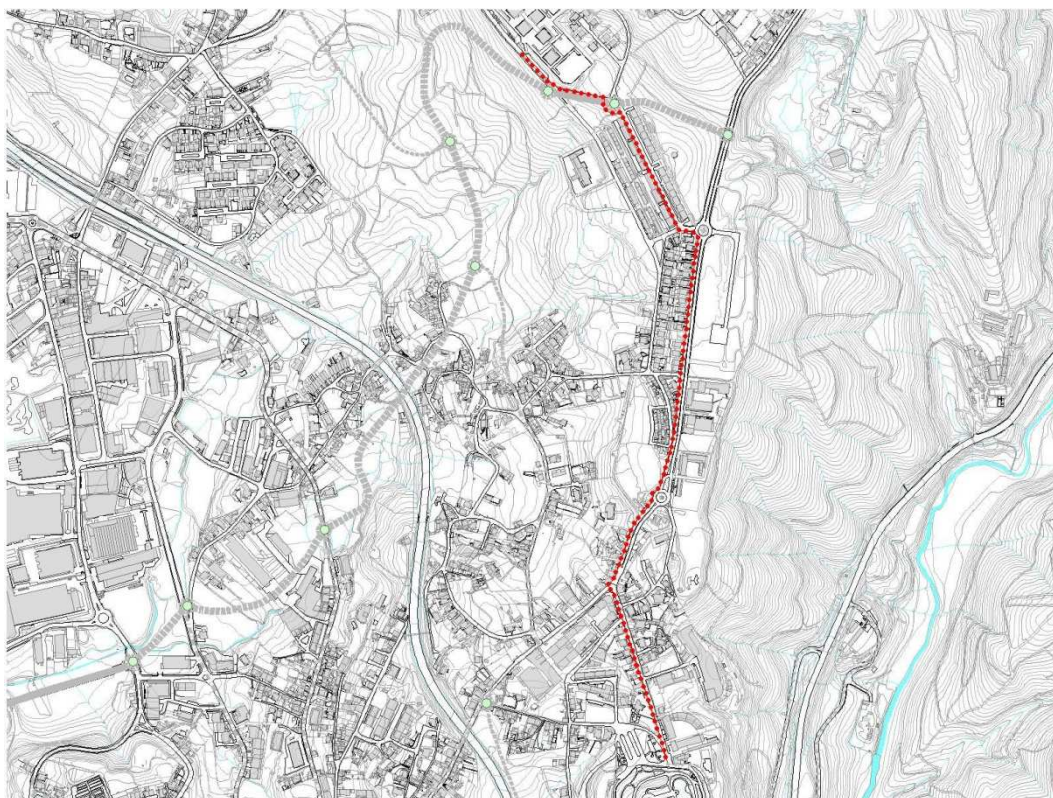


Criação de uma ciclovia de ligação do centro tradicional, a partir do jardim municipal, ao Parque de La Salette. A ligação será feita através do eixo definido pelas ruas Conselheiro Boaventura de Sousa, Conselheiro Araújo e Silva, Padre Alípio de Melo e Sampaio Maia. O espaço canal integra uma ciclovia (bi-direccional) e espaços para a circulação pedonal, existindo coexistência entre o fluxo de peões e de bicicletas. Este canal deverá possuir pelo menos 3 metros de largura, e

conter mobiliário urbano adequado ao seu usufruto, como é o caso de locais para o estacionamento das bicicletas, iluminação pública, papeleiras, entre outros.

Projectos e acções articulados: Acção 3.5.2., Acção 3.5.5., Acção 3.6.2., Acção 3.6.5., Acção 4.3.3., Projecto 4.2

Acção 3.6.2. Rede ciclável – Percurso do Parque de La Salette à zona de equipamentos a norte

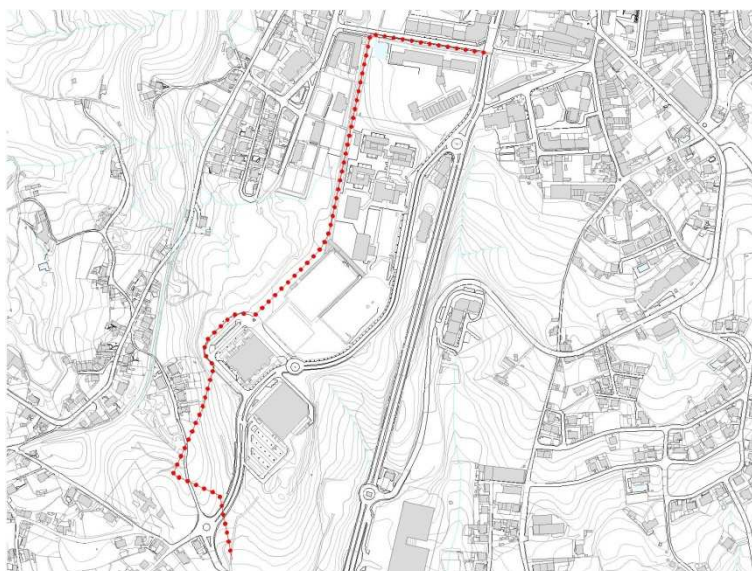


Criação de uma ciclovia de ligação entre o Parque de La Salette e a escola Secundária Ferreira de Castro, articulando os diversos equipamentos existentes a norte da cidade. A ligação será feita através do eixo definido pelas ruas Domingos José da Costa, Francisco Abreu e Sousa e Doutor Silva Lima. A ciclovia não se encontra totalmente segregada do tráfego automóvel. Esta é composta por uma faixa uni-direccional lateral à faixa de rodagem (uma em cada sentido), tendo em vista a diminuição dos conflitos entre a circulação automóvel e a bicicleta. Cada faixa uni-direccional possui 1,5 metros de largura, encontrando-se diferenciada da faixa de rodagem

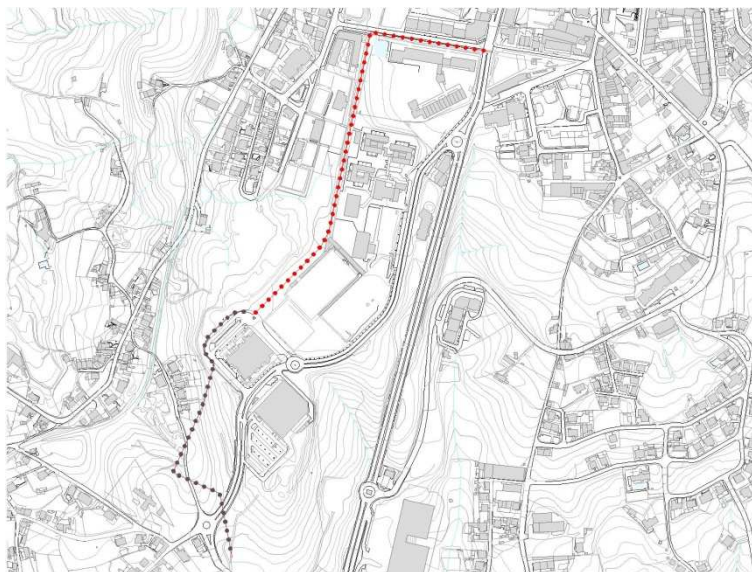
através de sinalização horizontal, de diferenciação do pavimento (cor diferente) ou, em casos de maior fluxo automóvel, através de uma separação física (lancil).

Projectos e acções articulados: Acção 3.1.6., Acção 3.5.5., Acção 3.6.1., Acção 3.6.5., Acção 3.7.1., Projecto 4.2.

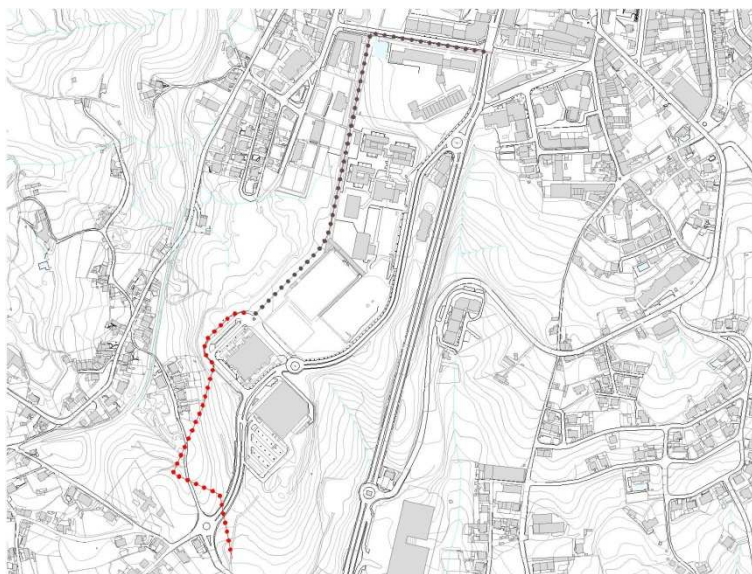
Acção 3.6.3. Rede ciclável – Percurso da Praça da Cidade à zona de equipamentos a sul



Criação de uma ciclovia de ligação do centro tradicional, a partir da Praça da Cidade, à zona de equipamentos escolares e desportivos, a sul da cidade. A ligação será feita através da Rua General Humberto e ao longo do caminho existente de ligação à Praceta da União Desportiva Oliveirense. A sua implantação deverá ser faseada de acordo com a criação do novo Estádio Municipal.



Fase 1 - Articulação com a Praca União Desportiva Oliveirense.



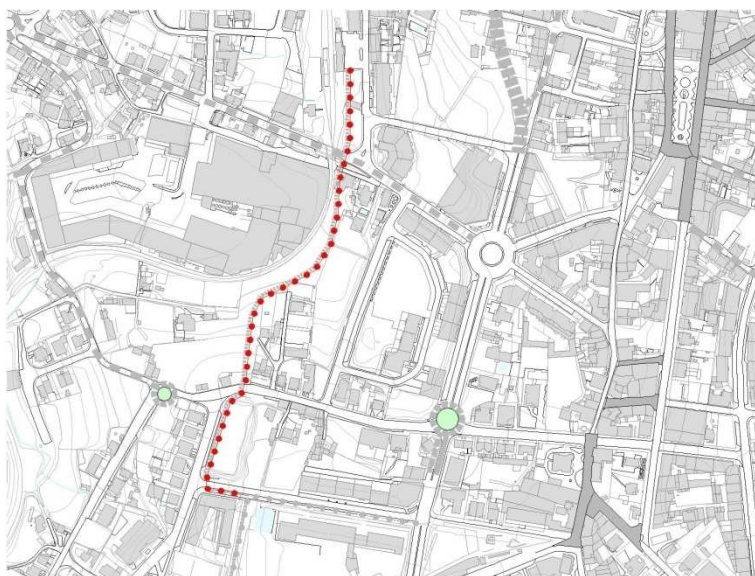
Fase 2 - Articulação da Praca União Desportiva Oliveirense com o novo Estádio Municipal.

A ciclovia deverá ser implantada autonomamente das vias rodoviárias, existindo segregação entre os diversos fluxos (pedonal, automóvel, etc.), e terão de ser minimizadas as intersecções e cruzamentos com o automóvel. Esta ciclovia deverá ser bi-direccional e possuir largura mínima de 2 metros.

Associada à ciclovia será importante implementar mobiliário urbano de apoio (iluminação e zonas de estacionamento para bicicletas, entre outros).

Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Acção 3.5.1., Acção 3.5.3., Acção 3.6.4., Acção 3.6.7., Acção 4.3.5, Acção 4.3.7., Projecto 4.5.

Acção 3.6.4. Rede ciclável – Percurso da zona de equipamentos a sul à estação ferroviária



Criação de uma ciclovia de ligação da Estação Ferroviária à Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, articulando a zona de equipamentos a sul da cidade. A ligação à Rua da Imprensa Oliveirense, a partir da Rua Professor Doutor Ferreira da Silva, deverá ser implantada autonomamente das vias rodoviárias, promovendo a segregação entre os diversos fluxos (pedonal, automóvel, etc.), e terão ser minimizadas as intersecções e cruzamentos com o automóvel. Esta ciclovia deverá ser bi-direccional e possuir largura mínima de 2 metros.

Associada à ciclovia será importante implementar mobiliário urbano de apoio (iluminação e zonas de estacionamento para bicicletas, entre outros).

Projectos e acções articulados: Acção 3.5.3., Acção 3.6.3., Acção 3.7.1., Acção 4.3.5., Acção 4.3.7., Projecto 4.4., Projecto 4.5.

Acção 3.6.5. Rede ciclável – Percurso do Parque de La Salette ao parque urbano nascente

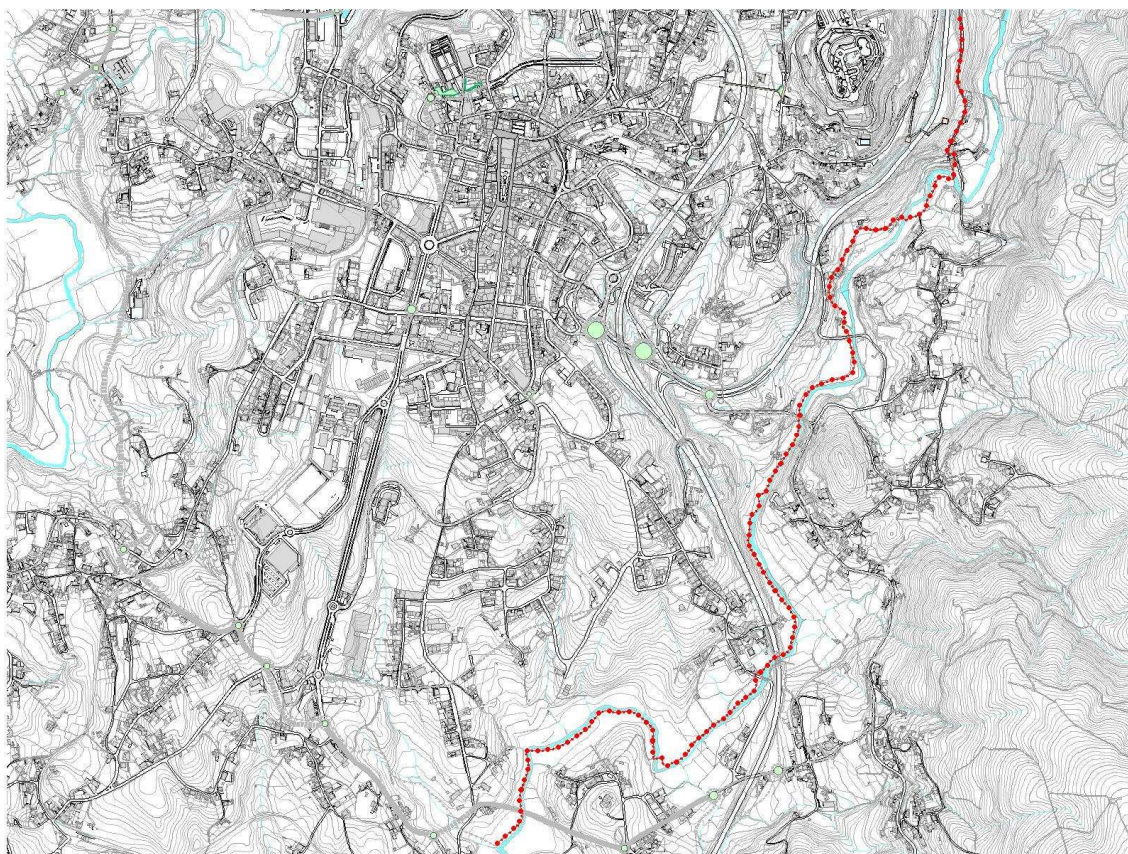


Criação de uma ciclovia de ligação entre o Parque de La Salette e o parque urbano nascente. A ligação será feita através da Rua Sampaio Maia, EN224 e caminho do Paço Velho. A ciclovia deverá ser implantada autonomamente das vias rodoviárias, favorecendo a segregação entre os diversos fluxos (pedonal, automóvel, etc.), e terão de ser minimizadas as intersecções e cruzamentos com o automóvel. Esta ciclovia deverá ser bi-direccional e possuir largura mínima de 2 metros.

Associada à ciclovia será importante implementar mobiliário urbano de apoio (iluminação e zonas de estacionamento para bicicletas, entre outros).

Projectos e acções articulados: Acção 3.5.5., Acção 3.6.1., Acção 3.6.2., Acção 3.6.6., Acção 3.7.4., Acção 4.1.1., Projecto 4.2.

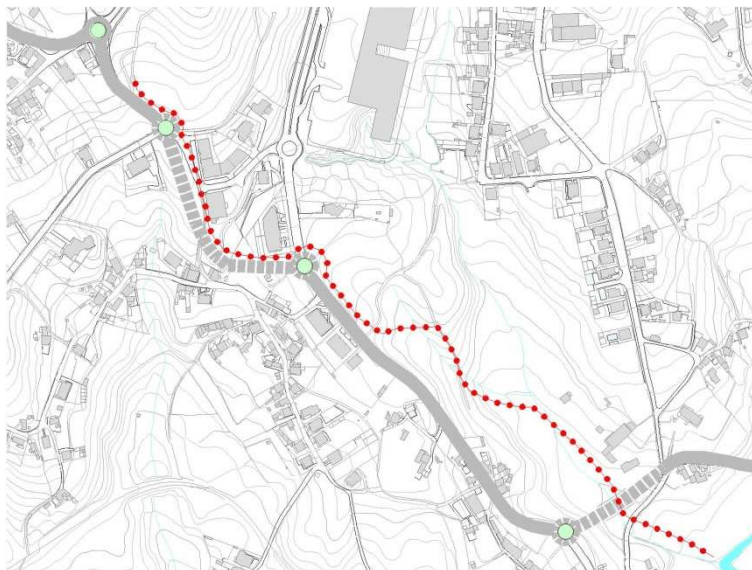
Acção 3.6.6. Rede ciclável – Parque urbano nascente



Criação de uma ciclovia pista ao longo do parque urbano nascente, paralela à linha de água. A sua implementação deverá ser faseada de acordo com a requalificação das margens do rio Antuã e o crescimento do parque urbano nascente. Esta ciclovia constituirá um corredor, associado a um percurso pedonal, vocacionado essencialmente para o lazer e deverá explorar a proximidade do rio Antuã. O espaço canal integra uma ciclovia (bi-direccional) e espaços para a circulação pedonal, coexistindo o fluxo de peões e o de bicicletas. Este canal deverá possuir pelo menos 3 metros de largura e conter mobiliário urbano adequado ao seu usufruto, como é o caso de locais para o estacionamento das bicicletas, iluminação pública, papeleiras, entre outros. Poderão também ser implementados equipamentos recreativos, como por exemplo circuitos de manutenção.

Projectos e acções articulados: Acção 3.5.5., Acção 3.6.5., Acção 3.6.7., Acção 3.7.4., Acção 4.1.1., Acção 4.1.2.

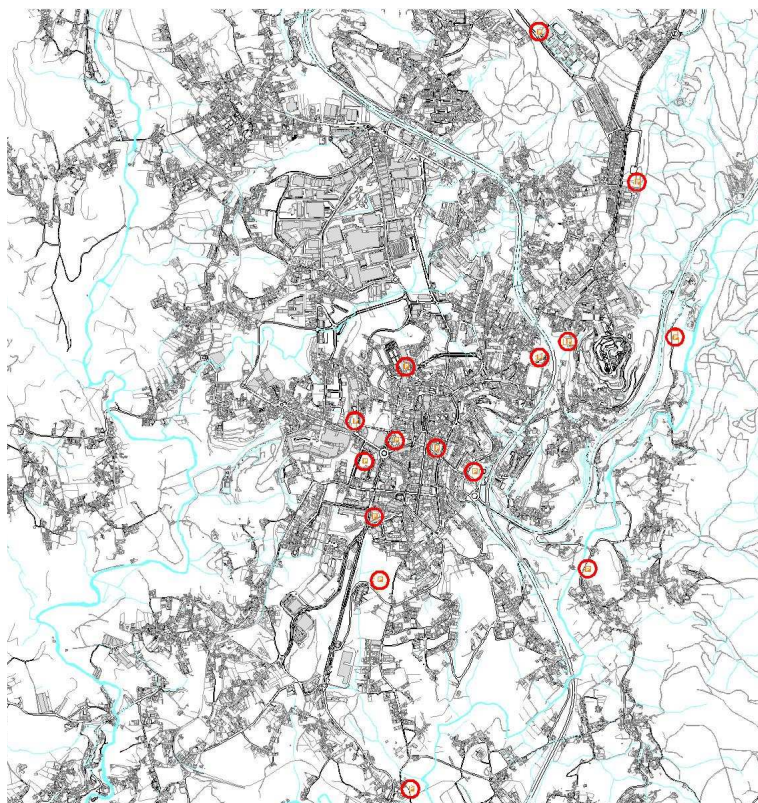
Acção 3.6.7. Rede ciclável – Percurso do parque urbano nascente à zona de equipamentos a sul



Criação de uma ciclovia de ligação entre o parque urbano nascente e a zona de equipamentos a sul, integrando o novo Estádio Municipal. Esta ligação deverá ainda contemplar a articulação com o novo hospital e com o parque de campismo (caso se estabeleça a sul da cidade). O espaço canal deverá integrar uma ciclovia (bi-direccional) e espaços para a circulação pedonal, existindo coexistência entre o fluxo de peões e de bicicletas. Este canal deverá possuir pelo menos 3 metros de largura, e conter mobiliário urbano adequado, como é o caso de locais para o estacionamento das bicicletas, iluminação pública, papelarias, entre outros. Associado a este canal poderá também ser implementado equipamento recreativo, como por exemplo circuitos de manutenção.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.3., Projecto 2.4., Acção 3.1.3., Acção 3.5.3., Acção 3.6.3., Acção 3.6.6., Acção 4.3.7., Acção 4.1.1., Acção 4.1.2.

Projecto 3.7. Criar uma rede de parques de estacionamento



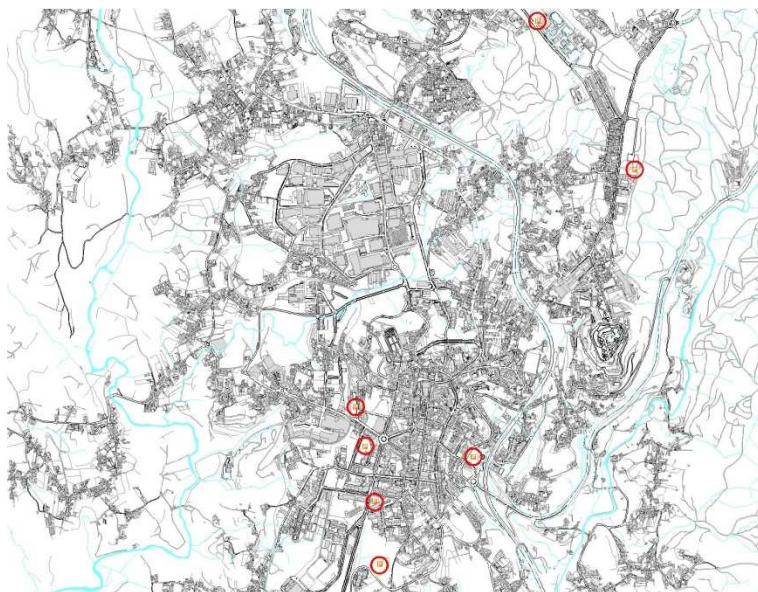
Descrição:

Aumentar a cobertura de estacionamento na cidade de Oliveira de Azeméis, através da criação de bolsas de estacionamento e de parques de estacionamento públicos (pagos e não pagos) junto aos principais equipamentos públicos, ao núcleo tradicional e à área industrial. Deverão ser ainda criadas bolsas/parques de estacionamento de apoio ao Parque de La Sallette e ao novo parque verde proposto, tanto para veículos ligeiros, como para pesados (autocarro).

O dimensionamento da oferta de estacionamento deverá ser alvo de uma reflexão ponderada, na medida em que, por um lado, o seu crescimento incentiva as deslocações em transporte individual, aumentando o congestionamento da rede viária, mas, por outro lado, a ausência de estacionamento poderá desincentivar as deslocações. Acresce ainda ter presente que a proximidade e facilidade de estacionamento frequentemente se afirma como um factor decisivo na escolha do local de habitação, pelo que é importante garantir oferta de estacionamento dedicado aos residentes.

Objectivos específicos:

- Criar alternativas de estacionamento no núcleo tradicional, aumentando a sua atractividade, ao nível do comércio, serviços e habitação;
- Eliminar o estacionamento desordenado e irregular existente e diminuir o impacto negativo do estacionamento automóvel no espaço público.

Acções:**Acção 3.7.1. Parque de estacionamento – Equipamentos públicos**

Criar bolsas de estacionamento, em complemento aos parques existentes na Praça da Cidade e na Rua Abílio Correia Oliveira Campos, junto dos equipamentos escolares, sociais, de segurança e de saúde da cidade (zona norte e Lações), tendo em conta que, actualmente, apenas existem alguns lugares na via pública, sendo o estacionamento, na maioria das situações, difícil e desregrado. Estas bolsas têm uma ocupação essencialmente diurna e poderão ser aproveitados pelos residentes durante os períodos nocturnos.

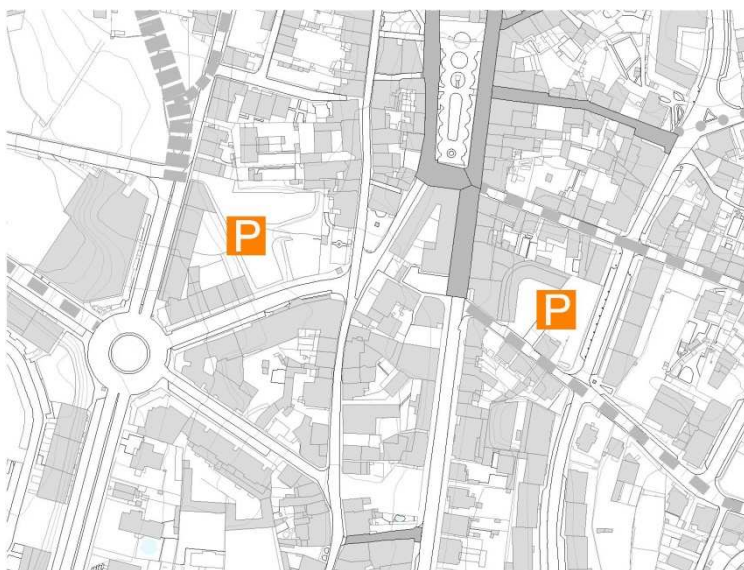
Devem também ser criados parques de estacionamento de apoio aos interfaces de transporte, nomeadamente junto à estação de caminho-de-ferro e ao novo centro coordenador de transportes. O projecto conjunto proposto para o mercado e centro coordenador de transportes tem de incorporar um parque de estacionamento de apoio. Deverá também ser considerado uma

bolsa de estacionamento junto ao nó do IC2 na entrada nascente da cidade, de modo a apoiar os equipamentos existentes na Feira dos Onze.

A tarificação destes parques de estacionamento deve ser gratuita para feirantes (no caso do parque do mercado) e para os utilizadores dos transportes colectivos (integração tarifária), de modo a incentivar a sua utilização e a intermodalidade.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.2., Acção 3.4.1., Acção 3.5.3., Acção 3.6.2., Acção 3.6.4., Acção 4.3.5., Projecto 4.4.

Acção 3.7.2. Parque de estacionamento – Centro tradicional



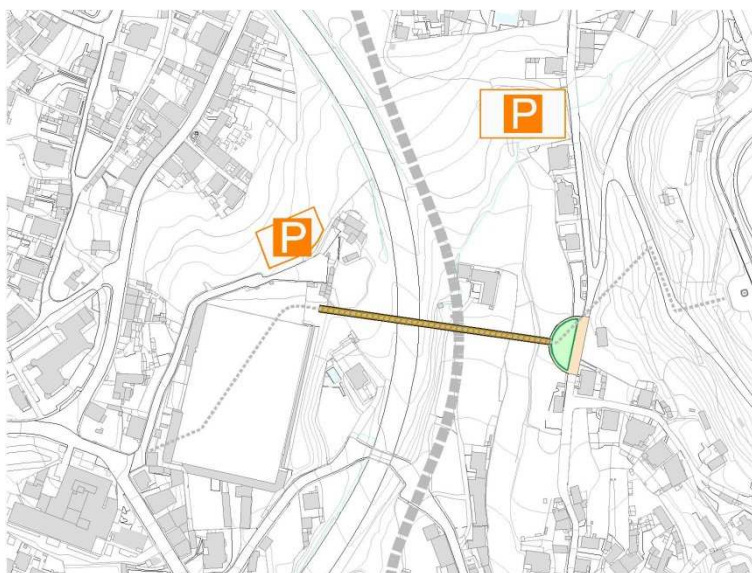
Criar um parque de estacionamento no local onde actualmente se situa a central de camionagem do operador privado (TRANSDEV), pela deslocalização para o Centro de Coordenador de Transportes, tendo como público-alvo a população residente no núcleo central e a população flutuante que se desloca aos serviços e comércio do centro tradicional durante o período diurno (trabalhadores e visitantes). Este parque de estacionamento será complementado pelo estacionamento associado ao empreendimento a implementar no local actualmente ocupado pelo parque de estacionamento da Câmara Municipal.

Ambos os parques de estacionamento, associados à construção de edificação, deverão implantar-se em cave e ser considerados na elaboração dos projectos de arquitectura dos empreendimentos a construir.

A tarifação dos parques de estacionamento deve ser inferior à praticada na via pública⁴⁸, de modo a privilegiar o estacionamento nos parques.

Projectos e acções articulados: Acção 2.2.2., Projecto 2.7., Acção 3.4.2., Acção 3.5.2., Acção 4.3.2., Acção 4.3.4.

Acção 3.7.3. Parque de estacionamento – Parque de La Sallette

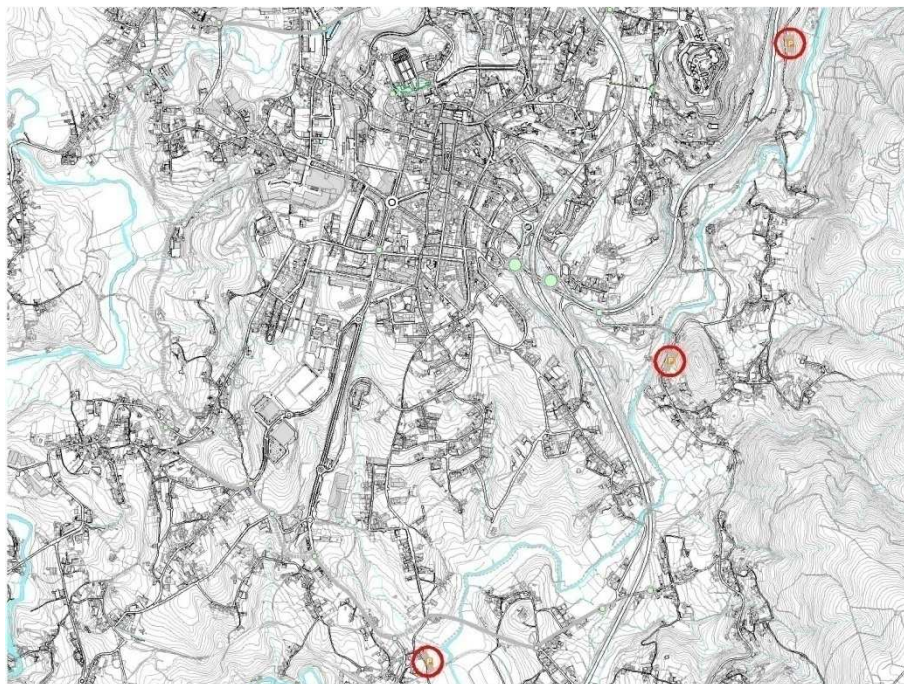


Criar bolsas ou parques de estacionamento de apoio ao Parque de La Sallette, para veículos ligeiros e pesados (autocarro). Este estacionamento deverá ser projectado tendo em vista a minimização do impacte paisagístico e a sua fácil acessibilidade às principais vias de acesso.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Projecto 2.8., Acção 3.4.1., Acção 3.5.4., Acção 3.6.2., Acção 4.3.6., Projecto 4.2.

⁴⁸ Pode implicar a subida das tarifas actuais, ou a redução do limite de tempo das tarifas, de modo a desincentivar a utilização de longa duração.

Acção 3.7.4. Parque de estacionamento – Parque urbano nascente

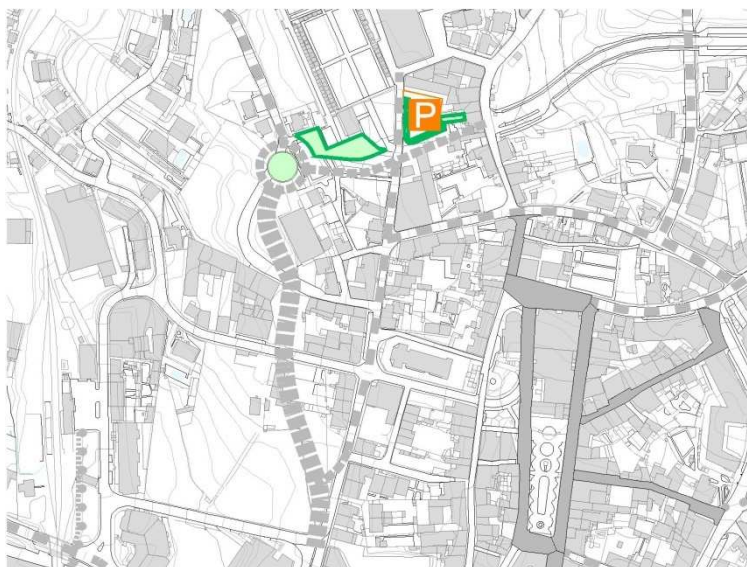


Criar bolsas/parques de estacionamento de apoio ao novo parque verde proposto, para veículos ligeiros e pesados (autocarro). Estas bolsas/parques de estacionamentos deverão ser projectadas tendo em vista a minimização do impacte paisagístico e a sua fácil acessibilidade às principais vias de acesso. A implementação dos estacionamentos do parque urbano nascente deverá ser faseada de acordo com o desenvolvimento dos projectos de requalificação das margens do rio Antuã e o próprio crescimento do parque urbano nascente.

As localizações propostas para as implantações dos parques de estacionamento, pressupõem a cobertura do parque urbano na sua área norte, sul e central, pelo que são admitidas outras localizações dentro destas áreas, desde que se garantam boas acessibilidades e o cumprimento das necessidades de dimensionamento, para um parque urbano com esta extensão.

Projectos e acções articulados: Acção 3.3.1., Acção 3.5.5., Acção 3.6.5., Acção 3.6.6., Acção 4.1.1.

Acção 3.7.5 – Parque de estacionamento – Cemitério municipal



De acordo com o Projecto 1.4.4 para a construção de uma via de ligação entre o Largo Luís de Camões e a Rua António Pinto Carvalho, o parque de estacionamento actual de apoio ao cemitério será desactivado e realocado em terrenos contíguos ao cemitério municipal.

Projectos e acções articulados: Acção 3.4.2., Acção 3.4.4.

Projecto 3.8. Desenvolver o serviço de transportes públicos urbanos

Descrição:

Melhorar a rede de transportes públicos urbanos, que abrange os principais núcleos da cidade de Oliveira de Azeméis, através da criação de novos circuitos e aquisição de mini-autocarros, tendo como objectivo a diminuição dos tempos de percurso e o aumento da frequência do serviço e, naturalmente, o aumento da procura. Consequentemente, deve ser realizado o estudo/projecto de desenvolvimento do serviço de transportes públicos urbanos.

Tendo em vista a optimização da rede de transportes colectivos, importa beneficiar a articulação intermodal e, logicamente, melhorar a eficiência do sistema de transportes, garantindo rapidez e comodidade nas ligações. O serviço de transportes urbano deve englobar o centro coordenador

de transportes (onde será realizada a coordenação dos operadores de transporte) e a estação de caminho-de-ferro, funcionando, assim, como elemento articulador entre o serviço ferroviário e os restantes serviços rodoviários.

Deve ainda ser estudada a extensão do serviço ao parque urbano proposto e ao Parque de La Sallete, sobretudo nos fins-de-semana, mas também nos dias úteis (especialmente no período da tarde).

Objectivos específicos:

- > Desenvolver uma alternativa ao transporte individual, incrementando a utilização do transporte colectivo em detrimento do transporte individual;
- > Melhorar as condições de mobilidade da população jovem e idosa;
- > Articular áreas desconexas da cidade;
- > Promover a intermodalidade entre os diversos serviços de transporte existente.

Projectos e acções articulados: Transversal à maioria das acções ou projectos

Eixo de Intervenção 4

Valorização do espaço público e da estrutura verde

Uma intervenção integrada sobre a cidade terá necessariamente que valorizar e consolidar a estrutura verde urbana, potenciando os recursos naturais e paisagísticos existentes e, simultaneamente, promover a criação de uma rede de espaços públicos de referência. Esta intervenção sobre o espaço público e as áreas verdes deve conferir unidade ao tecido urbano, contribuindo para contrariar as características de organização espacial da cidade difusa observadas em Oliveira de Azeméis.

A par da unificação da cidade, promove-se uma qualificação patrimonial e ambiental, assente na valorização, articulação e multiplicação das áreas públicas de estadia e lazer e na melhoria das condições biofísicas e paisagísticas, potenciando a plena utilização de recursos. Por outro lado, ao criar condições para uma mais rica vivência da cidade, reforça-se a identidade oliveirense.

Estas intervenções sobre o espaço público devem ser planeadas de modo a causar os mínimos constrangimentos possíveis à população e às actividades económicas. Assim, devem ser conduzidas em simultâneo com as intervenções que visam a melhoria da mobilidade e a infra-estruturação.

Este eixo de intervenção agrupa o seguinte conjunto de projectos e acções:

Projecto 4.1. Criar um parque urbano associado ao rio Antuã

Acção 4.1.1. Parque urbano - Rio Antuã, requalificação das margens

Acção 4.1.2. Parque urbano - Parque de campismo

Projecto 4.2. Requalificar e definir uma área de protecção do Parque de La Salette

Projecto 4.3. Criar, requalificar e articular os espaços públicos dispersos

Acção 4.3.1. Espaço público - Jardim público

Acção 4.3.2. Espaço público - Jardim adjacente à Praça da República

Acção 4.3.3. Espaço público - Feira dos Onze

Acção 4.3.4. Espaço público - Jardim no local actualmente ocupado pela central de camionagem

Acção 4.3.5. Espaço público - Corredor verde junto à Lactogal

Acção 4.3.6. Espaço público - Jardim no local actualmente ocupado pelo Estádio Carlos Osório

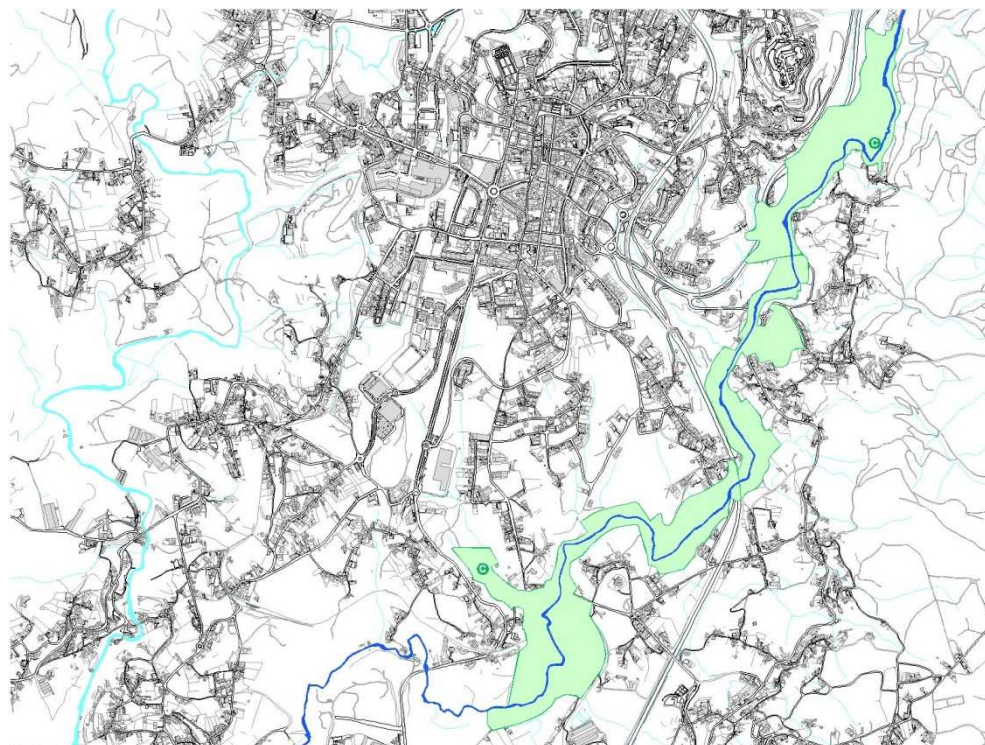
Acção 4.3.7. Espaço público - Verde de enquadramento à zona desportiva

Acção 4.3.8. Espaço público - Usufruto de quintas privadas

Projecto 4.4. Requalificar a envolvente à estação ferroviária

Projecto 4.5. Arborizar as vias

Projecto 4.6. Promover a introdução de sinalética e mobiliário urbano

Projectos:**Projecto 4.1. Criar um parque urbano associado ao rio Antuã****Descrição:**

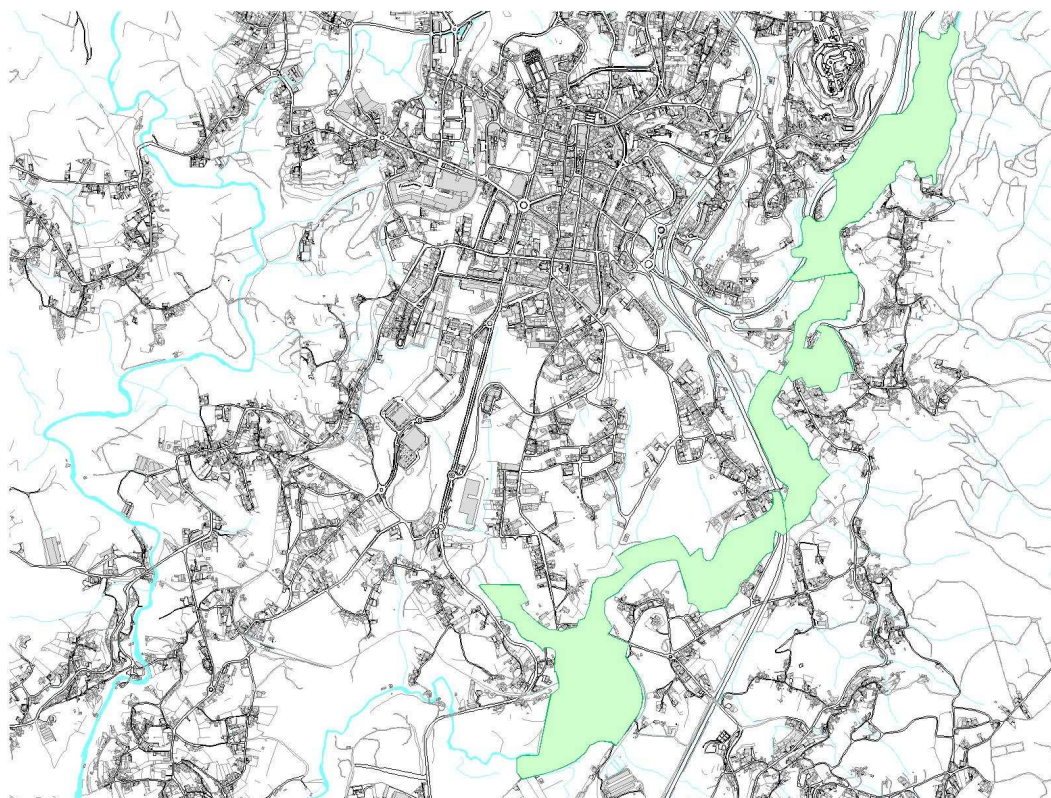
Aproveitando a área de REN ao longo do Rio Antuã, criar um novo parque urbano, articulado com o Parque de La Salette, que complemente a oferta de espaços verdes e limite a expansão da cidade a nascente. O parque deve estar equipado com circuitos de manutenção, espaços desportivos informais, espaços de estadia e lazer, ciclovia, etc. Deve igualmente contribuir para potenciar a utilização de outras áreas com interesse cultural ou de lazer, como o parque molinológico de UI, o Senhor da Ponte e o Caminho de Santiago. Esta articulação, ao garantir um alargamento óbvio dos elementos de interesse oferecidos, permite multiplicar a sua atractividade junto da população.

Objectivos específicos:

- > Criar um parque urbano complementar ao Parque de La Salette;
- > Conter o crescimento da cidade a nascente.

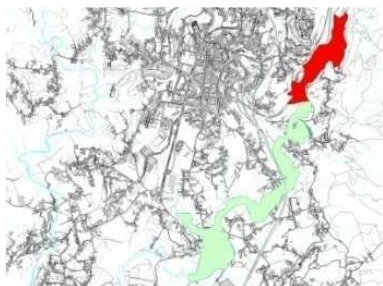
Acções:

Acção 4.1.1. Parque urbano – Rio Antuã, requalificação das margens

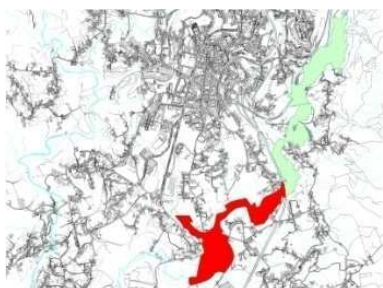


Requalificar as margens do rio Antuã, integrando-as na estrutura verde da cidade e possibilitando o seu usufruto para actividades lúdicas. Este espaço verde, para além de suportar as ciclovias propostas, deverá promover percursos pedonais e zonas de estadia implantadas de modo a "interagir" com o rio Antuã. Deverão ser criados parques de bicicletas e circuitos de manutenção, e instalados, ao longo do parque, pequenas unidades de apoio (pontos de informação, bebedouros, instalações sanitárias) e mobiliário urbano (bancos, papeleiras, sinalética, etc).

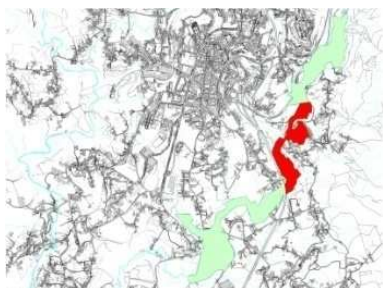
Este projecto, dada a sua dimensão, deverá ser faseado, tendo sido consideradas, como indicativas, três fases de execução:



Fase 1 - Articulação com o Parque de La Salette, limitada a sul pela Rua Augusto Barros, com uma área aproximada de 18,6 hectares.



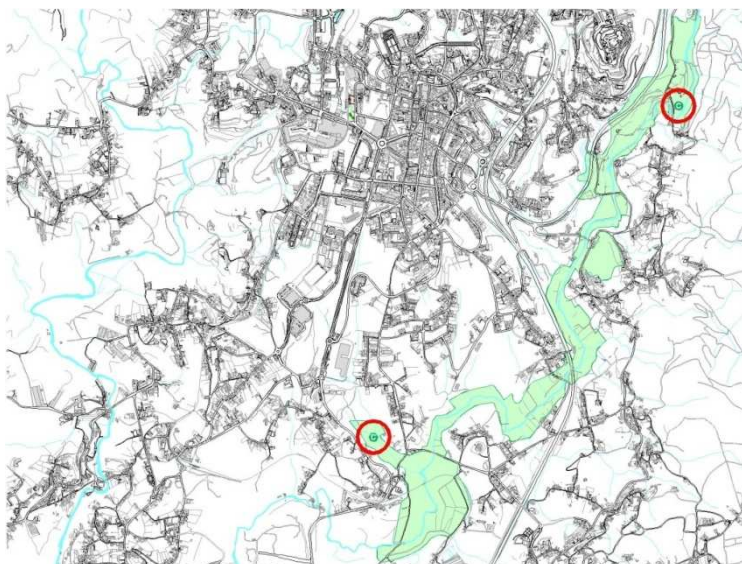
Fase 2 - Articulação com a zona sul (baixa de Silvares), limitada a norte pelo traçado do IC2, com uma área aproximada de 30 hectares.



Fase 3 – Fecho do parque urbano nascente (ligação da fase 1 e 2), com uma área aproximada de 16 hectares.

Projectos e acções articulados: Acção 3.3.1., Acção 3.5.5., Acção 3.6.5., Acção 3.6.6., Acção 3.6.7., Acção 3.7.4., Acção 4.1.2., Projecto 4.2., Projecto 5.2.

Acção 4.1.2. Parque urbano – Parque de campismo



De modo a suprimir as deficiências das actuais instalações, importa relocalizar o parque de campismo, integrando-o no novo parque urbano nascente, o que lhe garante a proximidade a uma linha de água e às redes pedonal e ciclável.

Neste ponto, são apontadas duas hipóteses para a relocalização do parque de campismo.



a) Hipótese de localização a sul:

Localização na área sul do novo parque verde urbano, privilegiando a proximidade à cidade, nomeadamente à área de equipamentos a sul e a transportes públicos. A sua localização próxima da entrada sul da cidade possibilita igualmente uma boa acessibilidade viária.

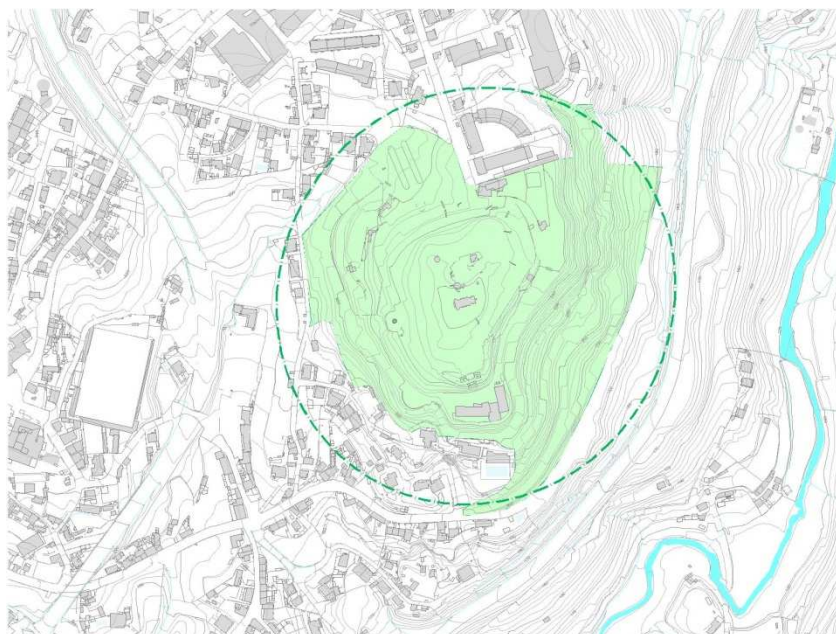


b) Hipótese de localização a norte:

Implantação numa área de planalto, na margem direita do rio Antuã, mantendo-se na proximidade do Parque de La Salette e garantindo a acessibilidade pela EN224.

Projectos e acções articulados: Acção 3.6.6., Acção 3.6.7., Acção 4.1.1., Projecto 4.2., Projecto 5.2.

Projecto 4.2. Requalificar e definir uma área de protecção do Parque de La Salette



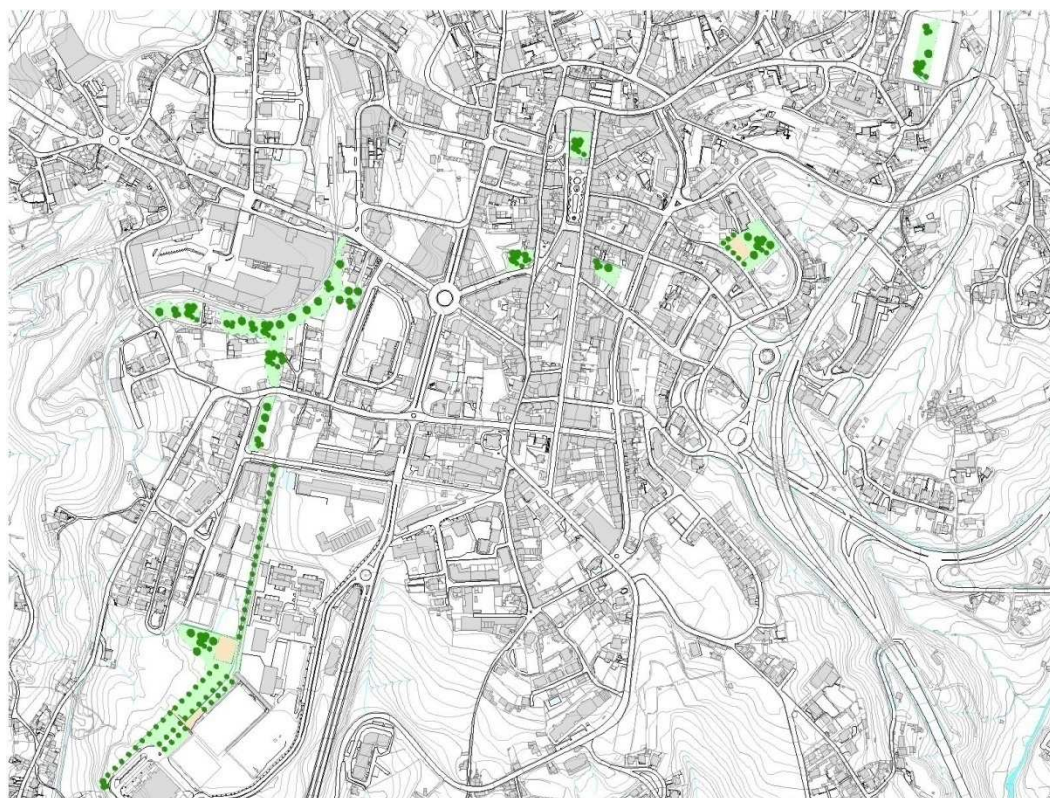
Descrição:

Complementarmente à execução do Projecto de Requalificação do Parque de La Salette e sua envolvente, candidatado a financiamento comunitário, importa definir uma área de protecção a este local que impeça que seja envolvido por construções que possam condicionar ou invalidar projectos futuros de expansão do parque ou de articulação deste com o tecido urbano envolvente.

Objectivos específicos:

- > Requalificar um importante símbolo da cidade, reforçando a identidade oliveirense;
- > Proteger o Parque de La Salette.

Projectos e acções articulados: Acção 3.5.4., Acção 3.5.5., Acção 3.6.1., Acção 3.6.2., Acção 3.6.5., Acção 3.7.3., Projecto 4.1.

Projecto 4.3. Criar, requalificar e articular os espaços públicos dispersos

Descrição:

Formalizar uma rede de espaços públicos na cidade, através do alargamento da oferta de espaços verdes e da valorização dos espaços públicos existentes, ampliando a sua atractividade e contribuindo, deste modo, para fomentar uma maior vivência urbana, consolidar a memória colectiva de Oliveira de Azeméis e promover uma qualificação da imagem de cidade.

A formalização desta rede deve configurar-se também como elemento de articulação urbana, devendo ser associada à rede de mobilidade (designadamente a pedonal e ciclável). Deverá igualmente ser ampliada pelo aproveitamento das áreas verdes, públicas e privadas, quer numa óptica de utilização física, quer numa óptica de mero enquadramento visual da cidade.

Com efeito, o aumento da oferta de espaços públicos deve ter associada a preocupação de criar espaços diversificados, que respondam às necessidades de estadia e lazer dos vários estratos populacionais, isto é, adequado a diferentes utilizações, pelos diferentes grupos etários (espaços radicais, jardins temáticos - poetas, música, Oliveiras, por exemplo).

Objectivos específicos:

- > Qualificar o espaço público, contribuindo para aumentar a sua apropriação pela população e para melhorar a imagem da cidade;
- > Formalizar uma estrutura verde e aumentar a oferta de espaços públicos na cidade;
- > Diversificar as características dos espaços verdes e/ou públicos e criar, através da sua associação a diversas funções, condições para potenciar a sua utilização.

Acções:

Acção 4.3.1. Espaço público – Jardim público



Requalificar a Praça José da Costa (Jardim Público), como elemento simbólico na memória colectiva de Oliveira de Azeméis. Esta requalificação deve contemplar o seu prolongamento, possibilitado pela deslocalização do Mercado Municipal, sob o Salão Nobre, através da arcada, até ao novo equipamento a instalar no topo norte do mercado. Este espaço deverá ter um carácter associado às actividades a desenvolver no novo equipamento.

Projectos e acções articulados: Acção 2.2.1., Projecto 2.5, Acção 3.5.2.

Acção 4.3.2. Espaço público – Jardim adjacente à Praça da República



Criar uma nova praça associada ao empreendimento a desenvolver no quarteirão adjacente à Praça da República (espaço actualmente ocupado pelo parque de estacionamento da Câmara Municipal), que com esta articule, através do espaço verde já existente sobranceiro a esta praça. Esta área verde mais antiga deve ser mantida, requalificada e complementada com nova área verde directamente associada ao novo empreendimento. Pode estar associada a uma frente de comércio e serviços localizada nos pisos térreos, devendo constituir uma nova zona de descompressão no tecido urbano tradicional.

Este espaço deverá articular-se também com a Avenida Ernesto Pinto Basto, garantindo uma passagem pedonal interior alternativa entre esta via e a Praça da República.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.7., Acção 3.7.2., Projecto 6.3.

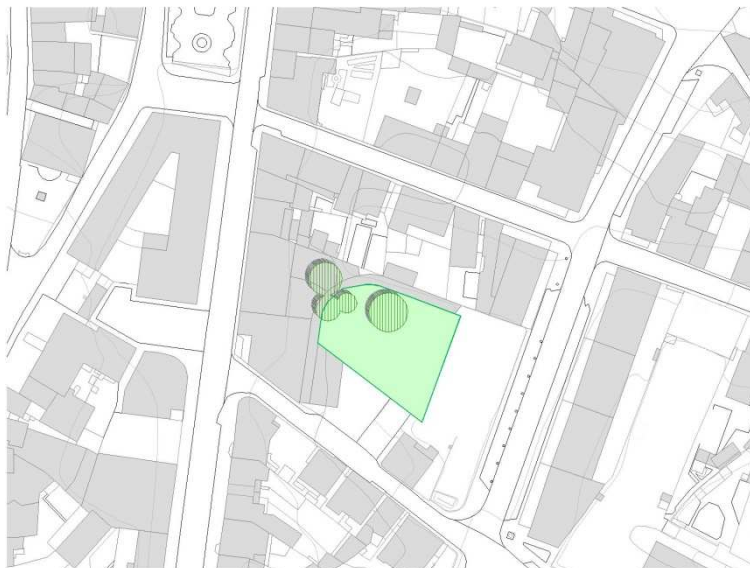
Acção 4.3.3. Espaço público – Feira dos Onze



Requalificar o espaço público conhecido por Feira dos Onze, de modo a articular os diferentes equipamentos contíguos. Deverão ser beneficiados os acessos ao jardim e criados novos pontos de ligação com a envolvente de modo a promover a sua permeabilidade. A estrutura arbórea mais antiga deverá ser mantida e complementada com nova área verde de enquadramento. Deverão ser criados espaços de estadia e de circulação, para além da recuperação do campo de jogos existente. Todo o espaço deverá ser equipado com mobiliário urbano.

Projectos e acções articulados: Acção 3.6.1.

Acção 4.3.4. Espaço público – Jardim no local actualmente ocupado pela central de camionagem

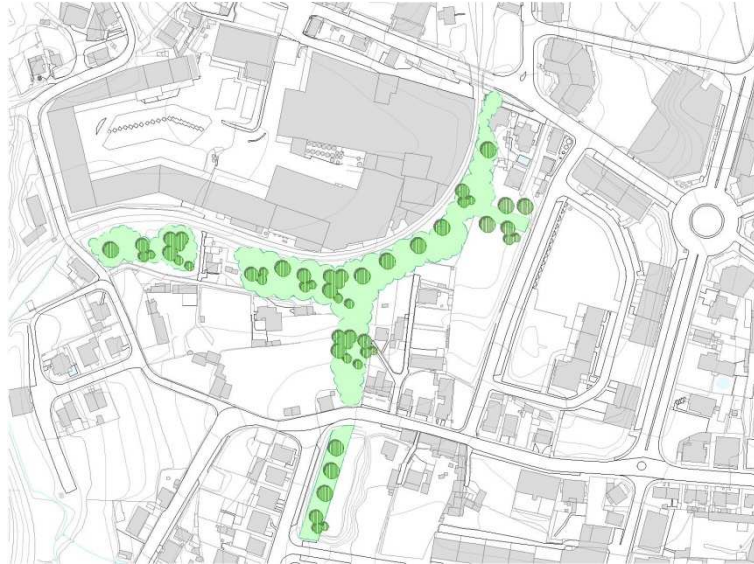


Criar largo ou zona verde associada ao empreendimento a desenvolver no local deixado vago pela central de camionagem do operador privado (TRANSDEV), na sua deslocalização para o Centro de Coordenador de Transportes, constituindo-se como mais um espaço de descompressão, desta vez com uma vocação mais circunscrita às suas imediações.

Deve ser garantida a passagem pedonal entre a Avenida Dr. António José de Almeida e a Rua 16 de Maio, atravessando este espaço verde.

Projectos e acções articulados: Acção 2.2.2, Acção 3.4.2., Acção 3.5.2., Acção 3.7.2., Projecto 6.3.

Acção 4.3.5. Espaço público – Corredor verde junto à Lactogal



Criar uma zona verde junto à Lactogal, que articule a Estação Ferroviária com a zona de equipamentos a sul (biblioteca), contribuindo também para minorar o impacto da estrutura industrial no centro tradicional.

Projectos e acções articulados: Acção 3.4.1., Acção 3.4.2., Acção 3.5.3., Acção 3.6.3., Acção 3.6.4., Acção 3.7.1., Acção 4.3.7., Projecto 4.4.

Acção 4.3.6. Espaço público – Jardim no local actualmente ocupado pelo Estádio Carlos Osório



Com a criação do Estádio Municipal, e caso seja intenção do União Desportiva Oliveirense a utilização deste novo equipamento como principal palco desportivo do clube, o Estádio Carlos Osório deverá ser reconvertido em espaço urbano de utilização colectiva e em solo edificável, permitindo uma nova integração na vivência da cidade.

Deste modo, aproveitando a deslocalização do União Desportiva Oliveirense para o Estádio Municipal, deverá desenvolver-se um empreendimento habitacional que contenha um jardim/praza que, associada a uma passagem sobre o IC2, represente uma porta de entrada do Parque da La Salette e permita integrar este espaço verde no núcleo tradicional.

Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Projecto 2.8., Acção 3.4.1., Acção 3.5.4., Acção 3.7.3., Projecto 6.3.

Acção 4.3.7. Espaço público – Verde de enquadramento à zona desportiva



Criar uma zona verde de enquadramento à zona desportiva, permitindo articular todos os equipamentos existentes e previstos. Esta zona verde deverá contemplar um parque radical (devidamente equipado), instalações sanitárias de apoio e mobiliário urbano.

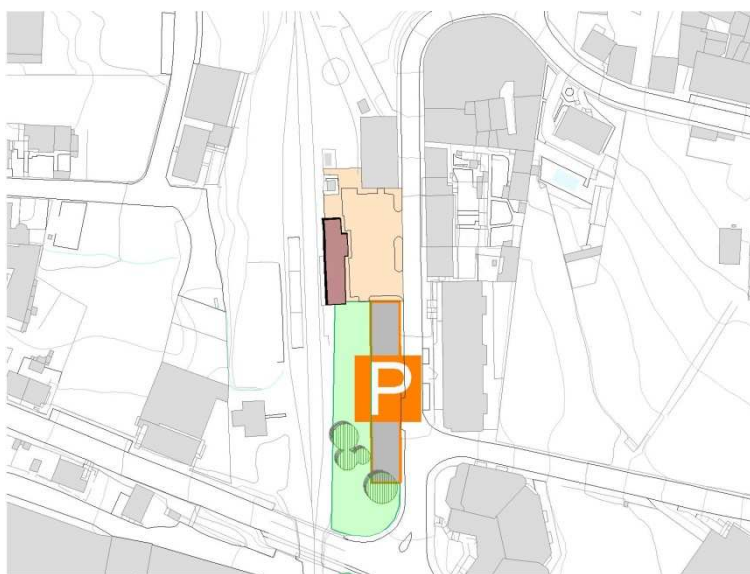
Projectos e acções articulados: Projecto 2.4., Acção 3.5.3., Acção 3.6.3., Acção 3.6.4., Acção 3.6.7., Acção 4.3.5.

Acção 4.3.8. Espaço público – Usufruto de quintas privadas

O aproveitamento das quintas existentes dentro da cidade, medida que não tem, necessariamente, de passar pela transformação dessas quintas em propriedade pública, pode permitir o aumento do espaço de lazer disponível. O município deve avaliar a possibilidade de desenvolvimento de modelos de gestão, eventualmente envolvendo parcerias público-privadas, que podem ter conteúdos diversos, e que possibilitem o usufruto, físico ou meramente visual, destes espaços pela população. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pode, por exemplo, garantir o arranjo e manutenção dos espaços verdes, tendo como contrapartida a autorização para uma adequada utilização pública.

Projectos e acções articulados: Projecto 3.5., Projecto 3.6., restantes acções do Projecto 4.3., Projecto 6.3.

Projecto 4.4. Requalificar a envolvente à estação ferroviária



Descrição:

Requalificar a envolvente à estação ferroviária, tendo por objectivos: a valorização do próprio edifício, melhorando as condições de acolhimento da população utilizadora deste meio de transporte; a articulação deste largo com a rede de mobilidade pedonal e ciclável, designadamente, com o centro tradicional, a zona de equipamentos a sul e o novo centro coordenador de transportes.

A intervenção no largo deve dotar este espaço de zonas para a paragem de transportes rodoviários individuais e de uma praça de táxis.

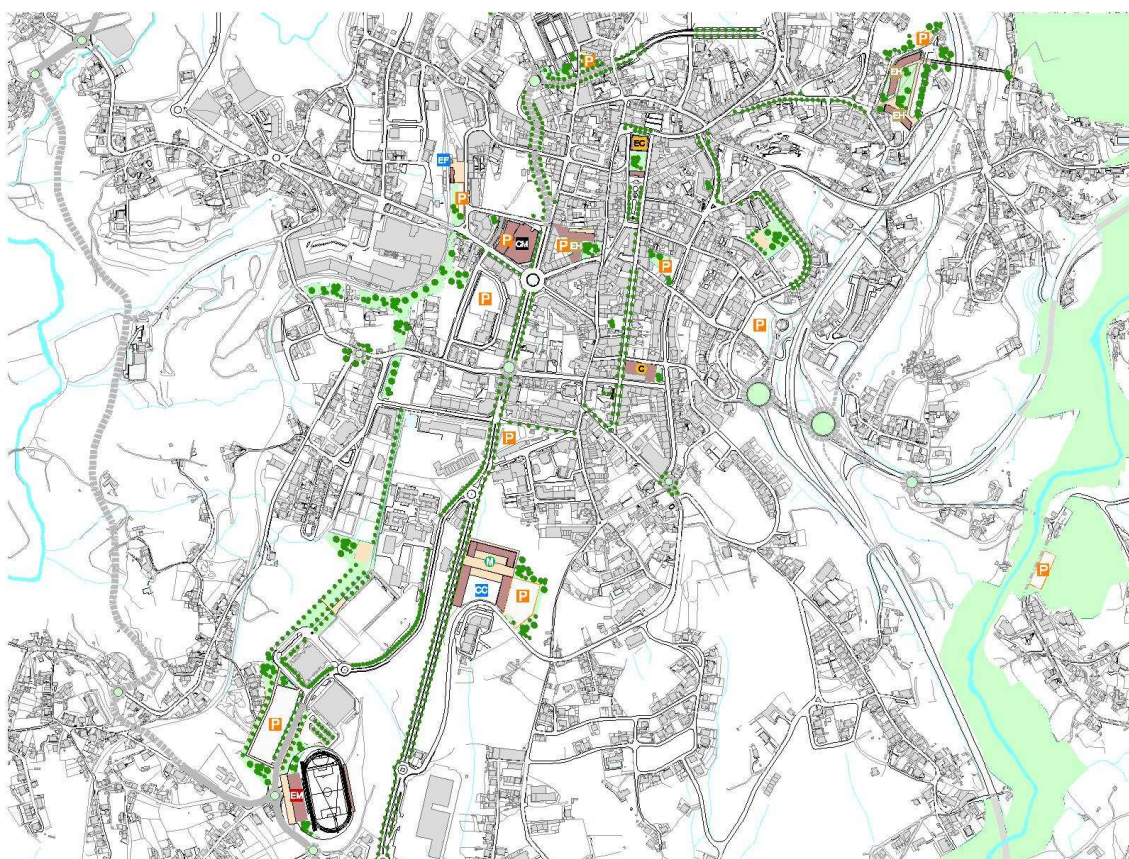
Objectivos específicos:

- > Valorizar o edifício da estação ferroviária e requalificar o largo onde está implantado como elemento urbano da memória colectiva de Oliveira de Azeméis;

- > Melhorar a articulação da estação com o Centro Tradicional e o novo Centro Coordenador de Transportes.

Projectos e acções articulados: Acção 3.4.1., Acção 3.5.3., Acção 3.6.4., Acção 3.7.1., Acção 4.3.5.

Projecto 4.5. Arborizar as vias



Descrição:

Fomentar a arborização do perímetro urbano como princípio a aplicar nas futuras intervenções, contribuindo para a hierarquização das vias e melhorando a imagem e vivência da cidade. Esta acção deve ser desenvolvida em simultâneo com o reperfilamento de vias, expressa na execução das acções previstas para melhorar/beneficiar a rede viária do núcleo urbano central e nas

acções para criar uma rede pedonal e ciclável coesa e contínua, contribuindo para o aumento do número de vias arborizadas da cidade.

Objectivos específicos:

- > Melhorar a imagem e vivência da cidade;
- > Contribuir para a hierarquização das vias.

Projectos e acções articulados: Projecto 3.4., Projecto 3.5., Projecto 3.6.

Projecto 4.6. Promover a introdução de sinalética e mobiliário urbano

Descrição:

Instalar mobiliário urbano, incluindo elementos de iluminação pública, que, em cada local, adopte uma linguagem coerente com a estrutura urbana de Oliveira de Azeméis e promova uma renovação da imagem da cidade, contribuindo para uma clarificação e valorização do espaço público e criando condições para uma maior utilização pela população.

Nesta fase, esta acção será traduzida num projecto que proceda ao diagnóstico das necessidades e tipologias, tanto do mobiliário, como da sinalética da cidade e, conseqüentemente, defina as zonas e artérias urbanas a intervir ou reformular. A intervenção deve conceder alguma unidade ao espaço público de toda a cidade e responder às necessidades de informação, tanto do peão, como do automóvel. A imagem e conceito deverão ser conciliados com o estudo de marketing territorial.

Objectivos específicos:

- > Contribuir para a hierarquização das vias;
- > Melhoria da imagem da cidade.

Projectos e acções articulados: Transversal à maioria dos projectos (eixo 1, 2 e 4)

Eixo de Intervenção 5

Requalificação ambiental

Num contexto em que os níveis de exigência e de regulação em matéria ambiental são cada vez maiores, emergem como uma necessidade premente as medidas de actuação neste domínio, quer aquelas de natureza física e material, quer complementares, mas não menos importantes como, por exemplo, as relativas à sensibilização da população.

Qualquer estratégia de intervenção do território deve, pois, contemplar uma abordagem assente num desenvolvimento sustentável, que promova a racionalização na gestão dos recursos e a reabilitação da paisagem, procurando novos usos e funções para os espaços urbanos construídos e não construídos e conferindo ao sistema ecológico urbano um papel preponderante no ordenamento do território na estruturação e qualificação do território.

A urbanização extensiva, como a observada em Oliveira de Azeméis, traduz-se numa apropriação activa de solo e de recursos, acrescentando os riscos de ocorrência de desequilíbrios e problemas ecológicos, como a degradação de sistemas aquíferos ou a poluição das linhas de água. Por outro lado, acarreta custos acrescidos de infra-estruturação, que frequentemente resultam em taxas de cobertura menos positivas do que o desejável, com consequências graves ao nível do desenvolvimento económico e qualidade de vida das populações.

Tendo já sido dados importantes passos pelo município em matéria, é, todavia, inadiável a adopção urgente de outras medidas que ofereçam uma resposta eficaz e urgente a alguns problemas no domínio ambiental ainda evidentes. Salienta-se, neste aspecto, a intervenção correspondente aos seguintes projectos:

Projecto 5.1. Concluir a rede de saneamento básico em baixa e em alta

Projecto 5.2. Requalificar ambientalmente as linhas de água

Projectos:**Projecto 5.1 Concluir a rede de saneamento básico em baixa e em alta****Descrição:**

Reforçar a rede de saneamento básico, de modo a atingir níveis de atendimento elevados (nomeadamente pelo menos 95% ao nível do abastecimento de água e pelo menos 90% ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais⁴⁹) através da conclusão e expansão dos sistemas em “alta” e continuação da infra-estruturação da vertente em “baixa”.

O aumento da cobertura do sistema de abastecimento de água pode passar pela construção e ampliação de adutoras, construção, ampliação e remodelação das redes de abastecimento e construção, ampliação e remodelação de reservatórios. A rede de drenagem de águas residuais deve ser ampliada ou remodelada, sendo necessária: a construção de dois emissários, dois interceptores, uma estação elevatória, uma ETAR compacta e uma ETAR (estas infra-estruturas estão previstas nos estudos referidos e descritos no PU em elaboração⁵⁰).

Esta acção deverá ser planeada e conduzida em simultâneo com as restantes intervenções sobre a rede viária e sobre o espaço público, envolvendo de forma concertada as várias entidades responsáveis pelas diferentes infra-estruturas, minimizando, deste modo, os custos de execução e os incómodos para a população e actividades instaladas decorrentes das obras necessárias à sua implementação.

Objectivos específicos:

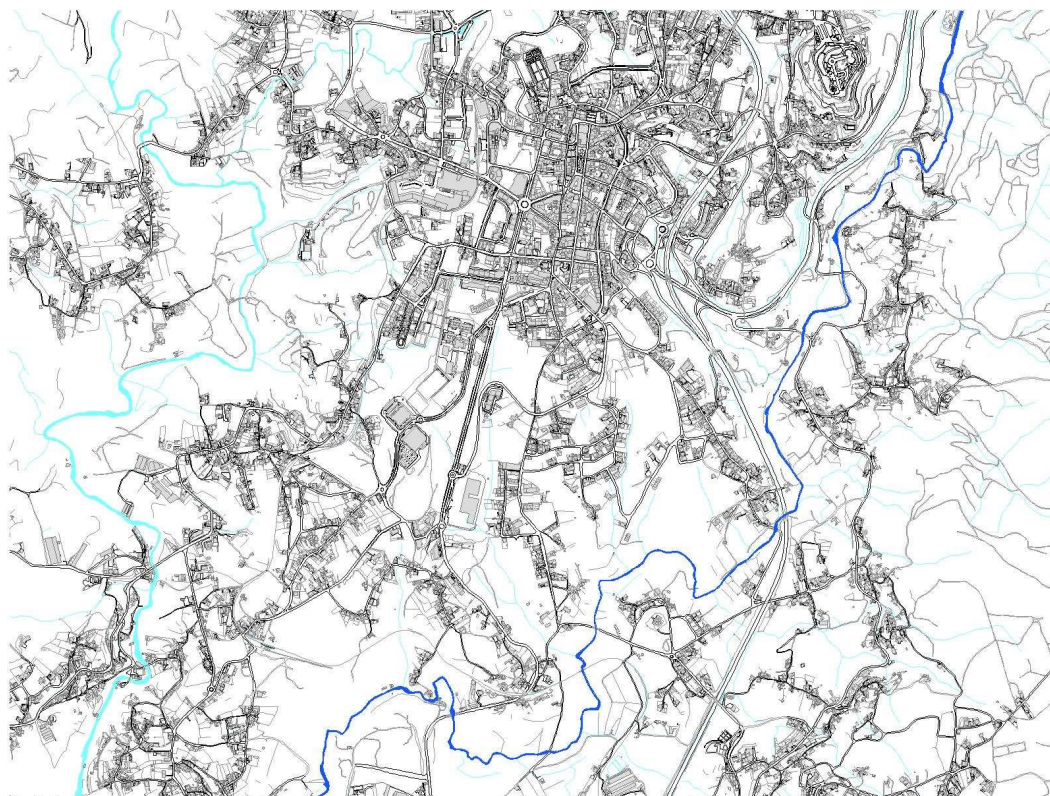
- > Dotar o município de uma cobertura de saneamento doméstico e industrial total;
- > Melhorar as condições de acolhimento das empresas e a qualidade de vida da população;
- > Diminuir os focos de poluição existentes.

⁴⁹ Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais - PEASAR 2007-2013

⁵⁰ Estudo Prévio do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro – 3ª Fase (Julho de 2002) e na Análise Técnico-Económica da Solução construtiva mais vantajosa da Ligação de Oliveira de Azeméis ao Sistema Multimunicipal (Novembro de 2006).

Projectos e acções articulados: Projecto 3.1, transversal à maioria dos restantes projectos

Projecto 5.2. Requalificar ambientalmente as linhas de água



Descrição:

Importa identificar os focos de poluição existente, tendo em vista a sua eliminação, redução e controle, de modo a melhorar a qualidade da água e conseqüentemente preservar e valorizar os rios.

Deste modo, torna-se necessário a cooperação com os municípios vizinhos, na definição das medidas a adoptar, uma vez que as linhas de água já chegam ao município com problemas de poluição.

Estas medidas devem ser acompanhadas por um forte investimento em infra-estruturação básica (doméstica e industrial) e, posteriormente, por medidas de fiscalização no cumprimento das normas de natureza ambiental.

A despoluição do rio Antuã é o primeiro passo necessário à constituição do parque urbano nascente.

Objectivos específicos:

- > Requalificar e valorizar os recursos hídricos superficiais existentes;
- > Recuperar e proteger áreas naturais com importância paisagística;
- > Preservar os ecossistemas existentes.

Projectos e acções articulados: Acção 4.1.1., Acção 4.1.2.

Eixo de Intervenção 6

Administração, cooperação territorial e promoção da cidade

O sucesso de implementação de uma estratégia de desenvolvimento para um território depende não só da qualidade das propostas definidas e dos recursos existentes para as executar, mas também dos mecanismos e formas utilizados na condução de todo o processo. Cabe, assim, ao Município, promover lógicas eficientes de gestão e regulamentação, implementando um quadro de condições contratuais e institucionais que atribuam capacidade operativa e visibilidade à estratégia e acções pretendidas. Por outras palavras, assegurar a implementação de um planeamento urbano eficaz, sustentado em formas agilizadas de administração.

Assim, o modelo de gestão deverá fomentar a mobilização, articulação e concertação entre os agentes públicos (entidades de várias tutelas, de âmbito regional e nacional) e privados envolvidos, contemplando uma abordagem participativa e de cooperação. De facto, a cada vez maior complexidade do território e das actividades e a imensa densidade de interesses implicam uma capacidade forte de negociação e geração de consensos por parte do Estado - neste caso particular, da autarquia. A sua intervenção, com base em funções hegemónicas, tem vindo a alterar-se, defendendo-se cada vez mais a existência de processos integrados de governância, que impliquem um papel pró-activo na mobilização dos demais actores. Actualmente, afigura-se

como essencial evitar uma estratégia de planeamento que exclua a articulação entre os diferentes intervenientes no território, não favoreça parcerias e não crie complementaridades estratégicas.

Esta abordagem integrada entre os vários actores locais surge a par de uma igual necessidade de integração territorial que contemple as dinâmicas que proliferam na envolvente. As orientações e medidas de políticas estruturais reforçam a importância das parcerias na racionalização dos recursos locais e, com efeito, a cooperação territorial entre Oliveira de Azeméis e os demais municípios do eixo urbano formado com São João da Madeira e Santa Maria da Feira deve ser impulsionada, por uma intervenção conjunta nas estruturas e serviços que ligam, atravessam, aproximam ou complementam estes três territórios.

Nesta cidade alargada e composta por múltiplos actores, importa pensar, claro está, nas pessoas, como intervenientes-chave no desenvolvimento do território, mas também como principais usufruidores dos espaços. Neste sentido, o planeamento deve conseguir dar resposta às aspirações dos diversos grupos sociais, que procuram encontrar na cidade espaços adequados à sua expressão própria e de relacionamento.

Por fim, tendo presente a visão e objectivos para a cidade e o conjunto de medidas e propostas de acção apresentados surge, como incontornável, o papel da comunicação e divulgação de tais iniciativas, com base numa aposta séria de marketing territorial.

Os seguintes projectos enquadram-se neste eixo de intervenção:

Projecto 6.1. Aprovar os IGT de âmbito local

Projecto 6.2. Criar mecanismos de acompanhamento ao Plano de Acção

Projecto 6.3. Criar condições de estímulo à iniciativa privada

Projecto 6.4. Desenvolver e consolidar a agenda cultural e desportiva

Projecto 6.5. Revitalizar o comércio no centro da cidade

Projecto 6.6. Reforçar o trabalho em parceria no âmbito da NUT Entre Douro e Vouga e, em particular, da conurbação

Projecto 6.7. Elaborar um Plano de Marketing

Projectos:**Projecto 6.1. Aprovar os IGT de âmbito local****Descrição:**

Dotar Oliveira de Azeméis de instrumentos de gestão eficazes e com capacidade operativa para assegurar que os princípios e valores fundamentais subjacentes à estratégia enunciada sejam enquadrados no plano regulamentar. A existência de instrumentos de gestão territorial torna-se um imperativo para que esta estratégia ganhe visibilidade no terreno. A sua integração em planos de carácter vinculativo condicionará positivamente a transformação do uso do solo, operações urbanísticas, edificado e infra-estruturas, garantindo uma prática contínua de desenvolvimento e estruturação do território.

Neste sentido, urge avançar com a revisão do PDM e com a conclusão e aprovação do PU da cidade, que deverão conter as opções estratégicas deste estudo. Em simultâneo, é importante intervir noutras escalas e domínios, nomeadamente (tal como referido anteriormente) no desenvolvimento de um plano de salvaguarda do centro tradicional, já previsto no PDM.

Objectivos específicos:

- > Garantir que as opções estratégicas para a cidade se materializem de forma efectiva no território;
- > Traduzir a estratégia em documentos com força legal que apoiem a definição de compromissos efectivos das entidades públicas ou do sector empresarial.

Projectos e acções articulados: Transversal à estratégia**Projecto 6.2. Criar mecanismos de acompanhamento ao Plano de Acção**

Estabelecer um conjunto de normas de avaliação e monitorização que promova o acompanhamento regular do Plano de Acção.

O acompanhamento contínuo deste processo permitirá conhecer o ponto de situação da implementação da estratégia e eventuais fragilidades e dificuldades da sua aplicação, garantindo,

quando tal se justifique em função dos novos enquadramentos que entretanto se afirmem, desenvolver novos mecanismos para a sua execução.

Objectivos específicos:

- > Garantir a implementação das acções apresentadas;
- > Avaliar, em permanência, o cumprimento dos objectivos definidos.

Projectos e acções articulados: Transversal à estratégia

Projecto 6.3. Criar condições de estímulo à iniciativa privada

Descrição:

Fomentar uma maior interrelação dos agentes económicos, enquanto parceiros activos da regeneração urbana, através do estímulo à iniciativa privada e ao estabelecimento de parcerias efectivas, obedecendo-se a lógicas mais diferenciadas, abertas e participadas nas relações de cooperação.

Deverá ser definida uma metodologia que inclua propostas de apoios, entre os quais:

- i) O desenvolvimento de uma bolsa de edifícios degradados que possam ser alvo de reabilitação por parte da câmara, permitindo, em paralelo, reforçar o compromisso público em matéria de regeneração, promover a importância e impacto positivo deste tipo de operações e, ainda, contribuir para a contenção de eventuais tendências especulativas;
- ii) A criação de incentivos fiscais, para além dos já actualmente previstos em matéria de reabilitação urbana (alargamento do período de isenção do IMI, redução de taxas municipais, por exemplo);
- iii) O recurso a penalizações, nomeadamente para os casos em que se verifique inércia por parte de proprietários de prédios devolutos (agravamento de taxas);
- iv) A procura de condições especiais de financiamento, através de protocolos com instituições bancárias e, em particular, com o Banco Europeu de Investimento.

Objectivos específicos:

- > Desenvolver incentivos à reabilitação urbana;
- > Minimizar riscos e gastos e garantir a viabilização e consolidação das acções.

Projectos e acções articulados: Transversal à maioria dos projectos do eixo 2, Acção 4.3.2., Acção 4.3.4., Acção 4.3.6., Acção 4.3.8.

Projecto 6.4. Desenvolver e consolidar a agenda cultural e desportiva**Descrição:**

Investir na dinamização cultural do território, de modo a promover a sua valorização e suprir as necessidades da população residente, fomentando o seu espírito de pertença e gerando condições propícias ao desenvolvimento de uma comunidade mais coesa e equilibrada.

A participação da população será mais efectiva quanto maior for o seu sentido de pertença ao território, sendo assim fulcral fomentar os espaços de vida colectiva e as actividades de expressão de identidades locais.

Esta acção passará por:

- > Aproveitar e dinamizar os equipamentos (nomeadamente os culturais e desportivos), com serviços permanentes e iniciativas regulares, de forma a promover uma maior facilidade de apropriação dos mesmos por parte da população local;
- > Mobilizar os agentes, associações e grupos culturais, que se constituem como elementos fundamentais enquanto produtores da oferta cultural complementar aos grandes eventos;
- > A promoção da continuidade de realização de eventos pontuais temáticos, ligados à identidade local (como é exemplo: o certame “Mercado à Moda Antiga”; o “Azemeíadas” - realização de jogos desportivos; a “Mostra de Automóveis Antigos de Oliveira de Azeméis”, entre outros);
- > Englobar todas as camadas da população, apostando particularmente na população jovem e estudantil, dado o seu papel de destaque na dinamização do associativismo local e de participação nos vários eventos;

- > Investir no desenvolvimento de estratégias de promoção e divulgação da agenda cultural e desportiva, que se pretende que seja preenchida, regular e diversificada.

Objectivos específicos:

- > Criar redes e programas de ocupação de equipamentos existentes;
- > Fomentar a participação da população (individualmente ou em grupos de interesse) nas actividades e espaços da cidade;
- > Promover a apropriação da cidade pela população.

Projectos e acções articulados: Transversal à maioria dos projectos dos eixos 2 e 4

Projecto 6.5. Revitalizar o comércio no centro da cidade**Descrição:**

Modernizar e dinamizar a actividade comercial, com vista ao aumento da atractividade da cidade, transformando a zona central num centro comercial a céu aberto, moderno e competitivo.

Tendo em conta que, para além da sua importância em termos de produto e emprego, o comércio influencia largamente as dinâmicas sociais de recreio e entretenimento dos lugares, incrementando a sua animação e vida de proximidade, urge apostar na sua promoção.

Esta acção contempla, designadamente, a promoção do comércio tradicional na área compreendida pela Praça da Cidade, as ruas Bento Carqueja, António Alegria, António Luís Gomes (pai), e os largos de Santo António e Luís de Camões. A UAC – Unidade de Acompanhamento e Coordenação, resultante de uma parceria entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Associação Comercial dos concelhos de Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra, tem já conduzido acções neste sentido e possui um projecto de animação candidatado ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) e Direcção Geral de Empresa.

Por outro lado, aquando da existência de intenções para o estabelecimento de centros comerciais no concelho, deverá proceder-se à elaboração de uma análise/estudo dos seus impactos no pequeno comércio tradicional e na própria organização e funcionamento da cidade.

Objectivos específicos:

- > Dinamização das principais artérias comerciais da cidade e, por conseguinte, das actividades de comércio e serviços aí instalados;
- > Promoção de condições que estimulem a vivência da cidade e o fortalecimento da identidade dos seus residentes.

Projectos e acções articulados: Acção 3.5.1., Acção 3.5.2., Acção 3.5.3., maioria dos projectos do eixo 2

Projecto 6.6. Reforçar o trabalho em parceria no âmbito da NUT Entre Douro e Vouga e, em particular, da conurbação**Descrição:**

Dotar Oliveira de Azeméis de massa crítica e garantir o aproveitamento dos recursos disponíveis, através da sua integração numa lógica de cooperação com os municípios da conurbação.

Neste território, marcado pela explosão das fronteiras tradicionais urbanas e por padrões de localização e distribuição espacial alargados, as intervenções deverão promover a continuidade das funções, mobilidades e acesso aos equipamentos, a sustentação de mais ou melhor emprego, e a promoção no exterior desta “cidade” policêntrica e extensiva, evitando duplicações e sobreposições.

Concretizar uma estratégia que se pretende partilhada, pode passar pela elaboração, em comum, de programas e intervenções nos seguintes domínios:

- > Ambiente – planeamento e protecção do sistema ecológico comum e, particularmente, a despoluição e tratamento de linhas de água;
- > Acessibilidade e mobilidade – programação das infra-estruturas e de serviços de transportes públicos (rodo e ferroviários);
- > Cultura – disponibilidade conjunta de meios logísticos e articulação de dinâmicas associativas, promovendo a programação e gestão de equipamentos culturais em rede (aproveitando, por exemplo, a visibilidade obtida por Santa Maria da Feira em algumas das

suas iniciativas culturais e desenvolvendo complementaridades entre as agendas culturais dos municípios);

- > Turismo – criação de rotas turísticas temáticas que contemplem recursos existentes nos três municípios (ex: casas de brasileiros).

Objectivos específicos:

- > Optimizar recursos através da exploração de afinidades e complementaridades, reposicionando e articulando acções de desenvolvimento;
- > Garantir a gestão eficiente de projectos comuns, incluindo o seu financiamento;
- > Dotar a conurbação de dimensão relevante e, assim, incrementar a competitividade económica e a sustentabilidade do território.

Projectos e acções articulados: Transversal à estratégia

Projecto 6.7. Elaborar um Plano de Marketing

Descrição:

Promoção da imagem da cidade, com base no apuramento da sua identidade e características distintivas, aproveitando a estratégia de futuro e projectos prioritários que resultaram deste estudo. A elaboração de um Plano de Marketing, apoiada num processo de planeamento estratégico como o que aqui se apresenta, promoverá a valorização e gestão sustentável da identidade do território, atribuindo-lhe a visibilidade externa que carece para o fortalecimento das relações com outros territórios e com novos actores. Noutro plano, não menos importante, a elaboração de um Plano de Marketing e, eventualmente, de um plano específico de comunicação de determinados projectos e acções, permitirá confirmar o compromisso público com um posicionamento e uma estratégia inequívoca, cuja implementação trará resultados a curto, médio e longo prazo.

Tal acção deve ser sustentada em parcerias com os principais agentes (entidades oficiais, operadores, produtores, empresários e população em geral) e poderá passar pela criação de uma marca assente numa imagem coerente, válida e clara, que projecte o território no exterior,

tornando-o reconhecível e conferindo-lhe notoriedade (idealmente, em parceria com os restantes municípios da conurbação);

Objectivos específicos:

- > Afirmar Oliveira de Azeméis no exterior, divulgando as qualidades e as especificidades da cidade e confirmando o compromisso público com o futuro;
- > Promover a criação de redes de concertação e cooperação com outras cidades e diversos actores;
- > Atrair novos moradores, investidores e turistas.

Projectos e acções articulados: Transversal à estratégia

5. PLANEAMENTO

Tendo presente a natureza do volume de investimento a realizar, a capacidade de investimento municipal para os próximos 12 anos e o calendário dos programas de financiamento, agruparam-se as acções e projectos em quatro níveis:

- > Prioridade estruturante (23);
- > Prioridade elevada (28);
- > Prioridade média (10);
- > Complementares (15).

Os níveis das acções/projectos estabelecidos procuram definir, de acordo com a estratégia de intervenção, quais as acções a operacionalizar que, por terem maiores efeitos multiplicadores sobre o processo de regeneração urbana de Oliveira de Azeméis ou por oferecerem uma resposta directa a alguns problemas identificado como urgentes, deverão ser concretizadas com maior brevidade.

Assim, apontam-se as acções/projectos de prioridade estruturante, distribuídas por eixos de intervenção, que concorrem para a implementação das operações estruturantes definidas e que se entendem como alavancas da regeneração do território:

1. Afirmação de Oliveira de Azeméis como pólo industrial/empresarial de referência
 - 1.1. Criar o Campus da Universidade de Aveiro;
 - 1.2. Implementar o PU da Zona Industrial de UI-Loureiro.
2. Reforço de equipamentos e protecção e reabilitação da estrutura edificada
 - 2.2.1. Mercado Municipal;
 - 2.2.2. Centro Coordenador de Transportes;
 - 2.5. Converter o actual edifício do mercado municipal em espaço cultural;
 - 2.9. Elaborar um plano de salvaguarda para o centro tradicional;
 - 2.10. Reabilitar o parque edificado.

3. Articulação urbana e melhoria das condições de mobilidade

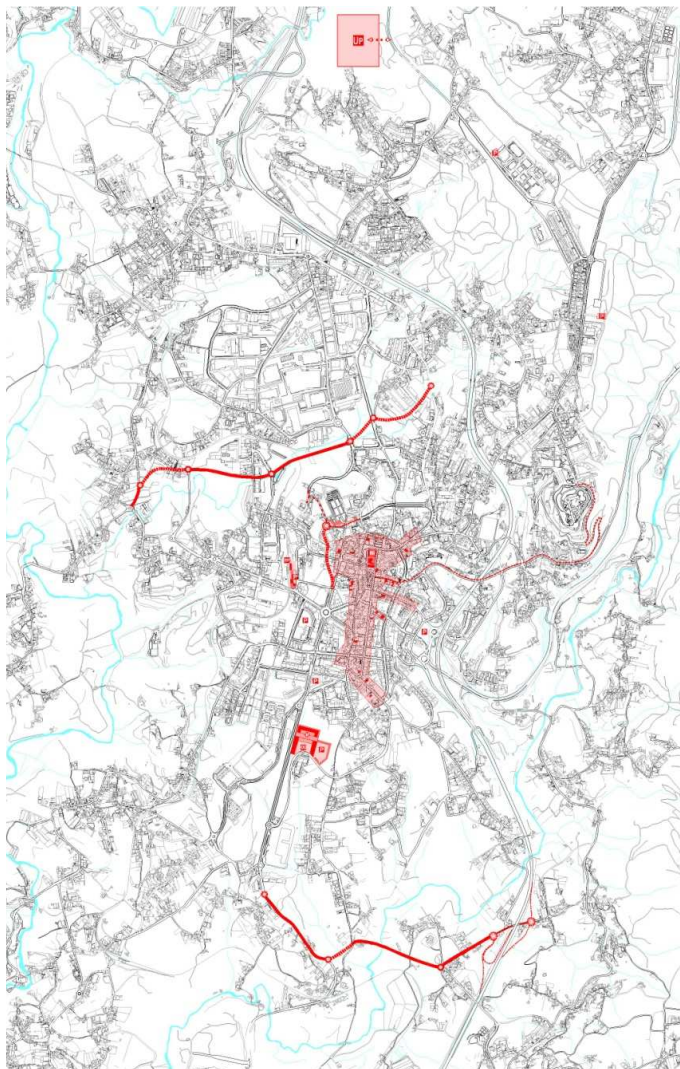
- 3.1.1. Circular externa – Nó de ligação ao IC2;
- 3.1.2. Circular externa – Troço entre o nó de ligação ao IC2 e a R. de Santo António;
- 3.1.5. Circular externa – Troço entre a R. Actor Alfredo Ferreira da Silva e a R. Frei Caetano Brandão;
- 3.4.4. Rede viária – Vias estruturantes de ligação;
- 3.6.1. Rede ciclável – Percurso do centro tradicional ao Parque de La Salette;
- 3.7.1. Parque de estacionamento – Equipamentos públicos;
- 3.8. Desenvolver o serviço de transportes públicos urbanos.

4. Valorização do espaço público e da estrutura verde

- 4.3.1. Espaço público – Jardim público;
- 4.4. Requalificar a envolvente à estação ferroviária.

6. Administração, cooperação territorial e promoção da cidade

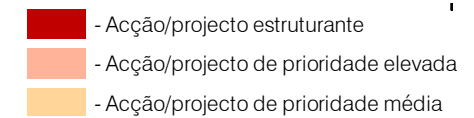
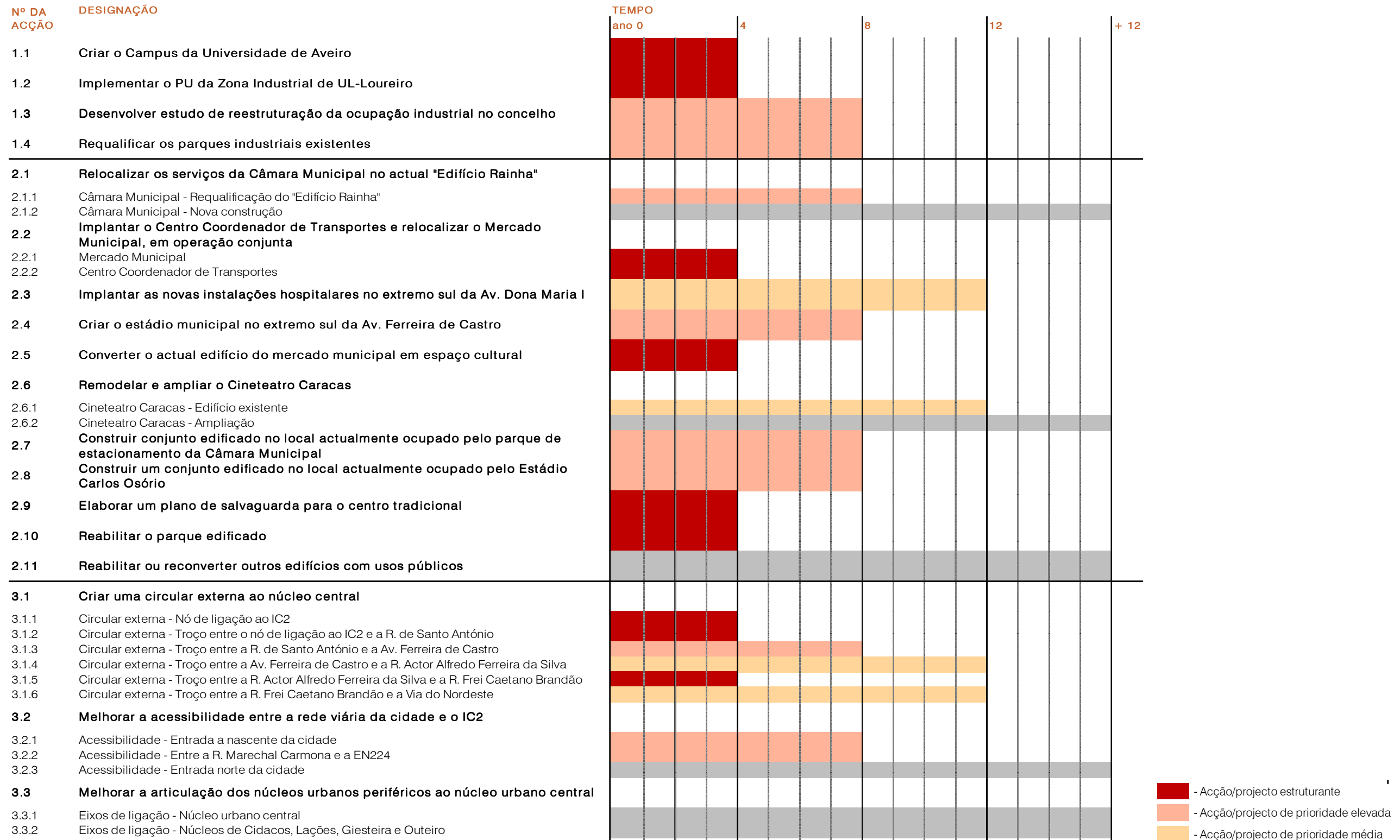
- 6.1 Aprovar dos IGT de âmbito local;
- 6.2 Criar de mecanismos de acompanhamento ao Plano de Acção;
- 6.3 Criar de condições de estímulo à iniciativa privada;
- 6.4 Desenvolver e consolidar a agenda cultural e desportiva;
- 6.5 Revitalizar o comércio no centro da cidade;
- 6.6 Reforçar o trabalho em parceria no âmbito da NUT Entre Douro e Vouga e, em particular, da conurbação;
- 6.7 Elaborar um Plano de Marketing.

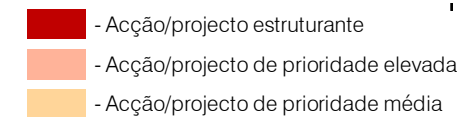
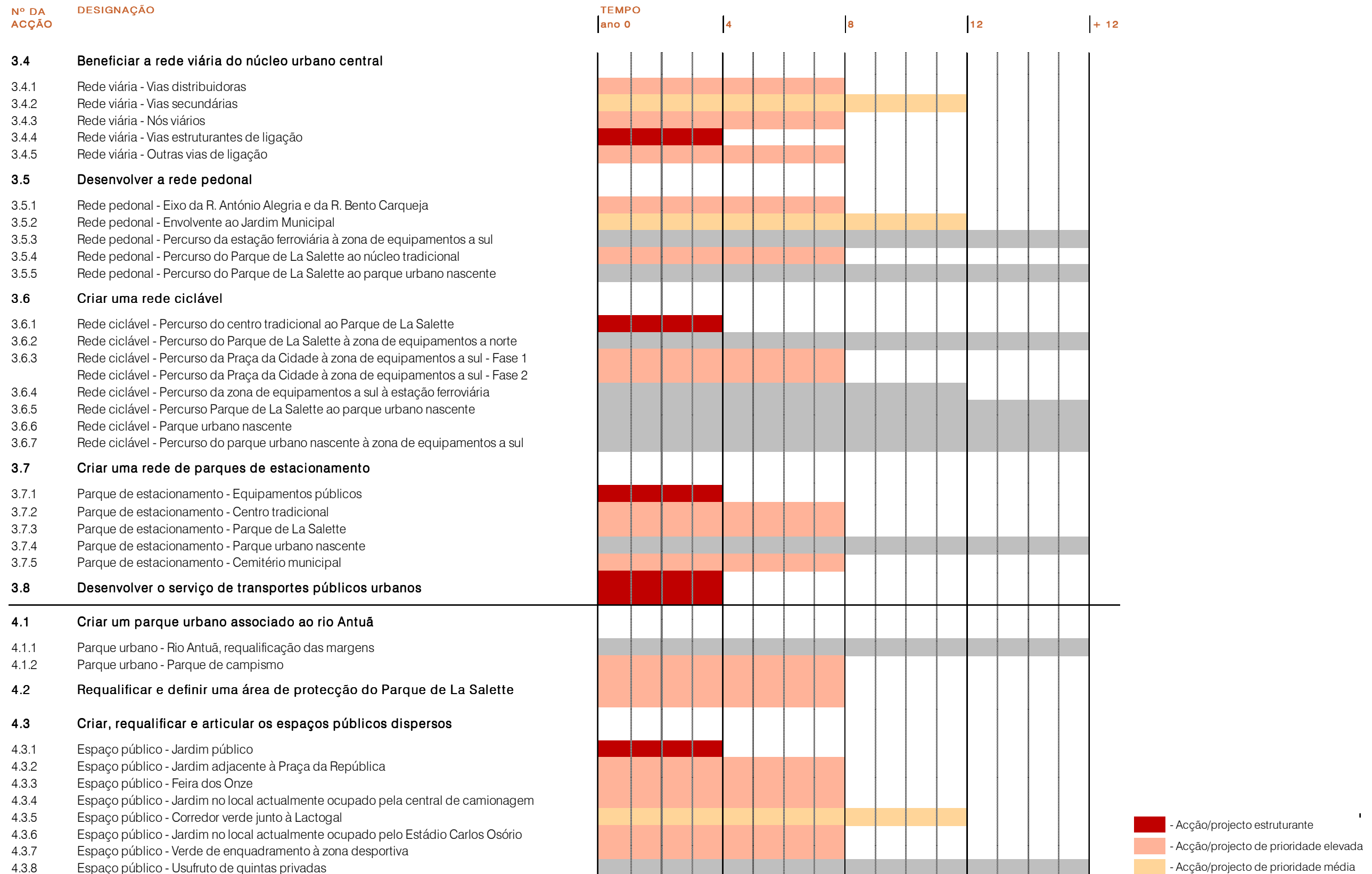


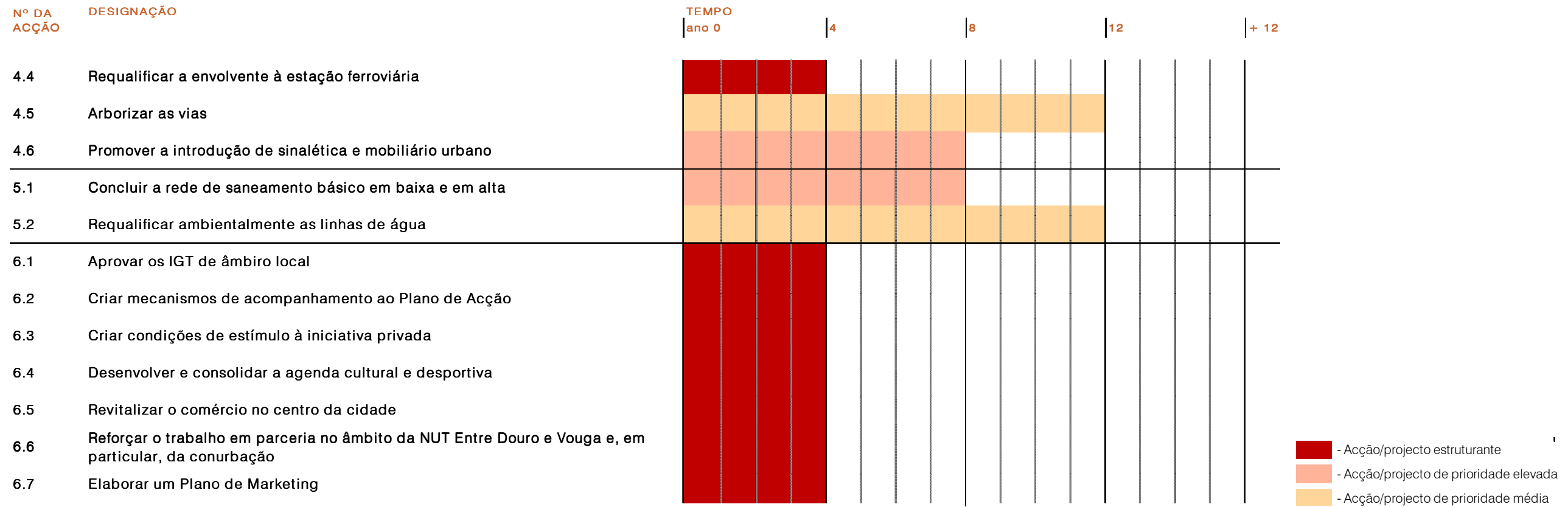
Acções//projectos de prioridade estruturante na cidade

A execução das acções/projectos foi distribuída por períodos de 4 anos, tendo em consideração os prazos previsto para o financiamento. Deste modo, definiu-se que as acções/projectos de prioridade estruturante devem estar concluídas em 4 anos, as de prioridade elevada devem estar concluídas em 8 anos, as de prioridade média terminadas em 12 anos e as acções/projecto complementares implementadas em mais de 12 anos.

Considerando que a operacionalização das acções/projecto está dependente do calendário estabelecido pelas fontes de financiamento, o planeamento não definiu data para o início das operações mas sim um prazo máximo para a sua conclusão. Este cronograma poderá sofrer adaptações tendo em consideração o futuro calendário de financiamento.







6. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

A estimativa preliminar do investimento a realizar na implementação da intervenção em Oliveira de Azeméis é de 140.538 milhões de euros, repartindo-se pelas seguintes entidades:

Entidades Promotoras	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	23.536	15.305	18.468	52.914	110.224
Outras entidades públicas	392	0	0	0	392
Entidades público-privadas	5.810	11.964	179	584	18.536
Entidades privadas	5.281	6.104	0	0	11.385
Total do investimento	35.019	33.373	18.647	53.498	140.538

valores com IVA | valores em milhares de euros

O investimento estimado considerou os projectos quantificáveis relativos aos eixos de intervenção preconizados na estratégia, designadamente os eixos de intervenção 1, 2, 3, 4 e 6.

Eixo de intervenção 1

Afirmação de Oliveira como pólo industrial, de serviços e do conhecimento

Entidades Promotoras	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	10.949	120	0	0	11.069
Total do investimento	10.949	120	0	0	11.069

valores com IVA | valores em milhares de euros

Eixo de intervenção 2

Reforço de equipamentos e protecção e reabilitação da estrutura edificada

Entidades Promotoras	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	2.101	4.086	2.907	9.822	18.916
Entidades público-privadas	4.502	3.796	0	0	8.298
Entidades privadas	4.434	0	0	0	4.434
Total do investimento	11.037	7.882	2.907	9.822	31.648

valores com IVA | valores em milhares de euros

Eixo de intervenção 3

Articulação urbana e melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade

Entidades Promotoras	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	8.467	8.839	13.977	10.173	41.456
Outras entidades públicas	162	0	0	0	162
Entidades público-privadas	1.148	2.502	0	584	4.234
Entidades privadas	847	5.124	0	0	5.970
Total do investimento	10.623	16.465	13.977	10.757	51.822

valores com IVA | valores em milhares de euros

Eixo de intervenção 4

Valorização do espaço público e da estrutura verde

Entidades Promotoras	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	0	947	0	28.379	29.326
Outras entidades públicas	230	0	0	0	230
Entidades público-privadas	161	5.666	179	0	6.005
Entidades privadas	0	980	0	0	980
Total do investimento	391	7.593	179	28.379	36.541

valores com IVA | valores em milhares de euros

Eixo de intervenção 6

Administração, cooperação e promoção da cidade

Entidades Promotoras	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	2.019	1.313	1.585	4.540	9.458
Total do investimento	2.019	1.313	1.585	4.540	9.458

valores com IVA | valores em milhares de euros

Propõem-se as seguintes fontes de financiamento para as diversas entidades promotoras:

Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	44.885
Financiamento comunitário	65.339
Total	110.224

valores com IVA | valores em milhares de euros

Outras entidades públicas	
Outras Entidades Públicas	137
Financiamento comunitário	255
Total	392

valores com IVA | valores em milhares de euros

Entidades público privadas	
Outras Entidades Públicas	6.298
Financiamento comunitário	12.238
Total	18.536

valores com IVA | valores em milhares de euros

Privados	
Privados	11.385
Total	11.385

valores com IVA | valores em milhares de euros

6.1. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO INVESTIMENTO

A regeneração urbana do concelho de Oliveira de Azeméis, equilibrando dinâmicas de desenvolvimento urbano, social e económico e conferindo-lhe um papel de relevo no contexto regional exigirá um esforço de iniciativa e de investimento, que se pretende articulado e coerente, por parte das entidades públicas e privadas.

Este esforço de investimento requer uma sustentação do investimento público que se considera vir a constituir o suporte determinante na execução das políticas públicas de ordenamento e valorização do território.

É neste contexto que se apresenta a estimativa preliminar de investimento, associada à estratégia de desenvolvimento de Oliveira de Azeméis.

6.1.1. PRESSUPOSTOS DE INVESTIMENTO

A avaliação da dimensão do investimento da intervenção para Oliveira de Azeméis foi feita com base na produção de valores indicativos, tendo como referência projectos semelhantes, não podendo nem devendo ser considerados como valores orçamentais completos, detalhados e definitivos.

Com base no conhecimento que se detém do mercado e adoptando critérios de prudência, foram efectuadas estimativas para os montantes de investimento a realizar, tendo por base a caracterização possível nesta fase.

Indicam-se de seguida, os custos unitários considerados para a estimativa de investimento decorrente das acções quantificáveis dos eixos estratégicos:

Aquisição de terrenos / imóveis | Não contemplado nesta fase, uma vez que não se encontra disponível a informação cadastral;

Demolições | 50 €/ m² de área bruta a demolir;

Espaço Público | Foram considerados dois níveis cumulativos de intervenção e respectivos custos de execução de obra:

- > Nível 2 – intervenção média com novo desenho de espaço público, com substituição de revestimentos, ordenamento de tráfego e estacionamento de superfície – 70 €/ m² de área de espaço público;
- > Nível 3 – intervenção profunda com introdução e/ou substituição de infra-estruturas – 100 € / m² de área bruta de espaço público.
- > Qualquer destes níveis inclui novo mobiliário urbano e iluminação.

Redes Viárias | Foram consideradas as seguintes naturezas de intervenção e respectivos custos de execução de obra:

- > A construir – 70 €/ m² de área de rede viária;
- > A reperfilar – 50 €/ m² de área de rede viária

Viaduto | 2.300 €/ m² de área bruta de construção.

Espaços Verdes | Foram também considerados três níveis cumulativos de intervenção e respectivos custos de execução de obra:

- > Nível 1 – intervenção ligeira de espaços verdes de enquadramento com adição de mobiliário urbano e iluminação - 20 €/ m² de área bruta de espaços verdes;
- > Nível 2 – intervenção média com novo desenho de espaços verdes e introdução de novas espécies arbóreas - 30 €/ m² de área bruta de espaços verdes;
- > Nível 3 – intervenção profunda, incluindo a construção de raiz de espaços verdes e infra-estruturas - 40 €/ m² de área bruta de espaços verdes;

Parque Urbano | 35 €/ m² de área bruta de construção.

Percursos pedonais | 40 €/ m² de área de percursos pedonais;

Ciclovia | 40 €/ m² de área de percurso ciclável.

Parques de estacionamento | Foram consideradas as seguintes naturezas de intervenção e respectivos custos de execução de obra:

- > À superfície – 150 €/ m² de área bruta de construção;

- > Enterrado – 450 €/m² de área bruta de construção.

Edificado

Requalificação | 50 €/m² de área bruta de construção.

Reabilitação | Foram consideradas as seguintes naturezas de intervenção e respectivos custos de execução de obra:

- > Nível 1 – intervenção ligeira, incluindo intervenções superficiais na fachada do edifício e substituição pontual de elementos da cobertura - 100 €/m² de área bruta de construção;
- > Nível 2 – intervenção média, incluindo intervenção em vãos, substituição total da cobertura, reforço da estrutura, reparação da fachada e reestruturações especiais pontuais - 550 €/m² de área bruta de construção;
- > Nível 3 – intervenção profunda, compreendendo a reconversão integral do edifício - 800 €/m² de área bruta de construção.

Reconversão | do antigo edifício do mercado municipal – 800 €/m² de área bruta de construção;

Construção nova

- > Edifícios para equipamentos – 650 €/m² de área bruta de construção.
- > Parque radical – 35 €/m² de área bruta de construção;
- > Parque de campismo – 35 €/m² de área bruta de construção;
- > Campo de futebol – 57 €/m² de área bruta de construção;
- > Pista de atletismo – 57 €/m² de área bruta de construção;
- > Unidades de apoio – 24.500 €/por unidade.

Projectos | Os honorários relativos à elaboração dos projectos técnicos foram calculados aplicando uma percentagem de 7% aos valores das estimativas das respectivas obras;

Fiscalização | Os honorários relativos à fiscalização foram calculados aplicando uma percentagem de 3% aos valores das estimativas das respectivas obras;

Imprevistos | Foi considerada uma margem de imprevistos de 10% sobre os montantes relativos às empreitadas de modo a precaver o grau de incerteza na orçamentação inerente a esta fase do processo bem como a previsível actualização dos preços ao longo do período de concretização dos investimentos.

Foram ainda considerados outros pressupostos:

- > O desenvolvimento de actividades de comunicação, sensibilização e marketing territorial para criação de uma imagem/ marca institucional, divulgação da intervenção, campanhas de promoção e comunicação, bem como para acções que concorram para a minimização dos impactos negativos durante a execução das obras;
- > A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis será responsável pela gestão integrada das intervenções, que conduzirá o desenvolvimento das acções. A gestão das intervenções compreende a coordenação de todas as actividades a desenvolver, nomeadamente, levantamentos e estudos de caracterização, projectos técnicos, empreitadas e fornecimentos, comunicação, entre outras, quer no que se refere à sua contratação, quer à gestão dos contratos a celebrar.

No que respeita ao **Eixo de intervenção 1 | Afirmação de Oliveira de Azeméis como pólo industrial, de serviços e do conhecimento** não são apresentadas estimativas de investimento para os seguintes projectos:

- > 1.1 – Criar o Campus da Universidade de Aveiro;
- > 1.4 – Requalificar os parques industriais existentes.

No que concerne ao **Eixo de intervenção 2 | Reforço de equipamentos e protecção e reabilitação da estrutura edificada** não são apresentadas estimativas de investimento para os seguintes projectos:

- > 2.3 – Implantar as novas instalações hospitalares no extremo sul da Av. Ferreira de Castro;
- > 2.7 – Construir conjunto edificado no local actualmente ocupado pelo parque de estacionamento da Câmara Municipal;
- > 2.8 – Construir um conjunto edificado no local actualmente ocupado pelo Estádio Carlos Osório;

- > 2.11 – Reabilitar/ reconverter outros edifícios com usos públicos.

Relativamente ao **Eixo de intervenção 3 | Articulação urbana e melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade** não são apresentadas estimativas de investimento para o seguinte projecto:

- > 3.8 – Desenvolver o serviço de transportes públicos urbanos.

No que se refere ao **Eixo de intervenção 4 | Valorização do espaço público e da estrutura verde** não são apresentadas estimativas de investimento para os seguintes projectos/ acções:

- > 4.3.8 – Espaço público – Usufruto de quintas privadas.

O projecto 4.5 – “Arborizar as vias” encontra-se quantificado nos projectos 3.4 – Beneficiar a rede viária do núcleo urbano central e 3.5 – Criar uma rede pedonal.

Quanto ao **Eixo de intervenção 5 | Requalificação ambiental**, não são apresentadas estimativas de investimento para os seguintes projectos:

- > 5.1 – Concluir a rede de saneamento básico em baixa e em alta;
- > 5.2 – Requalificar ambientalmente as linhas de água.

No **Eixo de intervenção 6 | Administração, cooperação e promoção da cidade** não são apresentadas estimativas de investimento para os seguintes projectos:

- > 6.1 – Aprovar os IGT de âmbito local;
- > 6.2 – Criar mecanismos de acompanhamento ao Plano de Acção;
- > 6.3 – Criar condições de estímulo à iniciativa privada;
- > 6.4 – Desenvolver e consolidar a agenda cultural e desportiva;
- > 6.5 – Revitalizar o comércio no centro da cidade;
- > 6.6 – Reforçar o trabalho em parceria no âmbito da NUT Entre Douro e Vouga e, em particular, da conurbação.

6.1.2. INVESTIMENTO

Tendo como objectivo a regeneração e o desenvolvimento das diferentes valências do concelho de Oliveira de Azeméis, os objectivos/ acções decorrentes da estratégia definida integram-se em 5 eixos estratégicos de intervenção.

Eixo de intervenção 1

Afirmação de Oliveira de Azeméis como pólo industrial, de serviços e do conhecimento

Este eixo tem como principal objectivo impulsionar a existência de meios inovadores favoráveis à modernização económica.

O eixo contempla um conjunto de acções destinadas às áreas industriais existentes dotando-as de infra-estruturas básicas e de boas acessibilidades, assim como a organização funcional dos espaços.

Este eixo engloba, ainda, a disponibilização de espaços adequados ao acolhimento de actividades industriais considerados como essenciais ao desenvolvimento do concelho.

EIXO DE INTERVENÇÃO 1 - AFIRMAÇÃO DE OLIVEIRA COMO PÓLO INDUSTRIAL, DE SERVIÇOS E DO CONHECIMENTO	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Investimento público	10.949	120	0	0	11.069
Implementar o PU da zona industrial de UL-Loureiro	10.949	0	0	0	10.949
Desenvolver estudo de reestruturação da ocupação industrial no concelho	0	120	0	0	120
Total do investimento	10.949	120	0	0	11.069

valores com IVA | valores em milhares de euros

Eixo de intervenção 2

Reforço de equipamentos e protecção e reabilitação da estrutura edificada

Este eixo pretende promover a revitalização do centro tradicional de Oliveira de Azeméis, como um conjunto coerente e uniforme, conduzindo a uma estratégia de preservação dos edifícios.

O eixo contempla um conjunto de acções destinadas à preservação dos edifícios, dotando-os de novas funções, adequadas às suas características, garantindo a sua sustentabilidade e vivência.

Este eixo contempla, igualmente, o reforço dos equipamentos colectivos, ao nível da sua qualificação, criando melhores condições através da realocização dos equipamentos.

EIXO DE INTERVENÇÃO 2 - REFORÇO DE EQUIPAMENTOS E PROTECÇÃO E REABILITAÇÃO DA ESTRUTURA EDIFICADA	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Investimento público	2.101	4.086	2.907	9.822	18.916
Relocalizar os serviços da Câmara Municipal no actual "Edifício Rainha"	0	1.719	0	5.551	7.270
Implantar o Centro Coordenador de Transportes e relocalizar o Mercado Municipal, em operação conjunta	1.981	0	0	0	1.981
Criar o estádio municipal no extremo Sul da Av. Ferreira de Castro	0	2.367	0	0	2.367
Remodelar e ampliar o Cineteatro Caracas	0	0	2.907	4.271	7.178
Elaborar um plano de salvaguarda para o centro tradicional	120	0	0	0	120
Investimento público/ privado	4.502	3.796	0	0	8.298
Implantar o Centro Coordenador de Transportes e relocalizar o Mercado Municipal, em operação conjunta	1.482	0	0	0	1.482
Criar o estádio municipal no extremo Sul da Av. Ferreira de Castro	0	3.796	0	0	3.796
Converter o actual edifício do mercado municipal em espaço cultural	3.019	0	0	0	3.019
Investimento privado	4.434	0	0	0	4.434
Reabilitar o parque edificado	4.434	0	0	0	4.434
Total do investimento	11.037	7.882	2.907	9.822	31.648

valores com IVA | valores em milhares de euros

Eixo de intervenção 3

Articulação urbana e melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade

O eixo abrange objectivos que contribuem para a organização do território, através do desenvolvimento de infra-estruturas e sistemas de mobilidade.

Este eixo abrange ainda objectivos que promovem a melhoria e a hierarquização da rede viária, o desenvolvimento do transporte colectivo e a implementação de percursos pedonais e cicláveis.

EIXO DE INTERVENÇÃO 3 - ARTICULAÇÃO URBANA E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Investimento público	8.629	8.839	13.977	10.173	41.618
Criar uma circular externa ao núcleo urbano central	7.500	850	12.057	0	20.408
Melhorar a acessibilidade entre a rede viária da cidade e o IC2	0	1.630	0	2.550	4.180
Melhorar a articulação dos núcleos urbanos periféricos ao núcleo urbano central	0	0	0	5.172	5.172
Beneficiar a rede viária do núcleo urbano central	298	5.835	1.296	0	7.429
Desenvolver a rede pedonal	0	175	536	159	870
Criar uma rede ciclável	287	192	87	1.145	1.711
Criar uma rede de parques de estacionamento	545	158	0	1.148	1.850
Investimento público/ privado	1.148	2.502	0	584	4.234
Desenvolver a rede pedonal	0	2.168	0	584	2.752
Criar uma rede de parques de estacionamento	1.148	335	0	0	1.482
Investimento privado	847	5.124	0	0	5.970
Beneficiar a rede viária do núcleo urbano central	847	0	0	0	847
Criar uma rede pedonal	0	25	0	0	25
Criar uma rede de parques de estacionamento	0	5.099	0	0	5.099
Total do investimento	10.623	16.465	13.977	10.757	51.822

valores com IVA | valores em milhares de euros

Eixo de intervenção 4

Valorização do espaço público e da estrutura verde

O eixo II engloba um conjunto de objectivos que potenciam os recursos naturais e paisagísticos existentes e promovem ainda a criação de uma rede de espaços públicos de referência que valorizem a estrutura verde urbana.

Estes objectivos contribuem para uma mais rica vivência da cidade, reforçando a identidade de Oliveira de Azeméis.

EIXO DE INTERVENÇÃO 4 - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DA ESTRUTURA VERDE	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Investimento público	230	947	0	28.379	29.556
Criar um parque urbano associado ao Rio Antuã	0	0	0	28.379	28.379
Criar, requalificar e articular os espaços públicos dispersos	0	911	0	0	911
Requalificar a envolvente à estação ferroviária	230	0	0	0	230
Promover a introdução de sinalética urbana e mobiliário urbano	0	36	0	0	36
Investimento público/ privado	161	5.666	179	0	6.005
Requalificar e definir uma área de protecção do Parque de La Salette	0	5.666	0	0	5.666
Criar, requalificar e articular os espaços públicos dispersos	161	0	179	0	339
Investimento privado	0	980	0	0	980
Criar um parque urbano associado ao Rio Antuã	0	720	0	0	720
Criar, requalificar e articular os espaços públicos dispersos	0	260	0	0	260
Total do investimento	391	7.593	179	28.379	36.541

valores com IVA | valores em milhares de euros

Eixo de intervenção 6

Administração, cooperação e promoção da cidade

Neste eixo contempla-se o desenvolvimento de actividades de comunicação, sensibilização e marketing territorial e, ainda, a gestão integrada das intervenções.

EIXO DE INTERVENÇÃO 6 - ADMINISTRAÇÃO, COOPERAÇÃO E PROMOÇÃO DA CIDADE	Investimento a 4 anos	Investimento a 8 anos	Investimento a 12 anos	Investimento a mais de 12 anos	Total Investimento
Investimento público	2.019	1.313	1.585	4.540	9.458
Plano de comunicação, sensibilização e marketing territorial	288	188	226	649	1.351
Gestão integrada da intervenção	1.731	1.126	1.358	3.892	8.107
Total do investimento	2.019	1.313	1.585	4.540	9.458

valores com IVA | valores em milhares de euros

Tendo em consideração a natureza do volume de investimento a realizar e o calendário dos programas de financiamento, agruparam-se os projectos e as acções em três níveis, conforme já referido no capítulo do planeamento:

- > Prioridade estruturante (até 4 anos)
- > Prioridade elevada (até 8 anos);
- > Prioridade média (até 12 anos);
- > Complementares (até +12 anos).

Neste contexto, apresenta-se, de seguida, as estimativas de investimento para cada uma das entidades promotoras, tendo em conta os horizontes temporais até 4, até 8, até 12 e até mais de 12 anos:

Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis

EIXOS DE INTERVENÇÃO / PROJECTOS / ACÇÕES	INVESTIMENTO ATÉ 4 ANOS	INVESTIMENTO ATÉ 8 ANOS	INVESTIMENTO ATÉ 12 ANOS	INVESTIMENTO MAIS DE 12 ANOS	TOTAL INVESTIMENTO
EIXO DE INTERVENÇÃO 1 - AFIRMAÇÃO DE OLIVEIRA COMO PÓLO INDUSTRIAL, DE SERVIÇOS E DO CONHECIMENTO	10.949	120	0	0	11.069
1.2 Implementar o PU da zona industrial de UL-Loureiro	10.949	0	0	0	10.949
1.3 Desenvolver estudo de reestruturação da ocupação industrial no concelho	0	120	0	0	120
EIXO DE INTERVENÇÃO 2 - REFORÇO DE EQUIPAMENTOS E PROTECÇÃO E REABILITAÇÃO DA ESTRUTURA EDIFICADA	2.101	4.086	2.907	9.822	18.916
2.1 Relocalizar os serviços da Câmara Municipal no actual "Edifício Rainha"	0	1.719	0	5.551	7.270
2.2 Implantar o Centro Coordenador de Transportes e relocalizar o Mercado Municipal, em operação conjunta	1.981	0	0	0	1.981
2.4 Criar o estádio municipal no extremo Sul da Av. Ferreira de Castro	0	2.367	0	0	2.367
2.6 Remodelar e ampliar o Cineteatro Caracas	0	0	2.907	4.271	7.178
2.9 Elaborar um plano de salvaguarda para o centro tradicional	120	0	0	0	120
EIXO DE INTERVENÇÃO 3 - ARTICULAÇÃO URBANA E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	8.467	8.839	13.977	10.173	41.456
3.1 Criar uma circular externa ao núcleo urbano central	7.500	850	12.057	0	20.408
3.2 Melhorar a acessibilidade entre a rede viária da cidade e o IC2	0	1.630	0	2.550	4.180
3.3 Melhorar a articulação dos núcleos urbanos periféricos ao núcleo urbano central	0	0	0	5.172	5.172
3.4 Beneficiar a rede viária do núcleo urbano central	298	5.835	1.296	0	7.429
3.5 Desenvolver a rede pedonal	0	175	536	159	870
3.6 Criar uma rede ciclável	287	192	87	1.145	1.711
3.7 Criar uma rede de parques de estacionamento	383	158	0	1.148	1.688
EIXO DE INTERVENÇÃO 4 - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DA ESTRUTURA VERDE	0	947	0	28.379	29.326
4.1 Criar um parque urbano associado ao Rio Antuá	0	0	0	28.379	28.379
4.3 Criar, requalificar e articular os espaços públicos dispersos	0	911	0	0	911
4.6 Promover a introdução de sinalética urbana e mobiliário urbano	0	36	0	0	36
EIXO DE INTERVENÇÃO 6 - ADMINISTRAÇÃO, COOPERAÇÃO E PROMOÇÃO DA CIDADE	2.019	1.313	1.585	4.540	9.458
6.7 Plano de comunicação, sensibilização e marketing territorial	288	188	226	649	1.351
Gestão integrada da intervenção	1.731	1.126	1.358	3.892	8.107
TOTAL DO INVESTIMENTO - CM OLIVEIRA DE AZEMÉIS	23.536	15.305	18.468	52.914	110.224

valores com IVA | valores milhares de euros

Outras entidades públicas

EIXOS DE INTERVENÇÃO / PROJECTOS / ACÇÕES	INVESTIMENTO ATÉ 4 ANOS	INVESTIMENTO ATÉ 8 ANOS	INVESTIMENTO ATÉ 12 ANOS	INVESTIMENTO MAIS DE 12 ANOS	TOTAL INVESTIMENTO
EIXO DE INTERVENÇÃO 3 - ARTICULAÇÃO URBANA E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	162	0	0	0	162
3.7 Criar uma rede de parques de estacionamento	162	0	0	0	162
EIXO DE INTERVENÇÃO 4 - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DA ESTRUTURA VERDE	230	0	0	0	230
4.4 Requalificar a envolvente à estação ferroviária	230	0	0	0	230
TOTAL DO INVESTIMENTO - REFER	392	0	0	0	392

valores com IVA | valores milhares de euros

Entidades público privadas

EIXOS DE INTERVENÇÃO / PROJECTOS / ACÇÕES	INVESTIMENTO ATÉ 4 ANOS	INVESTIMENTO ATÉ 8 ANOS	INVESTIMENTO ATÉ 12 ANOS	INVESTIMENTO MAIS DE 12 ANOS	TOTAL INVESTIMENTO
EIXO DE INTERVENÇÃO 2 - REFORÇO DE EQUIPAMENTOS E PROTECÇÃO E REABILITAÇÃO DA ESTRUTURA EDIFICADA	4.502	3.796	0	0	8.298
2.2 Implantar o Centro Coordenador de Transportes e relocar o Mercado Municipal, em operação conjunta	1.482	0	0	0	1.482
2.4 Criar o estádio municipal no extremo Sul da Av. Ferreira de Castro	0	3.796	0	0	3.796
2.5 Converter o actual edifício do mercado municipal em espaço cultural	3.019	0	0	0	3.019
EIXO DE INTERVENÇÃO 3 - ARTICULAÇÃO URBANA E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	1.148	2.502	0	584	4.234
3.5 Desenvolver a rede pedonal	0	2.168	0	584	2.752
3.7 Criar uma rede de parques de estacionamento	1.148	335	0	0	1.482
EIXO DE INTERVENÇÃO 4 - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DA ESTRUTURA VERDE	161	5.666	179	0	6.005
4.2 Requalificar e definir uma área de protecção do Parque de La Salette	0	5.666	0	0	5.666
4.3 Criar, requalificar e articular os espaços públicos dispersos	161	0	179	0	339
TOTAL DO INVESTIMENTO - OE (PÚBLICO/ PRIVADAS)	5.810	11.964	179	584	18.536

valores com IVA | valores milhares de euros

Privados

EIXOS DE INTERVENÇÃO / PROJECTOS / ACÇÕES	INVESTIMENTO ATÉ 4 ANOS	INVESTIMENTO ATÉ 8 ANOS	INVESTIMENTO ATÉ 12 ANOS	INVESTIMENTO MAIS DE 12 ANOS	TOTAL INVESTIMENTO
EIXO DE INTERVENÇÃO 2 - REFORÇO DE EQUIPAMENTOS E PROTECÇÃO E REABILITAÇÃO DA ESTRUTURA EDIFICADA	4.434	0	0	0	4.434
2.10 Reabilitar o parque edificado	4.434	0	0	0	4.434
EIXO DE INTERVENÇÃO 3 - ARTICULAÇÃO URBANA E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	847	5.124	0	0	5.970
3.4 Beneficiar a rede viária do núcleo urbano central	847	0	0	0	847
3.5 Criar uma rede pedonal	0	25	0	0	25
3.7 Criar uma rede de parques de estacionamento	0	5.099	0	0	5.099
EIXO DE INTERVENÇÃO 4 - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DA ESTRUTURA VERDE	0	980	0	0	980
4.1 Criar um parque urbano associado ao Rio Antuã	0	720	0	0	720
4.3 Criar, requalificar e articular os espaços públicos dispersos	0	260	0	0	260
TOTAL DO INVESTIMENTO - PRIVADOS	5.281	6.104	0	0	11.385

valores com IVA | valores milhares de euros

6.1.3. Impactos dos investimentos | ALGUNS NÚMEROS

A estimativa dos impactos dos investimentos é considerada para um horizonte temporal a longo prazo, correspondente à total concretização das intervenções.

Redes viárias

Redes viárias	
Novas	173.802 m ²
A reperfilar	240.326 m ²
Total	414.128 m²

Espaço público, estrutura verde, ciclovias e parque urbano

Espaço público, estrutura verde, percursos cico-pedonais e parque urbano	
Espaço público	8.325 m ²
Estrutura verde	55.610 m ²
Percursos ciclopedonais	50.591 m ²
Parque urbano	635.043 m ²
Total	749.569 m²

Lugares de estacionamento

Lugares de estacionamento	
De superfície	1.043 lug.
Enterrados	420 lug.
Total	1.463 lug.

Edificado

Edificado	
Reabilitação - habitação	5.660 m ²
Reabilitação - equipamentos	2.960 m ²
Construção - serviços	6.100 m ²
Construção - equipamentos	5.063 m ²
Total	19.783 m²

6.2. FINANCIAMENTO

A estratégia territorial do PNPOT enfatiza a importância das funções que estão cometidas a este território, das quais se destacam a qualificação das periferias da Área Metropolitana do Porto, o reordenamento dos espaços industriais e a consolidação de espaços qualificados para actividades inovadoras e de base tecnológica, com forte incidência em Oliveira de Azeméis.

A consolidação desta região remete para um concelho com oportunidades de negócio associadas ao aproveitamento das suas características de pólo dinamizador do concelho.

Neste contexto, o posicionamento geo-estratégico de Oliveira de Azeméis fica reforçado, em virtude do conjunto das intenções de investimento relativas a equipamentos estruturantes de nível municipal ou supramunicipal que irão provocar consequências significativas na cidade e na sua envolvente, em particular:

- > Construção da Escola Superior de Aveiro Norte;
- > Criação do Novo Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga;
- > Reconversão da Linha do Vouga.

O papel de Oliveira de Azeméis deve ser naturalmente reforçado, constituindo o presente Estudo de Enquadramento Estratégico um contributo decisivo na consolidação sustentada de oportunidades de desenvolvimento e de optimização dos seus recursos, enquadrando-se principalmente no Programa Operacional Regional do Norte (POR Norte).

Esta oportunidade exige o envolvimento institucional e operacional das entidades públicas e/ ou privadas, nomeadamente os actores locais, bem como a ponderação e captação de meios financeiros disponíveis que permitam garantir a concretização dos objectivos estabelecidos e a implementação das respectivas acções.

É neste enquadramento que se salientam as eventuais fontes de financiamento para a realização da intervenção:

- > Financiamento Comunitário decorrente da vigência do QREN 2007-2013;
- > Financiamento proveniente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis;
- > Financiamento de outras entidades públicas;
- > Financiamento privado por parte de empresários, investidores e empresas.

Fontes de financiamento	
Financiamento comunitário	77.833
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	44.885
Outras entidades públicas	137
Outras entidades público/ privadas	6.298
Privados	11.385
Total	140.538

valores com IVA | valores em milhares de euros

6.2.1. FINANCIAMENTO PELO QREN

A estratégia de intervenção definida no presente Estudo de Enquadramento Estratégico para Oliveira de Azeméis assenta num vector essencial de regeneração urbana condicionado, nomeadamente, por dois elementos fundamentais de orientação: a delimitação do núcleo urbano central e a contenção da dispersão.

Para além do contexto específico daquela componente de base, o conjunto de acções que materializam globalmente a estratégia de intervenção tem presente, com preponderância, valores e orientações fundamentais que contribuem para a execução das políticas públicas, nomeadamente, no quadro da “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável” e da “Política Nacional de Ordenamento do Território”, muito em particular, no que respeita à Política de Cidades.

Tendo presente o imperativo de uma célere constatação dos impactos e resultados que consubstanciarão a estratégia para Oliveira de Azeméis, a execução das acções e dos projectos decorrente da intervenção exige uma eficaz e importante mobilização de recursos financeiros, de natureza pública e/ou privada, face ao volume de investimentos programados no capítulo do investimento.

No que respeita à disponibilização de meios e instrumentos operacionais e financeiros especialmente vocacionados para a materialização das políticas públicas, refere-se que o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007- 2013 constitui a plataforma integradora, coerente e articulada, das referidas políticas públicas nacionais e, nomeadamente, da Política de

Coesão Económica e Social da União Europeia e dos inerentes objectivos e meios dos Fundos Estruturais Comunitários.

Neste contexto, salienta-se que o conjunto de acções e projectos definidos no presente estudo se insere, fundamentalmente, na prioridade estratégica do QREN de Qualificação das Cidades e do Território e, conseqüentemente, na Agenda Operacional Temática para a Valorização do Território e na execução da Política de Cidades e Política Ambiental.

Em termos financeiros, o QREN estabelece as dotações orçamentais dos fundos comunitários para Portugal, que correspondem a um montante global de cerca de 21,5 mil milhões de euros, constituindo assim o principal instrumento de apoio financeiro aos investimentos públicos e privados.

A concessão dos apoios financeiros do QREN é efectuada através de Programas Operacionais – considerando essencialmente os seus eixos prioritários, respectivos domínios de intervenção e dotações orçamentais - e decorre de procedimentos específicos (concursos) para apresentação e análise de candidaturas de projectos e para a conseqüente decisão sobre um eventual apoio financeiro.

As acções e os projectos definidos pelo presente estudo (dada a localização territorial de Oliveira de Azeméis na NUT II Norte e considerando, em particular, o financiamento de investimentos públicos) podem ser maioritariamente enquadrados pelo Programa Operacional Regional do Norte (POR Norte)⁵¹, que apresenta uma dotação global de fundos comunitários de 2,7 mil milhões de euros.

O POR Norte inclui os seguintes Eixos Prioritários:

- > Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento - dotação de 786,6 milhões de euros, taxa média de co-financiamento de 54,32%.

Incide, particularmente, nos domínios da actividade e do desenvolvimento empresarial em interligação com as áreas de ciência e tecnologia, da investigação, inovação, tecnologias de informação e conhecimento, eficiência energética e acolhimento empresarial e logística.

⁵¹ A estrutura macro do POR Norte já foi apresentada no capítulo 2.4.1.

Relativamente a este eixo salienta-se, em particular, a importância para a intervenção em Oliveira de Azeméis das áreas do acolhimento e do desenvolvimento empresarial em sinergia com a área da ciência e tecnologia e da investigação.

- > Eixo Prioritário II – Valorização Económica dos Recursos Específicos - dotação de 280 milhões de euros, taxa média de co-financiamento de 67,5%.

Incide na valorização de recursos específicos regionais, especialmente, no que respeita ao turismo regional, novos usos do mar, cultura e criatividade e ainda, à diversificação da actividade económica dos territórios rurais.

- > Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial - dotação de 770 milhões de euros, taxa média de co-financiamento de 70%.

Incide, em especial, sobre as acções de valorização e qualificação ambiental e territorial, Rede Natura e biodiversidade e serviços colectivos territoriais de proximidade.

- > Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano - dotação de 645 milhões de euros, taxa média de co-financiamento de 65%.

Contempla as redes urbanas para a competitividade e inovação, operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana, mobilidade territorial e urbana e conectividade do sistema urbano regional.

Neste eixo incluem-se dois dos principais domínios de intervenção urbana para a concretização da estratégia prevista para Oliveira de Azeméis: “Parcerias para a Regeneração Urbana” e “Mobilidade Territorial/Mobilidade Urbana”.

- > Eixo Prioritário V – Governação e Capacitação Institucional - dotação de 141,9 milhões de euros, taxa média de co-financiamento de 72,5%

Contempla a modernização do Governo electrónico, a melhoria das relações entre as empresas, os cidadãos e a administração local e a capacitação institucional.

- > Eixo Prioritário VI – Assistência Técnica - dotação de 88,1 milhões de euros, taxa média de co-financiamento de 85%

Refere-se às acções de capacitação da Autoridade de Gestão do Programa Operacional para desenvolvimento das suas competências.

Enquadramento dos Projectos no QREN

Relativamente a cada eixo de intervenção e respectivos projectos e acções definidos no presente estudo, indica-se de seguida a apreciação preliminar do enquadramento relativa aos programas operacionais, nomeadamente, no que se refere aos eixos prioritários, taxas médias de financiamento comunitário e respectivos domínios de intervenção:

Eixo de Intervenção 1 | Afirmação de Oliveira de Azeméis como pólo industrial, de serviços e do conhecimento

As intervenções deste eixo passam pela dotação de infra-estruturas de base das áreas industriais existentes, na criação de boas acessibilidades e disponibilização de espaços para o acolhimento de actividades industriais.

Os projectos e as acções deste eixo enquadram-se, previsivelmente, no POR Norte/ Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento com uma taxa média de financiamento comunitário de 54,32%.

Neste contexto realça-se a importância do “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” e do “Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas” como instrumentos para a concessão de eventuais apoios financeiros para a realização dos projectos.

Eixo de Intervenção 2 | Reforço de equipamentos e protecção e reabilitação da estrutura edificada

Os projectos deste eixo contemplam a revitalização do centro histórico através da recuperação e valorização do património urbano.

- > Projecto 2.9 – “Elaborar um plano de salvaguarda para o centro tradicional” e projecto 2.5 – “Converter o actual edifício do mercado municipal em espaço cultural” são passíveis de enquadramento no POR Norte/ Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano com uma taxa média de financiamento de 65%.

Estes projectos poderão ser integrados num Programa de Acção no âmbito das “Parcerias para a Regeneração Urbana”.

- > Projecto 2.1 – “Relocalizar os serviços da Câmara Municipal no actual “Edifício Rainha”” - passível de enquadramento no POR Norte/ Eixo Prioritário V – Governação e Capacitação Institucional com uma taxa média de financiamento comunitário de 72,5%.

Este projecto poderá inserir-se na tipologia de projectos previstos pelo “Sistema de Apoio à Modernização Administrativa”.

- > Projecto 2.2 - “Implantar o Centro Coordenador de Transportes e o Mercado Municipal, em operação conjunta” - enquadra-se no POR Norte/ Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano com uma taxa média de financiamento comunitário de 65%.⁵²

Este projecto apresenta uma tipologia prevista para as redes e sistemas urbanos de mobilidade no âmbito do domínio da “Mobilidade Territorial/ Mobilidade Urbana”.

- > Projecto 2.3 - “Implantar as novas instalações hospitalares no extremo sul da Av. Dona Maria I” e projecto 2.6 - “Remodelar e ampliar o Cineteatro Caracas” - enquadram-se no POR Norte/ Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial com uma taxa média de financiamento comunitário de 70%.

Este projecto é passível de se inserir nas tipologias do domínio de intervenção “Saúde” e o projecto 2.6 configura uma das tipologias de projectos previstas no domínio de intervenção “Equipamentos Culturais”.

- > Projecto 2.4 - “Criar o estádio municipal no extremo sul da Av. Ferreira de Castro” - passível de ser enquadrado no Programa Operacional Temático para a Valorização do Território (POTVT)/ Eixo Prioritário IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional com uma taxa média de financiamento comunitário de 70%.

Face à tipologia e aos objectivos do projecto, considera-se a sua inserção no domínio das “Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos”.

Refere-se que os projectos 2.7, 2.8 e 2.11 configuram investimentos de carácter privado com tipologia de construção ou reabilitação de edificado, não sendo possível, nesta fase, a sua quantificação, motivos que justificam a sua não inclusão no enquadramento preliminar no QREN.

⁵² De acordo com informação da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) pode financiar até 40% do Centro Coordenador de Transportes.

Eixo de Intervenção 3 | Articulação urbana e melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade

Os projectos deste eixo referem-se a intervenções ao nível das infra-estruturas e sistemas de acessibilidades que permitem resolver os problemas de congestionamento, rentabilizar os espaços de circulação existentes e melhorar as condições de mobilidade.

Considerando as referidas tipologias, o conjunto de projectos e acções deste eixo enquadra-se no PO Norte/ Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano com uma taxa média de financiamento comunitário de 65%.

Neste enquadramento, previsivelmente, poderão ser considerados no domínio da Mobilidade Territorial/ Mobilidade Urbana.

Contudo, não se exclui a eventual possibilidade de parte dos projectos se poderem incluir no âmbito de um Programa de Acção relativo às Parcerias para a Regeneração Urbana, dependendo da coerência da sua integração numa zona específica da cidade, numa óptica de qualificação do espaço público e do ambiente urbano.

Eixo de Intervenção 4 | Valorização do espaço público e da estrutura verde

Este eixo inclui um conjunto de projectos que permitem a valorização e consolidação da estrutura verde urbana através da requalificação e criação de corredores ecológicos, parques e zonas verdes e linhas de água.

Os projectos e acções deste eixo são, previsivelmente, enquadráveis no PO Norte /Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano com uma taxa média de financiamento comunitário de 65%, realçando-se os Programas de Acção no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana e, em particular, as respectivas tipologias de criação e qualificação de espaços verdes urbanos e de recuperação e requalificação do espaço público.

Eixo de intervenção 5 | Requalificação ambiental

Muito embora os montantes de investimento referentes aos projectos constantes deste eixo de intervenção não sejam quantificáveis, nesta fase, é de referir que o projecto 5.1 “Concluir a rede de saneamento básico em baixa e em alta”, que constitui um sistema não verticalizado e o

projecto 5.2 “Requalificar ambientalmente as linhas de água”, serão enquadráveis no POR Norte/ Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial, com uma taxa média de financiamento comunitário de 70%. O projecto 5.1 insere-se, especificamente, no domínio de intervenção relativo ao “Ciclo Urbano da Água”, enquanto o projecto 5.2 insere-se no domínio de intervenção relativo à “Valorização e Qualificação Ambiental”.

Eixo de Intervenção 6 | Administração, cooperação e promoção da cidade

As intervenções deste eixo abrangem acções que permitem promover Oliveira de Azeméis como pólo de fixação de pessoas e de novos agentes económicos.

Considera-se que as acções deste eixo, numa lógica integrada de reforço da competitividade da Cidade de Oliveira de Azeméis, poderão ser enquadráveis pelo POR Norte/ Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento com uma taxa média de financiamento comunitário de 54,32%, podendo prever-se um eventual apoio à sua concretização através do Sistema de Apoio a Acções Colectivas.

De salientar que o enquadramento apresentado tem um carácter provisório e indicativo dado que foi elaborado, essencialmente, com base na configuração geral das características e tipologias disponíveis para as acções e projectos definidos no presente estudo.

6.2.2. ESTIMATIVA DE FINANCIAMENTO

Tendo em conta o referido enquadramento e as estimativas abordadas no capítulo do investimento foi possível construir um cenário do financiamento comunitário eventual do qual resulta um montante global indicativo de 72 milhões de euros de apoio financeiro dos Fundos Estruturais/ QREN.

A estimativa do referido montante de financiamento teve como pressuposto que os investimentos se venham a realizar prioritariamente num período de 4 anos, durante os prazos de vigência do QREN, para efeitos de aprovações (2013) e de execução das despesas (2015), visando concretizar o objectivo de maximização de mobilização de fundos.

Nas referidas condições, aquele montante global traduz-se, essencialmente, num indicador do potencial de mobilização de fundos comunitários face aos investimentos programados para a intervenção em Oliveira de Azeméis, constituindo o referido cenário um instrumento de orientação previsional para uma programação de orçamento. O grau de financiamento efectivo dos investimentos dependerá, naturalmente, das decisões das Autoridades de Gestão sobre as candidaturas a apresentar no âmbito dos avisos de concurso do QREN/ Programas Operacionais.

No âmbito das estimativas referidas sobre o financiamento comunitário eventual, as expectativas quanto à aprovação efectiva dos referidos financiamentos para as intervenções para Oliveira de Azeméis devem ser tidas em conta de forma ponderada e condicionada.

Com efeito, a referida ponderação deverá contemplar a importância do montante dos investimentos programados face ao contexto e à evolução das disponibilidades efectivas das dotações orçamentais dos fundos comunitários do Programa Operacional Regional Norte, as disponibilidades financeiras para assegurar a contrapartida pública nacional por parte das entidades promotoras e as condições e exigências inerentes ao processo de apresentação de candidaturas ao financiamento, tendo em conta, particularmente, a modalidade de concurso entre projectos.

Eixos	Financiamento Comunitário	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Outras entidades públicas	Outras entidades público/privadas	Privados	Total
Eixo 1	5.977	5.092	0	0	0	11.069
Eixo 2	18.938	5.562	0	2.714	4.434	31.648
Eixo 3	29.804	14.510	57	1.482	5.970	51.822
Eixo 4	23.115	10.264	81	2.102	980	36.541
Eixo 6	0	9.458	0	0	0	9.458
Total	77.833	44.885	137	6.298	11.385	140.538

valores com IVA | valores em milhares de euros

7. PRÓXIMOS PASSOS

O desenvolvimento da estratégia, objectivos e intervenções aqui propostos pressupõe, pela sua dimensão e complexidade, uma abordagem integrada e dinâmica, capaz de garantir a execução dos projectos, em tempo, e com meios que permitam intervir junto dos interessados, sejam estes públicos ou privados.

Após a elaboração do presente estudo, definidos os conceitos e o conjunto das intervenções essenciais, haverá que dar início à fase de implementação, tomando as medidas necessárias ao arranque dos projectos. O conjunto das propostas que aqui apresentámos desenvolve-se em diferentes dimensões de execução no que toca ao planeamento das actividades. Sem prejuízo do tempo necessário à sequenciação das fases de trabalho dos diferentes projectos e/ou acções com materialização no território – e que são as que constam do mapa de planeamento exposto no capítulo 5 –, a verdade é que, se justifica uma breve nota de síntese sobre algumas considerações adicionais com vista à criação de condições para que o Município de Oliveira de Azeméis possa iniciar a implementação das acções previstas.

Nesse contexto, considera-se que, em primeiro lugar, deverá o presente estudo, ser submetido à apreciação e aprovação pelo Executivo Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal. Este passo permitirá acolher a estratégia e o conjunto de propostas de intervenção apresentadas, legitimando-as como orientações válidas a seguir na gestão do território.

O desenvolvimento destas medidas deverá ser acompanhado de um esforço significativo no sentido de divulgar o conjunto de decisões tomadas, confirmando a dinâmica da mudança, dando a conhecer aos proprietários, investidores e residentes, não só o conteúdo dos projectos e acções previstas, como das medidas tomadas no sentido da sua concretização. Por esse motivo, se aconselha a implementação do já referido plano de comunicação desde o primeiro momento.

O arranque das acções necessárias à concretização destas intervenções, seus estudos preliminares e demais acções preparatórias, e a posterior implementação das mesmas, introduzirá um novo fôlego na dinâmica de mudança necessária à regeneração e desenvolvimento da cidade de Oliveira de Azeméis.

Tendo presente que, como foi afirmado ao longo do estudo, a cidade se fortalece também através da sua integração em dinâmicas territoriais mais alargadas, sugere-se que seja dado início a diligências, no sentido de promover o contacto com os concelhos de São João da

Madeira e Santa Maria da Feira, para averiguar a possibilidade de elaboração de um documento estratégico conjunto para a conurbação. Esta estratégia conjunta deverá integrar a proposta de intervenção para a cidade de Oliveira de Azeméis, enquadrando os projectos e acções aqui apresentados em âmbitos geográficos mais alargados.

A Parque EXPO manifesta, desde já a sua disponibilidade para continuar a colaborar com este município na implementação e alargamento da estratégia.